

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

**MARINA PENIDO COLERATO**

**CRISE CLIMÁTICA E ANTROPOCENO**  
**Perspectivas ecofeministas para liberar a vida**

**MESTRADO EM CIÊNCIA SOCIAIS**

**SÃO PAULO - SP**

**2023**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

MARINA PENIDO COLERATO

**CRISE CLIMÁTICA E ANTROPOCENO**  
**Perspectivas ecofeministas para liberar a vida**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Ciência Sociais, sob a orientação da Profa. Dra. Maura Bicudo Veras.

**SÃO PAULO - SP**

**2023**

**MARINA PENIDO COLERATO**

**CRISE CLIMÁTICA E ANTROPOCENO**

**Perspectivas ecofeministas para liberar a vida**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Ciência Sociais, sob a orientação da Profa. Dra. Maura Pardini Bicudo Veras.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Maura Pardini Bicudo Veras – PUC/SP

---

Profa. Dra. Bader Burihan Sawaia – PUC/SP

---

Profa. Dra. Suzana do Nascimento Veiga – UNIFP

À minha mãe e a todas as mulheres de luta.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 – 88887.608106/2021-00.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001 – 88887.608106/2021-00.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha mãe e meu pai que me possibilitaram uma trajetória de vida e educação responsável por pavimentar meu caminho até aqui. Agradeço à minha mãe e às minhas avós, pois, cada uma a sua maneira, depositou em mim, direta ou indiretamente, imagens de mulheres fortes, resistentes, rebeldes. Agradeço ao Alain Schraner pela parceria e apoio irrestritos. Também agradeço todas as pessoas que me garantiram condições materiais, financeiras e emocionais ao longo dos dois anos e meio que compreenderam o processo de elaboração da presente dissertação, sobretudo nos seis meses finais. Uma série de acontecimentos, entre eles a pandemia do Covid-19, uma cirurgia complicada, duas internações, um episódio de crise depressiva e uma alteração de carreira foram obstáculos passíveis de serem superados durante o período graças ao apoio recebido das pessoas com quem compartilhei e pude contar durante todas as inúmeras dificuldades dessa trajetória. Foram pessoas, sobretudo mulheres, que permitiram que eu nunca me sentisse sozinha porque nunca me deixaram sozinha.

Também agradeço à minha orientadora, a Professora Maura Veras, por ter tido paciência para lidar com tantos imprevistos e, ao mesmo tempo, me manter tranquila ao longo do processo. Meus agradecimentos a ela também dizem respeito ao apoio, abertura e liberdade de pesquisa a qual me foi concedida, de modo que não enfrentei, como outras colegas acadêmicas têm enfrentado no âmbito dos estudos de mulheres e pesquisas feministas, nenhum tipo de censura ou coerção ideológica, o que, para mim, demonstra seu profundo comprometimento com a pesquisa sociológica. Agradeço igualmente às mulheres com as quais tive a oportunidade de estabelecer trocas pessoais, políticas e intelectuais, as quais vieram somar no processo de elaboração da presente dissertação, assim como às mulheres as quais nunca conheci pessoalmente, mas que, por meio de sua práxis pela liberação feminina, abriram os caminhos, objetiva e subjetivamente, para que nós pudéssemos aprender sobre a história das mulheres, bem como construir e contar a nossa própria história, inclusive no ambiente acadêmico. Por fim, agradeço à CAPES por viabilizar financeiramente minha permanência no programa de pós-graduação e, portanto, garantir a possibilidade de execução da presente pesquisa.

"Se o resultado final do atual sistema mundial é uma ameaça geral à vida no planeta Terra, então é crucial ressuscitar e nutrir o impulso e a determinação de sobreviver, inerente a todos os seres vivos".

(Maria Mies e Vandana Shiva)

## RESUMO

COLERATO, Marina P. Crise climática e Antropoceno: perspectivas ecofeministas para liberar a vida. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2023.

A presente pesquisa identifica como práxis ecofeministas podem colaborar para a construção de sociedades ecológicas e anti-patriarcais diante da intensificação da crise climática e do aumento da violência contra mulheres no contexto neoliberal. Buscou-se identificar a relação entre ambos os fenômenos e explicar a formação da estrutura de classes tripartite necessária ao processo de acumulação de capital a partir da divisão sexual e internacional do trabalho. Utilizando a metodologia da Pesquisa-ação Participatória Feminista e a perspectiva ecofeminista que tem como base: i) o argumento ecofeminista que existe uma relação entre a subordinação das mulheres e a exploração da natureza, ii) a necessidade levantada pela ecologia profunda de uma cosmologia e ontologia não antropocêntricas e iii) a análise marxista das relações dialéticas entre humanos e vida material, analisa-se as práxis ecofeministas no Movimento das Mulheres Curdas e seus avanços e desafios na despatriarcalização da sociedade e na construção de uma sociedade ecológica e democrática. Conclui-se que não é possível alcançar justiça ecológica sem superar a divisão sexual do trabalho dada a necessidade material histórica da superexploração do trabalho (re)produtivo das mulheres baseada na violência.

Palavras-chave: ecofeminismo, mudanças climáticas, patriarcado, gênero, Jineolojî

## ABSTRACT

COLERATO, Marina P. *Climate crisis and the Anthropocene: ecofeminist perspectives for liberating life*. Dissertation (Master's in social science). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2023.

This research identifies how ecofeminist praxis can contribute to the construction of ecological and anti-patriarchal societies in the face of the intensification of the climate crisis and the increase in violence against women in the neoliberal context. We sought to identify the relationship between both phenomena and explain the formation of the tripartite class structure necessary for the process of capital accumulation based on the sexual and international division of labor. Using the methodology of Feminist Participatory Action Research and the ecofeminist perspective that is based on: i) the ecofeminist argument that there is a relationship between the subordination of women and the exploitation of nature, ii) the need raised by deep ecology for a cosmology and non-anthropocentric ontology and iii) the Marxist analysis of the dialectical relations between humans and material life, we analyze the ecofeminist praxis in the Kurdish Women's Movement and its advances and challenges in the depatriarchalization of society and the construction of an ecological and democratic society. It is concluded that it is not possible to achieve ecological justice without overcoming the sexual division of labor given the historical material need for the superexploitation of women's (re)productive work based on violence.

Keywords: ecofeminism, climate change, patriarchy, gender, Jineolojî

## LISTA DE ABREVIATURAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEE	Gases de Efeito Estufa
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
NAFT	Acordo de Livre Comércio da América do Norte
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OECD	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Organização da Sociedade Civil
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
UNEP	Programa Ambiental das Nações Unidas
UNFCC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima
PKK	Partido dos Trabalhadores do Curdistão
Pnud	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Pnuma	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
1.1 Postulados metodológicos para a pesquisa feminista .....	18
1.2 Epistemologia ecofeminista .....	21
1.3 Acerca do uso dos conceitos .....	25
<b>2 CAIU DO CÉU: A CRISE CLIMÁTICA E A FINANCEIRIZAÇÃO DO PLANETA NA ERA NEOLIBERAL</b> .....	<b>26</b>
2.1 Um breve resumo do projeto neoliberal .....	28
2.2 Forjando um consenso global: o nascimento da "economia verde" .....	31
2.3 A matemática climática para a acumulação primitiva .....	36
2.4 Movimentos por justiça climática e seus limites .....	41
2.5 Negar a narrativa e as ferramentas do mestre .....	49
<b>3 A CRISE EPOCAL DO CAPITALISMO</b> .....	<b>52</b>
3.1 Antropoceno ou Capitaloceno? .....	51
3.2 A formação da ecologia-mundo capitalista .....	60
3.3 Lei do Valor como Lei da Natureza Barata .....	65
3.4 O esgotamento da Natureza Barata e a crise do clima .....	70
<b>4 PATRIARCADO, CAPITALISMO E DONADECASEFICAÇÃO: ACERCA DAS ORIGENS DO FEMITARIADO</b> .....	<b>76</b>
<b>4.1 As origens da divisão sexual do trabalho</b> .....	<b>88</b>
4.1.1 O paradigma social do homem-caçador .....	96
4.1.2 O roubo de mulheres e a apropriação de excedentes como pré-condição para acumulação .....	101
4.1.3 A condição das mulheres na Mesopotâmia antiga e os primeiros passos para o estabelecimento do patriarcado .....	108
4.1.4 "Escrava" significou, antes de tudo, mulher: sobre a criação da colônia mais antiga .....	112
4.1.5 A morte da Deusa-Mãe e a criação do patriarcado .....	120
<b>4.2 Patriarcado e acumulação em escala mundial</b> .....	<b>126</b>
4.2.1 Do organicismo ao mecanicismo: o surgimento da abstração dominante chamada Ciência .....	130
4.2.2 Civilizado <i>versus</i> selvagem: donadecaseficação e colonização .....	138

<b>5 NATUREZA-MULHER-TRABALHO: A CONTRADIÇÃO FUNDAMENTAL</b> .....	<b>152</b>
<b>5.1 O esgotamento da Natureza Barata e a violência contra mulheres</b> .....	<b>161</b>
<b>5.2 A realidade da crise climática para meninas e mulheres</b> .....	<b>165</b>
<b>5.3 Mulher, natureza, trabalho: uma questão de classe</b> .....	<b>173</b>
<b>5.4 As respostas socialistas prévias</b> .....	<b>180</b>
<b>5.5 A resposta ecofeminista socialista: imanência, corporificação e subsistência</b> .....	<b>183</b>
5.5.1. A classe meta-industrial .....	190
<b>6 A REVOLTA DO FEMITARIADO EM ROJAVA</b> .....	<b>195</b>
<b>6.1 Breve contexto histórico e político da questão curda</b> .....	<b>196</b>
6.1.1 PPK e o movimento das mulheres curdas .....	198
6.1.2 Confederalismo Democrático .....	202
<b>6.2 O contexto político-ecológico da revolução de Rojava</b> .....	<b>203</b>
<b>6.3 <i>Jin, jiyar, azadi</i>: uma revolução das mulheres</b> .....	<b>211</b>
<b>6.4 Perspectivas ecofeministas em Abdullah Öcalan e Rojava</b> .....	<b>207</b>
6.4.1 Liberar as mulheres, liberar a vida .....	216
6.4.2 <i>Jineolojî</i> , a ciência da mulher e da vida .....	220
6.4.3 Práxis ecofeministas em Jinwar .....	223
<b>7 CONCLUSÃO</b> .....	<b>226</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>228</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa surge no contexto de crise climática, onde as consequências das emissões de gases de efeito estufa oriundas das atividades humanas na Terra são auto evidentes e estão engendrando um planeta cada vez mais quente e de extremos climáticos, com ondas de calor extremo, alagamentos e enchentes, erosão de costas, aquecimento das águas do oceano, entre outros (HANSEN *et al.*, 2016). As profundas alterações nas paisagens e na biosfera promovidas desde o início do período moderno suscitaram o debate acerca de vivermos sob um novo período geológico, o Antropoceno, ou “a era dos humanos” (MOORE, 2022). No entanto, a crise enfrentada pela nossa sociedade no século XXI não se restringe ao clima e ao ambiente, sendo mais bem compreendida como uma crise multidimensional, que reflete no aumento da violência e da exploração para as classes historicamente exploradas para acumulação de capital (LAZZARATO, 2022; MOORE, 2022). Para a classe sexual feminina, alterações ambientais e climáticas se sobrepõe à realidade de desigualdade social, econômica, política e de violência em ascensão desde o início da década de 1970, o que pode ser verificado nos atuais dados acerca de violência doméstica, feminicídio, violência e exploração sexual, casamento infantil, pobreza, saúde mental e perda de direitos legais (ALSALEM, 2022; FARLEY, 2021; ISLA, 2020; SANCHEZ, 2022).

Por sua vez, a agenda do “desenvolvimento sustentável”, atualmente também midiaticizada como economia verde, promete, desde os primeiros acordos neoliberais para o desenvolvimento, promover crescimento econômico de forma justa e verde. Para as mulheres, isso significou a inserção na economia de mercado e o aprofundamento das vulnerabilidades históricas enfrentadas pela classe feminina. Para a natureza, significou comodificação e financeirização de bens comuns como terras, fontes de água, florestas, entre outros (MORENO, 2016). Em ambos os casos e de forma sobreposta, observamos um intenso processo de acumulação primitiva em um momento de crise de acumulação capitalista (MIES, 2022; MORENO e NOBRE, 2020; SALLEH, 2017). Porém, há uma lacuna na literatura acadêmica acerca das relações materiais e históricas entre crise climática, exploração das mulheres e acumulação capitalista dada a predominância do paradigma pós-moderno na

produção intelectual, e seu caráter a-histórico, desmaterializado e niilista (GOODFREY, 2015; MIES, 1996, 2022; SALLEH, 2018), e a dissolução dos estudos de mulheres e sua substituição pelos estudos de gênero, acontecimento globalizado pela agenda de “desenvolvimento sustentável” e a consequente institucionalização do movimento feminista (ALDUNATE, 2012; BENHOLDT-THOMSEN, 2016; MIES, 1994; PAREDES, 2012). No entanto, sem endereçar as realidades materiais e históricas das classes que sustentam o processo de acumulação de capital, caindo em uma retórica de opressão caótica onde tudo está conectado com tudo, não é possível almejar articulações sociais e políticas eficazes quando o objetivo é mitigar a crise climática e alcançar justiça ecológica (MOORE, 2019, 2021b), ou seja, aumentar a equidade e justiça endereçando as formas desiguais pelas quais pessoas e comunidades são afetadas por alterações climáticas e ambientais (GÜRÇAN, 2018; SULTANA, 2022).

Visando preencher tal lacuna, a presente pesquisa identifica como práxis ecofeministas podem colaborar para a construção de sociedades ecológicas e anti-patriarcais no século XXI. Para tanto, foram identificadas as relações entre crise climática, exploração das mulheres e a crise de acumulação capitalista no contexto neoliberal; explicadas a formação da estrutura de classes tripartite necessária ao processo de acumulação de capital a partir da divisão sexual e internacional do trabalho; e, por fim, analisadas as práxis ecofeministas no Movimento das Mulheres Curdas em Rojava e seus avanços e desafios na despatriarcalização da sociedade e na construção de uma sociedade ecológica e radicalmente democrática. Por fim, baseada nos postulados metodológicos e epistemologia abaixo expostos, a presente pesquisa conclui que não é possível alcançar justiça ecológica sem superar a divisão sexual do trabalho dada a necessidade material histórica de superexploração do trabalho (re)produtivo das mulheres para acumulação.

### **1.1 Postulados metodológicos para a pesquisa feminista**

Uma pesquisa dentro do escopo dos estudos de mulheres (*Women's Studies*), ou estudos feministas, feita por uma pesquisadora mulher, pode contradizer de forma fundamental o princípio da imparcialidade e neutralidade do sujeito acerca do objeto de pesquisa nas Ciências Sociais. O mesmo é válido para a questão ecológica. Como

alguém implicada cotidianamente no movimento ecológico, a total neutralidade e imparcialidade supostas pela ciência positivista não podem ser alcançadas. No entanto, para uma metodologia e epistemologia ecológica e feminista, tal alienação radical entre sujeito e objeto não é possível, tampouco desejável. Portanto, a metodologia da presente pesquisa se embasa nos postulados da pesquisa feminista proposta pela socióloga Maria Mies (1996) e na sociologia "materialista corporificada" presente na epistemologia ecofeminista socialista de Maria Mies (1988, 2014, 2022), Vandana Shiva (2014), Mary Mellor (1997) e Ariel Salleh (2006), amplamente apoiada no materialismo histórico-dialético de Marx. Essa escolha diz respeito à própria história tanto dos estudos feministas quanto da ciência em relação às mulheres.

Para compreender os postulados da presente metodologia de pesquisa é preciso, primeiro, lembrar que os estudos feministas, ou estudos de mulheres, não foram criados dentro da academia, não se iniciaram em institutos de pesquisa e não foram inventados por um grupo de mulheres acadêmicas "iluminadas". Como recupera Mies (1996), os "estudos das mulheres" começaram com grupos de mulheres diversas fora da academia - estudantes, donas de casa, trabalhadoras de base e algumas cientistas sociais - buscando a liberação da dominação masculina e formas de combater a violência e exploração, sendo posteriormente incorporados, sob demanda das mulheres, ao currículo acadêmico. Dessa forma, a necessidade de os estudos de mulheres estarem comprometidos com a liberação das mulheres era uma perspectiva incontestável. À época de sua origem, entre final dos anos 1960 e começo dos anos 1970, também era nítida a necessidade desses estudos não estarem "anexados" em nenhuma disciplina particular, mas acontecerem de forma transversal a todas as disciplinas de forma que o próprio paradigma científico fosse desafiado. Como veremos na presente pesquisa, o reconhecimento histórico acerca do fato que a ciência forneceu os mais importantes instrumentos para subordinação e exploração tanto das mulheres como da natureza torna a crítica ao paradigma presente na ciência e nas Ciências Sociais uma *necessidade* para qualquer pesquisa ecológica e feminista que objetiva não só a entender o mundo, mas transformá-lo (MERCHANT, 1989; MELLOR, 1997; MIES, 1996, MIES; SHIVA, 2014; SALLEH, 2017; ÖCALAN, 2020).

Com tal contexto em mente, e baseada nos postulados propostos por Maria Mies (1996, 2022) apoiados no nexos prática-teoria, a presente pesquisa segue as

seguintes orientações metodológicas de Pesquisa-ação Participativa Feminista (*Feminist Participatory Action Research - PAR*):

1) A suposta neutralidade e indiferença acerca do objeto de pesquisa é substituída por uma *parcialidade consciente*. A postura aparentemente desinteressada e alienada do pesquisador frente ao objeto de pesquisa é substituída por uma identificação parcial do pesquisador para com o objeto de pesquisa. Essa parcialidade consciente significa considerar tanto o próprio objeto de pesquisa como parte um de um todo social quanto o próprio pesquisador implicado nesse todo. A identificação parcial possibilita uma distância crítica não alienada entre pesquisador e objeto de forma a corrigir distorções de percepção de ambos os lados e ampliar a consciência acerca do todo tanto por parte do sujeito como do "objeto".

2) A visão por cima é substituída pela visão por baixo. Uma visão sistemática "a partir de baixo" tem, como dimensão científica, a possibilidade de conseguir respostas mais acuradas as quais os métodos "a partir de cima" não são capazes de obter. A própria alienação entre sujeito e objeto gera uma desconfiança difícil de ser superada, interferindo diretamente na forma como "o pesquisado" elabora suas respostas frente "ao pesquisador". A dimensão ético-política, por sua vez, significa que os estudos das mulheres precisam ser parte da luta política maior pela liberação das mulheres, de forma a prevenir a cooptação de inovações teóricas e metodológicas para fortalecerem a ordem vigente ou se transformarem em ferramentas de gerenciamento de crise. Esse postulado é igualmente válido para estudos da ecologia política e movimentos para ecologia.

3) Como consequência da visão a partir de baixo, o envolvimento com o próprio movimento passa a ser parte do aprimoramento metodológico e teórico do próprio pesquisador. A práxis, ou seja, a dialética entre ação e reflexão, leva à elaboração de teorias mais realistas ao passo que não trata o objeto como uma entidade estática e homogênea, considerando sua dinâmica histórica e contradições inerentes.

4) A participação nos movimentos os quais se pesquisa implica que o ponto de partida da busca científica seja a mudança, pois é por meio da tentativa de mudança da realidade imposta que somos capazes de entender a dimensão, extensão e causas de determinado problema. Mudar uma situação para ser capaz de entendê-la se aplica tanto no nível individual quanto social, dessa forma tanto o pesquisador quanto o

pesquisado são transformados no processo. Do ponto de vista metodológico, isso significa encontrar técnicas de pesquisas capazes de documentar e analisar os processos históricos de mudança.

5) O processo de pesquisa é um processo de conscientização tanto para os "sujeitos da pesquisa" (os cientistas sociais) quanto para os "objetos de pesquisa" (no nosso caso, as mulheres). Essa abordagem está enraizada na formulação de Paulo Freire<sup>1</sup>, que tem como característica distintiva o estudo da realidade opressora levado adiante pelo oprimido, não por um especialista externo. Dessa forma, os próprios cientistas sociais precisam se comprometer a fornecer seus instrumentos de pesquisa aos "pesquisados", de forma que a mudança e ação acontecem subsequente ao processo de conscientização.

6) Um postulado particularmente importante para os estudos de mulheres é que a conscientização coletiva das mulheres deve vir acompanhada *do estudo da história individual e social das mulheres*. Embora as mulheres façam a história, como veremos na presente pesquisa, historicamente as mulheres foram impossibilitadas de se apropriarem da história como *sujeitos* e, portanto, fazerem a própria história. Citando aqui a historiadora feminista Gerda Lerner (2021), nenhum homem foi excluído do processo histórico por conta do seu sexo, mas todas as mulheres foram. A apropriação da história das mulheres pode ser alcançada não apenas recuperando a história das mulheres, mas colaborando com metodologias e ferramentas para documentação e análise do próprio processo histórico sob uma perspectiva da liberação das mulheres.

7) Por fim, a apropriação da história por parte das mulheres só pode acontecer quando mulheres começam a *coletivizar as próprias experiências*, buscando formas de superar o individualismo e a competição característicos da nossa sociedade no geral, e da academia em particular, que opera sob a lógica da concorrência.

Os postulados acima expostos buscam o rompimento com a visão do cientista moderno, "o homem que presumivelmente cria a natureza, assim como a si mesmo, com o poder de seu cérebro." (MIES, 2014, p. 47, tradução nossa), rejeitando a alienação inerente à concepção de sujeito/objeto da ciência positivista. Ao mesmo tempo, os postulados acima permitem ao pesquisador a humildade necessária para reconhecer a independência ontológica do objeto e os limites da ciência de forma a

---

<sup>1</sup> Cf. FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

contribuir para a dissolução da ligação estabelecida entre ciência e poder desde Francis Bacon e René Descartes, uma ligação que, pela perspectiva das mulheres, crianças e natureza, mais tem colaborado para destruição da vida de múltiplas formas do que para sua promoção.

## 1.2 Epistemologia ecofeminista

O desdobramento dos estudos ecofeministas dentro dos estudos das mulheres emergiu após o surgimento de vários movimentos de mulheres organizadas contra projetos extrativistas, injustiças ambientais, poluição, energia nuclear, em movimentos de paz e de ação direta não violenta em diversas partes do mundo. Dessa forma, assim como os estudos das mulheres, os estudos relacionando a ecologia e as mulheres nasceram a partir da própria luta política de mulheres diretamente implicadas nas consequências do modo de produção capitalista (GODFREY, 2005; MELLOR, 1997; MIES; SHIVA, 2014; SALLEH, 2017), com mulheres tão diversas quanto Diane Wilson, pescadora do Texas, que ficou conhecida por sua luta contra corporações químicas como a Dow Chemical (GODFREY, 2005) e Chamundeyi, uma das principais lideranças do Movimento Chipko, na Índia (SHIVA, 2014).

Os estudos ecofeministas surgiram em meados da década de 1970, juntamente com a segunda onda do feminismo e do movimento ecológico contemporâneo, também conhecido como movimento verde (*green movements*). O ecofeminismo se apoia tanto nas conclusões feministas acerca da dominação das mulheres quanto na crítica ao antropocentrismo e nos questionamentos acerca da relação entre humanos e naturezas extra-humanas do movimento ecológico. Ao mesmo tempo, o ecofeminismo impõe a crítica à dificuldade do movimento ecológico em endereçar o papel fundamental das relações patriarcais homem-mulher em suas conclusões acerca da presente crise ambiental e climática. Já o desafio ecofeminista ao feminismo diz respeito à afirmação ecofeminista de que homens e mulheres estão em relações diferentes com o mundo natural e que a inserção humana no mundo natural está diretamente relacionada à corporificação humana (MELLOR, 1997). Dessa forma, o ecofeminismo sintetiza a práxis de compreender e enfrentar às dominações interrelacionadas das mulheres e natureza, buscando uma reestruturação radical da

sociedade ao invés de políticas reformistas (GODFREY, 2005). Para as ecofeministas está claro que as mulheres com seus próprios corpos e nos seus trabalhos carregam de forma desproporcional as consequências ecológicas e sociais da descorporificação humana apresentadas como "externalidades" do processo de produção capitalista. Ao mesmo tempo, as ecofeministas fazem uma crítica aos socialistas (marxistas, anarquistas ou não) para os quais o trabalho e, portanto, a própria condição de classe das mulheres, permanece invisível. Seguindo uma epistemologia ecofeminista, a presente pesquisa entende o trabalho das mulheres como trabalho (re)produtivo, pois mulheres são produtoras da vida em seus dois aspectos. A escolha da grafia acompanha a epistemologia ecofeminista que busca evidenciar as dimensões atemporal e histórica do trabalho feminino e a impossibilidade de existir trabalho produtivo alheio ao trabalho de reprodução da vida.

A história do ecofeminismo pode ser encontrada em uma vasta gama de movimentos de mulheres. Ariel Salleh (2017) colaborou consideravelmente em recuperar essa trajetória de cinco décadas ao fazer um vasto levantamento dos diversos movimentos em vários países do Norte e Sul global que, desde os anos 1970, têm buscado endereçar a questão ecológica e das mulheres de forma interconectada. O tamanho e o impacto do movimento ecofeminista vai depender do quão ampla será a definição usada. Uma definição estreita compreenderia as mulheres que se declaram ecofeministas. Nessa definição, teríamos algumas mulheres diretamente envolvidas em movimentos por justiça ecológica e mulheres acadêmicas dedicadas a estabelecer o ecofeminismo como perspectiva científica e como movimento. Uma definição mais ampla consideraria as mulheres em movimentos sociais e ambientais que unem as preocupações feministas e ecológicas. Por fim, uma perspectiva macro consideraria todas as mulheres envolvidas em lutas ambientais e ecológicas mesmo quando políticas ecofeministas ou feministas não são abertamente definidas ou expressadas (MELLOR, 1997a; SALLEH, 2017). Apesar do ecofeminismo como uma epistemologia distinta ter sido primeiramente desenvolvido em grande medida por mulheres no Norte global, embora não apenas a exemplo da própria Vandana Shiva, na última década a epistemologia ecofeminista tem servido de base para mulheres no Sul, como as mulheres curdas (PICCARDI, 2021) e mulheres latino-americanas, a exemplo de Yayo Herrero e Veronica Gago (2023), Ana Isla (2006),

Miriam Nobre e Renata Moreno (2020), entre outras. Desde 2010, a epistemologia ecofeminista está ganhando fôlego renovado não apenas no Sul global, mas no Norte, por meio das aproximações com o chamado novo materialismo (CASSELOT, 2016) e com a ecologia política (MACGREGOR, 2021).

É possível reconhecer duas vertentes teóricas dentro do ecofeminismo. O ecofeminismo cultural ou de afinidade, que olha para a cultura e para a dominação masculina *per se*, e até mesmo para a própria masculinidade, como a principal origem da violência contra as mulheres e da destruição ambiental. E o ecofeminismo socialista, ou ecofeminismo materialista, o qual utilizaremos como epistemologia principal da presente pesquisa, com uma tradição de análise do modo de produção capitalista a partir de uma perspectiva marxista, que entende a divisão de poder, particularmente a divisão sexual do trabalho, como a contradição fundamental sustentando os padrões de dominação, violência e exploração. Em ambas as linhas teóricas, é possível encontrar a conclusão de que a exploração das mulheres e da natureza estão conectadas. Para as ecofeministas socialistas, a análise dessa dupla exploração é feita endereçando as relações materiais entre humanos e entre humanos e natureza dentro de seus contextos históricos. De forma concomitante, a perspectiva ecofeminista socialista considera as relações de exploração das mulheres do Norte e Sul global, reconhecendo as diferenças entre elas, mas seu caráter interdependente, garantindo ao ecofeminismo socialista uma característica nitidamente anticolonial desde as origens. Assim, o ecofeminismo socialista considera tanto as preocupações das ecofeministas do Norte como os movimentos ecológicos de mulheres no Sul em um contexto político-econômico globalizado (BENNHOLDT-THOMSEN *et al.*, 1988).

Embora a perspectiva ecofeminista possa se relacionar com algumas correntes do feminismo radical, do feminismo comunitário e decolonial, algumas visões são incompatíveis com a perspectiva ecofeminista. Entre elas, destaco as demandas por "igualdade" do feminismo liberal, bem as demandas das feministas marxistas e socialistas por "equidade"; ambas subestimam o contexto ambiental mais amplo e a impossibilidade do desenvolvimento sempre progressivo das forças produtivas, ao passo que não conseguem oferecer uma explicação satisfatória para a persistência da violência contra mulheres desde antes do desenvolvimento do modo de produção capitalista e da colonização. O ecofeminismo também é incompatível com o

construcionismo social radical, seja ele do feminismo radical, pós-moderno, marxista ou socialista, por sua epistemologia e ontologia que privilegiam a sociedade humana/a cultura. Para as ecofeministas, a materialidade física é real e a humanidade é *parte* do mundo natural, enquanto este tem independência ontológica, e existe antes e para além dos humanos. No entanto,

A rejeição do construtivismo social ou cultural por atacado não significa um colapso no determinismo ecológico ou biológico. O que é politicamente e teoricamente vital para entender é a relação entre relacionamentos socialmente construídos e realidades físicas, seja de corporificação ou imersão. É essa interface que diz respeito ao ecofeminismo, a conexão entre os processos biológicos e ecológicos que envolvem a sociedade humana e a subordinação e opressão das mulheres. Para as ecofeministas, a preocupação com a vitalidade da ecologia do planeta está diretamente relacionada à preocupação com a vida e as experiências das mulheres. A dominação pós-moderna/pós-estruturalista da teorização social contemporânea apresenta uma falsa escolha entre o construtivismo social radical e várias formas de universalismo e essencialismo. (MELLOR, 1997a, p. 7, tradução nossa).

Para utilizar uma metáfora, o ecofeminismo nos impele seguir as linhas guias da história por meio da dialética entre social e ecológico/biológico, ou seja, uma análise materialista dos humanos-na-natureza, sobretudo das *mulheres-na-natureza*. Acompanhar esses fios nos auxilia a encontrar os nós, ou seja, as bases fundamentais mantendo as relações de dominação forjadas ao longo do processo histórico tanto em relação às mulheres como em relação à natureza. Apenas a tentativa de desatar os nós, ou seja, uma pesquisa-ação, a própria práxis ecofeminista, permite a construção de novas tessituras. Parafraseando Salleh (2017, p. 283, tradução nossa), um ecofeminismo dialético não questiona sobre "qual visão política ou teoria é válida para sempre?", mas sim "qual forma de saber é mais útil em um tempo que implora pela liberação da vida?".

### **1.3 Acerca do uso dos conceitos**

No contexto da presente pesquisa, todos os conceitos seguirão uma epistemologia ecofeminista e que são comumente utilizados por pesquisadoras ecofeministas socialistas. Os limites dos conceitos utilizados serão delineados dentro do próprio contexto da pesquisa. No entanto, acredito ser necessário situar alguns

conceitos de antemão, a começar pelo próprio conceito de crise climática. A preferência pelo uso de "crise climática" - e não colapso climático, emergência climática ou mudança climática - está baseada no uso mais amplo do termo enquanto uma situação material real, não só do ponto de vista acadêmico, mas midiático e político, no qual crise diz respeito a um ponto de ruptura onde ações devem ser tomadas de forma a evitar ou mitigar efeitos futuros indesejados. Por sua vez, alterações climáticas e aquecimento global são empregados de forma meramente descritiva, para se referir à realidade objetiva desses eventos.

Em se tratando do conceito de "natureza", embora uma perspectiva ecofeminista considere os humanos-na-natureza, de forma que o humano não pode ser totalmente dissociado da natureza e vice-versa, os conceitos de natureza e naturezas extra-humanas na presente pesquisa se referem sobretudo à natureza objetiva, ao mundo natural que existe para além dos humanos. Igualmente, apesar de todo o debate acerca das "mulheres" enquanto conceito, a epistemologia ecofeminista enxerga "mulheres" para além de um conceito, ou seja, como seres humanos completos que compõem metade da população global e que existem antes e para além de quaisquer disputas de conceito. Embora mulheres sejam diversas em suas realidades étnicas, econômicas, sociais e na forma como expressam sua sexualidade e sua identidade sexual, como veremos na presente pesquisa, mulheres enquanto grupo ainda compartilham características fundamentais que as mantém em condição de subordinação e exploração para proveito dos homens enquanto grupo *apesar* das diferenças existentes. Nesse sentido, é pertinente a afirmação de Ariel Salleh (2018, p. 181,) que destaca:

Paralelamente à rejeição do conceito de 'mulher', muitas feministas pós-modernas também menosprezam o conceito de 'natureza'. Contra um tratamento literal, quase positivista, dos 'universais', as pós-modernas celebram a multiplicidade das diferenças, se 'regozijam na confusão das fronteiras e da responsabilidade em construí-las'. Ainda assim, durante esse processo de recontextualizar os 'universais', as ativistas ainda precisam ser capazes de 'falar' – mesmo enquanto usam palavras que estão em processo de contestação e redefinição. A despeito de sua sofisticação linguística, as pós-modernas frequentemente discutem universais capitalistas patriarcais como 'mulher' e 'natureza' de maneira não dialética, como se fossem 'fatos sociais' durkheimianos.

Para as ecofeministas socialistas, “muita abstração teórica pode levar a uma crise de linguagem, a inabilidade de dizer qualquer coisa”, o que, por sua vez, significa “a inabilidade de promover qualquer mudança.” (GODFREY, 2005, p. 54-55, tradução nossa), o que justifica a preferência por não utilizar o conceito de gênero na presente pesquisa. Originalmente criado como uma ferramenta para análise da opressão feminina, o conceito de gênero se tornou amplamente utilizado para se referir a uma entidade (ou identidade) divorciada do corpo, de forma não dialética, descorporificada e desencarnada, e que tem “o efeito de praticamente excluir novamente ‘mulheres’ do discurso público” (MIES 1994). Feministas do Norte e Sul global têm apontado para como a chamada “agenda de gênero”, e o próprio conceito de gênero, serviu amplamente para despolitizar os estudos de mulheres e, sobretudo por meio de Organizações da Sociedade Civil e agências globais, cooptar e enfraquecer o movimento feminista como um todo (ALDUNATE, 2012; MIES, 1994, 2022; PAREDES, 2012; SALLEH, 2017; SÁNCHEZ, 2022). Seguindo uma epistemologia ecofeminista, sexo/gênero não devem ser vistos como separados; social e biológico estão em relação dialética e qualquer proposta de alienação, como se houvesse uma biologia pura ou cultura pura, está fundamentalmente implicada na alienação e separação dualista cartesiana que coloca mente, razão, humano, homem acima do corpo, emoção, natureza, animal, mulheres, reforçando a lógica da dominação inerente à visão dualista baseada na separação radical entre os pares (MELLOR, 1997; MIES, 2022; PLUMWOOD, 2003; SALLEH, 2017, 2018). Tal separação radical se torna reacionária por princípio quando desconsidera a incorporação e corporificação humanas, assim como o faz o próprio patriarcado capitalista para possibilitar a acumulação de capital. Como aponta Mellor (1997a), se as realidades da corporificação humana em seu contexto mais amplo não forem discutidas, não é possível abordar as maneiras pelas quais a própria corporificação humana teve impactos diferentes para homens e mulheres do ponto de vista histórico. Ademais, como alertaram Maria Mies e Vandana Shiva (2014) ainda nos anos 1980, a separação radical entre mente e corpo, no qual o corpo pode ser completamente construído a partir dos desejos da mente, abre novas possibilidades exploração por parte do complexo industrial tecno-fármaco-médico, para o qual a biotecnologia é uma promessa não só de transcender os limites ecológicos e biológicos alcançado o desejo

de "ser Deus" postulado pela Ciência, como de abrir novos nichos de acumulação e novas formas de poder ao garantir o controle das "sementes e úteros".

A escolha do conceito de dominação das mulheres ou dominação masculina, diz respeito à realidade objetiva na qual as mulheres estão inseridas hoje, que une tanto a violência simbólica quanto as forças de dominação objetiva. Mulheres não estão em uma simples relação de poder com os homens, pois elas estão sob um sistema integrado de violência e coerção (física, sexual, emocional, econômica e ideológica) há centenas de milhares de anos cujo objetivo último é mantê-las em condição de *subordinação*, implicando também um condicionamento psicológico. Como veremos, as mulheres vivem sob uma guerra de baixa intensidade permanente que afeta todas as mulheres. A escolha dos termos subordinação e exploração, ao invés de simplesmente "opressão", busca destacar a subordinação coercitiva e generalizada sobre a mente e o corpo das mulheres como meio de garantir as possibilidades de superexploração do seu trabalho (re)produtivo. Exploração "significa que alguém ganha roubando algo de outrem ou vive às custas de outrem." (MIES, 2022, p. 99). Dessa forma, ambos os termos estão relacionados ao surgimento da dominação dos homens enquanto grupo sobre as mulheres enquanto grupo, bem como ao domínio de uma classe ou grupo sobre os demais.

Por sua vez, os conceitos de dominação e subordinação se conectam ao conceito de patriarcado: "um sistema social, cultural, econômico e político global que determina a vida de uma mulher desde o nascimento até a morte". (MIES, 2022, p. 25). Mais especificamente, um patriarcado capitalista, sendo o conceito de patriarcado utilizado para denotar a historicidade da dominação da classe sexual masculina sobre a classe sexual feminina em suas múltiplas formas enquanto o conceito de capitalismo se refere à manifestação contemporânea *mais recente* desse sistema. Em outras palavras, o capitalismo é a expressão moderna do patriarcado. Dessa forma, a presente pesquisa reconhece o patriarcado e a acumulação como constituintes do arcabouço ideológico e estrutural sobre o qual a atual realidade das mulheres e da natureza deve ser entendida, pois sem mulheres, sem natureza e sem 'colônias' não há possibilidade de acumulação.

Seguindo a escolha da maior parte da literatura ecofeminista socialista, o termo colônias diz respeito aos países que foram colônias extrativistas e escravistas e, na

atual divisão internacional do trabalho, a função econômica é similar à função das primeiras colônias: servir como fonte de trabalho barato e matérias-primas baratas. No entanto, 'colônias' também significa os grupos empobrecidos dentro dos países do Norte global, geralmente composto por mulheres, pessoas negras e latinas e migrantes em contextos racializados. Dessa forma, as 'colônias' internas têm a mesma função das ex-colônias de servir como fonte de trabalho barato. Nesse sentido, reconhecendo as complexidades de definições gerais, adota-se os conceitos de Norte e Sul global não como demarcações estritamente geográficas, mas geopolíticas. Norte global diz respeito aos países política e economicamente dominantes internacionalmente, antigamente denominados países de Primeiro Mundo ou "desenvolvidos", majoritariamente localizados no Norte do globo, incorporando, entre outros, Estados Unidos, Canadá e Europa Ocidental enquanto Sul global diz respeito aos países empobrecidos e colonizados, localizados majoritariamente no Sul do globo, antigamente chamados de Terceiro Mundo ou países subdesenvolvidos, compreendendo América Latina e Caribe, países do Oriente Médio, Índia, África e alguns países asiáticos. Como a presente pesquisa parte do desenvolvimento da civilização ocidental, o conceito de civilização é utilizado para se referir a esse desenvolvimento histórico específico, reconhecendo seu caráter de "civilização central". Como explica Abdullah Öcalan (2017), civilização central significa que a partir da síntese da civilização Suméria e Egípcia, a civilização central absorveu todas as outras civilizações e se tornou uma civilização única e globalizada.

## **2 CRISE CLIMÁTICA E A FINANCEIRIZAÇÃO DO PLANETA NA ERA NEOLIBERAL**

Se a crise climática é ou não de causa antropogênica já não é mais motivo de debate. Entre 97-98% dos pesquisadores mais ativos no campo do clima apoiam as conclusões do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) sobre o aumento da temperatura da Terra ser resultado das emissões de gases de efeito estufa emitidos pela ação humana (ANDEREGG *et al.*, 2010). As consequências das alterações climáticas já estão sendo percebidas: ondas crescentes de calor extremo, secas, chuvas fortes, inundações, acidificação do oceano, aumento do nível do mar, perda de espécies etc. (HANSEN *et al.*, 2016). Para não ultrapassar o aquecimento global de 1.5°C seria preciso cessar as emissões de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) na atmosfera até 2050. Especialistas em estudos climáticos afirmam que limitar o aquecimento global é uma das ações necessárias para lidar com as consequências das mudanças climáticas causadas pela ação humana (IPCC, 2018). Contudo as emissões de CO<sub>2</sub> estão previstas para aumentar em 70% até 2050 (OECD, 2012).

O primeiro alerta científico sobre as mudanças climáticas foi dado há 70 anos, em 1950 (KLEIN, 2014). Os primeiros modelos computacionais sobre o aquecimento global remontam aos anos 1970 enquanto a primeira Conferência Mundial do Clima aconteceu em 1979, com o tema virando assunto na grande mídia norte-americana em 1988 após o depoimento do físico atmosférico da Nasa, James Hansen, ao Congresso dos Estados Unidos (FUNK, 2016). Ao mesmo tempo em que o aquecimento global estava se tornando uma preocupação mundial, o mundo presenciava a implementação da agenda neoliberal: para cada acordo internacional de redução de emissões GEE, outro era negociado para aumentar o fluxo de mercadorias. Em 1992, lideranças globais se encontraram no Rio de Janeiro para assinar o documento que seria base de todas as negociações futuras sobre clima, o UNFCCC (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima). Apesar da forte resistência dos movimentos antiglobalização, o NAFTA (Acordo de Livre Comércio Norte Americano) foi assinado no mesmo ano. Em 1994, negociações comerciais estabeleceram a OMC (Organização Mundial do Comércio) e, em 1997, o Protocolo de Kyoto foi adotado, onde as limitações de emissões de GEE acordadas

apareciam ao lado da possibilidade de compensação de emissões via créditos de carbono, uma política que abordaremos em detalhe adiante. Em 2001, a China se tornou membro da OMC, consolidando o livre mercado no mundo. Naomi Klein (2014) afirma que um dos aspectos mais marcantes na consolidação desses acordos é que cada um deles parecia ignorar a existência do outro. Afinal, como seria possível reduzir emissões climáticas e, ao mesmo tempo, descentralizar a produção de mercadorias que seriam transportadas por distâncias cada vez maiores por meio de aviões e navios cargueiros? Para a autora, a hierarquia ficou clara quando, no documento final lançado após a Eco-92, intitulado Agenda 21, estava explícito que as medidas para combater a crise do clima não deveriam ser uma restrição ao comércio internacional. Na verdade, o comércio internacional foi posto como uma das formas para alcançar o chamado "desenvolvimento sustentável"<sup>2</sup>.

Conforme os acordos foram sendo colocados em prática, as emissões de GEE se multiplicaram. Antes da total implementação da agenda neoliberal no mundo, as emissões estavam desacelerando, com um crescimento estável de 1% ao ano na década de 1990. Porém, entre 2000 e 2008, as emissões cresceram 3,4% ao ano. Em 2010, o aumento alcançou um recorde de 5,9%. Na China, 48% das emissões de GEE entre 2002 e 2008 foram relacionadas à produção de produtos para exportação (KLEIN, 2014, p. 80). A autora argumenta que, embora existam outros fatores sustentando o chamado Consenso de Washington<sup>3</sup>, como o imperativo do crescimento econômico, a arquitetura do comércio global e a ideologia econômica vigente tiveram papel central em disparar as emissões. Para os países em busca de capital estrangeiro, políticas de proteção socioambientais são ameaças à afluência. Qualquer regulamentação capaz de impactar os custos de produção significaria ver as corporações saindo em busca de custos mais baixos. Pode-se afirmar que as políticas neoliberais foram a "pá de cal" nas tentativas de implementação de políticas climáticas efetivas.

---

<sup>2</sup> Cf. <<https://antigo.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global.html>>

<sup>3</sup> O Consenso de Washington diz respeito a um conjunto de medidas formuladas por economistas de instituições financeiras situadas na cidade de Washington D.C., como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, que estimulavam a competição entre as taxas de câmbio, davam incentivos às exportações e previam a gestão de finanças públicas. O Consenso de Washington se tornou a política oficial do FMI em 1990 e passaram a ser "receitadas" para promover o ajuste macroeconômico dos chamados países em desenvolvimento.

No entanto, a própria agenda climática se tornaria um espaço de articulação para acumulação capitalista por meio da financeirização da Natureza e de uma narrativa climática pós-política. No presente capítulo, analisarei como as políticas neoliberais colocadas em fluxo a partir da década de 1970 possibilitaram um pico de acumulação de capital que encontrou seus limites com a crise financeira de 2008. Ao fazer uma linha histórica das políticas globais desenvolvidas para lidar com as causas e consequências da crise climática implementadas desde 1992, é possível inferir que estas foram, sobretudo ao final da primeira década do novo milênio, construídas de forma a ampliar o alcance do mercado, bem como expandir a financeirização da natureza. Sob a égide de "acabar com a pobreza" e promover o "desenvolvimento sustentável" e, posteriormente, o "crescimento verde", uma série de estudos e relatórios formulados por organizações e comitês multilaterais compostos por atores diversos como Estados-nação, CEOs, Banco Mundial, OMC, OSCs, agências da ONU etc., e utilizados para embasar os acordos climáticos levados adiante nas conferências climáticas, serviram para desmembrar e precificar a biosfera, criando uma matemática climática com ativos ambientais, capital natural, mercado de carbono e serviços ecossistêmicos, todos passíveis de serem comprados e vendidos em um mercado ascendente.

## 2.1 Um breve resumo do projeto neoliberal

As políticas neoliberais do final do século XX visavam a aceleração no fluxo das mercadorias e o aumento da lucratividade após 1968<sup>4</sup>. Esse novo ciclo de acumulação foi possibilitado pela queda cíclica nos preços de comida, energia e matérias-primas. Como explica Jason Moore (2014), os preços dos metais caíram para quase metade entre 1975 e 1989; os preços das *commodities* alimentícias caíram 39%; enquanto o petróleo estabilizou, a partir de 1983 e pelos próximos vinte anos, a um preço por barril o dobro do pós-guerra. No entanto, junto com matérias-primas, energia e comida barata era preciso criar *trabalho barato*. Essa foi uma das características fundamentais

---

<sup>4</sup> Em 1968 uma série de revoltas e rebeliões sociais marcaram o mundo como A Revolta de Praga, na antiga Tchecoslováquia, protestos contra a guerra do Vietnã e contra projetos de energia nuclear e mineração de urânio em várias partes do mundo, A Passeata dos 100 mil no Brasil contra a Ditadura Militar, as Revoltas de maio de 1968 na França, entre outros.

do ajuste neoliberal: reduzir o custo da produtividade do trabalho (MOORE, 2014, 2021, 2022d). A partir de 1973, o projeto neoliberal implementado teve cinco dimensões cruciais. Primeiro, a repressão dos salários por meio da organização da classe patronal e ataque aos sindicatos de trabalhadores. Segundo, a migração capitalista em busca de trabalho barato, que desencadeou um processo de desindustrialização do Norte global e industrialização rápida de alguns países do Sul global. Terceiro, entre as décadas de 1980 e 1990, acordos globais de livre comércio para a agricultura foram firmados seguindo os mesmos termos do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GAAT), de 1947, com o principal objetivo de “criar liberdade para corporações transnacionais investirem, produzirem e comercializarem em *commodities* agrícolas sem restrição, regulação ou responsabilidade.” (SHIVA, 2014, p. 231, tradução nossa). Esse momento marcou o que se convencionou a chamar de Revolução Verde, quando o modelo de agricultura em larga escala, com base em sementes transgênicas, fertilizantes petroquímicos, agrotóxicos e maior mecanização da produção foi globalizado por meio de acordos transnacionais da OMC e Banco Mundial com o principal objetivo de inserir terras cuja produção era voltada para agricultura de subsistência na lógica do dinheiro. (BENNHOLDT-THOMSEN *et al.*, 1988; FEDERICI, 2022; SHIVA, 2014). Um dos principais instrumentos para fomentar tal transição foi a política do crédito e sua dupla função: orientar as famílias vivendo à base da agricultura de subsistência para a monocultura de *commodity* ou produção para o mercado e, ao mesmo tempo, garantir que essas produções não fossem imediatamente dizimadas pela competição com os grandes produtores, mantendo-os assim dentro da lógica do mercado. Ao mesmo tempo, essa lógica incentivava as famílias agricultoras a não produzirem mais o próprio alimento, que passaria a ser comprado no mercado, transformando dessa forma as famílias em novos consumidores. No caso da Índia, por exemplo, essas políticas agrárias, que também dependiam da supressão dos subsídios garantidos pelo Estado às famílias agricultoras, resultaram na transferência de dinheiro dos agricultores locais para as corporações transnacionais, sobretudo norte-americanas, e na necessidade de importação de alimentos dos quais antes o país era exportador. Como analisa Shiva (2014, p. 233), em 1991 a Índia exportou 672.000 toneladas de trigo. Em 1992, sob a pressão da liberalização da importação, a balança foi invertida e o país importou 2.5

milhões de toneladas de trigo a um custo maior por quilo do que quando o governo garantia subsídios à produção local. Tais ajustes estruturais voltados para o campo também permitiram despossuir centenas de milhares de camponeses em todos os países nos quais foram empregados. Como resultado, após 1989, o proletariado mundial dobrou (MOORE, 2014, p. 300). Na China, cerca de 300 milhões migraram do campo à cidade. No Brasil, o êxodo rural pode ser observado no censo rural de 1995, responsável por demonstrar um declínio na população rural, passando de cerca de 23 milhões em 1986 para 18 milhões. Ainda, os dados demonstraram que apenas 3% da população detinha dois terços da terra arável e cerca de 4.8 milhões das famílias em áreas rurais não tinham acesso à terra (VELTMEYER; PETRAS, 2008, p. 16). A quarta dimensão do projeto neoliberal se apoiou na expansão do proletariado feminino em uma escala inédita, com cada vez mais mulheres sendo inseridas no mercado de trabalho, uma realidade que afetou tanto as mulheres em países afluentes como do Sul global, situação que será mais bem detalhada no capítulo quatro. Por último, esse regime de trabalho barato foi possibilitado por um “subconsumo forçado” que pode ser percebido, como destaca Moore (2014), nas taxas de fome e deficiência nutricional da população afetando três bilhões de pessoas, incluindo 50 milhões nos EUA. Uma análise dos efeitos dos ajustes neoliberais na agricultura feita por Shiva (2014) revelaram o aumento de mal nutrição no continente Africano, na Índia, Peru, Brasil, Argentina e Jamaica. Neste último, por exemplo, menos de 2% das crianças admitidas no Hospital Bustamante (Kingston) estavam sofrendo de mal nutrição em 1978. Menos de 10 anos depois, em 1986, a porcentagem de casos de mal nutrição infantil havia dobrado.

Desde 2003, os preços dos metais, dos alimentos, da energia e, paulatinamente, da mão de obra, voltaram a subir. O plano neoliberal começou a enfrentar alguns limites, sobretudo porque as próprias condições climáticas que o capitalismo global forjou têm comprometido a produção agrícola e dificultado a produção de *commodities* baratas (MOORE, 2014; 2021). Por exemplo, as alterações climáticas de causa antropogênica desaceleraram a produtividade global na agricultura em sete anos entre 1960 e 2020. Conforme demonstra o pesquisador Ariel Ortiz-Bobea (2021), os ganhos produtivos de 2020 teriam sido alcançados em 2013 se não fosse a crise do clima. Ao mesmo tempo, ao passo que o mercado mundial de

combustíveis fósseis depende cada vez mais de recursos difíceis de extrair, incluindo óleo e gás de xisto, areias betuminosas e poços *offshore* em águas profundas, o custo da extração está, e é razoável prever que continuará aumentando (KREPS, 2020). No quesito mão de obra, a subida no custo do trabalho, com destaque para o contexto chinês, impeliu as corporações a migrarem para os vizinhos Vietnã, Mianmar, Camboja e Bangladesh, países cujas populações somadas correspondem a cerca de apenas um terço da população chinesa.

É possível ler essa alta dos preços e consequente estagnação na lucratividade como um sinal de crise na estratégia neoliberal e uma contração cíclica do processo de acumulação marcada pela crise financeira de 2008, que atingiu sobretudo as potências do Norte global (GRAEBER, 2016; LAZZARATO, 2022; MOORE, 2014; 2021). Nesse momento, uma narrativa unificadora da crise climática começa a ser construída como um novo *fix*, ou seja, uma correção ou reparo, para ampliar os mercados e superar a estagnação financeira. Entender como se deu esse processo é para onde iremos nos voltar agora.

## **2.2 Forjando um consenso global: o nascimento da "economia verde"**

Como a crise climática se tornou uma oportunidade de lucro e possibilitou uma nova onda de acumulação em um momento de estagnação da lucratividade? Ao buscar responder à questão, é possível perceber que, de forma similar à narrativa de "investir nos pobres", utilizada pelo Banco Mundial a partir de 1973 para justificar suas políticas monetárias para inserir a agricultura de subsistência no mercado visando a produção de *commodities* baratas, a narrativa da *economia verde* se constituiu de forma hegemônica sobretudo durante a crise financeira de 2008 e tem como fio condutor o "crescimento verde" necessário para "combater a pobreza". Ela foi elaborada ao longo de 20 anos, quando as prioridades de atuação e agenda da economia verde foram formuladas por uma série de instituições dentro do guarda-chuva da Organização das Nações Unidas (ONU) como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), juntamente com organizações multilaterais como a

Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, Banco Mundial, coalizões empresariais, bancos de fomento regionais, Estados-nação e outros atores.

Ariel Salleh e James Goodman (2013) explicam que a hegemonia narrativa da economia verde começou a ser forjada a partir de 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Eco-92, realizada no Rio de Janeiro. Foi durante a conferência de 1992 que os três pilares do desenvolvimento sustentável, responsáveis por guiar as políticas internacionais acerca da crise climática, foram estabelecidos: o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento social e a proteção ambiental. Dois anos depois, esses pilares foram atrelados ao mercado por meio do chamado "tripé da sustentabilidade", conhecido em inglês como "*triple bottom line*", conceito criado por John Elkington, economista e ambientalista americano, em 1994. Em um texto para a Harvard Business Review, Elkington propôs os 3 Ps em inglês "*profit, people and planet*" ("lucro, pessoas e planeta") para demonstrar aos gestores corporativos a importância da chamada "responsabilidade social e ambiental" nos negócios, o que se tornou amplamente conhecido como tripé da sustentabilidade<sup>5</sup>. Aqui começava a se desenhar os primeiros contornos do debate contemporâneo sobre a questão ambiental. Em 2002, durante a Rio+10, realizada em Joanesburgo, desenvolvimento e sustentabilidade foram integrados para privilegiar o "crescimento econômico sustentável" e, novamente, o combate à pobreza. Podemos considerar que esse momento marcou o início de uma longa articulação internacional para influenciar a agenda climática por parte das elites políticas dos Estados nacionais, bancos, elites econômicas dos países do Norte e Sul global e corporações transnacionais, atores que podemos resumir, seguindo uma epistemologia ecofeminista, sob o conceito de Grandes Homens ou Mestres<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> Em 25 de junho de 2018, o economista publicou um novo artigo para a revista intitulado "**25 Years Ago I Coined the Phrase 'Triple Bottom Line'. Here's Why It's Time to Rethink It**" ("Há 25 anos, criei a frase 'Triple Bottom Line'. Veja por que é hora de repensar isso", em tradução livre) onde ele retoma o conceito e faz um "*recall*", afirmando que "nenhuma dessas estruturas de sustentabilidade será suficiente, desde que lhes falte o ritmo e a escala adequados - a intenção radical necessária - para impedir que todos ultrapassemos nossos limites planetários". Disponível em: <https://hbr.org/2018/06/25-years-ago-i-coined-the-phrase-triple-bottom-line-heres-why-im-giving-up-on-it>. Acesso em: 12/05/2023.

<sup>6</sup> Na leitura de Maria Mies, o Grande Homem é o Estado patriarcal e os Grandes Homens são a elite masculina dominante atrelada aos interesses de manutenção desse Estado e das possibilidades de acumulação que ele garante (MIES, 2022). Para Val Plumwood, os Mestres são uma elite de homens dominantes e que se utilizam de vários meios, incluindo a ciência, o capital e o Estado, para garantir a manutenção do próprio domínio social, econômico e político (PLUMWOOD, 2003).

Em 2005, o primeiro-ministro do Reino Unido, Tony Blair, convidou os cinco principais países emergentes<sup>7</sup> para a cúpula do G8, em Gleneagles, na Escócia, cujo objetivo era promover uma maior cooperação internacional em se tratando de mudanças climáticas, o que resultou, em 2007, em um acordo legalmente não vinculante de cooperação entre os países (MORENO, 2016). Na esteira deste movimento, a "narrativa unificadora" da economia verde, necessária para catalisar o envolvimento dos países no período pós-crise, ganhou visibilidade midiática sobretudo após o *Global Green New Deal* ("Novo Acordo Verde Global") feito pelo Pnuma, em 2008, no contexto da *Green Economy Initiative* ("Iniciativa para a Economia Verde"),<sup>8</sup> da ONU. O chamado surge em um momento de crise financeira, onde a recuperação econômica do Norte Global e a inclusão estratégica dos países do Sul (sobretudo as potências do BRICS<sup>9</sup>) à economia mundial eram partes de um esforço concentrado para retomar o crescimento econômico. O envolvimento do governo brasileiro com a agenda ficou demonstrado quando, em 2009, o Brasil propôs, junto à China, a Rio+20, uma convocação para debater "o futuro do *desenvolvimento sustentável* a partir de dois temas centrais e complementares: *a economia verde no contexto da erradicação da pobreza e o marco institucional necessário para uma governança global.*" (MORENO, 2016, p. 263 - grifo da autora). Na Rio+20 seriam estabelecidos os caminhos, metas e compromissos para preservação ambiental e combate às mudanças climáticas para as próximas décadas, o que pode explicar toda a movimentação política e econômica que antecedeu o evento, com uma diversidade de atores buscando influenciar o que seriam os resultados do encontro.

Uma das primeiras ações tangíveis da *Green Economy Initiative* foi um documento de 631 páginas, publicado em março de 2011, chamado *Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication* ("Rumo a uma economia verde: caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza"). A mensagem geral do documento era a necessidade de expandir os direitos de propriedade para a preservação dos "recursos naturais", aumentando o

---

<sup>7</sup> Sendo eles África do Sul, Brasil, China, Índia e México.

<sup>8</sup> Cf. < <https://www.unep.org/explore-topics/green-economy> >

<sup>9</sup> O anacrônico BRIC foi criado em 2001 por Jim O'Neill, economista sênior do Goldman Sachs, um dos maiores bancos de investimento do mundo, em seu argumento de que Brasil, Rússia, Índia e China poderiam tornar-se uma força maior na economia mundial (MORENO, p. 262, 2016).

acesso dos mercados sobre estes, com governança internacional, especialmente no comércio e investimento. A abordagem foi levada adiante por meio do grupo de *lobby* da UNEP, a *Green Economy Coalition* ("Coalizão para Economia Verde")<sup>10</sup>, composto sobretudo por Organizações da Sociedade Civil (OSC) e associações do setor privado. No mesmo mês, a coalizão publicou o documento *Road to Rio* ("Caminho ao Rio"), responsável por indicar que o caminho para a preservação "precisaria de recapitalização da base dos recursos naturais para incentivar o investimento." (GREEN ECONOMY COALITION, 2011, p. 7, tradução nossa). Em paralelo, o *World Business Council for Sustainable Development*<sup>11</sup> (WBCSD) e a Câmara Internacional do Comércio estabeleceram uma organização lobista chamada *Business Action For Sustainable Development* ("Ação empresarial para o desenvolvimento sustentável"). Ambos os grupos começaram a colaborar para influenciar os resultados da Rio+20, organizando um evento prévio, *UNEP-Business and Industry Global Dialogue*, em abril de 2011. Cinco meses depois, em setembro, a Câmara Internacional do Comércio publicou seu próprio documento com indicações para a "economia verde", *Ten Conditions for Transition Toward a Green Economy* ("10 Condições para uma transição para uma economia verde"), enfatizando a importância do crescimento sustentável e a abertura dos mercados. No mesmo ano, a OECD fez sua própria contribuição por meio do relatório *Towards Green Growth* ("Rumo ao crescimento verde"), preconizando a precificação dos recursos naturais por meio dos mercados, inclusive por meio de "licenças negociáveis, como a resposta mais eficaz e eficiente à crise ecológica." (OECD, 2011, p. 8, tradução nossa). Nesse contexto, a tentativa da UNESCO de injetar no debate uma perspectiva mais centrada no ser humano por meio do relatório *From Green Economies to Green Societies* ("Das Economias Verdes para Sociedades Verde")<sup>12</sup>, de dezembro de 2011, "figurou como uma anomalia em um debate oficial que se mantinha resolutamente centrado no mercado e economicista." (SALLEH; GOODMAN, 2013, p. 416, tradução nossa).

Em janeiro de 2012, o primeiro rascunho do documento responsável por embasar as discussões da Rio+20, intitulado *The Future We Want* ("O Futuro Que

---

<sup>10</sup> Cf. <<https://www.greeneconomycoalition.org/>>.

<sup>11</sup> No Brasil, foi estabelecido sob o nome de Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS). Cf. <<https://cebds.org/sobre-o-cebds/wbcsd/>>.

<sup>12</sup> Cf. <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000213311>>

Queremos”), propunha a união entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental, enfatizando "oportunidades de ganha-ganha" da economia verde. Em sua versão final, o texto destacou a importância de "combater a pobreza mundial" e reforçou o imperativo da "sustentabilidade ecológica" por meio da "gestão sustentável dos recursos" e do "crescimento econômico sustentável, inclusivo e equitativo." (ONU, 2012, p. 7, tradução nossa). Quanto à participação cidadã e empresarial, esta deveria acontecer por meio de parcerias público-privadas, enquanto os direitos da natureza<sup>13</sup> ficaram diluídos sob a narrativa de “harmonia com a natureza”. O documento reiterou a importância de acordos internacionais existentes para garantir maior integração global da agenda da economia verde, que ganhou uma seção dedicada a mostrar a economia verde como uma das opções disponíveis, mas sem oferecer compromissos rígidos, servindo apenas como recomendações para elaboração de políticas e melhores práticas. Para Moreno (2016, p. 274), esse movimento significou um “giro discursivo determinante: das políticas climáticas 'negativas' à economia verde 'positiva’”. Parte disso pode ser entendido como reflexo do fracasso em se concretizar um acordo legalmente vinculante para frear o aquecimento global durante a 15ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP15), realizada em Copenhague, na Dinamarca, em 2009. Ainda que a narrativa da justiça climática tenha sido incorporada ao discurso nesse momento, a capacidade mobilizadora e midiática perdeu força frente ao receio dos governos adotarem medidas que pudessem reduzir a atividade econômica em um momento já marcado pela recessão e austeridade.

A meu ver, esse movimento representou também uma ruptura com o discurso dos anos 1970 sobre "limites do crescimento" e a retórica do Clube de Roma acerca dos problemas em se manter um modelo econômico de crescimento infinito em planeta de recursos finitos<sup>14</sup>. Ainda que elaborado sob uma lógica equivalente de

---

<sup>13</sup> Proposta pela primeira vez em 1972, por Christopher Stone, a tese sobre os Direitos da Natureza, busca reconhecer a natureza como sujeito de direitos e ajuda a embasar a elaboração de legislações em diversos países como Equador e Estados Unidos, bem como a Convenção Sobre Diversidade Biológica das Nações Unidas, assinada no Rio de Janeiro em 1992 (JUNIOR e BARROS, 2016).

<sup>14</sup> Publicado em 1972 pelo Clube de Roma, OSC fundada em 1968 por um grupo de trinta empresários para debater questões econômicas, sociais e ambientais relativa ao desenvolvimento sustentável, e escrito por um grupo de pesquisadores do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), o livro "Os Limites do Crescimento" moldou parte do debate ecológico nas décadas posteriores, com uma crítica centrada no crescimento econômico e populacional. Na página do Clube

gerenciamento da natureza (MERCHANT, 1989), o documento do Clube de Roma invariavelmente carrega consigo imperativos como reduzir, diminuir e evitar ao destacar os limites planetários para manutenção das condições de vida na Terra; ações pouco atrativas para países e negócios em busca de superar a estagnação e voltar à rota do crescimento econômico infinito. Essa virada discursiva também pode ser lida como uma nova roupagem para o "desenvolvimento sustentável", mais pragmática e objetiva, e sua materialidade é alcançada por meio da valoração de "ativos ambientais", mecanismos de implementação e governança planetária. Em outras palavras, é "uma narrativa unificadora do capital financeiro, a serviço de um novo passo da acumulação." (MORENO, 2016, p. 264). Nesta agenda, os Estados nacionais têm papel central como criadores e indutores do "crescimento verde", sobretudo por meio de licitações públicas, investimento e parcerias público-privadas selecionadas por meio de "critérios verdes". Sua realização é, portanto,

*um processo que só é possível com a participação ativa dos Estados e governos, pois sua implementação depende da centralidade de um regime jurídico que assegure a criação de novas leis, a reforma ou ajustes dos parâmetros normativos existentes e a consequente segurança e validade jurídica dos contratos e investimentos. (MORENO, 2016, p. 259 - grifo da autora).*

É a partir desse arcabouço ideológico que irrompe uma linguagem cada vez mais comum entre as ações para mitigação das mudanças climáticas como licitações verdes, pegada de carbono, cidades e prédios verdes, agricultura de baixo carbono, entre outros. É também seguindo essa lógica que surgem políticas públicas endereçando a questão do clima, os mercados de carbono e o financiamento para a preservação de florestas por meio de mecanismos como o da Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação, conhecido como REDD+, compensações de carbono, "pagamento por serviços ambientais" e toda uma série de "ativos ambientais" os quais passam a compor novos mercados internacionais. Ao final de duas décadas de relatórios, centenas de páginas, encontros globais e articulações políticas entre as

---

do Roma sobre a publicação, é possível ler a seguinte descrição: "O livro também contém uma mensagem de esperança: o homem pode criar uma sociedade na qual possa viver indefinidamente na terra se impor limites a si mesmo e à sua produção de bens materiais para alcançar um estado de equilíbrio global com a população e a produção em condições cuidadosamente selecionadas equilibradas." (tradução nossa). Disponível em: <https://clubofrome.org/publication/the-limits-to-growth/>. Acesso em: 17/03/2023.

elites dominantes, a economia verde se estabeleceu sob a narrativa de "salvar o planeta", mas serviu, na prática, para "salvar o mercado".

### 2.3 A matemática climática para a acumulação primitiva

Me parece bastante seguro afirmar que a lógica neoliberal do início dos anos 1970 acabou por enquadrar o aquecimento global como oportunidade de negócios e lucro, sobretudo após a crise financeira de 2008. A atuação da classe dominante na arena geopolítica climática possibilitou forjar um acordo global que se sobrepunha às políticas nacionais e à soberania dos Estados-nação, ao passo que colocava como imperativo a abertura de mercados e a financeirização da natureza (MACGREGOR, 2014; MORENO, 2016; SALLEH; GOODMAN, 2013). Para isso, era preciso inserir *toda* a natureza na lógica do dinheiro, da atmosfera aos oceanos, concedendo-lhes um *preço*. Um dos marcos dessa trajetória foi um relatório publicado em 2006 intitulado: *Stern Review on the Economics of Climate Change* ("Relatório Stern: a economia das mudanças climáticas")<sup>15</sup>. Segundo Moreno (2016, p. 266), o Relatório Stern pode ser considerado um "divisor de águas e elemento central na consolidação da economia verde como resposta hegemônica e programática do capitalismo, tendo em vista o salto a uma nova etapa de acumulação". De autoria do *sir* Nicholas Stern, membro da nobreza britânica e ex-vice-presidente do Banco Mundial, o objetivo do informe era colocar em termos econômicos as perdas e os ganhos da crise climática. Por um lado, se nada fosse feito para frear as principais causas do aquecimento global, o relatório previa uma redução de aproximadamente 5% do Produto Interno Bruto Mundial (PIB), chegando a uma perda de 20% no pior dos cenários climáticos hipotéticos. Em contrapartida, os gastos para frear as emissões custariam em torno de 1% do PIB mundial até 2050. Conforme as indicações do relatório, era necessário colocar um preço global ao carbono para que os poluidores pagassem pelas emissões por meio de esquemas de comércio de carbono. Ao mesmo tempo, políticas de investimentos deveriam fomentar tecnologias de produção e produtos de baixo carbono enquanto os países mais ricos deveriam se comprometer para aumentar o *apoio ao desenvolvimento* aos países mais pobres.

---

<sup>15</sup> Cf. <<https://www.oecd.org/greengrowth/greeneco/40133781.pdf>>

O princípio de "quem polui paga" e o enquadramento da crise do clima como oportunidade de negócio presentes no Relatório Stern foram reforçados nos estudos do *Energy Sector Management Assistance Program (ESMAP)*<sup>16</sup>, apoiados pelo Banco Mundial e publicados em 2008. Os estudos visavam "o desenvolvimento de baixo consumo de carbono" para o Brasil, Índia, Indonésia, México, Polônia e África do Sul. De forma resumida, a proposta do programa de assistência gerencial era incentivar a transição do atual modelo econômico intensivo em emissões de GEE para uma economia de baixo carbono, transformando em "crédito" tudo o que fosse hipoteticamente economizado na "trajetória de crescimento verde", como o carbono. Esses créditos seriam convertidos em potenciais títulos financeiros para capitalizar os Estados nacionais e obter investimentos destinados a financiar tal trajetória. Os créditos poderiam ainda ser comprados por países afluentes para compensar seu excesso de emissões (ao invés de realmente reduzi-las). As "tecnologias e serviços de baixo carbono" figuram centrais nas recomendações destes relatórios, entre elas estão o REED+ (que gera créditos de carbono reduzidos ou evitados), o Mecanismo de Desenvolvimento (MDL, que também gera crédito de carbono frente às Nações Unidas para que os países do Norte Global possam compensar suas emissões), sementes geneticamente modificadas para resistirem às alterações climáticas, plásticos "verdes", agrocombustíveis e incrementos de fontes energéticas renováveis.

O próximo passo foi estender essa lógica da financeirização para *toda* a biodiversidade, ampliando assim o alcance e as possibilidades do mercado. O pedido de realização por parte do G8+5 de um relatório aos moldes do Stern para "fazer visível os serviços da Natureza" foi concretizado por meio do estudo *The Economics of Ecosystems and Biodiversity* ("A economia dos ecossistemas e da biodiversidade"), também conhecido como Teeb<sup>17</sup>. Coordenado pelo economista indiano Pavan Sukdev, ex-diretor do Banco Mundial e à época diretor da divisão de novos negócios do Deutsche Bank<sup>18</sup>, com o apoio do Pnuma, o estudo calculou perdas anuais de 2,5 trilhões de dólares em consequência da destruição dos "ativos da Natureza" e, como

---

<sup>16</sup> Cf. <<https://www.esmap.org/>>

<sup>17</sup> Cf. <<https://teebweb.org/publications/teeb-for/synthesis/>>.

<sup>18</sup> O Deutsche Bank AG é o maior banco da Alemanha em ativos totais e número de funcionários. Com sede em Frankfurt, a empresa opera como um banco internacional e mantém sucursais em Londres, Nova Iorque, Singapura, Hong Kong e Sydney. Cf. <<https://www.db.com/>>

destaca Moreno, se tornou a principal referência para valoração do chamado capital natural ao introduzir metodologias de cálculo e uma métrica para referência internacional, com várias categorias de serviços ambientais para cada um dos diferentes setores da sociedade, cujo principal objetivo era "avaliar o valor econômico do que implica a perda de biodiversidade bem como do retorno sobre investimentos para conservação da biodiversidade." (MORENO, 2016, p. 283-284). O "serviço" de polinização das abelhas e outros insetos talvez seja um dos exemplos mais famosos do Teeb. Essa "prestação de serviços" por parte da fauna tem um "*valor econômico total* [...] estimado em 153 bilhões de euros, representando 9,5% da produção agrícola mundial em 2005." (TEEB, 2010, p. 8, tradução nossa - grifo nosso).

Se algo parecia ser consenso no final da década dos anos 2000 esse algo era que "uma catástrofe ecológica não era necessariamente uma catástrofe financeira para todo mundo." (FUNK, 2016, p. 11, tradução nossa). O próprio Deutsche Bank deixou isso claro no comunicado à imprensa acerca de sua série de oito eventos promovidos em esquema *road show* por todo os Estados Unidos *The Investment Climate Is Changing* ("O clima dos investimentos está mudando") em 2008. O objetivo da série era mostrar aos potenciais investidores a realidade das mudanças climáticas bem como suas oportunidades financeiras. Na mesma época, outros bancos de investimento internacionais estavam lançando fundos voltados para negócios acerca do aquecimento global. O do Deutsche Bank era o Fundo DWS de Mudança Climática com um valor inicial de 2,9 bilhões de dólares. Embora o fundo tivesse ativos voltados para energia renovável e tecnologias inteligentes para eficiência energética, também comprava ações de empresas que podiam lucrar com as consequências da crise climática: de supermercados, por alimentos ficarem mais caros com as intempéries do clima e os impactos nas lavouras, a empresas de seguro, pois terremotos, enchentes, alagamentos, entre outros eventos climáticos tornariam todos os tipos de serviços de seguro mais caros. Não só isso, empresas de seguro nos Estados Unidos também começaram a disponibilizar seus times de bombeiros particulares para clientes com casas cujos valores eram estimados em um milhão de dólares ou mais, bem como para órgãos do governo, para ajudar a combater os incêndios florestais que aumentaram exponencialmente no oeste norte-americano (FUNK, 2016; KLEIN, 2014). Investimentos como empresas de dragagem para lidar com o aumento do nível

do mar também faziam parte do pacote de ações. Em Londres, o *Schroder Global Climate Change Fund* também estava investindo em terras aráveis na Rússia enquanto outros fundos de investimentos estavam negociando fazendas coletivas da época soviética, que tinham se tornado terras de subsistência na Ucrânia por, nas palavras de um executivo de *Wall Street*, "um pouco de vodka e grãos." (FUNK, 2016, p. 13, tradução nossa). As análises de Klein (2014) e Funk (2016) mostram que as oportunidades de negócios em torno das mudanças climáticas são praticamente infinitas, indo da engenharia genética de insetos à geoengenharia<sup>19</sup>. Esse processo pode ser lido como uma forma do capital de racionalizar não só as fontes, mas as *externalidades* da produção capitalista e colocá-las à disposição do processo de acumulação (ALTVATER, 2022).

Criar uma narrativa global acerca da crise climática como falha de mercado a ser "corrigida" pela valorização financeira dos "serviços ecossistêmicos" e dos "ativos ambientais" *por meio da precificação destes*, e não como uma questão política e de estruturas de poder baseadas em apropriação e exploração, nos revela a ideologia capitalista na qual apenas as coisas que têm *preço* e são trocadas no mercado podem ter algum *valor*. Ao mesmo tempo, tal narrativa permitiu não só deixar a conversa acerca das implicações políticas (tanto da crise em si como dessas medidas) de lado, como ofereceu como solução para a crise mais um pouco de mercado. Os mercados de carbono, e a urgência de sua ampla regularização na COP26<sup>20</sup>, podem ser lidos como o melhor exemplo dessa lógica. Em 2021, o valor dos mercados globais negociados para licenças de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) bateu recorde de 851 bilhões

---

<sup>19</sup> Comumente chamada de geoengenharia, a engenharia climática "refere-se a soluções tecnológicas de grande escala, de base industrial e de capital intensivo para intervenção nos oceanos, solos e atmosfera da Terra com o objetivo de reduzir artificialmente os efeitos das mudanças climáticas, geralmente temporariamente, sem abordar suas causas profundas - carbonização e poluição." (tradução nossa). Disponível em: <https://solargeoeng.org/what-is-solar-geoengineering/>>. Acesso em: 24/03/2023.

<sup>20</sup> Em 2021, a 26ª Conferência das Partes marcou a criação global do mercado de carbono. Segundo reportagem publicada na Exame, "o documento final da COP26, a Conferência do Clima da ONU, encerrada na noite deste sábado, em Glasgow, Escócia, regulamenta as últimas cláusulas do Acordo de Paris. Com isso, os países poderão comercializar créditos de carbono entre si, num passo fundamental para fazer a transição para a economia de baixo carbono e conter o aquecimento global". Disponível em <https://exame.com/negocios/mercado-de-carbono-criado-cop26-tem-documento-final/>. Acesso em: 23/03/2023.

de dólares<sup>21</sup>. O momento foi oportuno considerando a crise financeira dentro de um contexto no qual a economia mundial é controlada pelo capital financeiro, de forma que a capitalização do ecossistema permitiu um novo momento de acumulação primitiva, com novos cercamentos desses chamados “ativos ambientais”, assegurando um marco jurídico para garantir direitos de propriedade sobre eles. Dessa forma,

os territórios ricos em biodiversidade, em 'estoques de carbono', em fontes de água passam a ser alvo prioritário do capital especulativo e, ao mesmo tempo, por meio de contratos, passam a servir de *lastro* para o valor desses novos títulos 'verdes' no mercado financeiro. (MORENO, 2016, p. 287 - grifo da autora).

A consolidação da agenda da economia verde em setembro de 2015, com a elaboração e divulgação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU para o fim da pobreza até 2030, garantiu a essa racionalização instrumental de financeirização e gerenciamento planetário prioridade em políticas públicas e privadas ao redor do globo. Os ODS foram construídos a partir dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio e buscaram incorporar os três pilares do desenvolvimento sustentável (econômico, social e ambiental). Para uma série de críticos ao modelo de desenvolvimento, entre eles as ecofeministas, essa abordagem é irrealista e não democrática, não só pelo fato dos ODS não serem legalmente vinculantes, como também por priorizar o crescimento econômico e manter o pensamento de silo que separa a economia da natureza e da sociedade, deixando intocadas as contradições do capitalismo que explicam como a privação social e o esgotamento ecológico são a outra face do crescimento econômico (MACGREGOR, 2014; SALLEH; GOODMAN, 2013; SALLEH, 2016).

Em outras palavras, o que se desenvolveu a partir da hegemonia narrativa da economia verde para a "solução do problema" pode ser entendida hoje como uma aritmética climática que se distancia das pessoas e das comunidades, sobretudo aquelas mais atingidas direta e indiretamente pelas alterações do clima com o principal objetivo de ampliar a capacidade de acumulação de capital em um momento

---

<sup>21</sup> Cf. <https://www.reuters.com/business/energy/global-carbon-markets-value-surged-record-851-bln-last-year-refinitiv-2022-01-31/>. Acesso em: 11/05/2023.

de estagnação da lucratividade. No entanto, essa consolidação não aconteceu sem embates. Movimentos por justiça climática e ambiental, e justiça ecológica de forma mais ampla, formaram um corpo narrativo contra hegemônico capazes de incidir na narrativa verde, questionando a lógica neoliberal e colonial na qual as soluções estavam sendo enquadradas e propostas. Mas embora importantes, as conquistas não foram suficientes para subverter a ordem. É para esse movimento contra hegemônico, e algumas de suas limitações, que nos voltaremos na próxima sessão.

#### **2.4 Movimentos por justiça climática e seus limites**

O conceito de justiça climática parte do entendimento de que as pessoas que menos contribuem para as mudanças climáticas são as mais afetadas pelas consequências do aquecimento global, além de comporem o grupo de sujeitos menos economicamente preparados para lidar com tais consequências (KLEIN, 2014; TOKAR, 2010). Para alcançar a justiça climática, entende-se como imperativo que tanto a redução das emissões de GEE quanto o financiamento para transformação sistêmica venham dos países do Norte global, os maiores beneficiados com o modelo de desenvolvimento baseado na queima de combustíveis fósseis e, portanto, possuidores de um débito climático para com os países do Sul. A responsabilização do Norte também aparece na cobrança pela redução do consumo excessivo, a indenização pelas dívidas ecológicas e climáticas, sobretudo do período colonial, pela extração de recursos e desastres relacionados ao clima<sup>22</sup>. No âmbito local, a justiça climática preconiza o respeito aos direitos dos povos indígenas e das florestas, além da participação das pessoas nas tomadas de decisões que afetam suas vidas (TOKAR, 2010). Correlacionando justiça climática com justiça social, Farhana Sultana (2022) afirma que os objetivos da justiça climática são aumentar a equidade e justiça, entendendo as formas desiguais pelas quais pessoas e comunidades são afetadas pelas alterações do clima. Para Sultana (2022, p. 118-119, tradução nossa):

---

<sup>22</sup> No entanto, existe o questionamento pertinente acerca da forma como é colocado em prática esse tipo de compensação financeira. Ariel Salleh (2017) aponta para o fato que muitas vezes esse recurso não é direcionado para as comunidades diretamente afetadas, ficando no meio do caminho, sobretudo nas mãos de OSCs, normalmente ocidentais ou, ainda, sendo utilizado por parte de ações estatais ou ações público-privadas para desenvolver indústrias ou setores prejudiciais aos próprios beneficiários em teoria.

A aplicação de uma abordagem de justiça climática é um processo intencional que envolve uma análise cuidadosa de quem é excluído ou marginalizado pelos processos de mudança climática, bem como quaisquer intervenções de adaptação ou mitigação realizadas. Uma abordagem de justiça climática se concentra em quem se beneficia, quem perde, de que maneira, onde e por quê. É uma ferramenta interpretativa que ajuda a explicar melhor as relações em diferentes escalas que co-criam e mantêm injustiças.

Dado o caráter ecossistêmico das relações entre alterações climáticas e alterações ambientais, é possível enquadrar a justiça climática em um contexto de justiça ecológica mais amplo. Para fazer isso, o primeiro passo é entender o significado fundamental de justiça social. De forma resumida, podemos entender justiça social como a distribuição equânime de recursos necessários à manutenção da vida como comida, moradia, saúde e educação. Um entendimento mais radical de justiça social também luta contra as relações de poder desiguais e exploratórias estabelecidas socialmente, como sexismo e racismo. Sendo assim, "o paradigma da justiça ecológica está interessado em desvendar as peculiares manifestações das injustiças ecológicas nas desigualdades socioespaciais." (GÜRÇAN, 2018, p. 9, tradução nossa). Para conceitualizar a justiça ecológica, podem ser utilizados cinco postulados responsáveis por guiar a agenda de pesquisa e abordagem metodológica na ecologia política. Seguindo com Gürçan, o primeiro postulado reconhece que diferentes categorias sociais estão enredadas na criação e reprodução de desigualdades ecológicas. O segundo postulado afirma que a possibilidade de compreendermos as causas, consequências e possíveis soluções para essas injustiças está relacionada com o conhecimento acerca dos seus desenvolvimentos históricos e peculiaridades geográficas. O terceiro postulado reconhece que essas injustiças são reforçadas pelo Estado, poder corporativo e integradas na vida cotidiana. Por fim, o quarto postulado considera que humanos e natureza extra-humanas são indispensáveis e, de forma correlata, o quinto postulado chama atenção para os direitos de outras espécies e para a qualidade do ambiente planetário.

Embora, como vimos, o mercado tenha ganho cada vez mais espaço no debate global acerca das soluções para a questão do clima, as demandas por justiça climática e ecológica não desapareceram. Pelo contrário, uma série de organizações não governamentais, movimentos de base em diferentes partes do globo e as próprias

agências debaixo do guarda-chuva da ONU<sup>23</sup> passaram a considerar as injustiças sociais dentro da narrativa climática para além da retórica de combater a pobreza (SALLEH, 2016; GOUGH; WHITEHOUSE, 2020). Isso significa que a consolidação da economia verde por meio de acordos multilaterais feitos entre os Grandes Homens não aconteceu sem resistência e intensas críticas por parte dos movimentos contra hegemônicos que, desde o início da construção das políticas climáticas, apontaram para as incongruências da lógica da financeirização da natureza e para o próprio sistema capitalista como fonte da crise do clima (SALLEH; GOODMAN, 2013). Nesse sentido é possível destacar o engajamento dos povos indígenas latino-americanos, sobretudo das mulheres indígenas, no debate de justiça climática global, o que tem ajudado a ampliar o entendimento acerca do protagonismo dessas comunidades para mitigação e adaptação climáticas, bem como para as formas específicas como a crise climática afeta mulheres em diversos contextos sociais (MACHADO *et al.*, 2023).

No entanto, é possível notar que as políticas climáticas seguem priorizando a acumulação de capital e relegando ao segundo plano uma abordagem que priorize a justiça climática e ações de nível local. Por exemplo, no Quênia, conforme demonstrado por Patricia Kameri-Mbote e Nkatha Kabira (2023), apesar da demanda por justiça climática estar ancorada na Constituição de 2010, são as muitas convenções internacionais e regionais sobre mudança climática, especialmente como parte do desenvolvimento sustentável, as aplicáveis e priorizadas, independente das contestações sociais e dos impactos dessas políticas nas comunidades locais. De forma similar, na Costa Rica, as políticas climáticas e ambientais privilegiaram o cerceamento de territórios visando a comercialização de carbono, o que acabou somando ao contexto de injustiça climática a disseminação da prostituição de meninas e mulheres, situação que analisaremos em mais detalhes no capítulo quatro. O cerceamento de territórios na Costa Rica também permitiu o avanço da mineração no território (ISLA, 2006). No Brasil, Saori (2020) demonstrou como as políticas de

---

<sup>23</sup> Não está no escopo da presente pesquisa detalhar como se deu essa contra narrativa nos movimentos que passaram a apontar as contradições da economia verde e demandar justiça climática. No entanto, é possível citar o Fórum Social Mundial, proposto como um contraponto ao Fórum Econômico Mundial de Davos pela primeira vez em 2001; o *People's Summit*, que durante a Rio+20 produziu o relatório que demandava por justiça social aliada à questão climática *Another Future is Possible* ("Outro futuro é possível", em tradução livre) bem como articulações como GENANET e *GenderCC-Women For Climate Justice*. No Brasil, destaco o movimento Via Campesina e a Ação Democrática Feminina Gaúcha (SALLEH, 2013, 2017).

financeirização, com o cerceamento dos territórios, têm imposto novas dificuldades às práticas tradicionais e de subsistência nas comunidades do Vale do Ribeira, sobretudo para comunidades quilombolas. Nos Estados Unidos, não só novas plantas de extração de petróleo e gás estão sendo aprovadas (WESTERVELT, 2023) como as políticas para lidar com os refugiados climáticos<sup>24</sup> revelam que o *apartheid* climático<sup>25</sup> está sendo mantido nas políticas de Estado como regra (PERRY, 2021).

Em suma, "o circo das políticas climáticas permitiu ganhos massivos em extrativismo, acumulação e controle centralizado pela classe dominante transnacional" (SALLEH, 2016, p. 956, tradução nossa), e passou por cima das próprias recomendações sobre a necessidade de um "desenvolvimento sustentável justo e inclusivo, beneficiando e envolvendo todas as pessoas, inclusive a juventude e crianças." (ONU, 2012, p. 6). Ao mesmo tempo, as emissões globais de GEE não diminuiram. Segundo o mais recente relatório do IPCC, de 2023, as emissões globais de GEE estimadas pelas contribuições determinadas nacionalmente (NDCs) anunciadas até outubro de 2021 torna provável que o aquecimento global não só exceda os 1,5°C, a meta otimista estipulada no Acordo de Paris<sup>26</sup>, mas ultrapasse os 2°C. O relatório também alerta para a impossibilidade de um gerenciamento climático eficaz bem como para os problemas relacionados ao acúmulo de emissões:

Para qualquer nível de aquecimento futuro, muitos riscos relacionados ao clima são maiores do que os avaliados no AR5, e os impactos de longo prazo projetados são várias vezes maiores do que os observados atualmente (confiança alta). Os riscos e os impactos adversos projetados e as perdas e danos relacionados às mudanças climáticas aumentam a cada incremento do aquecimento global (confiança muito alta). Os riscos climáticos e não climáticos vão interagir cada vez mais, criando riscos compostos e em cascata, mais complexos e difíceis de gerir (alta confiança). (IPCC, 2023, p. 36).

Por fim, é possível argumentar que o enquadramento pós-político da crise climática foi tanto meio como fim desse longo processo no qual a justiça climática e ecológica acabaram por figurar como nota de rodapé nas políticas climáticas, a compensação das emissões foi priorizada frente à redução e mecanismos

---

<sup>24</sup> Refugiados climáticos são as pessoas forçadas a migrar, de forma permanente ou temporária, em decorrência dos danos causados por eventos climáticos extremos ou aumento do nível do mar.

<sup>25</sup> O *apartheid* climático chama a atenção para as disparidades socioespaciais das mudanças climáticas, muitas vezes correlacionadas com injustiças coloniais e raciais. (SULTANA, 2021).

<sup>26</sup> Tratado internacional sobre mudanças climáticas assinado em Paris, na 21ª Convenção das Partes cujo principal objetivo é fazer com que os países se comprometam a reduzir as emissões de GEE.

amplamente criticados como o REED+ (SONG, 2019) e a geoengenharia solar estão sendo fomentados apesar das consequências dos mesmos para mulheres, comunidades tradicionais e para o Sul global de forma geral<sup>27</sup>.

Erik Swyngedouw (2010) interroga a relação entre a condição pós-política do neoliberalismo e a mediatização do problema climático global. Embora a análise esteja focada nos Estados Unidos, ela nos possibilita entender o salto qualitativo da lógica de gerenciamento planetário, bem como identificar as bases ideológicas sobre as quais a economia verde foi lapidada e globalizada por meio dos acordos multilaterais que acabamos de elencar. Como destaca o autor, os filósofos europeus como Jacques Rancière, Chantal Mouffe e Slavoj Žižek afirmam que o enquadramento pós-político está estruturado em torno da inevitabilidade do capitalismo e da economia de mercado cuja contraparte é um modo de governo dedicado à formação de consenso, gerenciamento tecnocrático e governança centrada na resolução de problemas.

Para Swyngedouw, as políticas climáticas globais não são apenas uma expressão da pós-política neoliberal, mas *uma das principais arenas nas quais ela foi forjada*. Nesse sentido, o autor identifica cinco fundamentos das políticas climáticas pós-políticas em sua análise. Primeiro, as alterações climáticas são apresentadas como efeitos colaterais ou externalidades, e não como resultado direto da forma como o sistema se organiza. Sobre essa base se assenta o consenso compartilhado por atores influentes pertencentes ao que chamamos aqui de "elite planetária", composta por líderes políticos, elites econômicas no Norte e Sul global e uma série de profissionais gerenciais<sup>28</sup>, de que a crise climática é uma ameaça *iminente* à humanidade. Como aponta MacGregor (2014), o dissenso normalmente reside em qual tipo de tecnologia adotar, como implementar as políticas de adaptação, entre outras questões técnicas, e não no enquadramento da crise em si e nos resultados das próprias políticas climáticas implementadas. Segundo, os efeitos colaterais das alterações do clima são postos como universais e ameaçam *toda* a humanidade, de

---

<sup>27</sup> Há uma série de elaborações críticas ao uso de tecnologias potencialmente nocivas para "reparar" o clima. No contexto da presente pesquisa, ver MOORE, 2023 e SALLEH, 2017. Ver também o ***International Non-Use Agreement on Solar Geoengineering***. Disponível em: <https://www.solargeoeng.org/non-use-agreement/>. Acesso em: 11/05/2023.

<sup>28</sup> Os profissionais gerenciais são um tipo de aristocracia dentro do proletariado cuja atuação e visão de mundo fantasia o capitalismo racional, tecnológico e meritocrático entre eles profissionais do terceiro setor, cientistas, economistas, burocratas do Estado, entre outros. Cf. MOORE, 2022d.

forma indiferenciada, como se estivéssemos "todos no mesmo barco"<sup>29</sup>. Terceiro, ainda que os relatórios globais sobre o tema insistam que "comunidades vulneráveis que historicamente contribuíram menos para a mudança climática atual são afetadas de forma desproporcional" (IPCC, 2023, p. 6, tradução nossa), a ameaça de extinção que paira sobre "todos nós" sugere que quaisquer diferenças materiais e ideológicas devem ficar de lado, denotando o imperativo do consenso frente à iminência do desastre. Isso emerge a partir da defesa dos interesses "das pessoas" e "do meio-ambiente" homogeneizados (SWYNGEDOUW, 2010, p. 228, tradução nossa), escondendo as contradições das classes e as disputas de poder existentes. Quarto, o inimigo não tem nome, é invisível e socialmente descorporificado. A ameaça *exterior* que corrompe o sistema é fetichizada na molécula de CO<sub>2</sub>, particularmente em seu excesso. Esse inimigo externo precisa ser controlado para que os cenários apocalípticos de extinção da humanidade presentes nos relatórios do IPCC sejam evitados sem necessariamente mudar o sistema. Isso tem um duplo efeito. Primeiro, cenários apocalípticos sobre falta de água, alimentos, secas severas criam um senso de urgência utilizado para justificar a tomada de medidas e políticas extremas e sem diálogo com a sociedade (como controle populacional forçado<sup>30</sup>). Segundo, reforçam a dicotomia cartesiana homem-natureza, onde a natureza é amedrontadora e irracional, da qual os humanos devem se proteger, sobretudo se tornando resilientes às suas forças incontroláveis e gerenciando as controláveis. Nota-se assim:

uma mudança gradual da política de mitigação para resiliência, que pode ser lida como priorizando a proteção das pessoas contra desastres relacionados ao clima ao invés da proteção do meio ambiente contra desastres humanos de contaminação, extração e extinção. Como tal, o enquadramento dominante da mudança climática produziu uma visão despolitizadora da natureza como inimiga, que só pode servir para reduzir ainda mais o potencial político do ambientalismo como um movimento social que se dedica a

---

<sup>29</sup> Ver, por exemplo, ANNAN, Kofi. *Climate change puts us all in the same boat. One hole will sink us all* ("A mudança climática nos coloca todos no mesmo barco. Um buraco afundará todos nós", em tradução livre). **The Guardian**, 2019. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/cif-green/2009/dec/10/kofi-annan-climate-change>. Acesso em: 12/05/2023. Outro exemplo é o relatório do FMI, **We are all in the same boat** ("Estamos todos no mesmo barco", em tradução livre) de 2021. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2021/01/22/We-Are-All-in-the-Same-Boat-Cross-Border-Spillovers-of-Climate-Risk-through-International-49947>. Acesso em: 12/05/2023.

<sup>30</sup> O controle populacional forçado é historicamente imposto às mulheres do Sul global bem como às mulheres pobres do Norte. Sobretudo a partir dos anos 1970, uma série de políticas de "planejamento familiar" foram desenvolvidas por organizações como OIT e Banco Mundial. Ver capítulo quatro da presente pesquisa para mais detalhes sobre essas políticas.

remediar as relações destrutivas homem-natureza. (MACGREGOR, 2014, p.621, tradução nossa).

Como veremos em mais detalhes no capítulo três, quando a natureza é tratada como inimiga a ser controlada, isso não apenas significa mau tempo para mulheres como reforça as abstrações de dominação forjadas pela ciência moderna para colocar a maior parte do planeta à serviço da acumulação de capital. Porém, esse não é o único efeito da narrativa pós-política neoliberal na qual está enquadrada a economia verde e as soluções para a crise do clima. Pertinente para nós aqui é entender que tal narrativa permitiu uma individualização da responsabilidade pela redução das emissões e tirou do foco os maiores emissores: setores industriais, agronegócio e as elites, escondendo a característica da luta de classes da crise climática. O inimigo externo, o CO<sub>2</sub>, precisa ser combatido por *todas* as pessoas e "cada pequeno esforço importa"<sup>31</sup> para evitar as catástrofes que estampam os telejornais de tempos em tempos. Uma pesquisa feita no Brasil em 2023, centrada no público jovem, concluiu que a narrativa midiática não tem sido capaz de apontar os verdadeiros responsáveis pelo aquecimento global e, muitas vezes, deixam um sentimento de paralisia e medo nos espectadores (MODEFICA, 2023). Medo, como nota Swyngedouw (2010, p. 217, tradução nossa), é de fato o "nó crucial por onde se tece grande parte da narrativa ambiental atual". Esse medo é parcialmente sustentado por um imaginário fantasmagórico de extinção e escassez acerca do futuro. Hayes e MacGregor (2022) também argumentam que a ênfase na emergência dos cenários futuros é capaz de comprometer o tempo político necessário para reflexões críticas acerca do tempo presente e da materialidade vivida. Diferente do enquadramento pós-político, o que precisamos para lidar com a crise do clima é:

um compromisso com o tempo político, uma análise do poder, uma aceitação da indeterminação e um compromisso de permanecer pacientemente com o problema. O que importa são os princípios de reconhecimento, procedimento e distribuição que sustentam o acesso à voz e aos recursos agora e em futuros globalmente aquecidos, e até que ponto isso envolve redistribuições

---

<sup>31</sup>A narrativa dos esforços individuais, inclusive como forma de incentivar "negócios verdes", pode ser observada na transferência de responsabilidade para os sujeitos compensarem as próprias emissões de CO<sub>2</sub> por meio do mercado de carbono. Isso está se tornando cada vez mais comum e já é uma prática adotada por companhias aéreas, empresas de aluguel de carros e empresas de serviços como Uber. individualização das responsabilidades em relação às emissões de GEE também são repassadas do topo para baixo por meio da própria ONU. Ver, por exemplo, o site *Act Now*. Disponível em: <https://www.un.org/en/actnow>. Acesso em: 12/05/2023.

materiais e simbólicas e reordenações das relações de poder. Isso requer um pensamento corporificado, material e socio estrutural e uma compreensão e análise das experiências vividas por diferentes e múltiplos grupos sociais. Na sua ausência, os movimentos não são capazes de fazer mais do que refletir os arranjos sociais dominantes e projetar as exclusões existentes no futuro. (HAYES; MACGREGOR, 2022, p. 187, tradução nossa).

Como um dos resultados do enquadramento pós-político da crise do clima é possível observar uma geração nascente de desesperançosos ou pessimistas climáticos (*climate doomism*, em inglês) para os quais só resta esperar o fim do mundo (OSAKA, 2023). Para Moore (2023, p. 5, tradução nossa), o pessimismo climático, "que é diferente de reconhecer o caráter extraordinário da mudança climática no final do Holoceno", é essencialmente produto de três dinâmicas ideológicas, as quais serão detalhadas no próximo capítulo. Primeiro, a cosmovisão cartesiana de Homem *versus* Natureza. Aqui, encontramos as soluções tecnocráticas e tecnológicas, orientadas pelas ideologias fundidas de Racionalidade e Progresso. Segundo, a revolução científico-tecnológica, prometida sobretudo como a quarta revolução industrial, cujas principais promessas de libertar a humanidade e o planeta da pobreza e do ecocídio não aconteceram e a burguesia se vê ameaçada pela Grande Estagnação. Ou seja, o pessimismo climático pode ser entendido como reflexo da própria situação da burguesia. Terceiro, o pessimismo climático exclui ideologicamente a dinâmica não linear do capitalismo e falha em reconhecer que o aquecimento global *amplifica* as contradições existentes do sistema, impondo mais barreiras para a superação da estagnação econômica, mas está longe de ser sua única causa e expressão.

## **2.5 Negar o discurso e as ferramentas do Mestre**

Até aqui, busquei analisar como a crise climática foi enquadrada como reflexo de uma falha de mercado, uma externalidade, a ser corrigida pelo próprio mercado por meio da extensão dos direitos de propriedade sobre a natureza e seus "recursos", ampliação do livre comércio e investimentos em inovações tecnológicas, bem como a forma pela qual esse projeto global por uma "economia verde" foi amparado por uma narrativa política e midiática pós-política, da qual emergiu uma fantasmagoria imagética formada por cenários distópicos, escassos em recursos e de extremos climáticos causados por um inimigo invisível. Esse movimento serviu para desviar a

atenção do fato que aqueles responsáveis pela crise do clima "têm nome e endereço" e, ao mesmo tempo, gerou um senso de urgência utilizado para justificar a adoção de políticas arbitrárias e nos afastar da materialidade do presente. Considerei que podemos demarcar a consolidação dessa estratégia de ação durante a COP21, com o fim do Protocolo de Quioto e o lançamento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), atualmente utilizados como guia para a economia verde nas esferas públicas e privadas<sup>32</sup>. Por fim, procurei demonstrar que embora os movimentos por justiça climática tenham florescido ao longo desse período em diversos países e contextos sociais e forçado o reconhecimento, por parte da elite política, econômica e intelectual, das injustiças socioambientais circundantes ao aquecimento global, a economia verde teve caráter hegemônico nas políticas nacionais e na narrativa midiática dominante, deixando pouco espaço para a justiça climática justamente porque a narrativa do desenvolvimento sustentável e, posteriormente, da economia verde possibilitou um novo fluxo de acumulação necessário para expansão do capital em um momento de crise do sistema financeiro.

Sustento que uma análise histórica que considere as relações sociais, políticas, econômicas e climáticas é necessária para entendermos as origens da presente crise do clima e a forma como a elite escolheu lidar com a questão. Ao fazer isso, padrões históricos emergem e nos revelam não só que *"um outro mundo é possível [...], como uma outra luta de classes é possível."* (MOORE, 2021a, p. 35, tradução nossa - grifo nosso). A partir de uma perspectiva ecofeminista, se a elite planetária está encontrando limites intransponíveis para sua própria manutenção, as mulheres e os grupos historicamente explorados para garantir sua existência podem vislumbrar a possibilidade de colocar em prática estratégias capazes de ir além da justiça climática e que sejam capazes de liberar a vida, endereçando o débito ecológico com as mulheres, natureza e povos colonizados, bem como o débito corporificado do patriarcado capitalista para com as mulheres. Para tanto, o primeiro passo é, parafraseando a feminista negra lésbica Audre Lorde, recusar o discurso e as ferramentas do mestre. No próximo capítulo, analisarei uma outra narrativa para a

---

<sup>32</sup> A Agenda 2030 é atualmente o principal guia para as empresas ou organizações adequarem suas atividades às práticas ESG (*Environmental, Social and Corporate Governance*). Em português, Governança Ambiental, Social e Corporativa, é uma metodologia para avaliar até que ponto uma corporação trabalha em prol de objetivos sociais. Ver, por exemplo, ESG - Pacto Global. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/pg/esg>. Acesso em: 12/05/2023.

crise do clima por meio de uma investigação geo-histórica, cujo objetivo é lançar luz à formação da ecologia-mundo que moldou a Terra à imagem dos patriarcas capitalistas, bem como à classe tripartite responsável por garantir a existência destes.

### 3 A CRISE EPOCAL DO CAPITALISMO

A forma como a história é contada e a maneira pela qual ela é periodizada "molda decisivamente a interpretação dos acontecimentos e as escolhas sobre as relações decisivas." (MOORE, 2022a, p. 153). Para aproveitar as oportunidades de transformações radicais que se encontram no presente, sobretudo quando tais transformações são necessárias dado o próprio contexto ecológico atual, "a coisa mais importante a fazer é ter uma noção clara da estrutura rítmica geral." (GRAEBER, 2014, p. 496). Isso exige uma análise histórica que nos possibilite entender padrões de longo prazo que, conforme afirma o antropólogo David Graeber (2014) podem ser entendidos como os mesmos que são usados até o momento atual e, portanto, podem nos dar alguma pista do que esperar como próximos passos do sistema. Embora a especificidade histórica mundial aparentemente tenha se tornado uma espécie de "generalidade de alguma forma 'menos real' ou 'mais teórica' do que a história regional" no pensamento acadêmico em voga (MOORE, 2021a, p. 163, tradução nossa), ou até menos importante, acredito não ser possível entender a presente crise do clima, tampouco pontos de inflexão capazes de liberar a vida, se não compreendermos o início da formação da sociedade humana à imagem do patriarcado capitalista. Os contextos regionais e as dinâmicas locais não podem ser explicados sem sermos capazes de entender como o sistema forjou, e manteve, uma Humanidade e Natureza à serviço da acumulação de capital de forma que seja, utilizando uma citação amplamente conhecida, mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do sistema de acumulação (patriarcal) capitalista. Para Maria Mies (1986), as divisões entre local/global e particular/geral são falsas divisões e qualquer envolvimento com movimentos reais contra as relações patriarcais capitalistas demanda uma análise da agenda global responsável por governar o mundo.

#### 3.1 Antropoceno ou Capitaloceno?

Como mencionado, é ponto pacífico entre a comunidade científica a origem antropogênica da crise climática, ou seja, reflexo da atividade humana na Terra (ANDEREGG *et al.*, 2010). É essa ideia de *Antrophos* unificado na figura do *homem*

que sustenta a teoria de que os humanos inauguraram uma nova era geológica, o Antropoceno. Para situar a questão, é preciso esclarecer que há duas narrativas para o Antropoceno. Uma geológica e outra geo-histórica (MOORE, 2017). O Antropoceno geológico reconhece marcadores-chave na camada estratigráfica que identificam eras geológicas. Para os biogeógrafos Simon Lewis e Mark Maslin, 1610 marca o alvorecer do Antropoceno geológico. Considerado o “Pico de Orbis”, o período entre 1492 e 1610 testemunhou a invasão colombiana. Depois, o genocídio que se seguiu nas Américas levou ao crescimento da floresta e a uma rápida redução de CO<sub>2</sub> em 1550, o que contribuiu para algumas das décadas mais frias da Pequena Idade do Gelo (1300 a 1850 d.C.)<sup>33</sup>. Em resumo, o Antropoceno geológico é "uma abstração deliberada das relações históricas para esclarecer as relações biogeográficas dos humanos (como espécie) e da biosfera." (MOORE, 2022a, p. 50, tradução nossa).

O problema repousa no Antropoceno geo-histórico, popularizado a partir do trabalho dos cientistas do sistema terrestre Paul Crutzen e Eugene Stoermer<sup>34</sup>, em 2001. Em consonância com as políticas globalizadas da economia verde, esse conceito mais popularizado do Antropoceno aceita a oposição Humanidade *versus* Natureza e aponta para soluções tecnológicas e de gerenciamento planetário para lidar com as consequências das alterações do clima. Para Moore (2021b, p. 5, tradução nossa - grifo do autor), ao apagar a história das diversas lutas por um mundo mais justo e democrático, "o Antropoceno reproduz uma ecologia de desesperança. É uma expressão Ambientalista do dogma neoliberal: *Não há alternativa*". Uma série de críticas foram feitas a esse conceito popular de Antropoceno desde então. Por exemplo, Kate Raworth, em 2014, colocou a questão se o Antropoceno não seria, na verdade, o *Homenceno (Manthropocene)*<sup>35</sup> enquanto intelectuais indígenas, como Ailton Krenak (2020) e Davi Kopenawa (2015) desafiaram a narrativa apocalíptica central ao Antropoceno popular (e ao pessimismo climático promovido por ele) ao

---

<sup>33</sup> A Pequena Idade do Gelo data entre os séculos 13 e 19, e é um período de clima frio que ocorreu na Europa e América do Norte a partir dos anos 1300 até a década de 1850. Na Europa, este fenômeno é acompanhado por uma série de más colheitas, fome e desastres naturais.

<sup>34</sup> Cf. CRUTZEN, Paul; STOERMER, Eugene, *The Anthropocene*, IGBP [International Geosphere-Biosphere Programme] Newsletter 41, p. 17–18, 2000.

<sup>35</sup> RAWORTH, Kate. *Must the Anthropocene be a Manthropocene?* **The Guardian**, Londres, 20 out. de 2014. Opinion, science. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2014/oct/20/anthropocene-working-group-science-gender-bias>. Acesso em: 12/06/2023.

relembrem que "o fim do mundo" e "a queda do céu" foram trazidos aos indígenas há muito tempo pelos brancos, os quais Kopenawa chama (e eu diria acertadamente) de "povo da mercadoria". No entanto, sob uma perspectiva ecofeminista, uma abordagem que não considere as características patriarcais, bem como uma que não reconheça as implicações antropocêntricas da nossa presente crise, e a *relação dialética entre ambas*, encontra importantes limites teóricos e práticos para compreensão e oposição à hegemonia global patriarcal capitalista<sup>4er</sup>. A geo-história presente no argumento do Capitaloceno, por sua vez, conecta patriarcado, colonialismo e capitalismo e propõe:

uma forma de entender o capitalismo como um sistema geográfico conectivo e um sistema histórico padronizado. Nessa visão, o Capitaloceno é uma geopoética para dar sentido ao capitalismo como uma ecologia mundial de poder e re/produção na teia da vida. (MOORE, 2019, p. 50, tradução nossa).

A geo-história proposta pela análise do Capitaloceno, elaborada por Jason Moore e debatida por uma série de outros pesquisadores<sup>36</sup>, nos é mais útil dentro do presente contexto por demonstrar três coisas que a narrativa geo-histórica do Antropoceno popular não demonstra. Primeiro, insiste que a história do capitalismo precisa ser entendida como uma relação entre capital, poder e natureza que começou no século XVI, sendo o capitalismo, mais especificamente, "uma nova forma de organizar a natureza" e, portanto, "organizar as relações entre trabalho, reprodução e condições de vida para possibilitar a acumulação infinita de capital." (MOORE, 2022a, p. 139). Mercados, preços e dinheiro estão atados tanto ao trabalho humano (remunerado ou não) quanto à natureza "extra-humana" (meio ambiente e seres não-humanos), sendo possível entender o capitalismo não como uma economia-mundo, mas uma *ecologia-mundo*. Em segundo lugar, o Capitaloceno se diferencia do Antropoceno popular quando localiza as origens do capitalismo e, portanto, da nossa atual situação climática, não na Inglaterra com a máquina a vapor e o carvão em 1750, mas a partir de 1492 quando a produtividade do trabalho dentro da produção de mercadorias passa a ser cada vez mais importante do que a produtividade da terra, o

---

<sup>36</sup> No livro organizado por Jason Moore (2022a), uma série de autores e pesquisadores se engajam com o conceito de Capitaloceno. Entre eles, Christian Parenti, Donna Haraway e Eileen Crist vão elaborar críticas à narrativa do Antropoceno popular a partir da proposta geo-histórica de Moore.

que, por sua vez, exponencia o extrativismo de matérias-primas. Foi ao longo do século XVI que passamos a medir a destruição da biosfera em décadas, não mais séculos. Por exemplo, em Picardia, região oeste da França medieval, a remoção de 12 mil hectares levou duzentos anos. Quatro séculos depois, no Brasil, 12 mil hectares de floresta foram derrubados em um único ano (MOORE, 2022a). Tanto na Europa quanto no mundo transatlântico, o aumento exponencial da produtividade do trabalho foi acompanhado por uma transformação intensa das paisagens e uma exploração exponencial dos recursos, demarcando um ponto de inflexão histórico:

na relação da humanidade com o restante da natureza ... [e] foi maior do que qualquer outro divisor de águas desde o surgimento da agricultura e das primeiras cidades, podendo ser considerado *ainda maior do que o surgimento do motor a vapor*. (MOORE, 2022a, p. 156, grifo do autor).

Já em 1662 um estudo da Royal Society britânica alertou para a devastação de bosques e florestas em níveis epidêmicos. O relatório clamava por práticas gerenciais de conservação que poderiam contribuir para a manutenção do progresso econômico. Aqui, é pertinente nos retermos à similaridade da narrativa do Antropoceno popular e do pensamento conservacionista atual, que já começava a ser moldado dentro dessa nova ecologia-mundo capitalista, adaptando tendências inerentes do mecanicismo nascente, o qual analisaremos com mais detalhes adiante, à gestão da conservação. Essa perspectiva representou uma forma rudimentar de ética utilitária, a qual futuramente permeou o movimento progressista de conservação ambiental nos Estados Unidos, um dos maiores responsáveis por influenciar o movimento conservacionista global com teorias e práticas gerenciais (MERCHANT, 1989). Como demonstrado no capítulo anterior, é possível notar que as escolhas políticas, econômicas e científicas da crise do clima seguem por esse caminho utilitarista de cálculo e controle, deflagrando uma crença mecanicista de domínio da natureza por meio de tecnologias gerenciais dos recursos e governança planetária, nos distanciando da realidade do factível e da complexidade sistêmica da crise climática, bem como de suas possíveis soluções (MCGREGOR, 2014; SALLEH, 2021). O foco na gestão do planeta do Antropoceno popular ecoa a ideologia ambientalista formada ao longo do século XVII, na qual o próprio imperialismo e a luta de classes são deixados de lado como forças impulsionadoras da crise (MOORE, 2022a, 2022d).

Como vimos, esse enquadramento é um tanto inaccurado dado o papel do genocídio colonial para a queda das temperaturas e para as crises europeias que aconteceram durante a Pequena Idade do Gelo. No entanto, desde o início dos anos 1970, com alguns momentos de breve exceção como os movimentos antinucleares dos anos 1980 nos EUA, a grande massa dos movimentos ambientalistas é formada por "uma classe de gestores profissionais, concentrada esmagadoramente nos países imperialistas" para os quais catastrofismo e gerenciamento são "os dois lados da mesma moeda." (MOORE, 2022d, p. 2, tradução nossa).

Por fim, a terceira maneira pela qual o Capitaloceno diverge do Antropoceno popular é em negar que a força motriz da nossa mudança epocal está no carvão e no vapor. Para o Antropoceno popular, a força que impele o carvão e o vapor é o *Anthropos*, humanidade como um todo indiferenciado. O Antropoceno popular nos diz que foram os humanos — *todos eles* — os responsáveis pelas alterações geológicas no planeta e pela crise climática (MOORE, 2022a). No entanto, vimos no capítulo anterior que tal narrativa não condiz com a realidade. Para ilustrar a questão, podemos citar dois exemplos de populações com baixíssima contribuição nas emissões globais de GEE sofrendo desproporcionalmente os efeitos da crise do clima. O primeiro, as Ilhas Kiribati. Somando aproximadamente 811 quilômetros quadrados de superfície, os 33 atóis da República de Kiribati ocupam uma área de 3,5 milhões de quilômetros no Oceano Pacífico, entre o Havaí e a Austrália. Uma série de estudos apontam que várias ilhas da República ficarão submergidas e, portanto, completamente inabitáveis, ao longo do século XXI devido ao aumento do nível do mar e erosão costeiras consequências do aquecimento global. No entanto, as Ilhas Kiribati são responsáveis por apenas 0,6% da emissão de gases estufa no mundo<sup>37</sup>. O segundo, Bangladesh. Responsável atualmente por apenas 0,4% das emissões globais de acordo com dados do Banco Mundial de 2022, o país no sul asiático presencia o desaparecimento

---

<sup>37</sup> Cf. THE WORLD BANK GROUP. Climate Risk Country Profile: Kiribati. The World Bank Group, Washington, DC, 2021. Disponível em: [https://climateknowledgeportal.worldbank.org/sites/default/files/country-profiles/15816-WB\\_Kiribati%20Country%20Profile-WEB.pdf](https://climateknowledgeportal.worldbank.org/sites/default/files/country-profiles/15816-WB_Kiribati%20Country%20Profile-WEB.pdf); BIAZI, Chiara Antonia Sofia Mafrica; GRUBBA, Leilane Serratine. A proteção internacional aos refugiados ambientais. **Instituto Brasileiro de Direitos Humanos**, vol. 22, número 22, p. 195-207, out. 2022. Disponível em: <https://milas.x10host.com/ojs/index.php/ibdh/article/view/480>. Acesso em: 12/06/2023; MAIA, Caroline; COLERATO, Marina. Bangladesh e Ilhas Kiribati: Crise Climática Aprofunda Pobreza e Aumenta a Vulnerabilidade Social. **Modifica**, 2020. Socioambiental. Disponível em: <https://www.modifica.com.br/bangladesh-e-ilhas-kiribati-crise-climatica/>. Acesso em: 12/04/2023.

anual de extensões territoriais do tamanho de Manhattan (NY). Nos últimos 10 anos, essas mudanças forçaram uma urbanização caótica e precária, deslocando 700 mil pessoas do campo e das costas para as favelas das cidades, particularmente na capital do país, Daca. Atualmente com quase 14 milhões de habitantes na Grande Daca, estima-se que cerca de 30% dessa população vive em favelas. Há outra porcentagem para se atentar: pode chegar em até 50% a porcentagem de pessoas vivendo nas favelas urbanas de toda Bangladesh por terem sido forçadas a fugir de suas casas como resultado da erosão das margens dos rios<sup>38</sup>.

Ao fazermos esse exercício de contraposição entre o que nos diz o Antropoceno popular e o que nos diz o Capitaloceno acerca da geo-história do capitalismo, o estágio de degradação da natureza na qual nos encontramos passa a ser entendido como uma expressão não apenas da escassez de recursos, matérias-primas e das condições climáticas necessárias à produção. Talvez mais importante, ele nos permite ver as origens de uma crise engendrada pelo *modo de organização do trabalho orientado para a máxima produção de mais-valor* (MOORE, 2022a). É uma visão relacional que abandona a linearidade e causalidade da narrativa popular do Antropoceno ao passo que não ignora os limites da fé do Antropoceno na Tecnologia e como essa, historicamente, foi usada como arma para aumentar as possibilidades de pilhagem e frear a resistência de classes (HARTLEY, 2022). Afinal, "é a máquina política do capitalismo que define as possibilidades de existência e de funcionamento da máquina técnica." (LAZZARATO, 2022, p. 55). Dessa forma, qualquer crença pura na tecnologia como forma de liberação pode ser entendida não só como limitante, mas androcêntrica e burguesa por princípio (SALLEH, 2016, 2018). No argumento do Capitaloceno, o achatamento histórico e a homogeneização social antropocêntrica, juntamente com o reducionismo econômico e tecnicista do Antropoceno popular, são

---

<sup>38</sup> Cf. INTERNAL DISPLACEMENT MONITORING CENTRE. **Disaster Displacement in Asia and Pacific**. Relatório. Org. Alexandra Bilak, Bina Desai e Christelle Cazabat. Geneva, 2022. Disponível em: [https://www.internal-displacement.org/sites/default/files/publications/documents/220919\\_IDMC\\_Disaster-Displacement-in-Asia-and-the-Pacific.pdf](https://www.internal-displacement.org/sites/default/files/publications/documents/220919_IDMC_Disaster-Displacement-in-Asia-and-the-Pacific.pdf). Acesso em: 12/06/2023; BANCO MUNDIAL. **Groundswell: Preparing for Internal Climate Migration**. Relatório. Org. Kanta Kumari Rigaud *et al.* Washington, 2018. A Unidade de Investigação de Refugiados e Movimentos Migratórios também elaborou uma série de relatórios, artigos e livros sobre a migração em Bangladesh. Cf.: <http://www.rmmru.org/newsite/>.

rejeitados para dar espaço a uma visão mais ampla e historicamente localizada da presente crise:

A tese do Capitaloceno diz que para entender a crise planetária hoje, precisamos olhar para o capitalismo como uma ecologia-mundo de *poder, produção e reprodução*. Nessa perspectiva, os momentos 'sociais' da dominação de classe moderna, da supremacia branca e do patriarcado estão intimamente ligados a projetos ambientais voltados para a acumulação infundável de capital. Essencialmente, a grande inovação do capitalismo, desde suas origens após 1492, foi inventar a prática de apropriação da Natureza. Essa Natureza não era apenas uma ideia, mas uma realidade territorial e cultural que aprisionava e policiava mulheres, povos colonizados e teias de vida extra-humanas. Como as teias da vida resistem à padronização, aceleração e homogeneização da maximização do lucro capitalista, o capitalismo nunca foi estritamente econômico; a dominação cultural e a força política tornaram possível a devastação capitalógena das naturezas humana e extra-humana a cada passo. (MOORE, 2019, p. 53, tradução nossa - grifo nosso).

Essa reconceituação nos possibilita entender a narrativa do Antropoceno geo-histórico popularizada pela mídia e pelos organismos multilaterais como uma forma de racionalização científica da crise climática com fins de gerenciamento e lucro, uma ferramenta à serviço do Mestre, a Ciência por trás do projeto da "economia verde" levado adiante pelo Império e pelo Capital, e que deve ser recusada se o nosso objetivo é justiça ecológica para liberar a vida. Por sua vez, essa recusa nos leva a traçar uma outra linha histórica para chegar à nossa presente crise, entendida por essa via como um momento geo-histórico particular, porém não desconectado da formação da sociedade como Humanidade, e que combina "sistematicamente a poluição por gases de efeito estufa com a divisão de classes climáticas, o patriarcado e o *apartheid* climático." (MOORE, 2019, p. 54, tradução nossa).

Seguindo o argumento do Capitaloceno, a alternativa da ecologia-mundo defende que o carvão é uma rocha no subsolo que se torna combustível fóssil por meio de *uma relação de produção de recursos co-produzida na teia da vida* e que, para tanto, envolve sujeitos diferentes de formas não só distintas, mas, mais importante, hierárquicas. Sendo assim, é uma visão relacional que implica a existência da *humanidade-na-natureza* e não uma humanidade *exterior e em oposição* à natureza. Dessa forma, a geologia como fato básico, ou seja, a rocha de carvão no subsolo, se torna fato histórico quando a rápida extração de carvão do subsolo permite, como logo veremos, um processo de acumulação primitiva e uma nova

estrutura de classes agrárias, um mercado mundial, novas formas de paisagens centradas na mercadoria e novas máquinas de poder estatal. O argumento central de Moore 2022a, p. 156 para nós é que Estados, classes, mercado não são *apenas* relações entre humanos, sendo melhor entendidos como "processos e projetos que reconfiguram as relações da humanidade-na-natureza dentro de geografias grandes ou pequenas". De forma similar, Merchant (1989, p. 43, tradução nossa) entende que quando conseguimos analisar a relação entre os recursos associados a um determinado ecossistema natural (uma floresta, pântano, oceano, riacho etc.) e os fatores humanos que afetam sua estabilidade ou interrupção ao longo de períodos históricos, "a mudança histórica torna-se mudança ecológica", enfatizando o impacto humano no sistema como um todo e a relação dialética entre ambas. Dessa forma, Marx e Engels (2007, p. 87 - grifo nosso) animam a reconstrução da geo-história do Capitaloceno quando afirmam:

O primeiro pressuposto de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos vivos. O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal destes indivíduos e, por meio dela, sua relação com o restante da natureza. Naturalmente não podemos abordar, aqui, nem a constituição física dos homens nem as condições naturais, geológicas, orohidrográficas, climáticas e outras condições já encontradas pelos homens. *Toda a historiografia deve partir desses fundamentos naturais e de sua modificação pela ação dos homens no decorrer da história.*

Na nota de rodapé c, na mesma página, eles acrescentam que o modo de produção se mostra tanto "no *que* eles [os homens] produzem, quanto no [*modo como* eles produzem]" (grifo do autor). Sendo assim, "a produção da vida, tanto da própria, no trabalho, quanto da alheia, na procriação, aparece desde já como uma relação dupla — de um lado, como relação natural, de outro como relação social." (MARX e ENGELS, 2007, p. 34). Para Marx e Engels o problema dos idealistas era justamente a oposição entre homem e natureza, cuja superação é encontrada quando apontam para a emergência histórica da universalidade dos seres humanos. Construindo a partir dessa elaboração, MOORE (2022b, p. 155, tradução nossa - grifo do autor) afirma que essa universalidade proposta deve ser lida:

como uma abreviação filosófica para as tendências históricas mundiais do capitalismo. Por um lado, encontramos uma 'universalidade' capitalista como um movimento 'histórico mundial... empiricamente verificável' — uma

tendência que 'faz de toda a natureza... [o] corpo inorgânico' do capital. De outro, sua contratendência dialética e negação potencial: o *comunismo*. Este não é um '*estado de coisas*', mas o '*movimento real*... [do] proletariado, [que] só pode existir *historicamente no mundo*... diretamente ligado à história do mundo''.

Portanto, a análise geo-histórica proposta não é uma generalização abstrata de uma humanidade indistinta aos moldes iluministas (e do Antropoceno popular). Pelo contrário, ao recorrer às referências empíricas e fatos históricos que lançam luz às tendências e padrões do capital e ao processo no qual o capitalismo produz e é produtor da teia da vida, as diferenças humanas corporificadas e a relação dialética dessas com a co-produção dos humanos-na-natureza na chamada civilização figuram no centro desse exercício de universalidade. Essa, a meu ver, é uma abordagem útil do ponto de vista ecofeminista para respondermos à pergunta urgente do nosso tempo, a saber, como parar a devastação capitalógena da vida?

### **3.2 A formação da ecologia-mundo capitalista**

Para entender a formação dessa ecologia-mundo, e as relações entre capital, poder e natureza forjadas no início do Capitaloceno, é preciso se atentar para a importância de três acontecimentos históricos relacionados e responsáveis por fornecer as estruturas materiais, ideológicas e sociais para disseminação e manutenção do sistema capitalista até os dias de hoje: a chamada acumulação primitiva, a generalização da propriedade privada e as revoluções científicas. Dessa forma, o mundo todo, isso inclui seres-humanos e natureza extra-humanas, se tornou elegível e disposto para fins de acumulação infinita de capital (MOORE, 2022a). O primeiro deles, a acumulação primitiva, assim como Marx a chamou, "não é mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção" (MARX, 2013, p. 786) possibilitado por uma variedade de formas que, de um lado, garantiram a expropriação da terra, que antes pertencia ao camponês, ao produtor rural e, no caso do Novo Mundo, aos povos nativos, para transformá-la em capital constante e as matérias-primas em capital variável, como, de outro, criou uma massa de despossuídos como trabalhadores "livres", disponíveis para se venderem no mercado de trabalho. Aqui a instrumentalização da dívida (e do crédito) de forma generalizada serviu ao processo. A inflação que acometeu a Europa entre 1570 e 1650 teve como

verdadeira alavanca o fato de banqueiros, governos e mercadores de grande escala instituírem o ouro e prata como a forma dinheiro e, ao mesmo tempo, introduzirem novas formas de dinheiro de crédito que, aos poucos, desmantelaram e substituíram as relações locais baseadas em sistemas pessoais de confiança, cujo funcionamento se dava por meio de objetos disponíveis, como talhas, notas promissórias ou registros informais, sem o uso de moedas de metal, ainda como na Idade Média. O novo regime do dinheiro não foi imposto sem muita violência, tanto no exterior como na Europa, onde as insurreições foram controladas com a captura dos "errantes" ou "homens desgovernados" para serem enviados para trabalhar nas colônias, exército e marinha coloniais ou ainda mandados para as fábricas de seus próprios países (GRAEBER, 2016). Para as mulheres, esse processo também tomou a forma de caça às bruxas, que será mais bem analisada no próximo capítulo.

O segundo processo histórico correlato foi a generalização da propriedade privada, que visava justamente separar o campesinato do acesso à terra para liberar grandes territórios para produção de matérias-primas. Na Inglaterra, por exemplo, a manufatura de lã dos Flandres e o conseqüente aumento dos preços da fibra impulsionou a vontade da nova nobreza, "filha de sua época, para a qual o dinheiro era o poder dos poderes" (MARX, 2013, p. 790), de transformar terras de lavouras em pastagens para ovelhas. Os cercamentos e despossessões de terra arável e pastagem, pântanos e florestas possibilitaram dispor toda essa natureza a serviço do sistema da mercadoria. Aqui, cabe ao Estado entregar a natureza para uso do capital. Contudo, antes de poder concedê-la, é preciso controlá-la, de forma que o controle do território é o controle da natureza disposta nessas porções de superfície na Terra.

A nova lógica do dinheiro exigiu não só a transformação das relações sociais como também uma ruptura com as antigas formas de conhecer o mundo, o humano e a natureza; "era necessário tornar a natureza legível para a acumulação." (MOORE, 2022a; p. 141). Dessa forma, o terceiro processo histórico para formação da ecologia-mundo capitalista são as revoluções científicas que aconteceram entre os séculos XVI e XVII, quando a antiga imagem de um cosmo orgânico deu lugar a uma visão de mundo onde a natureza é vista como matéria amorfa e passiva de ser controlada,

como uma máquina. Das teorias organicistas da Renascença<sup>39</sup>, o mecanicismo nascente reteve e transformou as suposições conservadoras e hierárquicas enquanto renunciou às suas perspectivas políticas e religiosas. Esse passo foi crucial para liberar os limites morais que até então impossibilitaram uma completa instrumentalização da natureza e, por consequência, sua ampla devastação (MERCHANT, 1989). Acabar com as características animistas e orgânicas de um cosmos holístico constituiu a morte da natureza, pois:

a natureza passou a ser vista como um sistema composto por partículas mortas e inertes movidas por forças exteriores ao invés de inerentes, a própria estrutura mecanicista podia legitimar a manipulação da natureza. Ademais, como uma estrutura conceitual, a ordem mecanicista associou a ela uma estrutura de valores baseados em poder, completamente compatível com as direções tomadas pelo capitalismo comercial. (MERCHANT, 1989).

A morte da natureza garantiu a retirada (teórica) dos humanos da natureza e possibilitou transformar a natureza em unidades a serem medidas, transformadas, compartimentalizadas e, por fim, dominadas. Uma Natureza com N maiúsculo ou simplesmente "meio-ambiente", que se torna um tipo de abstração dominante para a burguesia ascendente, assim como a Tecnologia (MOORE, 2023). No capítulo quatro, detalharei melhor o surgimento da ciência moderna e do mecanicismo a partir de uma perspectiva ecofeminista. O que nos interessa aqui é destacar que enquanto o avanço da tecnologia possibilitou o capitalismo superar alguns limites naturais com uma maior mecanização dos processos, a ciência removeu as barreiras éticas e filosóficas que até então impossibilitaram ou dificultaram sua completa instrumentalização por meio de uma *lógica de dominação* (MERCHANT, 1989; PLUMWOOD; 2003), na qual tal dominação é justificada por uma alienação radical do Outro e a negação de qualquer continuidade entre os pares. No mecanicismo nascente, Humanidade não apenas é teoricamente concebida como *fora da Natureza*, mas como *superior a* ela. Tal superioridade, por sua vez, justifica a dominação para fins de acumulação. Esse "novo regime de conhecimento baseado na separação - *na alienação* [tornou a natureza]

---

<sup>39</sup> No contexto da presente pesquisa, a Renascença diz respeito ao período da história da Europa responsável por marcar a transição do feudalismo para o capitalismo entre meados do século XIV e o fim do século XVI, quando as transformações sociais, políticas, econômicas, bem como seus efeitos na filosofia e nas ciências, são evidentes.

legível para acumulação do capital [...] foi uma *práxis-mundo* para refazer o mundo à imagem do capital." (MOORE, 2022a, p. 141-142 - grifo do autor).

Três conceitos aparecem aqui e precisam ser explicados. Primeiro, a *alienação* como a alienação de si e do Outro, ou dos Outros dualizados. Essa dupla alienação é uma negativa necessária, primeiro, para separar humanos da natureza, e transformar natureza em Natureza, colocando *alguns* humanos como Natureza e, segundo, para separar a mente do corpo, divorciando o sujeito de sua própria humanidade e de sua natureza humana. Mas a alienação não é possível de ser forjada por meio de um dualismo simples, de uma mera dicotomia que aponta diferenças (PLUMWOOD, 2003). A alienação exige a hierarquização a partir da, e aqui está nosso segundo conceito, lógica da dominação; ou seja, a partir da lógica de pensamento que afirma o lado superior do dual cartesiano como dominante e o outro lado, o lado dos Outros, como o lado inferior dessa dicotomia, como dominado. Sendo assim, podemos enxergar a estrutura lógica dos dualismos cartesianos como relações de dominação que se estruturam a partir dos dualismos Homem/Mulher, Humanidade/Natureza e Mente/Corpo. Tudo o que era verdadeiramente humano se encontra do lado dominante, como homem, mente, razão, ciência, trabalho mental/intelectual *em oposição* e de forma *superior* ao outro lado dominado, como mulher, corpo, emoção, natureza, trabalho manual/corporal.

Esse regime do conhecimento baseado na alienação produziu e foi produtor dos processos de proletarização e da propriedade privada, onde a alienação se apresenta, sobretudo, na relação contraditória entre trabalhador e o produto do seu trabalho<sup>40</sup>. Na esteira dos dualismos cristalizados, vimos nascer as concepções feminilizadas e naturalizadas de "selvagem" em oposição ao "civilizado" justamente quando esse dualismo era necessário para liberar a pilhagem no Novo Mundo. Dessa forma, podemos afirmar que a *práxis-mundo* capitalista, nosso terceiro conceito, é um processo contínuo para primeiro refazer, e depois manter, o mundo à imagem do capital, em uma constante de autorreflexão e inovação cujo objetivo permanente é

---

<sup>40</sup> Essa alienação pode ser entendida em termos marxistas. Como nem a mercadoria nem o trabalho objetivado na mercadoria pertencem ao trabalhador, quanto mais ele trabalha "tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio (*fremd*) que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, [e] tanto menos [o trabalhador] pertence a si próprio." (MARX, p. 80-81, 2010).

superar os limites (sociais, físicos e naturais) impostos à acumulação, sempre em uma articulação entre os Grandes Homens.

Por sua vez, o mecanicismo encontrou seu caminho para a teoria da política liberal com a obra *Leviatã* (1651), de Thomas Hobbes. Aqui, o que nos interessa destacar é a visão mecanicista da ciência sendo incorporada na clássica obra de Hobbes, demonstrando a *apropriação política* do mecanicismo científico que ocorreu na época. Dentro do Estado civil do tipo hobbesiano, o progresso da vida social pode ser entendido como:

uma *rejeição aos laços naturais* dos homens uns com os outros e dos homens com a própria natureza. Trata-se de uma espécie de *naturalização da vida artificial*, que reduz a complexidade do homem às categorias rasas de máquina e de cidadão. (Silva, 2019, p. 14 - grifo nosso).

Para Hobbes (2003, p. 11), o Estado soberano é um patriarca impondo regras enquanto a própria vida pode ser entendida de acordo com o funcionamento das máquinas:

Pois, considerando que a vida não passa de um movimento de membros, cujo início ocorre em alguma parte principal interna, por que não podemos dizer que todos os autômatos (máquinas que se movem por molas e rodas como um relógio) possuem uma vida artificial? Pois o que é o coração, senão uma mola; e os nervos, senão outras cordas; e as juntas, senão tantas rodas, imprimindo movimento ao corpo inteiro, como foi projetado pelo Artífice?

Ao final do século XVII, uma nova ordem na qual o trabalho da Ciência, de "fazer a natureza legível para acumulação de capital", da Economia, de "canalizar essa alienação por meio da lógica do dinheiro", e do Estado, de "impor tal lógica" (MOORE, 2022a, p. 141-142) havia se consolidado de forma a moldar as relações entre humanos e entre humanos e natureza até o nosso presente momento, se tornando um dos principais obstáculos para superação da alienação da Humanidade acerca da própria corporificação e encarnação humanas.

### **3.3 Lei do Valor como Lei da Natureza Barata**

Transformar natureza em Natureza (ou em meio-ambiente, natureza sem humanos) e alguns humanos em Natureza possibilitou a redução da teia da vida a

unidades mensuráveis e exploráveis, utilizando como substância de medida o valor do trabalho humano abstrato, visto pela média, alienado não só do produto do próprio trabalho como das dimensões biofísicas, culturais e cooperativas necessárias a ele, de forma que sua única função passa a ser servir como média de tempo de trabalho para produzir a mercadoria média (MOORE, 2022a). Isso, por sua vez, exigia uma linearidade temporal capaz de ser mensurada; um tempo social necessário à produção de mercadorias; alienado da própria corporificação humana e do tempo biológico e ecológico necessário à reprodução da vida (MELLOR, 1997). Também exigiu reconfigurar as noções de espaço por meio de uma purificação da geografia para que esta se tornasse espaço abstrato, ou Natureza Abstrata; *terra nullius* a ser apropriada e disposta a partir da lógica da mercadoria. É um movimento triplo, e historicamente inédito, de "representar o tempo como linear, o espaço como plano e a natureza como externa." (MOORE, 2014, p. 286, tradução nossa).

O cerne da questão parece residir no fato de que a relação do capital foi capaz de converter trabalho/energia de *todas* as naturezas em valor. Quando pensamos em trabalho/energia torna-se possível considerar as naturezas humanas e extra-humanas necessárias aos fluxos de capital e poder que produzem valor atuando em relação dialética. Dessa forma, podemos entender o capitalismo como *um conjunto de relações que transforma a capacidade de executar um trabalho em valor*, sendo "trabalho/energia passíveis de capitalização - isto é, força de trabalho comodificada na lógica do dinheiro - ou de apropriação por meios não econômicos" (MOORE, 2022a, p. 146) dos trabalhos de reprodução social e dos chamados "recursos naturais" como rios, florestas e mares. Por um lado, como previamente mencionado, a instrumentalização da dívida serviu amplamente à proletarização garantindo os mais variados tipos de servidão, que ajudaram a criar trabalho passível de *capitalização*, ou seja, trabalho a ser *explorado*<sup>41</sup> dentro da lógica do dinheiro. Por outro, o novo regime de conhecimento possibilitou lançar uma série de novos grupos de humanos

---

<sup>41</sup> Seguindo uma epistemologia ecofeminista socialista, "o termo exploração é usado aqui como no sentido da separação e da hierarquização mais ou menos permanentes criadas entre produtores e consumidores, por meio das quais os últimos podem se apropriar dos produtos e serviços dos primeiros sem que sejam eles mesmos produtores." (MIES, 2022, p. 112).

na categoria Natureza, ou seja, do lado dos dominados no dualismo cartesiano, tornando-os passíveis de *apropriação* ou *superexploração*<sup>42</sup>.

Partindo da análise de Rosa Luxemburgo sobre acumulação expandida do capital, Claudia Von Werlhof (1988,) demonstra que a exploração do trabalho na lógica do dinheiro exige uma apropriação do trabalho fora da lógica do dinheiro, ou seja, "não"-capitalista. Porém essa apropriação de trabalho "não"-capitalista não se resume ao campesinato rural e às colônias no chamado "terceiro mundo", como sugeriu Luxemburgo. Quando nos atentamos ao que esses produtores e consumidores em áreas urbanas ou rurais têm em comum é possível notar que, independente de terem algum salário, todos precisam produzir comidas ou bens para a própria *subsistência* de forma não remunerada, por exemplo, donas de casa, coletores de alimentos e camponeses. São sujeitos cuja própria condição de subsistência é a reprodução da força de trabalho para o capital. Nas palavras de Werlhof (1988, p. 16, tradução nossa - grifo nosso):

Essa relação supostamente 'não'-capitalista ('não'-capitalista porque está fora do trabalho assalariado), que é a relação de produção na qual a vida (para o capital, a *commodity*-potencial força de trabalho) é (re)produzida por valores de uso não pagos orientados para o trabalho de subsistência; essa relação é muito conveniente para o capital precisamente por causa da sua diferença do trabalho assalariado. Sem arriscar ou pagar por nada, o capital se apropria (ele rouba) o mais trabalho feito diariamente por esses produtores de subsistência, cujo trabalho foi transformado em força de trabalho útil para o capital como trabalho assalariado, ou de outras formas. Apenas sobre essa base que o 'real' processo de valorização e acumulação do capital começa. A produção e perpétua reprodução dessa base, portanto, corresponde a um *tipo de processo de acumulação primitiva contínuo, que caracteristicamente é o mesmo em se tratando da relação macro Primeiro/Terceiro Mundo ou a micro relação de homem/mulher.*

Para a socióloga Maria Mies (2022, p. 115 – grifo da autora), o processo de produção capitalista "compreende tanto a *superexploração* de trabalhadores não assalariados (mulheres, colônias, camponeses) quanto a exploração de trabalho assalariado que se torna possível com base nela". Dessa forma, a dominação irrestrita das mulheres, natureza e colônias é a condição fundamental da exploração da força de trabalho comodificada. A lei do valor do capitalismo pode ser entendida, portanto,

---

<sup>42</sup> Apropriação, para Jason Moore, e superexploração, para Maria Mies, é a apropriação de trabalho (re)produtivo *não remunerado* ou *sub-remunerado*, feito sobretudo pelas mulheres tanto do Norte quanto do Sul global, pelas colônias e pela natureza.

como uma lei de Natureza Barata, onde a Ciência, o Capital e o Estado empregam suas capacidades para se apropriarem gratuitamente de trabalho/energia e colocá-los a serviço da produção de mais-valor. Para Moore (2022a, 162), a primeira realização da Lei da Natureza Barata foi criar Trabalho Barato, uma realização que pode ser entendida como "a expressão da luta de classes pelo que seria - e o que não seria valorizado. E pelos termos de quem e do que contava - e de quem e do que não contava - como Natureza". Aqui se justifica a afirmação de Lazzarato (2022, p. 42 – grifo nosso) de que "as classes não preexistem à guerra de conquista; elas são o *produto* dessa guerra", sendo necessário "uma distribuição política prévia de poder" e o "ato contínuo de separar quem manda de quem obedece". As abstrações dominantes dos Grandes Homens são, dessa forma, permanentemente articuladas para o exercício da tarefa.

Por sua vez, essas renovadas tensões de classe podem ser lidas como parte da mudança epocal fundamental, a da valorização da produtividade da terra para a valorização da produtividade do trabalho ainda no século XVI (MOORE, 2021a, 2022a). O aumento exponencial da produtividade do trabalho produzido dentro da lógica do dinheiro exige uma quantidade desproporcional de trabalho produzido fora da lógica do dinheiro e, portanto, um fluxo contínuo de apropriação. Isso nos permite inferir que a Lei da Natureza Barata depende de *relações de valor* específicas capazes de sustentar a acumulação capitalista. Seguindo com Moore, pensar nessas relações de valor exige uma compreensão do valor, primeiro, como um método que permite romper o dualismo Sociedade/Natureza e, por consequência, as divisões de economia e ecologia e de produção e reprodução (reprodução dos seres humanos e das condições de reprodução da vida na biosfera). Valor como método nos permite posicionar o capitalismo como uma "unidade sem fim de commodificação", a qual depende inteiramente da apropriação das relações de reprodução; o trabalho social abstrato e a natureza social abstrata representam a dupla existência do valor. Depois, é preciso compreender essas relações de valor como uma proposição histórica que reduz, simbólica e materialmente, a realidade em partes intercambiáveis para tornar possível a capitalização da produção e a apropriação da reprodução, em uma codificação dialética de valor/não-valor. Não-valor sendo produzido através da *apropriação* das capacidades de reproduzir a vida por meio do trabalho não

remunerado, primeiramente das mulheres já que elas são as únicas capazes de, literalmente, gerar a vida (ver capítulo quatro). Em consequência, a lei do valor capitalista pode ser entendida como um padrão histórico e continuado de produção de relações humanas e não-humanas a serviço do capital que tem como principal objetivo reduzir o tempo de trabalho socialmente necessário à capitalização do Proletariado por meio do aumento da apropriação (ou superexploração) de trabalho não-remunerado do Femitariado e do Biotariado. Surge aqui uma estrutura de classes tripartite sustentando a produção de mais-valor em relação dialética, sendo o capitalismo um sistema no qual a maior parte do trabalho socialmente necessário a fins de acumulação produzido por naturezas humanas e extra-humanas é um trabalho de custos não pagos. Dessa forma,

a ascensão da lei do valor não está centrada na ascensão do proletariado moderno como tal, mas *na globalização desigual do trabalho assalariado dialeticamente unida à 'generalização de suas condições de reprodução'*. O valor, como trabalho social abstrato, funciona através de sua parcialidade, não apesar dela. (MOORE, 2014, p. 292, tradução nossa - grifo nosso).

A luz dessa análise, podemos entender os limites históricos reais do capitalismo como derivados do esgotamento dessas relações de exploração e apropriação que governam o capitalismo global. Esses limites históricos engendraram crises epocais que podem ser melhor entendidas em termos de "crises de fronteira" ou ainda "crises de fronteiras de *commodities*." (BECKET; BOSMA, 2022; MOORE, 2014). *Commodities* sendo não apenas matéria-prima, comida e energia (como açúcar, algodão, café, petróleo, carvão, soja, gado), como também trabalho mal ou não remunerado, ambos necessários para a acumulação infinita de capital. Essas fronteiras são "projetos culturais e territoriais que possibilitam a apropriação do trabalho/energia não remunerados – o trabalho de mulheres, natureza e colônias." (MOORE, 2017, p. 182, tradução nossa). A "fronteira" é para onde o capitalismo se volta quando as possibilidades de exploração e apropriação de naturezas humanas e extra-humanas diminui. Nos últimos 600 anos, os Grandes Homens se dedicaram a expandir continuamente essas fronteiras, superando barreiras e gargalos iminentes impostos ao regime de acumulação evidenciados nas crises cíclicas, sem necessariamente mudar as relações de valor e, portanto, as dinâmicas de poder que permitem a manutenção da ecologia-mundo capitalista *apesar* dos limites biofísicos

reais e das crises engendradas pelas contradições internas do sistema (BECKET; BOSMA, 2022; MOORE, 2014). Rosa Luxemburgo, (2021), contrariando Marx, afirmou que se a produção capitalista se restringisse aos elementos de produção fornecidos dentro da Europa e da classe proletária, ela não teria conseguido se desenvolver. Como um processo dependente da existência de relações "não"-capitalistas, ele exige uma colonização constante das chamadas zonas não capitalistas. Historicamente o capitalismo foi capaz de *transcender* seus limites porque essas zonas de apropriação de trabalho/energia não-remunerados crescem mais rápido do que as zonas de exploração de trabalho/energia remunerados. Esse primeiro momento de apropriação viabiliza a extrema "baratização" de quatro Naturezas Baratas imperativas à expansão do capital: trabalho barato, comida barata, energia barata e matérias-primas baratas (MOORE, 2021a, 2022a, 2022b). Se voltarmos à Lei da Natureza Barata, quanto maior a quantidade de trabalho apropriado fora da lógica do dinheiro, menor os custos relacionados ao trabalho comodificado dentro da lógica dinheiro e, portanto, maior a quantidade de mais-valor produzido. Em outras palavras:

Quando os capitalistas podem movimentar *pequenas* quantidades de capital e apropriar-se de *grandes* volumes de trabalho não pago, os custos de produção caem e a taxa de lucro aumenta. Nessas situações, há um alto *superávit ecológico mundial* (ou simplesmente, 'excedente ecológico'). O excedente ecológico é a razão entre a massa de capital de todo o sistema e a contribuição do trabalho não remunerado de todo o sistema. Uma contribuição relativa crescente do trabalho não remunerado tende a reduzir a composição orgânica do capital em todo o sistema, especialmente nos novos centros de acumulação. Ao longo de um ciclo de acumulação, a contribuição do trabalho não remunerado tende a cair, em relação à massa de capital que busca investimento. Toda grande onda de acumulação, portanto, começa com um alto excedente ecológico, que é criado por meio de combinações de *capital* (valor em movimento) e *poder capitalista* (territorial, mas também cultural). Juntos, esses movimentos de capital e poder capitalista asseguram novas e amplamente expandidas fontes de trabalho não remunerado a serviço da acumulação. Este é o contraponto dialético à representação tradicional da acumulação primitiva como um processo de formação de classe na produção (burguês e proletário). A acumulação primitiva é *igualmente* sobre a reestruturação das relações de reprodução – humanas e extra-humanas – de modo a permitir o fluxo renovado e expandido de trabalho 'barato', alimentos, energia e matérias-primas no sistema de mercadorias. (MOORE, 2014, p. 295, tradução nossa - grifo do autor).

Dessa forma, a lógica de comodificação e apropriação leva à exaustão e deterioração das quatro Naturezas Baratas, tornando imperativo a necessidade de

criação e apropriação de outras zonas de Natureza Barata. Esses ciclos de pico e declínio possibilitam tanto a extensão das relações de *commodities* como "a extensão territorial e simbólica que *coloca o trabalho não-remunerado a serviço da produção de commodity.*" (MOORE, 2014, p. 288, tradução nossa - grifo do autor). Percebemos, portanto, um imperativo de conquistar ou morrer como força impulsionadora do capitalismo. Cada criação de uma nova fronteira ou movimento de uma antiga fronteira, ou seja, cada grande onda de acumulação, "tem como premissa um novo imperialismo cuja tarefa principal é criar e baratear as classes trabalhadoras: a unidade diferenciada do Proletariado, Femitariado e Biotariado." (MOORE, 2021, p. 3, tradução nossa). Essa trindade diferencia e une o esforço secular dos Grandes Homens de "colocar a natureza para trabalhar" pelo menor custo possível (MIES, 1988, 2022; MOORE, 2021a; WERLHOF, 1988). A acumulação capitalista depende desses fluxos de acumulação onde para cada fronteira real engendrada pelo capital, uma incisiva articulada entre maquinário estatal (Estado), poder imperial (Império) e conhecimento burguês (Ciência) se mostra capaz de transcender os próprios limites e ampliar as possibilidades de acumulação. A seguir, buscarei demonstrar as condições sob as quais as relações de valor capitalistas surgiram e se desenvolveram a partir da virada epocal marcada pelo fim do feudalismo e início dos impérios capitalistas, forjando o primeiro *fix*, uma correção que podemos identificar como a Grande Fronteira (MOORE, 2017, 2021a, 2022a).

### **3.4 O esgotamento da Natureza Barata e a crise do clima**

Ao analisar as condições geo-históricas do surgimento da Grande Fronteira no início do século XVII, é possível notar, com ela, o surgimento do primeiro *fix* ou "reparo" que possibilitou liberar uma grande quantidade de Natureza Barata para fins de acumulação de capital. Colocando a questão de forma resumida, as condições climáticas da Pequena Idade do Gelo somadas a surtos epizoóticos associados acarretou múltiplas crises sociais e ecológicas e amplificou as contradições de classe existentes, o que, por sua vez, levou a agricultura feudal diretamente ao colapso na Grande Fome (1315 d.C. - 1322 d.C.). O século posterior marca um momento histórico europeu de múltiplas catástrofes com cidades dizimadas pela peste negra, economia

comercial em declínio e cidades inteiras falidas. Ao mesmo tempo, a peste bubônica responsável por dizimar quase um terço da força de trabalho europeia após o primeiro surto em 1347, elevou o preço dos salários do campesinato de tal maneira que a reação das autoridades foi impor leis que tentavam, por um lado, conter os salários e, por outro, fixar camponeses livres em suas propriedades de origem. Isso gerou uma série de revoltas das quais os camponeses saíram vitoriosos (GRAEBER, 2016; MOORE, 2021a), o que significou que novas classes precisavam ser criadas para continuar o processo de acumulação. A forma encontrada de fazer isso foi reinventando a concessão de terras utilizadas na Reconquista<sup>43</sup>, agora na forma de concessão de trabalho. Depois de 1492 as classes dominantes, incluindo os banqueiros mercantis, olharam para as fronteiras como novas possibilidades de lucro e poder politicamente garantidos. Novas organizações produtivas, sistemas de crédito, estruturas imperiais, tecnologias da época e proletarização violenta se agruparam na Grande Fronteira de forma a permitir que a elite política e econômica superasse a derrota de classe do século XIV e forjasse novas estratégias para expandir a possibilidade de lucro sob a liderança dos impérios financiados por dívidas, o que, por sua vez transformou o próprio caráter da acumulação (GRAEBER, 2016; MOORE, 2021a). Em um primeiro momento, as invasões coloniais foram marcadas por um extrativismo ocasional de ouro e prata, o que veio a mudar um século depois. A mudança ambiental e social colocada em fluxo após as revoluções produtivas engendraram contradições de classe que explodiram em insurreição em 1525. A Revolução dos Preços havia barateado o crédito e tornando-o imprescindível para a agricultura comercial na Europa e fora dela, o que acabou por favorecer uma virada produtivista transatlântica depois de 1549. No século seguinte, a deterioração das condições climáticas foi acelerada e se tornou evidente. Os tempos exigiam uma "correção", criada e colocada em prática por meio de uma nova troca política centrada no produtivismo entre banqueiros, impérios e produtores de *commodities* do Novo Mundo (MOORE, 2019, 2021a). Estamos falando da primeira Grande Fronteira.

Como resultado dessa correção, vimos uma imensa transformação das paisagens, mas, mais importante, essa "correção" continha o "Projeto Civilizador",

---

<sup>43</sup> A Reconquista foi o processo histórico ao qual os reinos cristãos da Península Ibérica procuraram dominar a região durante o período de al-Andalus. Tal processo decorreu entre 718-722 e 1492 d.C., com a conquista do Emirado de Granada pelos reinos cristãos.

amparado pelo novo paradigma da Ciência, necessário para produzir as quatro Naturezas Baratas, no qual Natureza, Mulheres e Selvagens se tornam abstrações necessárias para o exercício da dominação. Forjou-se aqui o Femitariado e o Biotariado enquanto classes – "os momentos especificamente binarizados de trabalho reprodutivo humano e extra-humano não remunerado, necessários ao regime de natureza barata do capitalismo." (MOORE, 2021a, p. 11, tradução nossa). A cada exaustão de naturezas humanas e extra-humanas nas zonas de apropriação, as fronteiras são movimentadas ou novas são criadas, lançando mão da violência simbólica e armada para exploração e apropriação de Natureza Barata. Essas crises de fronteira também podem ser entendidas como pontos de ruptura que, quando atingidos, fazem com que as contradições do capitalismo apareçam em forma de múltiplas crises. Sob esse prisma, a crise climática pode ser vista como *uma das* expressões da nossa presente crise epocal e não como sendo a crise engendrando outras crises. Para Moore (2021a), estamos vivendo a implosão da Grande Fronteira, pois as possibilidades criadas pelo *fix* climático do início do século XVII que formou a trindade Proletariado-Femitariado-Biotariado está terminando; é a exaustão das Naturezas Baratas ou uma "Grande Implosão" que procede a chamada "Grande Estagnação"<sup>44</sup>. Estamos olhando aqui para:

a contração de trabalho/energia não pagos (os Quatro Baratos) em relação à crescente massa de capital em busca de saídas de investimento lucrativas. O dinamismo capitalista cria mais capital do que pode ser investido lucrativamente. Isso é um truísmo marxista. Embora as formulações precisas variem, toda a economia política marxista luta com uma ou outra versão do problema de absorção de capital excedente. A principal contratendência deriva da abertura de fronteiras que entregam mão de obra, alimentos, energia e matérias-primas baratas bem abaixo do custo vigente (novamente, entendido em termos de valor). A Grande Fronteira é crucial para resolver as crises de superacumulação porque sucessivas revoluções industriais e suas 'paisagens operacionais' dependem de uma ou outra mercadoria primária estratégica: caravelas holandesas foram montadas com madeira barata da Noruega; fábricas têxteis de Manchester com algodão barato do sul dos Estados Unidos; A fabricação do Modelo T de Henry Ford era lucrativa apenas por causa do petróleo barato. (MOORE, 2021a, p. 22, tradução nossa).

---

<sup>44</sup> Jason Moore usa o termo Grande Estagnação para denominar o que se convencionou a chamar entre os economistas como estagnação secular dos lucros.

As políticas neoliberais e a financeirização do planeta destacadas no primeiro capítulo podem ser lidas, dessa forma, como *fixes* contemporâneos para o esgotamento das Naturezas Baratas visando ampliar as possibilidades de acumulação. Expandir a possibilidade de rentismo para todas as pessoas, ampliar o acesso ao crédito, transformar as economias de subsistência remanescentes em terras produtivas dentro da lógica do dinheiro, investir em revoluções (bio)tecnológicas e financeirizar a atmosfera foram algumas das respostas dos Grandes Homens às consequências da exaustão da Natureza Barata no final do século XX. O que estamos presenciando, portanto, não é uma total ausência de fronteiras ou uma completa impossibilidade das fronteiras existentes se moverem novamente. Elas ainda existem e ainda estão se movimentando (por exemplo, a Amazônia, as sementes transgênicas e a intensificação da comodificação dos corpos das mulheres), mas elas não têm se mostrado suficientes para absorver o capital excedente. Nesse sentido, a Grande Implosão é lida como uma inversão epocal da Grande Fronteira, responsável por forjar as quatro Naturezas Baratas e, assim como a segunda, um "evento não linear no qual o *capitalismo* se tornou um novo tipo de força geológica" (MOORE, 2021a, p. 21, tradução nossa) responsável por acelerar a implosão da Grande Fronteira (por exemplo, a queda na produtividade da agricultura como consequências das alterações do clima já citadas)<sup>45</sup>. O barateamento não linear e a desvalorização do Proletariado, Biotariado e Femitariado, que permitiram a sobrevivência do capitalismo desde o século XVII estão hoje mobilizando o valor-negativo (que se apresenta de múltiplas formas, das superpragas afetando a agricultura à própria crise climática). A questão é que o valor negativo parece não poder ser consertado e

quanto mais a Grande Fronteira se fecha, maior o desespero e a força da divisão de classes climáticas, do apartheid climático e do patriarcado climático. A Grande Implosão é também uma Grande Involução – as contradições do capital voltam-se para dentro de si mesmas, produzindo uma investida sem precedentes de intoxicação e violência. Por que isso deve acontecer é direto: os negócios do capitalismo, como de costume, seu conjunto de inovação técnica, acumulação militarizada e Natureza Barata fluíram através da Grande Fronteira. Esses sucessivos movimentos fronteiriços permitiram às burguesias imperiais frear a tendência ao aumento

---

<sup>45</sup> A presente análise considera o capitalismo como uma força geológica capaz de alterar não só paisagens como o ecossistema ao passo que é igualmente alterado e afetado por essas transformações. Dessa forma, entender o capitalismo como força geológica não significa dizer que a natureza é socialmente produzida, como assumem algumas teorias pós-modernas e sim que naturezas humanas e extra-humanas estão em relação dialética.

dos custos de produção no sentido de Marx, e conter as perigosas classes postas em movimento pela industrialização e superexploração imperialista. Seu fechamento representa um ponto de inflexão quantidade-qualidade: uma crise epocal do capitalismo. (MOORE, 2021a, p. 26, tradução nossa).

Dessa forma, a transição epocal representaria tanto o fim da possibilidade de extrair lucro a partir da teia da vida quanto uma “resistência biosférica” que abre fissuras capazes de desestabilizar a lógica de acumulação. A dimensão dos danos da crise climática coloca ao capitalismo limites reais que, ao menos até o presente momento, não parece que conseguirão ser superados com novos *fixes*. No entanto, não é possível subestimar a capacidade dos Grandes Homens de forjarem novas possibilidades de acumulação por meio de incisivas violentas nos corpos e nos territórios, portanto a presente crise pode ser melhor entendida como o "início de um ciclo histórico muito longo, [e] cabe a nós determinar essa reviravolta". (GRAEBER, 2016, p. 483). Aqui retornamos à afirmação de que uma nova luta de classes é, mais do que possível, necessária. A Grande Fronteira foi, afinal, um *fix climático* para lidar com o resultado da luta de classes do feudalismo favorecida pelas condições do clima.

Sendo assim, falar em luta de classes exige o reconhecimento das formas de trabalho (re)produtivo que sustentam o capitalismo global e, conseqüentemente, de quem compõe o grupo de trabalhadores explorados e superexplorados, o que busquei demonstrar ao longo do presente capítulo. Ao mesmo tempo que recusamos as concepções estreitas de trabalho e “o trabalhador” do marxismo ortodoxo, onde o proletariado que gera mais-valor é apenas aquele inserido diretamente na lógica do dinheiro, também recusamos a longa "lista de lavanderia" onde tudo está conectado<sup>46</sup> e as classes desaparecem para dar lugar a múltiplas identidades subjetivas que faz perder de vista as estruturas classistas materializadas e corporificadas ao longo do tempo e do espaço da sociedade patriarcal capitalista, forjadas e mantidas para acumulação de bens e riquezas (LAZZARATO, 2022; LERNER, 2021; MOORE, 2021a; SALLEH, 2006). Não seria pertinente desconsiderar que alguns tipos de dominação penetram nas condições de vida mais profundamente do que outros e que

---

<sup>46</sup> Essa crítica aparece em vários momentos do trabalho de Moore. Eu destaco: "não apenas o economicismo é indevidamente parcial, como também o civilizacionismo e a invocação "caótica" de opressão e resistência como metafísica." (MOORE, 2021a, p. 15, tradução nossa).

para desarticular as possibilidades de novos *fixes* na presente virada epocal é preciso reconhecer as dominações estruturais, bem como identificar as “ciladas”,

pois a rota para sair do colapso ambiental dá muitas voltas falsas – desde a máquina hiper eficiente de modernização ecológica até a retórica pós-moderna da natureza como 'socialmente produzida'. Cada uma serve para legitimar a acumulação contínua de capital, por um lado, e a dissolução contínua das relações bióticas, por outro. (SALLEH, 2010, p. 209, tradução nossa).

Nos próximos capítulos, buscarei demonstrar que a "revolta do Femitariado", para utilizar as palavras de Moore, é necessária para qualquer tentativa de liberar a vida, pois a liberação das mulheres significa emancipação para todas as outras esferas justamente porque o dano às mulheres é um dano em geral. Superar as relações de valor forjadas para máxima produção de capital significa superar o *patriarcado capitalista* como um sistema interconectado (MIES, 2022).

#### **4 PATRIARCADO, CAPITALISMO E DONADECASEFICAÇÃO: ACERCA DAS ORIGENS DO FEMITARIADO**

Até aqui, nos ocupamos de enquadrar as condições sócio-históricas do surgimento do Capitaloceno e entender a presente crise climática como uma das expressões do esgotamento das relações de valor que, desde o século XVI, tem possibilitado a acumulação em escala mundial. Em resumo, podemos considerar que estamos enfrentando "uma crise planetária marcada por um triplo fechamento: não só do longo século XX, mas do Holoceno e do capitalismo histórico." (MOORE, 2021a, p. 1, tradução nossa). Para Graeber (2016), vivemos o início de uma virada epocal que começou em 1971, e foi marcada pelo fim do padrão ouro e início das políticas neoliberais, e cuja duração é difícil de prever. A partir de ambas as perspectivas, é possível identificar um gargalo no processo de acumulação iniciado em 1492. Nesse contexto, as políticas neoliberais colocadas em fluxo a partir da década de 1970 puderam ser compreendidas como uma "correção", um *fix* necessário para criar Natureza Barata em um contexto de estagnação da lucratividade. Quando analisadas à luz do conceito da Grande Fronteira, entendemos as políticas neoliberais como novas formas de dar andamento a antigas estratégias de exploração e apropriação de naturezas humanas e extra-humanas em momentos de crise da acumulação.

No presente capítulo partimos, portanto, de três pressupostos justificados previamente, sendo eles: i) estamos em uma crise epocal na qual a crise climática é um sintoma significativo; ii) viradas epocais são uma possibilidade de inflexão e influência no desenrolar histórico para os agentes históricos e iii) conhecer o desenvolvimento global do capitalismo e sob quais bases ele foi possibilitado é a única forma dos agentes históricos forjarem inflexões que proponham uma ruptura radical com a ecologia-mundo capitalista e antecipem os próximos passos do sistema, a fim de impedir novos *fixes* ou voltas falsas que geram mais injustiça para as classes climáticas. O que, por sua vez, significa mais violência e mais exploração para as mulheres e natureza. Entendemos, no entanto, que as explicações propostas anteriormente são insuficientes para dar a devida historicidade à formação específica da classe feminina e, portanto, são incapazes de localizar pontos de inflexão contra a dominação das mulheres bem como diferenciar tal dominação da opressão de outras

naturezas humanas. Ainda que a existência do Femitariado tenha sido acertadamente explicada por Moore como uma formação de classe histórica, em sua análise o patriarcado aparece como fato dado no fim do século XVI, quando, na transição epocal do feudalismo para o capitalismo, inicia-se a formação da Grande Fronteira de Natureza Barata e, portanto, a "unidade diferenciadora" de classe: Femitariado, Proletariado e o Biotariado. Isso pode resultar em duas interpretações equivocadas: primeiro, que o capitalismo inaugurou o patriarcado e que, antes disso, não havia apropriação do trabalho (re)produtivo das mulheres e, segundo, anuviar as causas e consequências da dominação dos homens enquanto grupo sobre as mulheres enquanto grupo. Dando continuidade a uma interpretação pouco útil, embora recorrente, do patriarcado para as análises feministas, Lazzarato (2022) afirma que o sistema de dominação masculina começou com a constituição do Estado moderno e do capitalismo. No entanto, o teórico e revolucionário político Abdullah Öcalan (2017, p. 77-78, tradução nossa) parece ter uma análise mais acurada do processo histórico patriarcal anterior à formação do capitalismo, e do que ele significa:

O monopólio masculino que se manteve sobre a vida e o mundo das mulheres ao longo da história não é diferente da cadeia que os monopólios mais importantes mantêm sobre a sociedade. Ainda mais importante, é o monopólio de poder mais antigo. Poderíamos extrair conclusões mais realistas se avaliássemos a existência da mulher como o fenômeno colonial mais antigo. Seria mais acurado denominar as mulheres como o povo colonizado mais antigo que nunca se converteu em nação.

O autor também considera que: "as mulheres, como a primeira e última colônia, estão passando pelo seu momento mais crítico na história." (ÖCALAN, 2020, p. 108, tradução nossa), de forma que a crise epocal não deve ser compreendida apenas sob a perspectiva do capitalismo, mas sob a perspectiva do *patriarcado capitalista*. Maria Mies (2022) sustenta que o patriarcado constitui a fundação quase invisível do sistema capitalista visível e a dominação das mulheres é "parte e parcela" das relações de produção patriarcais sendo o capitalismo um sistema *patriarcal capitalista*. O objetivo do sistema capitalista, o processo infinito de acumulação em escala mundial, não pode ser alcançado a não ser que relações patriarcais entre homem-mulher sejam mantidas e recriadas. Isso porque, como veremos ao longo do presente capítulo, o capitalismo pode ser entendido como o mais recente modo de produção do patriarcado, onde "a exploradora divisão sexual é o paradigma social sobre o qual se constrói a divisão

internacional do trabalho." (MIES, 2022, p. 45). Dessa forma, analisar a construção do patriarcado a partir da divisão sexual do trabalho tem como objetivo demonstrar a crise climática, assim como a devastação ecológica que a acompanha, como uma consequência do modo não produtivo dos homens baseado no saque, no roubo e na pilhagem, historicamente perpetuado e validado com auxílio das abstrações dominantes, sobretudo Religião, Ciência e Filosofia. Ao mesmo tempo, tal análise nos permite considerar o papel do clima em outras crises epocais, bem como identificar as formas pelas quais o patriarcado se volta contra as mulheres nesses momentos históricos, sobretudo se apropriando e exercendo controle sobre sua capacidade (re)produtiva por meio do cerceamento e da violência. Ademais, acompanhar o desenvolvimento do patriarcado até seu estágio capitalista é uma forma de analisar como historicamente se desenvolveu a relação de exploração entre mulheres, natureza e colônias e retomar a realidade aparentemente esquecida dentro dos movimentos socialistas, algumas vertentes do movimento feminista e decoloniais: a dominação das mulheres precede e dá forma às dominações de classe e raça, sendo o patriarcado capitalista um sistema masculino que reduz as possibilidades de reprodução da vida e tem na subordinação feminina seu mais firme alicerce.

Em sentido estrito, patriarcado significa "governo dos pais", porém a dimensão da dominação masculina "vai muito além do 'governo dos pais' e inclui o governo dos maridos, dos chefes do sexo masculino, dos homens governantes na maioria das instituições sociais, na política e na economia." (MIES, 2022, p. 100). Para aqueles que adotam o conceito de patriarcado em seu sentido estrito, pode-se afirmar que o patriarcado começou na Antiguidade clássica<sup>47</sup> e terminou no século XIX. No entanto, esse uso distorce a realidade histórica pois:

A dominação patriarcal de chefes de famílias homens sobre seus parentes é muito mais antiga que a Antiguidade clássica, ela começa no terceiro milênio a.C. e encontra-se bem estabelecida na época em que foi escrita a Bíblia Hebraica. Além disso, pode-se defender que, no século XIX, a dominância masculina na família apenas tomou novas formas, sem ter conhecido seu fim. Então, a definição limitada do termo 'patriarcado' tende a impedir a definição precisa e a análise de sua presença contínua no mundo hoje. (LERNER, 2021, p. 289-290).

---

<sup>47</sup> A antiguidade clássica é o período da história cultural entre os séculos VIII a.C. e V d.C. centrado no mar Mediterrâneo, compreendendo as civilizações entrelaçadas da Grécia antiga e da Roma antiga conhecidas como o mundo greco-romano.

O patriarcado vê suas primeiras manifestações institucionais cerca de 2500 a.C., com a primeira tentativa de regulamentar o comportamento das mulheres nas leis e códigos da época. A institucionalização do patriarcado acontece com a dominância masculina sobre mulheres e crianças na família e a extensão dessa dominância em *toda* a sociedade de forma a estruturar o próprio funcionamento do Estado, ainda em sua forma arcaica (GRAEBER, 2016; LERNER, 2021). Dessa forma, parece mais acurado afirmar que o surgimento do Estado moderno simboliza o momento de exportação das *relações paternalistas* em sua forma institucionalizada, ou seja, do próprio patriarcado, para outros povos e regiões por meio da colonização (MIES, 2022). Ainda que de forma mais ou menos óbvia, a consolidação da dominância masculina se deu por meio de tais relações, que podem ser entendidas aqui como as relações entre o grupo dominante, considerado superior (os homens) com o grupo dominado, considerado inferior (as mulheres), onde mulheres trocam proteção por submissão e trabalho não remunerado por sustento, mitigando a dominância por meio de obrigações mútuas que não são distribuídas igualmente entre os grupos. Dessa forma, podemos enxergar como a "base do paternalismo é um contrato verbal de troca: sustento econômico e proteção do homem em troca de subordinação em todos os aspectos, servidão sexual e trabalho doméstico não remunerado." (LERNER, 2021, p. 291). É preciso destacar, ainda, que embora mulheres sejam privadas em grande maioria do exercício do poder nas sociedades patriarcais, isso não significa que elas sejam totalmente privadas de recursos ou direitos, o que torna ainda mais desafiador traçar com precisão as diversas formas pelas quais as mulheres são subordinadas aos homens nos diferentes momentos históricos e sociedades, de forma que "as mulheres são mantidas em uma colônia com fronteiras de difícil identificação." (ÔCALAN, 2017, p. 93, tradução nossa).

A complexidade do patriarcado enquanto um sistema político, econômico e cultural reflete a sua complexidade histórica: o estabelecimento do patriarcado foi um evento longo, não linear, que aconteceu em diversas partes do globo em momentos e sociedades diferentes, mesmo no Antigo Oriente Próximo<sup>48</sup>, e seus contornos

---

<sup>48</sup> No contexto da presente pesquisa, o Antigo Oriente Próximo refere-se à região que engloba a Anatólia (a porção asiática da Turquia moderna), o Levante (atual Síria, Líbano, Jordânia, Chipre, Israel e territórios palestinos) e a Mesopotâmia (atual Iraque).

começaram a ser traçados antes mesmo da Idade Antiga. As grandes mudanças econômicas, tecnológicas e militares que acompanharam ou coincidiram com a formação dos estados arcaicos, embora tenham trazido consigo mudanças nas relações de poder entre homens e entre homens e mulheres, não representam um momento de "subversão" ou ruptura; o estabelecimento do patriarcado foi um processo de 2500 anos, entre 3100 a.C. a 600 a.C. (LERNER, 2021). A pesquisadora da pré-história Mary Lène Patou-Mathis (2022) chega à mesma conclusão ao notar que o estabelecimento do patriarcado e, portanto, a dominação dos homens sobre as mulheres, aconteceu em diversas regiões do globo de forma progressiva e não linear, em momentos diferentes, como resultado de mudanças nas organizações dos grupos sociais, sobretudo econômicas, que engendraram mudanças significativas cerca de 6.000 anos antes da nossa era. Segundo a autora, o *status* social da mulher como inferior ao homem começa a ficar perceptível nos achados arqueológicos a partir de 5.000 anos antes da nossa era, em um processo que foi lentamente excluindo as mulheres da produção de alimentos, da economia, dos ritos religiosos, da educação, da participação política e da luta armada até culminar no completo enclausuramento feminino. Às mulheres ficou proibida a participação na vida cívica e na construção dos sistemas de símbolos, tendo sua existência confinada à esfera privada por meio da dependência masculina; um confinamento objetivo e subjetivo que permitiu aos homens forjarem o mundo à imagem de si mesmos e manterem mulheres em condição de superexploração (LERNER, 2021; MIES, 2022).

Para Lerner (2021, p. 277), "se o ato de registrar, definir e interpretar o passado marca a entrada do homem na história, isso ocorreu para os homens no terceiro milênio a.C.". Por sua vez, foi apenas no século XIX, com raríssimas exceções, que algumas mulheres começaram a ter maior acesso à educação para poder entender e contar a própria história, lançando luz às origens da dominação masculina de forma a demonstrar que esta não é uma ordem "natural" entre os sexos desde os "tempos imemoriais", como costumam afirmar os argumentistas tradicionalistas<sup>49</sup>. Pelo contrário,

---

<sup>49</sup> As explicações tradicionalistas são variadas. Podemos considerar a explicação bíblica de que a mulher é inferior ao homem porque assim foi decidido por Deus, bem como explicações acadêmicas que aceitam a universalidade da assimetria sexual. Entre os diversos exemplos existentes, podemos citar a obra *Our Primitive Contemporaries* (Nova Iorque, 1934), do antropólogo norte-americano George P. Murdock (1897-1985); *Man, the hunter* (Chicago, 1968), organizado pelos antropólogos Richard B. Lee (1937) e Irvyn DeVore (1934-2014).

a dominação masculina foi estabelecida ao longo de milhares de anos e é mantida até hoje à base de violência física e psicológica, tendo como seus maiores instrumentos de dominação a violência sexual e a privação econômica, perpetuados por meio de uma série de mecanismos como leis, ciência, religiões, família e cultura. Como estamos falando de um processo de subordinação imposto durante um longo período histórico, é imprescindível reconhecer o papel da dominação psicológica milenar a qual mulheres de todas as classes e raças sob a hegemonia masculina foram submetidas e que, em ampla medida, colocam mulheres para proteger a ordem patriarcal de múltiplas formas, permitindo a continuação da dominação masculina, e portanto do patriarcado, até o nosso presente momento (MIES, 2022; ÖCALAN, 2017; PATOU-MATHIS, 2022; SALLEH, 2017). Dessa forma, o patriarcado não pode ser entendido apenas como um sistema econômico e cultural de subordinação feminina, pois ele é também um patriarcado psicológico, responsável por manter mulheres crentes em sua suposta inferioridade enquanto ser humano desde a mais tenra infância, bem como emocionalmente dependentes da aprovação masculina para encontrarem algum valor na própria existência<sup>50</sup>. A meu ver, é por meio dessa combinação de fatores que surge uma explicação plausível para a "cumplicidade" histórica das mulheres com o sistema que as subordina e em "transmitir tal sistema, ao longo das gerações, a seus filhos e filhas." (LERNER, 2021, p. 30). Para Öcalan (2020, p. 296, tradução nossa), "não é apenas a modernidade oficial, mas todo o sistema civilizatório hierárquico e estatista que se infiltrou no tecido social e aprisionou as mulheres física e mentalmente, condenando-as à mais profunda escravidão".

---

<sup>50</sup> Entre as pesquisadoras feministas que abordaram o tema da subordinação psicológica das mulheres, ver BELOTTI, Elena Gianini. **Educar para a submissão**: o descondicionamento da mulher. Petrópolis: Vozes, 1975; GRAHAM, Dee L. R. **Amar para sobreviver**: mulheres e a Síndrome de Estocolmo Social. São Paulo: Cassandra, 2021; DOWLING, Colette. **Complexo de Cinderela**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2012. Também considero útil para compreensão do fenômeno, a análise de Pierre Bourdieu (2021) sobre a dominação masculina. No entanto, minha argumentação do patriarcado como um sistema psicológico se assenta, de forma concomitante, nas minhas próprias experiências em grupos de mulheres. Ao longo da última década, ao me aproximar de grupos diferentes de mulheres de idades e classes sociais distintas, pude perceber que, sobretudo por meio da violência sexual na infância, mulheres são ativamente impedidas de construir sua autoestima, o que, por sua vez, exponencia as dificuldades de desenvolvimento econômico e pessoal já existentes. Somado ao contexto cultural de objetificação sexual e donadecaseificação das mulheres, estas acabam por se encontrarem presas em uma constante de autodepreciação, auto objetificação e auto sacrifício e, na maior parte das vezes com nenhuma ou pouquíssima consciência sobre tal realidade.

Especificamos, assim, o uso do termo patriarcado capitalista na presente pesquisa sendo o conceito de patriarcado utilizado para denotar a historicidade da dominação da classe sexual masculina sobre a classe sexual feminina em suas múltiplas formas enquanto o conceito de capitalismo se refere à manifestação contemporânea *mais recente* desse sistema. Assim como devemos entender o capitalismo como um sistema econômico, cultural e político, devemos entender o patriarcado como:

um sistema social, cultural, econômico e político global que determina a vida de uma mulher desde o nascimento até a morte [...] o patriarcado não é uma coisa do passado, mas algo que ainda hoje prospera apesar da 'modernização' e 'desenvolvimento'. (MIES, 2022, p. 25).

Sem conceder a devida historicidade ao patriarcado enquanto um sistema organizado de dominação masculina não é possível entender sobre quais bases se forja e se mantém o Femitariado, sobretudo porque, quando o dualismo cartesiano passa a ser adotado como base da Ciência, mulheres já haviam sido transformadas em uma categoria inferior, para a qual a violência é ao menos parcialmente justificada (GRAEBER, 2016; MIES, 2022). Mulheres também já haviam sido escravizadas e comercializadas para fins de acumulação de bens, propriedade e poder dos homens não só no Antigo Oriente Próximo como em regiões da África e América pré-coloniais. Como veremos, tal processo foi *pré-condição* para a formação do Estado moderno e da propriedade privada (LERNER, 2021; MIES, 2022). Tal tarefa expositiva se justifica porque, usando as palavras de Graeber, "o passado tem uma forma, e é somente compreendendo essa forma que podemos dar sentido às oportunidades históricas que existem atualmente." (GRAEBER, 2016, p. 272). E se o Femitariado é parte e parcela da "trindade capitalógena que agora nos leva a todo vapor rumo ao inferno planetário", o caminho para justiça ecológica passa invariavelmente pela *liberação das mulheres* e pelo reconhecimento do que a ecofeminista Ariel Salleh (2017) chama de débito corporificado para com as mulheres, na qual mulheres são credoras de uma dívida *corporificada* histórica pela apropriação do seu trabalho (re)produtivo não remunerado. Esse trabalho é responsável por produzir valores de uso e força de trabalho da qual se beneficiam os homens como grupo, o Capital e o Estado. Ao mesmo tempo, tanto mulheres como os povos colonizados são credores de uma

dívida ecológica pela extração direta de natureza e pela destruição dos seus modos de vida e (re)produção (NOBRE e MORENO, 2020). A exposição histórica no presente capítulo também tem o objetivo de fornecer subsídios para melhor compreensão da cosmovisão presente no Movimento de Mulheres Curdas e nos escritos de Öcalan sobre as mulheres e a história das mulheres, que serão abordados no capítulo seis.

Como primeiro passo para liberação das mulheres, é necessário o conhecimento das mulheres acerca da própria história e da capacidade das mulheres de escreverem a História, desafiando a hegemonia masculina dentro e fora de instituições patriarcais, como a própria academia. Nesse sentido, reconstruir a história e entender como, quando e por que a dominação masculina passou a existir exige que sejamos capazes de superar estruturas teóricas pré-prontas, normalmente embebidas no sexismo e machismo históricos, para que seja possível uma perspectiva feminista sobre o processo histórico. Em outras palavras, enquanto as análises da esquerda, sejam elas marxistas ou não, nos são úteis neste processo, elas são insuficientes para sozinhas serem capazes de explicar a formação do patriarcado capitalista, bem como propor alternativas satisfatórias à dominação das mulheres. Por exemplo, enquanto as feministas encontram utilidade no conceito de trabalho de Marx e Engels, também recusam sua redução de "trabalho produtivo" à esfera da produção capitalista de forma a invisibilizar ou naturalizar o trabalho (re)produtivo e não remunerado das mulheres (BENNHOLDT-THOMSEN *et al.*, 1988; FEDERICI, 2022; MIES, 2022; NOBRE e MORENO, 2020). Ou, ainda, embora possamos concordar com os anarquistas de que o Estado e a família são ferramentas de dominação que precisam ser abolidos, e não reformulados, nos distanciamos de soluções que afirmam que a abolição do Estado e da família implica *necessária* e *automaticamente* na liberação das mulheres.

Até hoje, o reducionismo econômico e as causas de via única perpetuadas pela esquerda no geral acerca da condição da subordinação das mulheres têm impedido homens e mulheres de entenderem as diferenças fundamentais entre as relações de classe e as relações entre os sexos (LERNER, 2021). Mas a história da dominação masculina não pode ser adicionada em nenhuma teoria existente, seja ela qual for, porque a "questão das mulheres" não é um adendo ao desenvolvimento histórico. Ela é parte e parcela desse desenvolvimento que moldou o próprio entendimento de

"humanidade" às custas de uma exclusão radical das mulheres. A tarefa feminista de contar a história das mulheres não busca salvar conceituações equivocadas, sejam elas marxistas ou não, acerca da dominação masculina e da condição das mulheres (MIES, 2022). Pelo contrário, busca apontar tais equívocos e garantir o conhecimento feminista acerca da hierarquia entre homens e mulheres, e a relação dessa com o modo de produção vigente, de forma a reconhecer que tal dominação é inerente à formação da ecologia-mundo patriarcal capitalista, mas não é a-histórica tampouco "natural". É por isso que dedico uma parte importante da presente análise, ainda que de forma bastante resumida<sup>51</sup>, à história da criação do patriarcado desde as origens da divisão sexual do trabalho, no Paleolítico<sup>52</sup> e Neolítico<sup>53</sup>, até chegarmos ao nosso ponto de partida, a lembrar, a criação da Grande Fronteira e os atuais limites enfrentados para a sua expansão e para o processo de acumulação de capital em seu momento neoliberal. Dar a devida historicidade ao patriarcado e explicar as origens da submissão feminina é a única forma, a meu ver, de permitir que as mulheres criem uma base sólida de conhecimento acerca da sua própria condição, reconhecendo os padrões de longa data de superexploração que recaem sobre seus corpos e mentes. Tal base é fundamental para liberação feminina de forma não só objetiva, como também subjetiva, afinal, parafraseando Marx, as mulheres fazem sua própria história, mas o fazem não de forma independente e alheia às condições herdadas do passado, pelo contrário, toda sua existência é, como veremos, demarcada por sua condição enquanto classe sexual feminina. Ao mesmo tempo, não parece possível forjar qualquer alternativa ao sistema que está levando o planeta a condições ambientais e climáticas extremamente desfavoráveis para a maior parte das naturezas humanas e extra-humanas sem o devido reconhecimento de como esse sistema de apropriação e exploração historicamente se perpetua.

---

<sup>51</sup> Há uma série de detalhes acerca da história do patriarcado e das mulheres que fugiriam do escopo da presente pesquisa e, portanto, a escolha foi focar em alguns pontos fundamentais e que conectam as linhas guias da história, os fios que podem desatar os nós e os quais a compreensão é imperativa para entendermos a formação da classe sexual feminina ao longo da história.

<sup>52</sup> O Paleolítico é o período mais longo da pré-história, de 3,3 milhões de anos até 10 mil anos antes da nossa era, onde viveram diferentes espécies humanas, primeiro na África e depois em todo o continente. Se caracteriza pela presença de ferramentas talhadas e uma economia de subsistência baseada em coleta, colheita, pesca e caça (PATOUMATHIS, 2022).

<sup>53</sup> Considero na presente pesquisa o Neolítico como o período que compreende de 9700 a.C. a 2200 a.C., englobando o período Mesolítico.

Alguns pontos precisam ser explicitados antes de prosseguirmos. O primeiro deles diz respeito ao fato da análise proposta no presente capítulo, apesar de trazer exemplos de outras regiões de forma pontual, sobretudo durante a pré-história, focar no desenvolvimento do patriarcado no Antigo Oriente Próximo onde originou-se a chamada civilização ocidental ou civilização central. Embora achados arqueológicos e históricos demonstrem a existência de hierarquias sexuais em sociedades não ocidentais pré-coloniais (GRAEBER, 2016; LERNER, 2021; PATOUMATHIS, 2022), não é nosso foco aqui comparar esses desenvolvimentos com outras culturas para detalhar uma teoria geral do surgimento do patriarcado enquanto fenômeno global. O que buscaremos é evidenciar alguns acontecimentos cruciais para o desenvolvimento e posterior institucionalização da dominação masculina até seu estágio capitalista. O enquadramento do Antigo Oriente Próximo nos interessa por dois motivos: i) como explicitado no capítulo anterior, é sob as bases materiais e ideológicas desenvolvidas pela sociedade ocidental a partir de 1400 d.C. que a ecologia-mundo capitalista pôde ser forjada e ii) é nessa região, mais especificamente na região de fronteira entre Síria, Iraque e Turquia, onde um movimento de mulheres revolucionárias pela liberação das mulheres surge no século XX desafiando o patriarcado capitalista desde a raiz, uma “revolta do Femitariado” organizada há mais de quatro décadas. É simbólico que este movimento surja na contemporaneidade próxima ao local onde um dia existiu Çatal Hüyük, um assentamento urbano neolítico de cerca de 6 a 8 mil pessoas, construído ao longo de 530 anos durante os anos 6250 a.C. a 5720 a.C. na região da Anatólia, atual Turquia. Os achados arqueológicos trazem evidências sólidas de que Çatal Hüyük foi um tipo de modelo social alternativo ao patriarcado e que a dominação das mulheres aos homens em algum momento da história ocidental não foi universal (LERNER, 2021).

Em segundo lugar, olhar especificamente para o Femitariado e para dominação masculina, e reconhecer suas especificidades e condição estrutural e estruturante do atual sistema, não significa hierarquizar a luta das classes. Pelo contrário, significa demonstrar as relações inerentes entre elas e, ao mesmo tempo, preservar as particularidades de cada uma. Proletariado-Femitariado-Biotariado estão em relação dialética na formação da ecologia-mundo patriarcal capitalista e o mesmo é válido para ações que envolvem a superação do atual esquema de exploração e apropriação

(LAZZARATO, 2022; MIES, 2022; MOORE, 2021a; QUIJANO, 2005). Porém, e essa é uma questão-chave, as mulheres têm a capacidade única de reproduzir a vida e essa característica é fundamental em sociedades orientadas à acumulação, como a sociedade capitalista desde suas origens. Como reconhece o sociólogo Aníbal Quijano (QUIJANO, 2007, p. 96):

O poder é um espaço e uma rede de relações sociais de exploração/dominação/conflito, articuladas fundamentalmente em torno das lutas pelo controle dos seguintes domínios de existência social: 1) o trabalho e seus produtos; 2) a 'natureza' e seus meios de produção; 3) o *sexo, seus produtos e a reprodução da espécie*; 4) a subjetividade e seus produtos materiais e intersubjetivos, incluindo os conhecimentos; 5) a autoridade e seus instrumentos, sobretudo a coerção, para assegurar a reprodução desse esquema de relações sociais e regular suas mutações.

Como veremos no próximo capítulo, quanto mais a Grande Fronteira se fecha, mais a tríade Capital, Ciência e Império está se voltando para a recolonização do corpo das mulheres, do Sul e do Norte global, com destaque para o aumento da violência e exploração sexual em suas múltiplas formas, incluindo novas possibilidades de acumulação por meio de tecnologias reprodutivas, biotecnologia, engenharia genética, biomedicalização e artificialização dos corpos (MIES; SHIVA, 2014; NOBRE e MORENO, 2020). A concentração do poder sobre a tecnologia de forma geral, bem como sobre seus processos de desenvolvimento e implementação<sup>54</sup>, vai na direção oposta à necessária distribuição radical dos domínios de poder. Liberar a vida, sob uma perspectiva ecológica e feminista demanda a devolução da autonomia ao seu sexo, a seus produtos e à reprodução da espécie às mulheres (e não uma transferência dessa (re)produção às corporações transnacionais farmacêuticas, tecnológicas e pornográficas). Ao mesmo tempo, recusar a visão de que os nossos

<sup>54</sup> Para entender o fluxo de concentração de dinheiro e poder dos chamados *Big Business* (*Big Tech*, *Big Pharma*, *Big Food* e *Big Oil*) há algumas referências pertinentes. A primeira, o trabalho do pesquisador e escritor bielorrusso Evgeny Morozov demonstra como, de forma exponencial, as grandes empresas de tecnologia têm sido capazes de centralizar informação e poder, inclusive trabalhando com ou oferecendo serviços para os Estados, de forma a comprometer a prática política e as liberdades civis ao passo que colabora com outros setores do *Big Business*. Ver MOROZOV, Evgeny. **Big Tech: A ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: Ubu Editora, 2018. Do ponto de vista da concentração de poder da *Big Pharma*, em 2013, as dez empresas farmacêuticas com maior número de vendas corresponderam a quase metade do mercado, cerca de 45%. Se agregarmos as próximas dez campeãs de vendas, temos um controle de quase dois terços do mercado por 20 companhias. Cf. GUIMARÃES, Reinaldo. Os dilemas da Big Pharma. **Physis**, vol. 25, número 2, p. 353-357, abr./jun. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312015000200002>.

corpos podem e devem ser totalmente reprogramados, radicalmente reconstruídos e, finalmente, transcendidos integra a recusa da ideologia antropocêntrica e androcêntrica onde a natureza precisa ser superada para o "desenvolvimento" e o "progresso" (NOBRE e MORENO, 2020). Como notaram Graeber (2016) e Lerner (2021) ao pesquisarem sobre os 5.000 anos da chamada "civilização", o avanço da tecnologia sempre significou menos poder, mais controle e mais violência para as mulheres, o que torna simplesmente incoerente acreditar que o avanço de tecnologias, sobretudo (re)produtivas, mas não limitada a elas, podem liberar mulheres<sup>55</sup>. Considero a recusa à tecnofilia antropocêntrica uma recusa à Ciência com c maiúsculo, ou seja, a ciência como uma abstração dominante forjada pelas elites masculinas que, da mesma forma que conceituou um humano fora e acima da natureza, forjou uma mente fora e acima do corpo, com natureza e corpo reduzidos à matéria amorfa passível de manipulação, destacando o papel e a função *superior* da Ciência e da Tecnologia no processo. É pertinente, ainda, lembrar o que mencionamos no capítulo anterior: historicamente, a tecnologia foi usada como arma para aumentar as possibilidades de pilhagem e frear a resistência de classes (HARTLEY, 2022), não o contrário. Por sua vez, não é surpreendente que muitas feministas acabam por subscrever às ideologias dominantes acerca de soluções baseadas na tecnologia, na superação dos limiares biológicos pelo complexo tecnofármaco-médico e até mesmo na retórica neoliberal de autonomia (incluindo do próprio corpo, da mente e das próprias origens ecológicas) se considerarmos que os "estudos feministas são majoritariamente levados adiante em um ambiente onde a razão masculina governa." (ÖCALAN, 2020, p. 41, tradução nossa).

Sob uma perspectiva ecológica e feminista, enquanto fazer uma geo-história do capitalismo é ir à raiz das origens da presente crise climática ao lançar luz aos processos engendrados pela *humanidade-na-natureza*, como proposto no capítulo anterior, fazer uma análise materialista histórica das mulheres no patriarcado antes e depois do capitalismo é ir à raiz da dominação masculina de forma a demonstrar a existência de uma *mente-no-corpo*, onde não é possível separar a fisiologia da

---

<sup>55</sup> Por exemplo, o trabalho da acadêmica e autora alemã-britânica Sophie Lewis, responsável por defender o desenvolvimento de úteros artificiais e serviços de barriga de aluguel em escala social. Ou, ainda, o Manifesto Ciborgue, de Donna Haraway, onde a autora e filósofa acredita que o ciborgue homem-máquina tecno-científico e "dessexuado" é o caminho para a emancipação dos sujeitos (SALLEH, 2018).

história, afinal mulheres não são nem uma mente sem corpo nem um corpo sem mente, como o pensamento cartesiano sugere. Essa mente-no-corpo, e em um corpo com uma fisiologia específica, indica uma forma igualmente específica de *mulher-na-natureza* que em muito difere, historicamente, da dos homens (MELLOR, 1997a; MIES, 2022; SALLEH, 2017). Como veremos, entender tais diferenças em seus contextos sócio-históricos nos ajudará, por fim, a compreender uma proposta de liberação das mulheres e, portanto, liberação da vida, a partir de uma perspectiva ecológica e feminista que não é apenas anti-patriarcal, mas fundamentalmente anticapitalista, anticolonial e antirracista.

#### 4.1 As origens da divisão sexual do trabalho

A consolidação da hierarquia entre homens e mulheres e a reificação da capacidade (re)produtiva das mulheres precedeu em milhares de anos a criação da Grande Fronteira, um movimento de *alienação* e *apropriação* prévio (e indispensável) à acumulação capitalista (BENNHOLDT-THOMSEN *et al.*, 1988, LERNER, 2021; MIES, 2022). O que nos leva a questão que iremos adentrar na primeira parte deste capítulo: como isso aconteceu e por quê? Primeiro, partimos do princípio de que os valores dados à diferença sexual são tanto produtos culturais resultados de um processo histórico, quanto estão intrinsecamente conectados "com a forma dominante de apropriação da matéria natural para a satisfação das necessidades humanas." (MIES, 2022, p. 123). Em outras palavras, diferenças sexuais existem, mas a valorização desigual e a instrumentalização dessas diferenças para fins de dominação e acumulação são *resultados* de organizações sociais específicas, não sendo, portanto, nem puramente expressões culturais nem puramente expressões econômicas. A partir de uma perspectiva ecofeminista, assim como corpo e mente, cultural e econômico estão em relação dialética e não podem ser considerados isoladamente<sup>56</sup>. Portanto, para entender como esses valores foram formados, é preciso analisar as condições materiais, sociais e históricas desse desenvolvimento.

---

<sup>56</sup> Uma perspectiva ecofeminista recusa, portanto, tanto o reducionismo econômico, mais bem representado pelos chamados feminismo liberal e marxista, como um feminismo puramente cultural, representado sobretudo em algumas teóricas do feminismo radical e do pensamento pós-moderno (MELLOR, 1997; MIES, 2022; PLUMWOOD, 2003; SALLEH, 2017, 2018).

Embora nosso conhecimento sobre a pré-história seja limitado, sobretudo porque estudar e entender um período tão antigo tem limitações inerentes, não é possível superar a relação assimétrica entre homens e mulheres sem entender seu fundamento e funcionamento (MIES, 2022).

Uma análise do período sob o prisma feminista nos exige retornar ao início das primeiras sociedades ainda no Paleolítico. Escolhi basear a presente exposição sobre as origens da divisão sexual do trabalho nas extensas pesquisas feitas por Lerner (2021), Mies (2022) e Patou-Mathis (2022). De forma adicional, recorri às pesquisas da antropóloga evolucionista Camilla Power (2009) e, a partir da Idade Antiga, à pesquisa de Graeber (2016) acerca da dívida e do desenvolvimento das economias comerciais em regiões como Antigo Oriente Próximo, Grécia, Roma, China e Índia. Ao cruzar suas pesquisas, surge dessa literatura uma convincente reconstrução da história da sociedade ocidental que considera o papel de metade da população global, ou seja, das mulheres, no desenvolvimento desse processo histórico e, portanto, do próprio desenvolvimento do patriarcado. Ainda que Lerner e Mies tenham feito suas elaborações no final dos anos 1980 e que Patou-Mathis e Power tenham tido a possibilidade de se debruçar sobre achados arqueológicos melhor compreendidos *a posteriori* com o desenvolvimento de novas tecnologias de análise, suas pesquisas, por um lado, apresentam conclusões coesas acerca da hipótese aqui demonstrada sobre como se deu esse processo e, por outro, corroboram com o brilhantismo das obras de Gerda Lerner e Maria Mies acerca da criação e do desenvolvimento da dominação masculina e a relação desta com a formação do patriarcado capitalista.

No presente capítulo, nosso ponto de partida é a chamada divisão sexual do trabalho, que embora pareça sugerir uma divisão igualitária entre homens e mulheres, na realidade, ao longo de milhares de anos acabou por se estabelecer de forma hierárquica: enquanto as tarefas masculinas são consideradas *verdadeiramente humanas* e, portanto, trabalho, as tarefas femininas são consideradas como "atividade natural" e, portanto, irracional e inferiores. O conceito também esconde o fato de que essa relação é uma relação de superexploração e dominação (MIES, 2022). Não podemos abandonar e criar conceitos, pois estes resumem teorias e práticas, mas podemos olhá-los do ponto de vista daqueles historicamente colocados como "o Outro". Olhar para o estabelecimento da divisão sexual do trabalho a partir do ponto

de vista das mulheres nos permite i) desnaturalizar seu caráter de dominação e superexploração, ii) reconhecer o débito corporificado do patriarcado para com as mulheres e iii) considerar o papel da "outra" metade da população global na formação e desenvolvimento da sociedade humana. Partir do trabalho das mulheres no presente capítulo é uma escolha não apenas condizente com toda a análise proposta ao longo da presente pesquisa, como também significa deslocar o atual debate sobre as mulheres para o campo da práxis. Dessa forma, nos interessa olhar para o que as mulheres enquanto grupo *fazem*, entender de qual forma esse fazer foi sistematicamente *desvalorizado* para ser *apropriado* ao longo de milhares de anos, moldando a vida (e, por sua vez, a luta política) da grande maioria das mulheres no globo, tanto no Norte como no Sul global. Reconhecer as diferenças das "mulheres enquanto grupo" de "homens enquanto grupo" permite uma análise mais precisa acerca do "chão comum" compartilhado pelas mulheres sob a hegemonia patriarcal capitalista, independente das suas condições sociais, econômicas, religiosas ou étnicas, mas sem desconsiderá-las (MELLOR, 1997a, 2000; SALLEH, 2017).

Novamente, partimos de Marx, para o qual "trabalho" é condição da "existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza, e, portanto, da vida humana." (MARX, 2013, p. 120). Comum de toda atividade produtiva humana está o dispêndio de força humana de trabalho. Embora em sua análise sobre o modo de produção capitalista em *O Capital* Marx entenda o trabalho produtivo de forma estrita<sup>57</sup>, como a produtividade do trabalho depende da apropriação do trabalho empregado na produção da vida, que também é entendido como trabalho de subsistência, o uso do conceito de *trabalho produtivo* segue uma epistemologia ecofeminista que visa evidenciar a dependência dos trabalhos realizados dentro da lógica do dinheiro dos trabalhos realizados fora dessa lógica (ver capítulo três), empregando trabalho produtivo no sentido amplo do conceito, ou seja, *produção de valores de uso para satisfação das necessidades humanas*. Sob uma perspectiva ecofeminista, a separação entre trabalho que produz mais-valor do trabalho que produz a vida, e a

---

<sup>57</sup> Nota-se, no entanto, que primeiro Marx utiliza uma definição ampla de trabalho produtivo como "um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua ação, medeia, regula e controla o metabolismo com a natureza." (MARX, 2013, p. 255). Depois, em nota de rodapé, o autor afirma que essa definição não é suficiente para ser aplicada ao processo capitalista de produção (MARX, 2013, p. 258).

forma como o primeiro se sobrepõe e encobre o último, é uma abstração responsável por definir tanto as mulheres como seu próprio trabalho como Natureza e, portanto, um dos mais importantes obstáculos para o reconhecimento do trabalho das mulheres tanto sob o capitalismo quanto sob o chamado socialismo real.

No entanto, a produção da vida é pré-condição perene para qualquer forma de trabalho produtivo, sendo o corpo pré-condição permanente de todos os demais meios de produção. Homens e mulheres têm corpos qualitativamente diferentes e, portanto, se apropriaram da natureza e desenvolveram relações com sua própria natureza (os seus corpos) e com a natureza externa de formas qualitativamente distintas. Essas diferenças qualitativas, por sua vez, resultaram em dois modos qualitativamente diferentes na apropriação da natureza externa. Enquanto os homens são produtivos com suas mãos e cabeças, as mulheres podem experimentar *todo* o seu corpo como produtivo, tanto por gerar novos seres humanos como por produzir o primeiro alimento para eles. Aqui, é importante destacar que não só a relação-objeto entre mulheres e homens é diferente, como tal relação também é diferente entre animais humanos e animais não-humanos. A relação-objeto humana é *práxis*, ou seja, ação + reflexão. É uma relação produtiva na qual o corpo não é apenas "o primeiro meio de produção, mas também a primeira força de produção." (MIES, 2022, p. 124 - grifo da autora). A procriação, com sua conotação ativa e criadora, não pode ser entendida como idêntica à fertilidade animal. Existem evidências antropológicas de complexos rituais reprodutivos desenvolvidos por algumas das mais antigas tribos matrilocais de caçadores-coletores na África onde mulheres cooperavam entre si para atrair ou recusar parceiros, usando sobretudo o sangue menstrual (ou uma simulação deste feita de ocre), o que exige consciência acerca do ciclo reprodutivo (POWER, 2019). Também podemos destacar que mulheres em sociedades pré-patriarcais bem como mulheres na Europa antiga possuíam maior conhecimento sobre o funcionamento dos seus corpos e sobre métodos contraceptivos do que as mulheres modernas<sup>58</sup>. Dessa forma, a fertilidade *per se* não pode ser dada como idêntica à

---

<sup>58</sup> Entre os exemplos de métodos contraceptivos desenvolvidos por mulheres podemos citar a esponja embebida em mel para dificultar a mobilidade do esperma, utilizada pelas mulheres do antigo Egito (MIES, 2022), bem como a prática da amamentação prolongada, responsável por diminuir a ovulação nas sociedades de caçadores-coletores (MIES, 2002; PATOU-MATHIS, 2022). Sobre o conhecimento das mulheres acerca dos seus próprios corpos e contraceptivos antes da caça às

produtividade do corpo feminino. Tal percepção da capacidade reprodutiva das mulheres como algo inconsciente é *resultado*, não pré-condição, da divisão patriarcal e capitalista do trabalho (MIES, 2022). Essa equivalência de produtividade do corpo feminino com a fertilidade, inclusive, pode ser considerada uma das principais formas que homens utilizaram para garantir a sistemática *desvalorização do trabalho (re)produtivo feminino no patriarcado capitalista para fins de apropriação*.

Seguindo com Mies, é preciso considerar que a produção de nova vida está invariavelmente ligada à produção dos meios de subsistência para essa nova vida, algo que exige ação e reflexão para algum planejamento mínimo. Dessa forma, mulheres precisavam prover alimentos para si mesmas e para seus filhos sendo, portanto, as primeiras fornecedoras de alimentação cotidiana, primeiro como caçadoras-coletoras, depois como agricultoras. Os achados arqueológicos do Paleolítico demonstraram que a coleta e a caça de pequenos animais eram a base da subsistência diária e eram atividades coletivas das mulheres (LERNER, 2021; MIES, 2022; PATOU-MATHIS, 2022). É por esse motivo que muitos pesquisadores da pré-história afirmam que a invenção das primeiras ferramentas para coleta, como os cestos de folhas e outras fibras vegetais, recipientes e vasilhas, e da vara de cavar e da enxada para desenterrar raízes e tubérculos selvagens, foram invenções femininas. Esse caráter produtivo específico da relação-objeto das mulheres para consigo e para com a natureza externa tem três características fundamentais: primeira, a interação das mulheres com a natureza é marcada por reciprocidade, concebendo a si mesmas e a natureza externa como produtivas e criativas; segunda, a apropriação das mulheres da natureza não estabelece uma relação de dominação; terceira, como produtoras da vida, mulheres se tornaram responsáveis por produzir a vida, o que implica produção social e criação de relações sociais (MIES, 2022, p. 129). É plausível especular que essa habilidade das mulheres com as plantas e ferramentas, fruto da necessidade de garantir tanto a própria subsistência como de suas crianças, possibilitaram os primeiros cultivos regulares de grãos e tubérculos, os quais tornaram possível a produção e preservação de excedentes pela primeira vez na história. O arqueólogo Jacques Cauvin (1930-2001) acredita que as mulheres

---

bruxas, ver EHRENREICH, Barbara; ENGLISH, Deirdre. *Witches, Midwives & Nurses: A History of Women Healers*. New York: Feminist Press, 2010.

puderam observar que os grãos que caíam dos cestos no trajeto entre os locais de coleta até sua moradia germinavam e a ideia de cultivá-los, prática iniciada no Neolítico por meio do desenvolvimento da horticultura, pode ter vindo justamente dessa observação (PATOUMATHIS, 2022). Dessa forma, podemos dizer que

as mulheres desenvolveram a primeira relação *produtiva* com a natureza. Enquanto as sociedades coletoras ainda viviam da apropriação simples, com a invenção do cultivo de plantas podemos falar pela primeira vez em uma 'sociedade de produção'. As mulheres não apenas coletavam e consumiam o que crescia na natureza, mas também *faziam as coisas crescerem*. (MIES, 2022, p. 128 - grifo da autora).

Porém, tal produção era social, já que as mulheres tinham que compartilhar a produção ao menos com os filhos pequenos. Acredito ser pertinente destacar que o Paleolítico é marcado pela existência de unidades sociais matricêntricas ou matrísticas<sup>59</sup>, onde o homem tanto no processo de produção quanto de reprodução era apenas periféricamente integrado, sobretudo porque a manutenção de relações sexuais com diferentes parceiros não permitia o reconhecimento do pai e o papel do homem no processo de procriação era pouco compreendido (LERNER, 2021; MIES, 2022; PATOUMATHIS, 2022). Dessa forma, parece plausível afirmar que grupos de mulheres e crianças formaram as primeiras unidades de produção social e as primeiras relações sociais, integrando em um segundo os machos de forma permanente (POWER, 2019). Para Mies (2022, p. 129), "essas primeiras unidades sociais não eram apenas tecnológicas, mas eram, sobretudo, a capacidade de cooperação humana, e refletiam a habilidade [...] de constituir a história".

Se formos um pouco mais longe na pré-história, é possível considerar ainda que enquanto as mulheres desenvolveram a prática da coleta, justamente porque tinham responsabilidade não apenas de manter a si mesmas vivas como seus bebês,

---

<sup>59</sup> Nota-se que não utilizo na presente pesquisa o conceito de matriarcado. Não há consenso acerca das evidências históricas utilizadas para comprovar a existência de um matriarcado no Antigo Oriente Próximo se entendermos matriarcado como o exato oposto do patriarcado: um sistema onde homens enquanto grupo estão sob condições de dominação das mulheres enquanto grupo. Evidências do matriarcado histórico foram encontradas no povo na, de origem tibetana vivendo nos vales recuados de Yunnan, na China, até os anos 1990. Por sua vez, sociedades matricêntricas, matrísticas ou matrilineares existiram em abundância nas sociedades pré-históricas e pré-patriarcais e o direito matrilinear ainda existe hoje em povos africanos, indianos, indonésios e ameríndios. Nessas sociedades, a filiação e organização social em que a transmissão do nome, pertencimento a um clã ou a uma classe, dos bens e das funções ou dos privilégios ocorre por meio da mãe (PATOUMATHIS, 2022, p. 173-183).

os homens continuaram a forragear sozinhos por um longo período (LERNER, 2021). Como sabemos, os bebês humanos são altamente dependentes da mãe nos primeiros anos de vida e, diferente de muitos outros animais, têm uma infância prolongada a qual exige cuidados não só de alimentação como de proteção contra elementos externos. Para Lerner, essa necessidade pode ter levado as mulheres a desenvolverem ferramentas e práticas<sup>60</sup> para facilitar a manutenção da vida em situações ambientais adversas, tanto a própria quanto dos seus filhos, melhorando seu consumo nutricional e, por consequência, aumentando também sua expectativa de vida e fertilidade. A partir do estudo de achados arqueológicos de sociedades de caçadores-coletores na África, compreendeu-se que os machos humanos foram integrados ao grupo após o estabelecimento de relações cooperativas entre mães, filhas e avós. Essa integração parecia ter como principal objetivo garantir a cooperação masculina com a provisão de alimentos (POWER, 2019). Em suma, refutando o mito do homem-caçador, já é amplamente aceito entre pesquisadores que a responsabilidade pela garantia da subsistência diária, o conhecimento acerca das plantas e da agricultura, e a transmissão desses conhecimentos de mãe para filha, pode ter conferido às mulheres pré-históricas um *status* tão elevado ou até mesmo superior ao dos homens (LERNER, 2021; MIES, 2022; PATOU-MATHIS, 2022).

Podemos afirmar também que, até o presente momento, nenhuma prova arqueológica é capaz de excluir a participação das mulheres nas atividades econômicas, sociais e culturais das sociedades do Paleolítico, incluindo as religiosas. Embora seus papéis possam ter variado ao longo das centenas de milhares de anos que compreende o período, as mulheres contribuíram ativamente na construção da história humana. As sociedades de caçadores-coletores em várias partes do mundo são destacadas, até hoje, como as sociedades mais igualitárias, onde os papéis dos homens e mulheres são diferentes, porém complementares e a divisão sexual do trabalho nos vários grupos de caçadores-coletores existentes tinha características de

---

<sup>60</sup> Entre as práticas, podemos citar a hipótese da reprodução cooperativa, onde as mães permitem voluntariamente o acesso a seus bebês e muitos membros do grupo, sobretudo as mulheres com conexões familiares, como avós, filhas e tias, estão ativamente engajados no cuidado e na provisão das necessidades dos bebês, aumentando assim seu crescimento e sobrevivência. Cf. BURKART, Judith M; HRDY, Sarah B; e VAN SCHAİK, Carel P. Cooperative Breeding and Human Cognitive Evolution. *Evolutionary Anthropology*, volume 18, número 5, p. 175-186, 29 out. 2009. Disponível em: <https://doi-org.proxy.library.uu.nl/10.1002/evan.20222>. Acesso em: 03/05/2023.

cooperação, podendo ser considerada uma necessidade historicamente localizada para manutenção da vida, focada em seu caráter funcional para garantir a sobrevivência do grupo. Essa hipótese defendida por Mies (2022), Lerner (2021) e Patou-Mathis (2022), a meu ver, parece corroborar com a hipótese responsável por afirmar que a evolução da cognição simbólica na espécie humana foi consequência de um modo igualitário e cooperativo entre os primeiros agrupamentos humanos<sup>61</sup>. Isso pode explicar a escassez de violência que parece marcar a relação entre os diversos grupos do Paleolítico até o início do Neolítico. Segundo Patou-Mathis (2022, p. 26), apesar de limitados, os achados arqueológicos disponíveis demonstram que os esqueletos com marcas de ferimento costumam apresentar também marca de cicatrização, indicando que os feridos eram tratados e que "a cooperação e a ajuda mútua, tanto quanto, e talvez mais que, a agressividade e a competição foram vitais para a sobrevivência dos humanos que se reuniam em pequenos grupos".

Os primeiros vestígios de violência aparecem 14.000 anos antes da nossa era e se intensificam durante o Neolítico, tendo como vítimas principais da violência mulheres e crianças (LERNER, 2021; PATOU-MATHIS, 2022). Tal desenvolvimento não foi generalizado nem linear (citamos previamente a existência de Çatal Hüyük), e acompanhou o afastamento das mulheres da política, da economia e da religião. A intensificação da violência de forma geral, como veremos, significou mais violência, cerceamento e subordinação para as mulheres e crianças, o que acabou por alterar completamente o *status* social das mulheres ao longo do desenvolvimento histórico. As explicações mais plausíveis para uma mudança tão significativa nas relações sociais dos grupos giram em torno de alterações nas condições climáticas, a ascensão do homem-guerreiro e do roubo de mulheres.

#### 4.1.1 O paradigma social do homem-caçador

Para entender as mudanças que ocorreram na divisão sexual do trabalho precisamos entender de forma mais aprofundada a relação do homem com a sua própria natureza e com a natureza externa. A falta de compreensão dos homens

---

<sup>61</sup> A antropóloga evolucionista Camila Power, a partir também do trabalho de Sarah Hrd em ***Mothers & Others: The Evolutionary Origins of Mutual Understanding***. Cambridge: Belknap Press, 2011, desenvolverá essa hipótese de forma mais aprofundada em sua pesquisa. Ver nota de rodapé 61.

acerca do processo reprodutivo, sobretudo pelos nove meses que separam a concepção do nascimento do bebê, fez com que a contribuição destes para a reprodução da vida só se tornasse visível ao longo do processo histórico, sendo provável que a maternidade tenha sido, em um primeiro momento, entendida como uma reprodução monoparental (MIES, 2022; PATOU-MATHIS, 2022). Como homens não podem experienciar seus próprios corpos como produtivos e a produtividade masculina não podia aparecer sem a mediação de ferramentas, "a autoconcepção do homem como humano, ou seja, como produtivo, está intimamente ligada à invenção e ao controle da tecnologia. Sem ferramentas, o homem não é Homem." (Mies 2022, p. 130). A meu ver, essa análise pode explicar o caráter tecnofílico da sociedade moderna, incluindo da ciência e seu desejo de "ser Deus", e como todas as soluções adotadas pelos Grandes Homens para os problemas socioambientais sempre se assentam em alguma medida no desenvolvimento e uso de novas tecnologias. Seja como for, pertinente para nós aqui é destacar a relação dos homens com as ferramentas desenvolvidas e com a própria percepção destes acerca da produtividade alcançada por meio de tais ferramentas.

As primeiras ferramentas da humanidade tinham caráter ambivalente e eram usadas por homens e mulheres. Por exemplo, machados, raspadores e lascas de pedra podiam ser usados tanto para moer, esmagar, pulverizar grãos, como para desenterrar raízes, esmagar pequenos animais e separar carne e pele de animais maiores encontrados já mortos. Como dissemos, é possível considerar a vara de cavar e a enxada como as primeiras ferramentas, junto com a cestaria para colheita e armazenamento dos itens coletados. Projéteis, lanças, arcos e flechas foram usados posteriormente e apenas na caça, e foram se desenvolvendo conforme a matança de animais se tornou a principal especialização de parte da sociedade, especialmente dos homens, embora não restrita a eles (MIES, 2022; PATOU-MATHIS, 2022). A evidência mais antiga de arcos e flechas datam de apenas 15 mil anos atrás (LERNER, 2021). A despeito do mito do homem-caçador<sup>62</sup>, há evidências sólidas para

---

<sup>62</sup> A hipótese do homem-caçador, desenvolvida por antropólogos como Konrad Lorenz (1963), Robert Ardrey (1966, 1976) e Lionel Tiger e Robin Fox (1971), argumenta que a caça foi o motor do desenvolvimento humano e que a relação de dominação entre homens e mulheres teria origem na "infraestrutura biológica" dos caçadores da Idade da Pedra. Para esses autores, os homens foram responsáveis pela criação das primeiras ferramentas (que seriam armas de caça) e pelo

afirmar que a maior parte da alimentação das unidades sociais de caçadores-coletores era provida pela prática de coleta e agricultura das mulheres e crianças, e que os homens dependiam da alimentação fornecida pelas mulheres para ir à caça, sobretudo no caso desta ser malsucedida. Para suportar tal afirmação, Mies (2022), cita o caso das antigas mulheres iroquesas que, caso se recusassem a dar aos homens a provisão de alimentos necessárias à expedição de caça, eles não poderiam sair do clã. Também cita as análises de excrementos fósseis datando de doze mil anos encontrados no México que apontam para o milho como principal alimento, enquanto na costa sul da França, os achados que datam de duzentos mil anos apontam para uma alimentação à base de mexilhões, grãos e mariscos. Tal teoria é reforçada pelo fato que até mesmo entre um grupo de sociedades caçadoras e coletoras ainda existentes, as mulheres oferecem entre 60% e 80% do alimento diário, sendo 58% da subsistência proporcionada pela coleta, 25% pela caça e o restante pela caça e pesca juntas (MIES, 2022, p. 133). Para Pathou-Mathis (2022), a carne de caça para as sociedades pré-históricas deve ser compreendida mais como um item de luxo do que a base alimentar, um item complementar à alimentação fornecida pelas mulheres e crianças. Apesar disso, a imagem do homem-caçador como figura protagonista da história, que relega às mulheres um papel de bastidores, quando muito de coadjuvantes, é difícil de ser superada, tendo se espalhado não só na cultura como nas próprias análises acadêmicas.

Desmistificar, literalmente, o mito do homem-caçador nos ajuda a enxergar duas características sócio-históricas fundamentais para a presente análise. A primeira, de que a produtividade feminina (considerando "produtividade" como a capacidade dos seres humanos de produzirem e reproduzirem a vida em um processo histórico) é pré-condição para a produtividade masculina. A segunda, de que a produção masculina não produz nada, ela é basicamente destrutiva. A pré-condição da produtividade masculina à produtividade feminina reside em duas dimensões: uma atemporal e outra histórica. A dimensão atemporal consiste no fato que são e serão as mulheres, em qualquer momento histórico, as produtoras de novas vidas<sup>63</sup> e que

---

desenvolvimento da posição ereta, já que era preciso ter as mãos livres para lançar projéteis. Dessa forma, os homens também seriam os provedores de alimentos e protetores das mulheres fracas (MIES, 2022, p. 134-135).

<sup>63</sup> Ao menos até o amplo desenvolvimento das tecnologias reprodutivas que visam a total transferência da capacidade reprodutiva dos seres humanos para o setor da tecnologia médica.

sem essa produção, todas as outras formas e modos de produção simplesmente não existiriam. A dimensão temporal, por sua vez, se assenta sobre o fato que as diversas formas de produtividade desenvolvidas pelos homens ao longo da história não teriam sido possíveis sem o uso e subordinação de várias formas históricas de produtividade das mulheres (MIES, 2022). No entanto, superar o sexismo fundante do mito do homem-caçador nos ajuda a entender a dependência masculina da produtividade feminina não só na reprodução como na produção da vida, mas não é suficiente para explicar a impossibilidade das mulheres de impedirem o estabelecimento de uma ordem hierárquica e exploratória entre homens e mulheres. Para entender como provavelmente essa subordinação aconteceu, precisamos voltar novamente às primeiras ferramentas. A resposta dessa questão também sustenta a afirmação de que a produção masculina não é produtiva, e sim destrutiva.

Apesar do trabalho específico feito por homens e mulheres variar ao longo do tempo e em culturas distintas, e ser influenciado pela condição ecológica do período (LERNER, 2021; PATOU-MATHIS, 2022), podemos notar um ponto de inflexão acompanhando o desenvolvimento do uso das ferramentas. Se considerarmos que as mulheres continuaram trabalhando com seus instrumentos e se aprimorando nas múltiplas funções que exerciam gerindo a economia de subsistência que dependiam em grande medida do seu trabalho, enquanto os homens foram desenvolvendo seus instrumentos a partir do seu aprimorado envolvimento com a caça, vamos chegar em duas formas distintas, ainda que complementares, de trabalho. Enquanto a tecnologia das mulheres de fato produzia algo novo, a dos homens servia basicamente para matar (tanto animais quanto pessoas). Dessa forma, a relação-objeto do homem com a natureza, diferente da das mulheres, é marcada por seis características fundamentais (MIES, 2022) e, na minha opinião, importantes para a compreensão dos fundamentos do processo de acumulação nas diferentes fases históricas, inclusive a capitalista. A primeira delas é que as ferramentas dos caçadores não produzem nada novo, servindo basicamente para tirar a vida de seres não-humanos bem como para coagir outros seres humanos. Segundo, as ferramentas conferem aos caçadores um poder sobre os outros seres, humanos ou não, e possibilita aos caçadores se *apropriarem* tanto da produção de coleta de outros grupos e de animais, como também de outros produtores. Terceiro, essa relação-objeto mediada pelas armas é predatória

e exploratória, onde caçadores se *apropriam* da vida embora não possam produzi-la. É uma relação "antagônica e não recíproca" marcada pela mediação das armas. Quarto, essa relação-objeto, diferente da das mulheres, é uma relação de dominação, não de cooperação, de forma que "a dominação se tornou o principal paradigma da produtividade masculina, sem dominação e controle da natureza, os homens não podem conceber a si mesmos como produtivos." (MIES, 2022, p. 138). Quinto, a apropriação do natural passa a ser um processo unilateral de estabelecimento de propriedade cujo caráter é de exploração. Por fim, as armas permitiam aos homens não só caçar animais, como também invadir outras comunidades de subsistência, desarmar as mulheres e se apropriar delas. É possível afirmar que as primeiras formas de propriedade privada não foram exercidas sobre o gado, alimentos ou até mesmo terra, mas sim sobre as *mulheres escravizadas*, que foram previamente sequestradas e que podiam, por sua vez, garantir riquezas materiais aos seus sequestradores (LERNER, 2021; MIES, 2022; PATOU-MATHIS, 2022).

No entanto, é importante reforçar que as ferramentas de caça indicam apenas uma *possibilidade* de estabelecer relações de exploração e dominação. As análises históricas sugerem que enquanto os caçadores permaneceram limitados a um espaço restrito de caça e coleta, a violência não se desenvolveu e as comunidades continuaram dependentes sobretudo da produção de subsistência feminina (LERNER, 2021; MIES, 2022). Ainda no início do Neolítico, a organização socioeconômica e mesmo política das primeiras sociedades agrícolas parece surgir com as mulheres, apresentando uma continuação entre a organização produtiva Paleolítica e Neolítica (PATOU-MATHIS, 2022). Também é notório que, até o Paleolítico Superior, a presença das mulheres na atividade de caça pode ser comprovada. Para Patou-Mathis (2022), o afastamento das mulheres da caça provavelmente se deu de forma progressiva, sobretudo pelos riscos à vida inerentes à atividade de caça de grandes animais. Ademais, como destaca Lerner (2021), embora as crianças pequenas possam não ter sido um impedimento para as mulheres irem à caça, um bebê chorando pode dificultar a tarefa. Sem dúvidas, homens e mulheres encontraram muitas formas de dividir as tarefas de trabalho diário como mostram diversos dados etnográficos, mas é lógico considerar que o faziam de formas consideradas práticas. Por exemplo, manter muitas mulheres caçadoras de grandes animais não deve ter

parecido uma boa ideia já que as mulheres eram vistas como as únicas capazes de reproduzir a vida naquele contexto, onde tal processo não era nem de perto parecido com as atuais condições da sociedade moderna. É provável que esse afastamento tenha acabado também por "desarmá-las", o que em grande medida explicaria, primeiro, a facilidade em se estabelecer a prática do roubo de mulheres e, depois, o estabelecimento do monopólio da violência física por parte dos homens<sup>64</sup>. Conduto e ainda assim, seria correto dizer que o afastamento das mulheres da atividade da caça não justifica o aumento da violência contra mulheres e crianças bem como não pode explicar totalmente por que *especificamente* mulheres, e não homens, passaram a ser roubadas e escravizadas com o desenvolvimento dos conflitos intertribais. Para tanto, precisaremos lançar mão de outros elementos, como condições climáticas e o estabelecimento das primeiras relações de propriedade.

#### 4.1.2 O roubo de mulheres e a apropriação de excedentes como pré-condição para acumulação

Como vimos, em sociedades de caçadores-coletores, homens, mulheres e crianças participam da produção do que consomem, as relações sociais entre eles são instáveis, sobretudo entre homens e mulheres dada a ausência da ideia de paternidade, não têm caráter violento, tampouco estruturas sociais demarcadas. A participação na produção se dá de forma a garantir a sobrevivência do grupo. Com o desenvolvimento da horticultura pelas mulheres no Neolítico, esse modelo dá lugar à colheita com base em raízes e mudas. Apesar da abundância de sociedades matrilineares nas sociedades de caçadores-coletores e horticultura, não é possível afirmar que nas sociedades patrilineares existentes as relações tinham caráter de dominação. O equilíbrio demográfico entre homens e mulheres é condição necessária para reprodução do modelo caçador-coletor e de horticultura.

---

<sup>64</sup> No entanto, ainda em certos povos locais já na Idade do Ferro, mulheres eram cavaleiras e guerreiras e a resistência delas em deixarem o campo de batalha pode ser observada no fato que, até a modernidade, elas ainda o frequentavam, mesmo que isso exigisse a elas se passarem por homens, se travestindo. É apenas na aurora do século XX que elas são definitivamente afastadas dos confrontos, com exceção das guerras civis (PATOUC-MATHIS, 2022, p. 201).

Para melhor compreender as transformações da época, Lerner (2021) considera o extenso trabalho do antropólogo Claude Meillassoux (1925-2005)<sup>65</sup> para afirmar que a vulnerabilidade das mulheres no parto pode ser um dos motivos pelos quais as tribos passaram a buscar mulheres de outros grupos, uma prática que acabou por se desenvolver como roubo de mulheres e colaborar para o aumento dos conflitos intertribais. Tais conflitos, que também pareciam mais comuns nos períodos de escassez econômica, podem ter fomentado a ascensão do poder masculino, sobretudo dos homens com grandes feitos nesses combates, junto com o aumento do prestígio adquirido, aumentado também a possibilidade destes homens de exercerem autoridade primeiro sobre as mulheres e depois sobre outros homens da própria tribo. Como consequência, além de uma possível ascensão social da figura do homem-guerreiro, as mulheres conquistadas eram protegidas pelos homens conquistadores ou por toda a tribo conquistadora como *propriedade*, sendo *reificadas* como coisas justamente por terem sido conquistadas e protegidas. O fato de as mulheres serem mais facilmente coagidas por meio do estupro e, uma vez mães ou unidas a um homem, tenderiam permanecer leais aos filhos e seus parentes, pode explicar por que mulheres, e não homens, foram comercializados.

Lerner (2021) considera que é possível admitir que crianças de ambos os sexos tenham sido usadas para assegurar paz entre as tribos, sendo as primeiras a serem trocadas ou vendidas. No entanto, a tribo com mais meninas aumentaria a população com mais rapidez e, quando crianças passaram a se tornar um recurso produtivo na agricultura, o comércio de crianças dá lugar ao comércio de mulheres. Ela nota que é a capacidade de reproduzir seres humanos que passará a interessar de forma exponencial às tribos. Ao mesmo tempo, embora aconteça em épocas diferentes e em diferentes partes do mundo, é possível ver uma regularidade de causa e resultado entre o abandono da caça-coleta ou da horticultura para adoção da agricultura e a

---

<sup>65</sup> As evidências de Meillassoux são baseadas no modelo europeu onde há interação entre atividades de horticultura e pecuária e em exemplos de indígenas nas planícies da América do Sul. Cf. MEILLASSOUX, Claude. ***From Reproduction to Production: A Marxist approach to economic Anthropology***. *Economy and Society*, nº 1, p. 93-105, 1972. Embora o antropólogo Claude Lévi-Strauss (1908-2009) seja amplamente reconhecido por ter identificado o comércio de mulheres como principal causa da subordinação feminina, ele não explicou como e por que esse sistema se desenvolveu. Meillassoux, por sua vez, ao oferecer uma descrição detalhada de como o controle da reprodução feminina precede a obtenção da propriedade privada, é uma fonte mais rica para compreensão da prática (LERNER, 2021, p. 81).

mudança no sistema de parentesco, de matrilinear para patrilinear, bem como o desenvolvimento da propriedade privada. Em outras palavras:

As condições materiais da agricultura de grãos exigem coesão e continuidade do grupo ao longo do tempo, assim fortalecendo a estrutura da família. [...] Como a quantidade de alimentos depende da disponibilidade de trabalho, a produção passa a ser a principal preocupação. Isso traz duas consequências: fortalece a influência de homens mais velhos e aumenta o incentivo da tribo para aquisição de mulheres. Na sociedade plenamente desenvolvida com base na agricultura de arado, mulheres e crianças são indispensáveis ao processo de produção que é cíclico e trabalhoso. Crianças tornam-se, assim, um recurso econômico. Nesse estágio, as tribos buscam adquirir o potencial reprodutivo das mulheres em vez das mulheres em si. Homens não geram bebês diretamente; assim, as mulheres, não os homens, é que são comercializados. Essa prática torna-se institucionalizada em tabus do incesto e em padrões de casamento patrilocal. (LERNER, 2021, p. 80).

No entanto, essa explicação suscita a questão: se foram as mulheres as responsáveis por desenvolver a horticultura e se eram elas que estavam no controle das atividades de subsistência, porque os homens mais velhos, e não elas mesmas, passaram a ter total controle da produção agrícola? Primeiro, precisamos considerar que nem todas as sociedades passaram pela fase de horticultura, onde a dominância feminina das atividades econômicas era mais preponderante. Tais sociedades dependiam sobretudo do pastoreio e pecuária, não necessariamente de forma conjunta com a caça-coleta, e passaram direto para o estágio da agricultura. É bem aceita entre antropólogos e arqueólogos a sugestão de que os homens na figura dos pastores nômades eram majoritariamente responsáveis por tal atividade produtiva, que gerava acúmulo de excedentes de gado, carne e pele. Para Lerner (2021), a agricultura de arado exigia uma força física que provavelmente não era a ocupação escolhida por grande parte das mulheres gestantes e lactantes, o que teria possibilitado aos homens um maior controle sobre os excedentes. Apesar de plausível, e de podermos considerar que ambos os cenários são possíveis, a apropriação dos excedentes em conflitos intertribais pode ser considerada um fator preponderante que permitiu aos homens o monopólio desses excedentes, o que lhes conferiu também prestígio e poder.

Baseado em um estudo editado por Meillassoux (1975) sobre a escravidão na África pré-colonial<sup>66</sup>, Mies (2022) afirma que os caçadores não apenas sequestravam

---

<sup>66</sup> Cf. MEILLASSOUX, Claude. *L'esclavage dans l'Afrique pré-colonial*. Paris: Maspero, 1975.

e se apropriavam de quem encontrassem durante as expedições de caça, como também organizam invasões a territórios inimigos ou estrangeiros para saques de animais, alimentos e raptos de mulheres. Normalmente, os homens capturados eram mortos porque a vantagem econômica sobre eles era baixa. Já as mulheres eram usadas para trabalhar para o líder da expedição, pedidas em resgate ou vendidas para outras aldeias. Como mencionamos, mulheres eram preferidas aos homens, e tinham um preço mais alto, porque eram produtivas tanto como trabalhadoras como geradoras de novos trabalhadores, além de mais suscetíveis à violência sexual, física e a se integrar à nova aldeia. Dessa forma, mulheres sequestradas se tornaram "fonte direta para a acumulação de *propriedade* privada." (MIES, 2022, p. 141 - grifo da autora). Ou seja, a produtividade dos caçadores era basicamente uma produção não produtiva baseada no saque, roubo e pilhagem. Em Alto Volta (atual Burkina Fasso), o arco e flecha eram utilizados para adquirir "o mel, o amendoim, o feijão e depois uma mulher, depois os filhos e, então, [...] comprar animais domésticos, cabras, ovelhas, burros, cavalos." (HERITIER, 1975, p. 491 *apud* MIES, 2022, p. 142). Aqui, justifica-se a afirmação anterior de que os homens concebiam sua própria produtividade em termos das armas. Como o que era capturado por meio do saque ou roubo se tornava propriedade privada do chefe da linhagem hereditário, esse esquema possibilitou que alguns homens acumulassem propriedade mais do que outros homens. Em sua análise, Mies (2022) fornece mais exemplos da África pré-colonial que demonstram esse modo de produção não produtivo dos homens, que só poderia ser produtivo se houvesse um outro modo de produção, realmente produtivo e geralmente feito por mulheres, cuja produção pudesse ser saqueada ou roubada.

Contudo, essa hipótese também necessita levar em consideração outros fatores levantados por antropólogos e historiadores que podem ter contribuído para o desenvolvimento do monopólio masculino sobre os excedentes. É plausível considerar que o desenvolvimento da horticultura gerou tempo livre, sobretudo para os homens, já que as mulheres cuidavam também de outras atividades como preparar os alimentos e cuidar dos filhos. Dessa forma, homens possuíam mais tempo livre para desenvolver outras atividades, inclusive a de aprimorar suas habilidades de acumular excedentes e prestígio (LERNER, 2021). É importante destacar que, como mencionado previamente, tal modo de divisão sexual do trabalho provavelmente era

o que mais funcionava naquele contexto histórico específico e não estamos inferindo aqui uma manipulação consciente ou um determinismo biológico. Ainda, se considerarmos que os laços entre mães e filhos formaram as primeiras relações sociais, podemos presumir que a proximidade entre eles tenha se mantido estreita mesmo após a integração do macho de forma permanente aos grupos e por isso as mulheres continuaram compartilhando entre si o cuidado com as crianças. É possível supor também que, com o aumento dos conflitos intertribais e roubo de mulheres, o trabalho na esfera doméstica tenha sido preferido por uma questão de segurança. Após a sedentarização<sup>67</sup>, é possível considerar, por fim, que o desenvolvimento da domesticação dos animais e uso de novas técnicas tenham feito os homens afastarem progressivamente as mulheres da agricultura (PATOUMATHIS, 2022), embora não seja possível saber se por motivos de interesses pessoais ou coletivos.

Não obstante, nem todas as sociedades caçadoras-coletoras deixaram esse estágio. Como demonstrado no trabalho do antropólogo Peter Aaby no qual Lerner também se baseia<sup>68</sup>, tribos de caçadores da Austrália têm a produção sob controle das mulheres e não desenvolveram a horticultura. No caso dos já citados iroqueses, na América do Norte, mulheres não eram reificadas ou dominadas. Para Aaby (1978), as condições ecologicamente favoráveis permitiam a manutenção do equilíbrio demográfico sem a necessidade de trazer mulheres de outras tribos. Portanto, alterações climáticas e ambientais podem ter contribuído também para o aumento da dependência dos assaltos às outras tribos e para o roubo de mulheres. Aqui, é pertinente ao contexto da pesquisa pontuar que o Neolítico é marcado por um momento de aumento das temperaturas responsável por interferir nas condições de produção dos grupos depois de um período de glaciação, o que pode ter contribuído para inflar os conflitos intertribais e interferir nas relações de produção da época, afetando de forma significativa e duradoura o *status* das mulheres<sup>69</sup>.

---

<sup>67</sup> As primeiras aldeias datam de 7.000 anos antes da nossa era no Antigo Oriente Próximo e 4.500 antes de nossa era na Europa (PATOUMATHIS, 2022).

<sup>68</sup> Cf. AABY, Peter. *Engels and Women*. **Critique of Anthropology**: Women's Issue, vol. 3, número 9 e 10, p. 25-53, 1978. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0308275X7800300902>. Acesso em: 15/06/2023.

<sup>69</sup> Acerca das condições climáticas do neolítico, ver NISSEN, Hans J. **The Early History of the Ancient Near East, 9000-2000 B.C.** Chicago: University of Chicago Press, 1990.

De qualquer forma, todas as sociedades agrícolas reificaram a capacidade (re)produtiva das mulheres, com a apropriação dos homens acontecendo em estágio posterior, demonstrando a vantagem desse sistema para expansão e acumulação de excedentes, um desenvolvimento possibilitado sobretudo pelo saque e roubo da produção *produtiva*, responsabilidade majoritariamente feminina, e das mulheres em si. É uma tautologia marxista que a produção de excedentes, ou seja, uma produção mais do que a necessária para o próprio consumo, é pré-condição para o desenvolvimento de relações de classe. Com o desenvolvimento de meios de produção mais produtivos, alguns grupos podem se apropriar desse excedente e estabelecer relações de propriedade. O que buscamos destacar aqui é como isso originalmente ocorreu: por meio de coerção, violência e reificação da capacidade (re)produtiva das mulheres. Uma vez estabelecida a divisão sexual assimétrica do trabalho, ela foi mantida e recriada por meio de instituições como o Estado e os sistemas legais, a família, as religiões patriarcais, a Ciência e os sistemas ideológicos e culturais. Portanto:

o estabelecimento de classes baseado na apropriação unilateral de 'excedente' está intrinsecamente entrelaçado com o estabelecimento do controle patriarcal sobre as mulheres como principais 'produtoras da vida' em seus dois aspectos. (MIES, 2022, p. 144).

Busquei demonstrar até aqui os acontecimentos históricos precedentes à chamada "revolução urbana", quando, ao longo de milhares de anos, aldeias neolíticas esparsas, com uma divisão sexual do trabalho baseada em relações de cooperação, se tornam comunidades agrícolas com uma divisão sexual do trabalho hierárquica. Muitas dessas sociedades passaram de matricêntricas ou matrilineares para patrilineares, não havendo registro histórico do movimento inverso (LERNER, 2021). Essas mudanças aconteceram de forma não linear, em diferentes lugares do mundo: nos grandes vales de rios e costas da China, da Mesopotâmia, do Egito, da Índia e da Mesoamérica, depois África, norte da Europa e Malásia. Vimos que a transição das sociedades de caçadores-coletores para sociedades baseadas na agricultura e pecuária foi marcada pela ascensão do homem-guerreiro e pelo roubo e comércio de mulheres com base no tabu do incesto e na exogamia, estabelecendo estruturas familiares com contornos mais bem delineados. Demonstramos que

mulheres começaram a ser roubadas por sua capacidade (re)produtiva e lentamente foram removidas do controle da produção agrícola, com esse sendo exponencialmente monopolizado pelos homens. Marcado por uma elevação das temperaturas, é possível considerar que as condições climáticas do Neolítico e os momentos de escassez econômica tenham aumentado os conflitos intertribais, intensificando o roubo de mulheres e a apropriação de excedentes de outras tribos.

O modo de produção não produtiva dos homens, baseado na apropriação do que era necessário aos grupos assaltados, mas *excedente* para os assaltantes, possibilitou que *alguns* homens tivessem controle sobre as mulheres sequestradas e sobre o fruto do que era roubado e saqueado, estabelecendo distinções de classe entre *todos* os homens e as mulheres, e entre *alguns* homens e outros homens por meio de relações de propriedade. Mulheres não só eram mais facilmente coagidas pela violência física e sexual como também tinham um valor mais alto que os homens porque eram produtivas como trabalhadoras e como geradoras de novos trabalhadores. Dessa forma, vimos que a reificação da capacidade (re)produtiva das mulheres é uma característica estrutural e histórica, sem a qual o estabelecimento da propriedade privada e do Estado não poderiam ter acontecido, sendo a apropriação dessa capacidade *pré-condição* para o desenvolvimento do modo de produção capitalista e parte e parcela das relações de classe.

Reforçamos que as primeiras formas de divisão sexual do trabalho nos diversos grupos de humanos não tinham caráter de dominação, podendo variar ao longo da história e das condições climáticas, mas em alguma medida estavam atreladas à fisiologia por motivos práticos e buscavam atender as necessidades de sobrevivência do grupo como um todo. É plausível considerar que nem as mulheres nem os homens podiam prever as consequências desse processo da mesma forma que, digamos, quem descobriu a combustão a partir do carvão mineral não poderia prever a atual crise climática. Quando as consequências ficaram claras, as mulheres já estavam em grande medida em posição de desvantagem para conseguirem interromper o processo<sup>70</sup>. Por fim, essa análise histórica buscou demonstrar também o modo de

---

<sup>70</sup> Embora não esteja dentro do escopo da pesquisa entrar nas formas de resistência das mulheres ao notarem a própria perda de *status* social, é pertinente destacar que tal resistência existiu e se expressou de muitas formas. Cito o exemplo utilizado por Mies (2022) acerca das batalhas

produção da *mulher-na-natureza* e as características distintas da relação-objeto com a natureza externa e com a própria natureza das mulheres e dos homens para concluir que o modo de produção *não produtivo* e predatório dos homens se tornou

o paradigma de todas as relações históricas de exploração entre os seres humanos. Seu principal mecanismo é transformar produtoras e produtores humanos autônomos em condições de produção para outros, ou defini-los como 'recursos naturais' para outros. (MIES, 2022, p. 144).

No entanto, para entender completamente a condição das mulheres enquanto *classe sexual superexplorada* para fins de acumulação de capital, é preciso não só entender as origens da divisão sexual do trabalho, mas como o controle da sexualidade feminina foi institucionalizado a partir desta por meio do Estado, da Religião e da Ciência fazendo com que, para as mulheres, a exploração e dominação sexual seja a própria marca da dominação de classe (LERNER, 2021).

4.1.3 A condição das mulheres na Mesopotâmia antiga e os primeiros passos para o estabelecimento do patriarcado

As primeiras mudanças significativas no *status* da mulher na sociedade acompanha a formação dos Estados arcaicos, o surgimento das elites militares e a transição de sociedades baseadas em economias humanas para sociedades

---

ideológicas registradas na literatura indiana antiga, onde o papel dos homens (sementes) e das mulheres (terra) na produção de alimentos e crianças permaneceu em disputa ao longo de vários séculos, demonstrando que a subordinação da produtividade feminina à masculina representou uma verdadeira *luta de classes* sobre o que seria ou não valorizado (ou qual trabalho e função seriam ou não valorizados). Para a autora, essa disputa parece ter começado sobretudo após o desenvolvimento do arado, quando este substituiu a enxada e a vara de cavar das primeiras cultivadoras. Em algumas línguas indianas, existe uma analogia entre arado e pênis, o que pode explicar o fato de que o primeiro símbolo da produtividade masculina tenha sido não as mãos, produtoras de ferramentas, mas o pênis. Em um jargão bengali, o pênis é chamado de *yantra* (a ferramenta). Esse simbolismo instrumental se expressa tanto na relação homem natureza quanto homem e mulher. "O pênis é a ferramenta, o arado, a 'coisa' com a qual o homem trabalha a mulher." (MIES, 2022, p. 130). Mies não considera coincidência que, nas línguas no norte da Índia, *kam* significa tanto trabalho como coito. Além dessas analogias serem expressões linguísticas de um tipo específico de relação-objeto entre homem e natureza, para a autora elas indicam que essa relação é caracterizada por uma dominação onde mulheres (e natureza) são as condições físicas necessárias - e *externas* - para a produção masculina, uma percepção que, como veremos no final do presente capítulo, ganhará um salto qualitativo significativo com o desenvolvimento da ciência moderna no período colonial.

baseadas em economias comerciais<sup>71</sup> (GRAEBER, 2016; LERNER, 2021). Esse momento data da transição do Neolítico para a Idade Antiga, quando há uma produção de alimentos organizada e aumento populacional. Estados arcaicos caracterizam-se por concentração de bens e riquezas por meio de relações de propriedade e, portanto, o surgimento de classes e hierarquias; produção de bens consumíveis e alto grau de especialização das atividades; comércio organizado; urbanização; surgimento e consolidação de elites militares; realeza; institucionalização da escravidão; e surgimento de famílias patriarcais para distribuição de posses e poder (LERNER, 2021). Na Mesopotâmia, observamos também a institucionalização da dominância masculina nos códigos e leis; estabelecimento e regularização da prostituição; exclusão paulatina das mulheres de determinadas ocupações e funções; exclusão das mulheres do acesso à educação; e, finalmente, a submissão das divindades femininas aos deuses masculinos se apresentam nos mitos de origem que legitimam a supremacia masculina.

Seguiremos com a suposição de Lerner (2021), corroborada por Pathou-Matis (2022), de que o núcleo das revoluções urbanas foram as mudanças na organização social, para a qual o desenvolvimento da agricultura resultou em uma base regular de alimentação e aumento populacional. Com a redistribuição de alimentos feita por autoridades do templo, esse grupo tinha o poder de coagir fazendeiros e agricultores para produzirem excedentes. O aumento da irrigação e do poder da elite do templo tornaram as distinções de riqueza mais acentuadas, sobretudo entre os que possuíam e os que não possuíam terras próximas de fontes d'água. Isso acabou por intensificar também os conflitos acerca dos direitos de propriedade como, por exemplo, o que era propriedade privada e o que era bem comum. Essa formação inicial de classe resultou em uma mudança importante para as mulheres: de uma estrutura social baseada em parentesco para uma baseada em classes. Novamente, é preciso lembrar que essas transformações não foram lineares, nem uniformes, sendo mais correto entendê-las como mudanças incrementais ocorridas em regiões e velocidades diferentes, que interagiram ou foram iniciadas por condições ecológicas e sociais, e se

---

<sup>71</sup> David Graeber (2016) usa o termo "economias humanas" para designar sistemas econômicos menos preocupados com a acumulação de riquezas e mais com o processo de criação, destruição e reorganização dos seres humanos: "Em uma economia humana, o dinheiro serve não para comprar ou trocar seres humanos, mas para expressar que tal coisa na verdade não pode ser feita." (GRAEBER, 2016, p. 266).

desenvolveram por meio de interações mutuamente reforçadas. É possível identificar três estágios desse processo na Mesopotâmia: o surgimento das cidades-templos, o crescimento das cidades-Estados e o desenvolvimento de estados nacionais.

De forma resumida, podemos entender que o aumento da produção agrícola levou ao aumento das populações crescentes. Populações crescentes, por sua vez, demandam mais recursos e território, levando ao aumento da produção agrícola e da expansão territorial por meio da guerra e da conquista. O primeiro, possibilitou o aumento das elites econômicas, que paulatina e exponencialmente passaram a controlar a produção, e o segundo engendrou o estabelecimento de uma elite militar. No início, elites econômicas e militares colaboraram entre si até entrarem em conflitos por disputa de poder e territórios. Na Mesopotâmia, tais formações sociais se desenvolveram como cidades-templos entre o quarto e terceiro milênio a.C. Com o aumento dos conflitos intertribais, a migração para as cidades aumenta, e a mão de obra migrante passa a ser utilizada nas construções de grandes projetos centralizados, como enormes templos, responsáveis por reunir atividades religiosas, econômicas e políticas, bem como estruturas de irrigação. De 3000 a.C. em diante, achados arqueológicos demonstram que as hierarquias do templo coordenam esses grandes projetos, organizam e pagam equipes de trabalho com ração, investem os excedentes na produção em massa de alguns produtos artesanais para exportação, fortalecem a especialização dos trabalhos, controlam a matéria-prima e monopolizam o comércio. Isso resulta no desenvolvimento de uma elite burocrática e com habilidades administrativas. Os primeiros sistemas de símbolos, e o posterior desenvolvimento da contagem e da escrita, desenvolvem-se a partir dessas atividades comerciais e de contabilidade. Acredita-se que a escrita tenha se originado nos templos e palácios e se tornou, portanto, um conhecimento que fortalecia o papel de liderança das elites. É com a invenção da escrita que deixamos a pré-história, e análises com base em suposições, e entramos na história.

A dinastia do período arqueológico de Uruk V. coincide com o período proto-histórico mesopotâmico (cerca de 3500-2800 a.C.) onde as elites militares se desenvolveram com a elite dos templos, mas logo depois se tornaram uma força rival e independente. Os chefes militares primeiro tornavam-se chefes de aldeias para estabelecer dominância sobre a terra e sobre o rebanho visando o enfraquecimento

do poder dos sacerdotes. Os chefes mais poderosos, por sua vez, se autoneameavam reis, usurpando o poder dos templos e tratando as propriedades antes sob controle da elite do templo como suas. Os conflitos entre cidades se desenvolveram ao longo dos séculos seguintes e os soberanos que se tornavam mais poderosos reuniam diversas cidades-Estados em um reino ou estado nacional. Seguindo com a análise de Lerner (2021), uma das características mais importantes desse processo foi fortalecer a dominância masculina na vida pública e nas relações internas. A partir do trabalho de Robert McC. Adams<sup>72</sup>, que compara a revolução urbana da Mesopotâmia (3900 a.C. e 2300 a.C.) e México Central (100 a.C. e 1500 d.C.), a autora destaca que uma das formas encontradas por conquistadores para estender seu domínio era obrigar as aldeias conquistadas a fornecerem mulheres jovens e que não tiveram relações sexuais prévias para servir ao Estado ou esposas dos Incas. A interferência nos padrões sexuais tinha dupla função: por um lado, enfraquecer as estruturas tribais de parentesco e, por outro, formar alianças entre conquistadores e conquistados utilizando determinados grupos de parentes (normalmente esposas, concubinas e filhas). Igualmente,

Veremos um processo semelhante na Mesopotâmia, na prática de destruir cidades conquistadas, matar os homens e condenar mulheres e crianças à escravidão na terra dos conquistadores, e também no estabelecimento de aliança de casamento entre soberanos para consolidar a cooperação interestadual. (LERNER, 2021, p. 90).

Além do enfraquecimento das estruturas de parentesco e da institucionalização da escravidão, que falaremos mais adiante, o período também presenciou a fusão do poder divino personificado na figura do soberano, o rei. Uma nata de mulheres na figura de rainhas e filhas compartilhavam do *status* do rei, exercendo funções diplomáticas ou substituindo-o sempre que este precisasse, ou ainda sempre que os soberanos dinásticos necessitavam legitimar ou fortalecer seu regime por meio de casamentos. Na cidade de Mari, onde hoje é fronteira Iraque-Síria, documentos datados de 1790 a.C. a 1745 a.C. demonstram que mulheres da elite também realizavam funções importantes como sacerdotisas, adivinhas e profetisas, bem como

---

<sup>72</sup> Cf. ADAMS, Robert McC. *The Evolution of Urban Society: Early Mesopotamia and Prehispanic Mexico*. Chicago: Routledge, 1966.

podiam ser escribas, instrumentistas ou cantoras. Mas o poder da esposa, como do homem vassalo, era submetido à vontade do rei. Rainhas e sacerdotisas poderiam virar escravas domésticas de conquistadores a depender da capacidade do rei em manter seu reinado. Dessa forma, destaca-se aqui que mulheres não tinham o próprio *status* social mesmo depois de casadas e que ser rainha ou escrava doméstica dependia totalmente do *status* dos homens com as quais as mulheres mantinham relações sexuais ou dos quais dependiam.

Em Mari, o uso sexual de prisioneiras por parte do rei e a integração desta em seu harém também representavam uma ameaça ao poder da primeira esposa, mesmo que ela tivesse uma posição legal mais segura do que as esposas secundárias. Mulheres nobres tinham alto *status* e detinham poder sobre mulheres e homens de classes econômicas mais baixas, mas não só sua sexualidade era completamente subordinada aos homens como seu poder dependia do quão satisfatória seria sua servidão sexual a eles. Elas não tinham autonomia por si mesmas, e não teriam depois de casadas (como seus irmãos), embora pudessem compartilhar do *status* econômico do pai ou do marido em todos os âmbitos da vida política e econômica. Enquanto isso, mulheres das classes baixas desempenhavam diversos papéis econômicos como artesãs ou empregadas domésticas, enquanto as escravas estrangeiras representavam a maior parte do trabalho nos templos. Uma explicação plausível para essa condição de servidão sexual misturada à possibilidade de exercício de poder político e certa autonomia econômica das mulheres no período pode residir no fato que a organização social na antiga Mesopotâmia ainda guardava grande semelhança com as estruturas tribais do período anterior onde mulheres não eram percebidas como essencialmente inferiores aos homens. Conforme o Estado se tornou uma organização mais complexa, e mais distante do modelo tribal, mais o *status* das mulheres se tornou mais limitado (LERNER, 2021).

É durante o breve reinado de Urukagina (2380 a.C. e 2360 a.C.) quando surgem os primeiros éditos que visam regular o comportamento das mulheres (por exemplo, o direito de se casar novamente em caso de viuvez ou a maneira como elas podem se dirigir aos homens). Estes primeiros éditos se aproximam do início de um lento e inconstante processo de transição do *status* das mulheres que durou cerca de 2.500 anos. No reinado de Urukagina, tanto o emprego de mulheres escravas já

estava estabelecido como é possível notar que a matriz de relações patriarcais entre os sexos já tinha um lugar fixo, acontecendo, portanto, “antes dos desenvolvimentos econômico e político institucionalizarem por completo o Estado e antes da ideologia patriarcal estar totalmente desenvolvida.” (LERNER, 2021, p. 109). No entanto, a transição entre classes era fluída e a possibilidade de ascensão (ou declínio) social existia. Essa característica do período começa a mudar em decorrência da institucionalização da escravidão e do aumento da importância das relações de propriedade com objetivo de ampliar a riqueza das elites. Nos voltaremos agora a entender como essas duas coisas parecem ter acontecido, e qual a posição das mulheres no processo.

#### 4.1.4 "Escrava" significou, antes de tudo, mulher: sobre a criação da colônia mais antiga

Mulheres, uma vez comercializadas, não eram mais vistas como seres humanos, mas como um objeto à disposição masculina. Uma vez pertencentes a um grupo passível de ser dominado, mulheres começam a ser vistas como uma classe inferior. Constructos mentais, de alguma forma, derivam de alguma experiência prática e, no caso da escravidão, é possível afirmar que a base conceitual e prática de dominação das mulheres enquanto grupo por homens enquanto o grupo permitiu a transferência desse estigma para outros grupos a serem escravizados. Para Graeber (2016, p. 216),

A escravidão é a forma máxima de ser arrancado do próprio contexto, e assim de todas as relações sociais que fazem do ser humano aquilo que ele é. Em outras palavras, o escravo, em um sentido bem verdadeiro, é um 'ser morto'.

Como veremos adiante, foi o esquema de dominação desenvolvido pelos homens para com as mulheres que criou "a suposição de que um tipo de brutalidade era pelo menos potencialmente legítimo e outro, não" (GRAEBER, 2016, p. 206), precedendo a escravidão e a tornando possível. Uma série de historiadores<sup>73</sup> observa

---

<sup>73</sup> Além do trabalho de Robert McC Adams, ver DIAKNOFF, Igor M. *Socio-Economic classes in Babylonia and the Babylonian concept of social stratification*. In: EDZARD (ed.), *Gesellschaft im Alten*

que a maior parte das primeiras pessoas escravizadas eram mulheres e que, mesmo onde existisse uma necessidade econômica de uma grande força de trabalho escravo, não havia homens o suficiente para vigiar os prisioneiros dia e noite, indicando que "povos diferentes precisaram de tempos diferentes para perceber que seres humanos podiam ser escravizados e controlados por outros meios que não a força bruta." (LERNER, 2021, p. 115). As origens precisas acerca do surgimento da escravidão são escassas e especulativas. No entanto, é possível notar uma relação entre o desenvolvimento da guerra e da conquista, e da escravidão. As principais fontes de escravidão que costumam ser citadas são: pela lei da força, ou seja, captura em guerra ou sequestro; punição por crime; venda por familiar; venda de si mesmo por débito, e escravidão por dívida. Embora não seja possível encontrar as origens precisas da escravidão, é possível associar a institucionalização da escravidão com o estabelecimento das economias comerciais, hierarquias sociais e do Estado (GRAEBER, 2016; LERNER 2021).

Vimos que, após o estabelecimento de uma divisão sexual do trabalho hierárquica, a capacidade (re)produtiva das mulheres se torna uma mercadoria a ser comercializada para servir aos homens do grupo ou da família, primeiro por meio do roubo de mulheres nos conflitos intertribais, depois pelo estabelecimento do comércio de mulheres e, por fim, como peças de xadrez comandadas pelos homens da família em casamentos com objetivos econômicos e políticos nas sociedades patrilocais. Com as mulheres, os homens aprendem a usar diferenças orgânicas entre os seres humanos para separar, dividir e hierarquizar um grupo de pessoas como meios de alcançar objetivos políticos e econômicos. A partir do trabalho do sociólogo Orlando Patterson (1969) sobre a sociologia da escravidão, Lerner (2021) e Graeber (2016) destacam e elaboram sobre os três aspectos distintos na prática da escravidão. O primeiro, começou como um substituto para mortes em geral violentas, como uma "permuta condicional". O segundo, o escravo passa por uma "alienação natal", ou seja, é isolado da família e comunidade de origem e da participação legítima em qualquer ordem social. Terceiro, o escravo precisa ser desonrado de forma

---

*Zweistromland und in den angrenzenden Gebiete: XVIII. Rencontre assyriologique internationale.* Munich: Verlag der Bayerischen Akademie der Wissenschaften, pp. 41-52, 1972; PATTERSON, Orlando. ***Slavery and Social Death: A comparative study.*** Cambridge: Harvard University Press, 1982.

generalizada. Como já mencionamos, é possível que a escolha por escravizar mulheres e crianças, concedendo essa "permuta condicional", tenha se dado pelo fato desses grupos apresentarem menos ameaças como prisioneiras. Removidas de sua terra natal, normalmente destruída e com seus parentes mortos, as mulheres se viam isoladas e sem esperança de resgate. Para as mulheres, o terror físico, a coerção e a desonra ganhavam a forma de estupro<sup>74</sup> (LERNER, 2021). Uma vez com filhos, restava às mulheres se adaptarem à escravidão na esperança de, em algum momento, melhorarem a própria vida.

Tais características, como veremos, se relacionam com o estabelecimento do concubinato. Por ora, é importante focar em duas conclusões dessa análise. A primeira, é que a escravidão desde o começo significou coisas distintas para homens e mulheres. A segunda, que o impacto do estupro tinha função dupla: tanto desonrar as mulheres quanto os homens que não puderam proteger suas irmãs, esposas, filhas etc. É pertinente destacar a honra a qual nos referimos. O desenvolvimento do conceito de honra feminina como pureza sexual e servidão matrimonial não estava totalmente desenvolvido no segundo milênio a.C. A falta de honra das mulheres residia mais em sua ausência de autonomia para decidir por si mesmas, tendo esta limitada à autonomia concedida por outros (homens, normalmente maridos, pais e irmãos). Me parece pertinente a conclusão de Graeber (2016, p. 219) que "honra não é o mesmo que dignidade. Pode-se até dizer: honra é dignidade de sobra". A capacidade dos sujeitos de desonrar outrem, normalmente por meio da violência física, é a base da honra. Ao mesmo tempo, sua própria honra depende de jamais ser desonrado, inclusive pela desonra das mulheres de seu grupo, tribo ou família. A expressão mais reveladora dessa construção mental pode residir no fato que, em sociedades Mesopotâmicas, Chinesas e Indianas, o estupro de mulheres era

---

<sup>74</sup> A prática de estupro das mulheres de um grupo conquistado permaneceu como prática de guerra e conquista do segundo milênio a.C. até o presente momento (LERNER, 2021, p. 116). Oficialmente, o estupro se tornou crime de guerra em 1919, mas isso nunca impediu a prática, pelo contrário. Em uma reportagem de 08 de março de 2020, a repórter de guerra e autora Christina Lamb detalha a escalada de terror contra as mulheres em contextos de guerra que presenciou nos últimos trinta anos como jornalista cobrindo conflitos. Lamb cita os conflitos no Oriente Médio, sobretudo no Iraque e Síria, e na Nigéria. Em suas palavras: "trabalho como correspondente em zonas de conflito há quase 33 anos e pensei ter testemunhado os feitos mais sombrios do homem. Mas nos últimos anos tenho visto mais brutalidade contra as mulheres do que em qualquer outro momento da minha carreira" (tradução nossa). Disponível em: <https://www.thetimes.co.uk/article/it-devastates-families-and-empties-villages-how-rape-is-used-as-a-weapon-of-war-2kqftx0hw>. Acesso em: 31/05/2023.

considerado crime de honra e propriedade contra os homens da família, e não contra as mulheres estupradas<sup>75</sup> (o que reforça o argumento feminista acerca do estupro ser expressão de poder). Dessa forma,

entre a força da mercadorização, que recai desproporcionalmente nas filhas, e a força contrária de quem tenta reafirmar direitos patriarcais de 'proteger' as mulheres de qualquer sugestão de que elas poderiam ser transformadas em mercadoria, as liberdades formais e práticas das mulheres parecem ter sido, pouco a pouco, cada vez mais restringidas e eliminadas. (GRAEBER, 2016, p. 239).

As primeiras referências ao tratamento de pessoas capturadas na Mesopotâmia datam de 2500 a.C. A maior parte dos homens eram mortos e as mulheres eram utilizadas como trabalhadoras domésticas ou na construção de obras públicas e o uso sexual das prisioneiras em haréns ou como concubinas não estava estabelecido. Quando não eram mortos, homens podiam ser cegados ou sofrer alguma forma de mutilação. A prática de castração de prisioneiros apareceu na Antiga China e na Mesopotâmia e se desenvolveu como forma de eunuquismo na China, Pérsia, Roma Antiga, Bizâncio, Egito, Síria e na África. Esses exemplos ilustram a necessidade de uma *marca visível* para distinção dos escravos, bem como o controle sexual como demonstração de poder (LERNER, 2021). Cerca de 500 anos depois, é possível encontrar os primeiros registros de uso sexual das mulheres escravizadas e o aumento dos sequestros de mulheres para servir em haréns como forma de demonstrar o *status* dos homens estará disseminado no final da Idade do Bronze, por volta de 1200 a.C. (GRAEBER, 2016). Uma vez grávidas, com filhos e isoladas, mulheres escravas tendiam a se apegar aos seus senhores, sobretudo por depender deles. A institucionalização do concubinato era, portanto, uma forma de integrar as escravas à família para garantir não só os serviços das mulheres aos seus senhores, como também de seus filhos. Usar escravas como servas e objetos sexuais tornou-se uma prática padrão para a dominância masculina sobre as mulheres em todos os

---

<sup>75</sup> Na epopeia de Ulisses podemos ver que as escravas estupradas precisavam ser assassinadas pela desonra trazida à casa do senhor. A mesma prática pode ser encontrada na China imperial, nas comunidades gregas e turcas, na vitimização contemporânea dos filhos ilegítimos de mulheres vietnamitas e coreanas com soldados norte-americanos e na expulsão indiscriminada, pela própria família, de mulheres de Bangladesh estupradas por soldados paquistaneses (LERNER, 2021). No Brasil, apenas em agosto de 2023 que a tese de legítima defesa da honra em casos de violência contra mulheres foi julgada como inconstitucional.

períodos históricos. Na Babilônia, essas mulheres também podiam ser alugadas como prostitutas, com o senhor ficando com o pagamento, prática que se espalhou em todo o Oriente Próximo, no Egito, na Grécia e Roma antigas. No período moderno, ocorreu na África, América Latina, Caribe e Estados Unidos. Na China, do terceiro século a.C. ao vigésimo século d.C. comprar concubinas era uma prática estabelecida. Embora prisioneiros do sexo masculino em sociedades escravocratas mais desenvolvidas também fossem utilizados como objetos sexuais, a prática permaneceu uma exceção (LERNER, 2021). A exploração sexual se tornou uma característica da dominância masculina sobre as mulheres intrínseca à apropriação da capacidade (re)produtiva das mulheres para fins de acumulação. Ambas as características distinguem a dominação das mulheres da opressão de raça e classe ao passo que ajudam a formá-las e combinam-se a elas.

Assim como a subordinação das mulheres aos homens serviu como modelo conceitual para a criação da escravidão, a família patriarcal forneceu o modelo estrutural. Seguindo com Lerner (2021), a família patriarcal toma três formas características: a autoridade total sobre os filhos, a autoridade sobre a esposa com condições recíprocas de comprometimento com seus parentes e o concubinato. No caso do poder sobre os filhos, o pai tinha poder de vida e morte, podendo cometer infanticídio por abandono ou desamparo, dar as filhas em casamento em troca do preço da noiva, mesmo na infância, podia arranjar casamentos para os filhos de ambos os sexos, e penhorar ou trocar por dívida esposa, filhos, concubinas e servos. No entanto, a autoridade sobre os filhos era autolimitante, já que, uma vez crescidos e casados, não estavam mais sob o seu domínio. O modelo de relação com a esposa, ou seja, alguém que não fosse totalmente livre, foi importante para formar a dominância masculina, mas esposas ainda tinham alguns direitos legais e de propriedade. No caso do concubinato, a mudança fundamental é que a mulher sai de uma dependência no casamento para uma falta de liberdade. Ou seja, entre o casamento e a escravidão, passando pelo concubinato, o que vemos é um contínuo com diferentes níveis de falta de liberdade.

Embora não seja possível saber se o concubinato precede a institucionalização da escravidão ou se surgiu dela, a prática já estava consolidada a época dos Códigos de Hamurabi, que datam do primeiro império babilônico, de 1792 a.C. a 1750 a.C.,

existindo várias evidências linguísticas que conectam concubinato à escravidão de mulheres<sup>76</sup>. Podemos considerar dois fatores como relevantes para uma maior disponibilidade de escravos por dívida, o que por sua vez contribuiu para a disseminação do concubinato: a pronta disponibilidade de mulheres prisioneiras para o serviço doméstico e o empobrecimento dos agricultores. Para Graeber (2016), a questão da dívida foi indispensável dado que o encontro de economias humanas com economias comerciais, onde quer que acontecessem, acabavam por resultar em uma crise da dívida, o que, por sua vez, levava a uma explosão na quantidade de escravos por dívida, acabando por reduzir as relações familiares a relações de propriedade e mulheres a servas sexuais. Na Grécia, a escravização de prisioneiras, e o uso destas como concubinas e presas de guerra, manteve-se de Ilíada, cerca de 1200 a.C., até o período moderno (LERNER, 2021).

Para entender o desenvolvimento do concubinato até sua institucionalização é importante considerar a crescente necessidade de manter a propriedade privada dentro da família. A importância de um filho homem para a manutenção das relações patriarcais de propriedade se mostrava um problema em casais sem filhos homens. Mas, diferente do modelo de sociedades poligâmicas, onde as várias esposas costumam ter direitos relativamente iguais, no concubinato, além de prestar serviços sexuais ao seu senhor, a concubina também era serva da esposa deste. Ademais, embora libertar concubinas após elas terem gerado filhos tenha sido uma prática incorporada à lei islâmica que se espalhou com a difusão do islamismo, essas mulheres eram legalmente impossibilitadas de casar-se, restando a elas a prostituição. Já na China e no Império Inca, concubinas podiam ter grande prestígio social e as famílias entendiam como grande honra dispor de suas filhas para esses serviços. Seja entendendo o concubinato uma forma de ascensão social ou como forma de escapar da escravidão, fica demonstrado aqui que:

Quando a escravidão se tornou comum, a subordinação de mulheres já era um fato histórico. Se, naquele momento, pensava-se nisso de alguma

---

<sup>76</sup> Alguns exemplos concedidos por Lerner são: o sinal cuneiforme acádio para "mulher escrava" era "mulher" mais "montanha", o que parece indicar que as mulheres escravas eram vindas das montanhas e, portanto, eram estrangeiras. O sinal para "mulher escrava" aparece antes do sinal para "homem escravo", o que corrobora a hipótese de que as mulheres foram escravizadas antes dos homens. A palavra grega, *doulos*, aparece na forma feminina, mas não na masculina. Ainda, a palavra *doulè* parece ter significado duplo de escrava e concubina (LERNER, 2021, p. 123).

maneira, deve-se ter incorporado à subordinação de mulheres um pouco do estigma da escravidão: escravos eram, assim como as mulheres, pessoas inferiores que podiam ser escravizadas. As mulheres, sempre disponíveis para subordinação, eram agora consideradas escravas por serem como os escravos. A relação entre as duas condições está na premissa de que todas as mulheres precisavam aceitar como fato o controle de sua sexualidade e de sua função reprodutiva por homens ou instituições dominadas por eles. Para mulheres escravas, a exploração econômica e a exploração sexual estavam ligadas do ponto de vista histórico. A liberdade de outras mulheres, que nunca foi a liberdade de homens, dependia da escravidão de algumas mulheres, e sempre foi limitada pelas restrições de mobilidade e acesso a conhecimento e capacitação. (LERNER, 2021, p. 138).

A crescente regulamentação dos direitos de propriedade, direitos e obrigação de devedores, controle de escravos e conduta sexual das mulheres podem ser notados no Código Hamurabi, na Lei Médio-Assíria e, posteriormente, na Lei Hebraica. As leis acabaram por encorajar a homogamia (casamento entre pessoas da mesma classe) e filhos de ambos os sexos tinham direito de herança, embora os direitos das filhas mulheres sobre as propriedades fosse bastante limitado. Com maior estratificação de classes, o direito consuetudinário passa a ter cada vez mais importância, com chefes da família usando familiares para aumentar seu poder e riqueza. Famílias pobres, que não tinham uma filha jovem que pudesse ser trocada no casamento, eram obrigadas a renunciar a parte do patrimônio para casar um filho, o que podia levar à ruína econômica e a posterior entrega de filhos para escravização por dívida ou prostituição. Em resumo, a prostituição das mulheres acontecia porque seus pais ou maridos empobrecidos as utilizam para pagar dívidas, ou porque elas se tornavam prostitutas autônomas como alternativa à escravidão; a depender da sorte, poderiam ascender ao concubinato. Com a sexualidade das mulheres da classe de proprietários restringida, a prostituição comercial se tornou uma prática aceita para satisfazer sexualmente os homens. Na metade do segundo milênio a.C. a prostituição já havia se tornado a principal ocupação das filhas pobres (LERNER, 2021).

Finalmente, a diferenciação social entre mulheres puras e prostitutas será solidificada com a regulamentação da aparição pública e o velamento da mulher, que aparece no código de leis do Período Médio Assírio, estabelecido entre 1400 a.C. e 1100 a.C. e é a primeira referência acerca do uso de véus no Oriente Médio. A Lei faz uma distinção clara entre mulheres: as "respeitáveis" (casadas ou concubinas), viúvas e filhas de assírios livres e as "não respeitáveis", prostitutas e escravas (que não podiam usar véus bem como deveriam ser penalizadas caso o fizessem). Para

Graeber (2016), é notável que isso tenha acontecido sob a autoridade do Estado mais militarista de todo o antigo Oriente Médio, novamente corroborando a tese de Lerner de que o controle sobre as mulheres se torna mais intenso conforme o Estado se complexifica e suas forças militares se tornam mais poderosas.

A partir da presente demonstração histórica, busquei evidenciar como mulheres tiveram sua capacidade (re)produtiva apropriada para garantir a possibilidade de acumulação dos homens, do Neolítico à Antiguidade. Essa análise nos possibilita visualizar como, enquanto o *status* de classe do homem é determinado por suas relações de propriedade e reforçado pelo poder militar, o *status* da mulher é mediado pelos homens das quais ela depende. Na base da hierarquia das mulheres, estão as escravas, cuja sexualidade era utilizada como mercadoria. No meio, se encontram as escravas-concubinas, cuja sexualidade era usada por seus senhores e podia garantir a elas alguma ascensão social. No topo, estavam as esposas, junto com mulheres excepcionais, como as que exerciam funções religiosas e as virgens. Essa hierarquização das mulheres a partir do seu comportamento e relações sexuais também serviu para cindir a classe sexual feminina, separando mulheres de classe alta e baixa e, do ponto de vista histórico, impossibilitando a formação de uma articulação interclasses e do próprio desenvolvimento de uma consciência enquanto classe sexual dominada, dificuldades que, em grande medida, ainda se mostram presentes na luta feminista (LERNER, 2021; MIES, 2022; SALLEH, 2017).

Ao mesmo tempo, procurei demonstrar como o controle acerca do comportamento feminino foi se intensificando conforme o Estado foi se complexificando e as relações de propriedade passaram a ser cada vez mais importantes. À época dos Códigos Hamurabi, o poder do chefe patriarcal sobre a esposa existia, mas era bastante restrito pelas relações de parentesco, onde havia obrigações mútuas com o homem chefe da família da esposa. Na época das Leis Médio-Assírias, esse poder era restrito pelo Estado e o pai tinha poder absoluto para utilizar a sexualidade das filhas como recurso; as relações de parentesco já tinham se transformado em relações patriarcais de forma que a diferença entre as mulheres poderia ser medida em diferentes graus de falta de liberdade (LERNER, 2021). Por fim, o velamento da mulher promove uma nova cisão entre as mulheres, agora separando-as entre respeitáveis (mulheres cujos corpos não podiam ser diretamente

comprados e vendidos) e não respeitáveis (mulheres cujos corpos eram diretamente comprados e vendidos). Esse momento demarca um importante enclausuramento doméstico das mulheres (ao menos das consideradas "respeitáveis") que será observado também na Grécia antiga e se intensificará na virada epocal do feudalismo para o capitalismo, como veremos adiante.

#### 4.1.5 A morte da Deusa-Mãe e a criação do patriarcado

Antes de abordarmos os processos correlatos de colonização e donadecaseficação durante a virada epocal do feudalismo para o capitalismo, farei um pequeno desvio para demonstrar a importância da morte das deusas, da criação de mitos masculinos e do estabelecimento do monoteísmo com o Antigo Testamento para o *status* das mulheres nas sociedades do Antigo Oriente Próximo sobretudo porque, como veremos, essa mudança precede e posteriormente se une ao estabelecimento de uma Filosofia e Ciência onde mulheres foram apresentadas como inferiores aos homens e destituídas do princípio da alma e da razão.

Como vimos, ser arrancado do próprio contexto para ser transformado em algo que pode ser trocado só foi possível por meio da violência armada. As primeiras pessoas trocadas foram mulheres e crianças. Com a institucionalização da escravidão, primeiro mantendo mulheres e crianças prisioneiras, depois homens, é possível especular que mulheres no geral passaram a ser vistas como escravos porque, assim como estes, não tinham autonomia e formavam um grupo dominado, não só na infância, mas ao longo de toda a vida. Ambos os grupos, mulheres e escravos, passaram a ser vistos como socialmente inferiores. Na Mesopotâmia, embora mulheres de classe mais alta tivessem seus direitos de propriedade garantidos, sua liberdade sexual se extinguiu. Para as famílias pobres, as funções sexuais e reprodutivas das mulheres eram um recurso. Aos poucos, mulheres de todas as classes foram excluídas do poder militar e, até a virada do primeiro milênio a.C., da educação formal. No entanto, mulheres não só podiam falar com os deuses, como havia deusas, sacerdotisas, curandeiras e adivinhas. Essa possibilidade de mediar o mundo humano com o sobrenatural, apesar das funções diferentes que mulheres e homens acabaram por desenvolver na sociedade, não permitiu a

desumanização completa das mulheres fazendo com que estas continuassem sendo vistas como seres humanos assim como os homens (LERNER, 2021).

Existem várias interpretações possíveis acerca das causas para as mudanças nos padrões de crenças religiosas e o estabelecimento do monoteísmo. Seguiremos com Lerner para mantermos uma teoria coesa acerca das interpretações da criação do patriarcado. Ademais, o fato de a historiadora olhar para padrões mais amplos ocorrendo após ou simultaneamente determinadas transformações sociais é uma forma de evitar estabelecer relações de causa e consequência de forma equivocada. Lerner (2021, p. 188) parte do padrão maior observável da mudança ocorrida nas crenças religiosas e símbolos:

Primeiro, o rebaixamento da imagem da Deusa-Mãe e a ascensão e posterior dominância de seu consorte/filho; depois a fusão deste com um deus da tempestade em um Deus-Criador, que lidera o panteão de deuses e deusas. Onde quer que ocorram essas mudanças, o poder da criação e da fertilidade é transferido da Deusa para o Deus.

A partir do trabalho da antropóloga Peggy Reeves Sanday<sup>77</sup>, que analisou 112 histórias da criação e as sociedades nas quais esses padrões ocorreram, Lerner observa que a autora encontrou uma ligação clara entre definições dos papéis sociais exercidos por homens e mulheres em histórias da criação e a forma de obter alimentos, bem como padrões para criação dos filhos. Por exemplo, em sociedades com histórias da criação feminina, 63% dos pais cuidavam dos bebês e 28% caçavam animais enquanto em sociedades com histórias de criação masculina 17% dos pais cuidavam dos bebês e 52% dos pais caçavam grandes animais. Quando as generalizações de Sanday foram aplicadas às sociedades do Antigo Oriente Próximo<sup>78</sup>, foi possível encontrar grandes mudanças sociais e econômicas relativamente na mesma época em que há mudanças nas histórias de criação. Para melhor compreendê-las, a autora as agrupa em torno de três perguntas que toda

---

<sup>77</sup> As sociedades estudadas são povos primitivos contemporâneos e o trabalho ao qual Lerner se refere é o livro *Female Power and Male Dominance: On the Origins of Sexual Inequality*, Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

<sup>78</sup> Lerner (2021, p. 327, nota 12) antecipa que o salto metodológico dado, ou seja, utilizar a metodologia da pesquisa de Sanday no estudo da sociedade Mesopotâmica, pode trazer muitas objeções justificadas. No entanto, ela ressalta que a amostragem de Sanday oferece evidências interculturais de padrões similares de mudança nos mitos da criação em diversas culturas, o que acaba por reforçar sua tese.

religião precisa responder: i) quem cria a vida?; ii) quem traz a maldade para o mundo?; e iii) quem faz a mediação entre humanos e sobrenatural? Olhar para os padrões de símbolos e metáforas nas sociedades às quais estamos nos atendo possibilitou a autora encontrar as seguintes mudanças: i) da vulva da deusa para a semente do homem; ii) da Árvore da Vida para a Árvore do Conhecimento; e iii) da celebração do Casamento Sagrado para as alianças bíblicas. Dessa forma, assim como as mudanças nas relações de parentesco para relações patriarcais coincidiram com estabelecimento da agricultura de arado e com o estabelecimento do poder militar autônomo, o estabelecimento de fortes reinos e Estados incitou transformações nos sistemas de crenças e símbolos que afetaram ainda mais o *status* das mulheres e ajudaram a reforçar e expandir o poder e a dominância masculinos.

A difusão da veneração da Deusa-Mãe até a Idade do Bronze é comprovada por diversos arqueólogos hoje, sobretudo por meio das evidências do quarto milênio a.C. em diante, sendo possível comprovar a existência de veneração à Grande Deusa na Suméria, como Ninhursag ou Inanna; na Babilônia, como Kubab e Ishtar; na Fenícia, como Astarte; em Canaã, como Anat; e na Grécia, como Hécate-Ártemis. À Deusa-Mãe, em suas diversas manifestações, pertencia o poder de criar a vida e tirá-la. Na figura da Deusa, a dualidade presente não está em oposição. Por exemplo, a Deusa era tão celebrada por sua virgindade e qualidades maternais quanto por sua sexualidade livre, protetora das prostitutas e padroeira das tabernas. Em grande medida, podemos considerar que essa dualidade se relacionava com a dualidade observável na natureza (dia e noite, luz e escuridão, nascimento e morte) (LERNER, 2021; ENHEDUANA, 2022). Dessa forma, a força feminina era reconhecida como aterradora, poderosa e transcendente. Para nós, é importante destacar que o sistema de crenças que se manifestava na adoração da Grande Deusa era monístico e animista. Nessas concepções seres não humanos possuem uma essência espiritual e razão de ser assim como os humanos ao passo que não existe uma concepção dualista de mente *versus* corpo ou humano *versus* natureza (MERCHANT, 1989). Na Grande Deusa estava incorporada "a unidade entre a terra e as estrelas, humanos e natureza, nascimento e morte" (LERNER, 2021, p. 191), uma visão organicista que prevaleceu até "a morte da natureza", com o estabelecimento do mecanicismo.

É possível encontrar a supremacia da Deusa criadora no mito de origem egípcio, onde a deusa Nun dá à luz ao deus do sol Atum, que cria o restante do universo; na suméria, onde a deusa Nammu cria por partenogênese o deus do céu An e a deusa da Terra Ki; na mitologia grega, onde a deusa da terra Gaia cria o céu Urano e toda a humanidade; e na versão assíria onde a sábia Mami, "a mãe-ventre", cria a humanidade e molda a humanidade com argila com a ajuda do deus masculino Ea. Para Lerner (2021), essas histórias de criação expressam conceitos oriundos de modos anteriores de adoração à fertilidade feminina, representada em seios e vulvas. A Grande Deusa reúne sob seu poder a deusa do mar, da água, da virgindade, que molda humanos com argila. Seja como for, é a Deusa que guarda os segredos e os mistérios da vida e da criação. Homens e mulheres que ofereciam preces às deusas provavelmente criam em seu poder metafísico, bem como no poder metafísico de mulheres terrenas em falar com a Deusa, como as sacerdotisas. Na Mesopotâmia, Enheduana, que viveu aproximadamente entre 2285 a.C. e 2250 a.C., no reinado de Sargão de Acade, foi filha deste e Suma Sacerdotisa do templo de Ur, dedicado ao Nana, conhecido como Sîn ou Suen, um deus lunar também importante no panteão. Como falamos, esposas e filhas de homens da nobreza podiam exercer poder político e econômico como substitutas e diplomatas ou servirem aos deuses no templo. Enheduana teve um papel político importante ao unificar o sistema de crenças na Antiga Mesopotâmia, sobretudo por meio dos chamados Hinos Templários, e cimentar o sincretismo religioso entre os deuses semíticos, como Ishtar, Sîn e Shamash e suas existências sumérias como Inana, Nanu e Utu. Por sua obra "A Exaltação de Inana", que data de cerca de 4.000 anos atrás, Enheduana se tornou a primeira pessoa que escreveu o que chamamos hoje de literatura, deixando sua marca para a posteridade, sendo possível pela primeira vez na história estabelecer a ligação entre uma obra de poesia a um indivíduo com um nome.

No entanto, como é possível observar, os deuses masculinos não raro estão presentes e a noção de cooperação entre o feminino e o masculino no processo de criação passará a se estabelecer com firmeza na mitologia suméria e acádia. Isso pode ser explicado pelo fato de a função do homem no processo reprodutivo ter se tornando mais aparente após a prática da domesticação de animais ser difundida (LERNER, 2021). Em um momento posterior, poderemos observar que ainda é a

Grande Deusa quem cria a vida, mas sempre associada a um parceiro masculino mais novo, filho ou irmão, que acasala com ela, o que acabou por se estabelecer como o Casamento Sagrado (*hieros gamos*). Os ritos anuais celebrados no quarto e terceiro milênio a.C. expressavam essa crença e o ciclo anual das estações só podia começar após o acasalamento da Deusa com o jovem deus, pois a sexualidade da Deusa é sagrada e capaz de conceder bênçãos de fertilidade à terra e às pessoas. O Casamento Sagrado podia ser observado na Mesopotâmia, Síria, Canaã e no Egeu. Aqui, já é possível notar uma mudança significativa entre a Deusa-Mãe toda poderosa, com sua fertilidade abrangente e transcendente, para "uma fertilidade mais domesticada da semente cultivada." (Lerner, 2021, p. 193).

Uma outra mudança observada é que, após a invenção da escrita, a nomeação ganha grande importância na Antiga Mesopotâmia, pois o nome revela a essência de quem o carrega. O último passo da criação passou a ser a nomeação; o que não era nomeado não podia ter vida. A capacidade de criar símbolos e conceitos se relaciona com o aumento da capacidade de abstração do pensamento humano e, portanto, de pensar de forma independente à realidade concreta. A importância da nomeação para a criação é um passo no afastamento dos fatos observáveis, como a fertilidade feminina como origem da vida, em direção a concepção de uma criação simbólica e abstrata. O estágio de transição, da Grande Deusa e dos múltiplos deuses, para o que se tornaria um único Deus onisciente e onipresente aconteceu em algum momento a partir do terceiro milênio a.C. e perdura por cerca de mil anos, até culminar no livro de Gênesis, primeiro livro da Bíblia. A transição foi marcada pela substituição da liderança do panteão, da Deusa-Mãe para um deus masculino, geralmente do ar, do trovão ou do vento. Para Lerner (2021), esses deuses passam a se parecer cada vez mais com reis terrenos e é provável que a ênfase na liderança real e militar tenha feito os homens buscarem símbolos de deuses masculinos como forma de incorporar o princípio da criação simbólica e reforçar a própria autoridade e poder. As antigas deusas se tornam filhas e esposas de deuses, e os antigos mitos passam a ser reescritos pelos sacerdotes para servir a fins políticos. Dessa forma, é possível notar um paralelo entre a forma como os mitos e crenças se transformam e a consolidação de Estados poderosos e de relações patriarcais entre homens e mulheres.

O destronamento da Deusa-Mãe ocorreu em muitas culturas e em momentos diferentes, mas ela continuou a ter força na religião popular por meio de novas manifestações. Para a autora, é possível que a mudança da Deusa-Mãe para um deus tenha sido mais prescritiva do que descritiva se considerarmos as intenções políticas por trás dos textos e documentos preservados, frutos do trabalho de escribas sacerdotais e aprovados pela elite da sociedade. Isso pode explicar a persistência de cultos e adorações a deusas entre diversas sociedades, como o culto a Aserá, em Canaã, que coexistiu ao longo de centenas de anos com o culto a Jeová e é condenado com frequência no Antigo Testamento. O estabelecimento de um sacerdócio exclusivamente masculino aconteceu, mais uma vez, sob uma intensa batalha ideológica que acabou por tirar as mulheres da ordem divina por completo com o desenvolvimento do monoteísmo, a consolidação do Deus Todo-Poderoso e a definição de mulheres como criaturas essencialmente diferentes dos homens, cuja existência e sexualidade eram reconhecidas dentro dos limites da dominação patriarcal. O livro de Gênesis marca, assim, o momento histórico da morte da Deusa-Mãe e sua substituição pelo Deus-Pai.

#### **4.2 Patriarcado e acumulação em escala mundial**

A sociedade ocidental, no entanto, não se fundamenta apenas nas ideias morais e religiosas manifestadas na Bíblia. A filosofia e ciência desenvolvidas na Grécia Clássica formam a segunda raiz dos sistemas de ideias da civilização ocidental. Vimos que, no período no qual a humanidade desenvolveu seus grandes sistemas de símbolos para tentar explicar o mundo e o universo, as mulheres já estavam em posição de desvantagem e, em grande parte, excluídas da participação de tal processo. Na Grécia, o registro e a interpretação da história, assim como a ciência e a filosofia, separaram-se da religião, mas isso não veio a impactar positivamente o *status* das mulheres. Na presente elaboração, não será possível abordar em detalhes o processo da formação do pensamento grego, mas buscaremos destacar, a partir da filosofia aristotélica, alguns pontos relevantes ao contexto de nossa análise para entender a alteração de *status* das mulheres e da natureza, bem

como a dada relação entre ambas, durante o desenvolvimento da ciência moderna (ou Ciência) e a ascensão do modo de produção capitalista.

Assim como na Mesopotâmia e Israel, a sociedade grega dos séculos VII a.C. ao V a.C. era uma sociedade patriarcal de classes com escravidão. Para Lerner (2021, p. 248), a subordinação das mulheres gregas no âmbito legal e social "é incontestável na historiografia existente". Em Atenas, mulheres eram excluídas da vida política e eram, de forma vitalícia, consideradas legalmente menores, necessitando passar toda a vida sob a guarda de um homem. A restrição econômica era uma realidade até para mulheres abastadas, embora estas fossem mais protegidas pelo dote, que seria revertido para ela em caso de divórcio. Para as esposas, sua principal função era produzir herdeiros e cuidar da casa do marido. Meninas podiam ser abandonadas caso o pai assim desejasse e eram deixadas para morrer enquanto a possibilidade de homens mais velhos se casarem com moças adolescentes reforçava o padrão de dominância masculina. A castidade da mulher era preservada enquanto os homens que, diferente das mulheres de sua classe, passavam a maior parte do tempo em espaços públicos, podiam ter relações sexuais com mulheres pobres, escravas, homens jovens e hetairas (classe de cortesãs ou prostitutas de luxo).

Diferente dos homens com uma vida pública e política ativas, às mulheres das classes mais altas restava a função de reproduzir homens. O antagonismo de classe, cada vez mais acentuado, também incita um tipo de esposa ideal. Com o fim dos clãs ou tribos, a sobrevivência das famílias passa a ser cada vez mais uma tarefa individual. O homem que espera aumentar a sua riqueza, espera fazê-lo com trabalho e administração cautelosa, favorecendo características como prudência e autocontrole. No épico "Os Trabalhos e os Dias", de Hesíodo (cerca de 750 a.C. e 650 a.C.), a definição de "boa esposa" é casta, trabalhadora, frugal e alegre, enquanto a "má esposa" representa todos os males da sociedade (LERNER, 2021). Ademais, de forma similar à história da Queda hebraica, o panteão dos deuses gregos também sofre transformações condizentes com a necessidade de legitimar a dominância masculina no período. Em "Teogonia", Hesíodo define e elabora a ascensão de Zeus ao principal Deus do panteão grego ao passo que, com sua versão do mito de Pandora, criada por Zeus como forma de vingança à Prometeu e responsável por abrir uma caixa que continha todos os males existentes, espalhando-os pelo Terra, culpa a

mulher por trazer o mal ao mundo. Ainda, bem como em Gênesis, onde o Deus-Pai passa a ter o poder da criação, na obra de Hesíodo, Zeus assimila o poder da procriação feminina quando dá luz à Atena, que nasce crescida de sua cabeça e simboliza as forças de justiça e ordem. Novamente, o que vemos não é apenas a dominação de deuses masculinos no panteão, mas *a tomada de poder da procriação das mulheres pelos homens*.

No entanto, será Aristóteles (384 a.C. - 322 a.C.) o responsável por melhor desenvolver a ideia de procriação masculina que acabará por ter uma influência determinante na filosofia e na ciência da sociedade ocidental e, como consequência, no próprio *status* das mulheres. Em sua teoria da causalidade, Aristóteles postulou quatro fatores que tornam algo o que é: i) uma causa material; ii) uma causa eficiente (que dá ímpeto); iii) uma causa formal (que dá forma) e iv) o *telos*, a finalidade para a qual há o empenho. Para o filósofo, de forma alinhada ao pensamento grego, a matéria é inferior ao espírito e, em sua elaboração sobre a origem da vida, o homem contribui com o espírito, ou seja, com as causas ii, iii iv e a mulher com a primeira e mais "mundana", a matéria (LERNER, 2021). Em sua elaboração, o que ele chamava de "catamenia" era um tipo de sêmen (semente) menos desenvolvido que precisava ser trabalhado pelo sêmen masculino, totalmente desenvolvido, para gerar a vida. Para ele, o sangue mais frio da mulher impossibilitava o completo desenvolvimento do sêmen. Dessa forma, o homem contribui de forma ativa e a mulher de forma passiva ao processo e, portanto, "o homem tem poder de criar a alma sensível, é impossível para a mulher gerar um animal somente a partir disso." (ARISTÓTELES *apud* LERNER, 2021, p. 252). Aristóteles sugere que o homem é *homo faber*, o criador que trabalha sobre matéria inerte e passiva. Para o filósofo, o defeito biológico torna a fêmea o macho mutilado e destituída do princípio da alma, um ser inferior em suas capacidades (de argumentar e, portanto, tomar decisões), justificando-se, assim, a tutela masculina sobre ela. Em Aristóteles o que é distintivamente humano está no homem, mas não em *todos* os homens. Os escravos, assim como as mulheres, eram seres destituídos do princípio da alma (a parte superior/racional da alma) e, portanto, inferiores, não muito diferentes da natureza e dos animais (PLUMWOOD, 2023, p. 105, tradução nossa). O dualismo alma (razão) e corpo (matéria) embasava a concepção aristotélica da superioridade masculina "natural" sobre as mulheres, de

forma que a parte superior domina a inferior. Da mesma forma, o uso de escravos e de animais domesticados não difere do domínio do homem sobre a mulher, "pois ambos, *com seus corpos*, servem às necessidades da vida." (ARISTÓTELES *apud* LERNER, 2021, p. 255 - grifo nosso). Excluindo os humanos considerados inferiores da cidadania política, Aristóteles racionaliza e institucionaliza a exclusão das mulheres como próprio fundamento da organização política democrática, e estende seu padrão de pensamento para justificar a dominação de escravos de forma que as próprias construções sociais de masculinidade e feminilidade se tornam metáforas responsáveis por definir as relações de poder de classe naturalizando-as e justificando-as. Com Aristóteles, fica explícito, mais uma vez, como "a dominação sexual precede a dominação de classe e faz parte de sua fundação." (LERNER, 2021, p. 256). Igualmente explícito está a redução das mulheres a um corpo sem mente, humano como *pura matéria; terra nullius*.

As reformulações das respostas às perguntas centrais dos dois sistemas de crenças sustentando a sociedade moderna, o hebraico e o grego, forjaram uma supremacia masculina não só "natural" como divina, colocando a mulher como menos humano, cuja natureza sexual a transforma em um ser humano destituído do princípio da razão humana e, como consequência, desordenada, impetuosa e responsável pelos males do mundo de forma a justificar sua dominância e tutela. Para os hebreus e para os gregos, quem cria a vida é o homem, quem traz a maldade para o mundo é a mulher e quem pode fazer a mediação entre os humanos e o sobrenatural são apenas os homens (LERNER, 2021). Com Aristóteles, a ideia de passividade e inferioridade das mulheres ganha justificativas filosóficas e caráter científico, sobretudo por meio de sua teoria da reprodução. Finalmente, procurei demonstrar como a desigualdade entre homens e mulheres foi construída na religião, na filosofia e no pensamento da civilização ocidental, acompanhando transformações políticas e econômicas que transformaram o *status* das mulheres de forma a lhes garantir cada vez menos autonomia e participação na vida pública. Como veremos com mais detalhes adiante, tais heranças de pensamento foram ativamente utilizadas durante séculos na ciência e na filosofia que se desenvolveram após a Renascença, mantendo o *status* inferior das mulheres como natural e incontestável e influenciando

diretamente o terceiro sistema de símbolos com profundo impacto na construção da sociedade patriarcal capitalista, a ciência moderna.

#### 4.2.1 Do organicismo ao mecanicismo: o surgimento da abstração dominante chamada Ciência

A ciência moderna é a terceira raiz de pensamento da civilização ocidental e, como vimos no capítulo três, as revoluções científicas que a forjaram foram um dos principais acontecimentos centrais no desenvolvimento do modo de produção capitalista em escala global. Há uma série de análises acerca das revoluções científicas e das consequências do sistema do pensamento científico moderno para a sociedade como um todo<sup>79</sup>. Na presente pesquisa, oferecerei uma perspectiva ecofeminista de análise desse acontecimento. Novamente, nos limitaremos aos pontos centrais. O objetivo é demonstrar como se deram as relações entre a dominância masculina exercida sobre as mulheres e sobre a natureza no pensamento científico moderno, de forma a continuar acompanhando as linhas guias da história. Já antecipamos no terceiro capítulo o papel do dualismo cartesiano em forjar uma Natureza sem humanos e colocar alguns humanos como parte da Natureza na virada epocal do feudalismo para o capitalismo. No entanto, uma análise ecofeminista dessa mudança de paradigma se mostra imprescindível para a melhor compreensão acerca do processo de *donanadecaseficação* (MIES, 2021), responsável por forjar o Femitariado enquanto classe no capitalismo global.

Até o momento, busquei demonstrar que o dualismo como a construção de uma esfera de alteridade desvalorizada e nitidamente demarcada já existe em Aristóteles. Para a filósofa ecofeminista Val Plumwood (2003), o pensamento dualista resulta de um certo tipo de dependência negada do outro subordinado, o que, por sua vez, determina um certo tipo de estrutura lógica onde a negação e relação de dominação/subordinação configuram a identidade de ambos os *relatas*. Em

---

<sup>79</sup> Podemos citar como exemplo as críticas elaboradas pelos pensadores da Escola de Frankfurt, Theodor Adorno, Max Horkheimer e Herbert Marcuse. Para Marcuse, por exemplo, o "mundo-objeto" é resultado de um "conceito científico de uma natureza universalmente controlável", o que, por sua vez, "projetou a natureza como uma matéria-em-função interminável, a mera substância da teoria e prática". Cf. MARCUSE, Herbert. **O homem unidimensional: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada**. São Paulo: Edipro, 2015, p. 171.

Aristóteles, essa identidade é expressa na concepção dominante de razão. Não é apenas uma identidade masculina pura e simples, mas é a identidade do *Mestre*. É o Mestre, dotado de uma característica distintivamente humana, e superior, a razão, que tem o poder "natural" de dominar os inferiores: mulheres, animais e escravos. Por sua vez, a razão é estranha e alienada da matéria (corpo), sendo essa parte de um reino inferior. Como um sistema organizado de poder, os dualismos não são meras ideias, sendo mais correto entendê-los como uma ferramenta para justificar a dominação e acumulação (MERCHANT, 1989; MIES, 2022; PLUMWOOD, 2003). É possível notar o desenvolvimento do pensamento dualista em três passos. O primeiro sendo a construção de uma identidade humana normativa (melhor ou ideal) como mente ou razão, excluindo ou inferiorizando *todas as outras* características humanas e não-humanas, depois a construção da mente ou da razão em termos de exclusividade dos humanos e em oposição à natureza e, por fim, a construção de uma "natureza sem mente." (PLUMWOOD, 2003, p. 107, tradução nossa).

O processo de desenvolvimento do dualismo segue um processo de desenvolvimento histórico onde, ao acumular essas armas culturais, novas inflexões duais podem ser forjadas enquanto antigas podem ser refinadas. Os dualismos podem ser entendidos como *abstrações dominantes*, ou *divisões colonizadoras*, que correspondem aos interesses de determinado grupo de sujeitos nos diferentes estágios de acumulação (MIES, 2022; MOORE, 2023; PLUMWOOD, 2003). No dualismo, tudo que está ao lado do Mestre, (homem, alma, mente, humano) pode ser representado como formas da razão e, o oposto (mulher, matéria, corpo, animal), da natureza. Dessa forma, o dualismo se torna mais do que uma simples relação dicotômica capaz de reconhecer o diferente, sendo, na verdade, um modelo que utiliza a diferença para justificar a hierarquia. A lógica do dualismo por sua vez se conecta com a lógica instrumental, pois um lado é superior e, "naturalmente" dominante, enquanto o outro lado é inferior e "naturalmente" subordinado (PLUMWOOD, 2003, p. 47, tradução nossa). Em Aristóteles, os dualismos fundantes já estavam presentes, a saber: alma/matéria, homem/mulher e humano/animal. É sobre essa concepção aristotélica que nomes posteriores, e importantes no advento da ciência moderna, como Francis Bacon (1561 a.C. a 1626 a.C.) e René Descartes (1569 a.C. a 1650

a.C.) trabalharão as teorias e concepções fundamentais ao mecanicismo nascente em consonância com a economia comercial pujante e o capitalismo embrionário.

Para uma melhor compreensão do salto qualitativo dado pelo dualismo cartesiano e pela ciência moderna no século XVI e XVII ao romper completamente com a visão organicista do cosmos<sup>80</sup>, de forma a liberar os limites morais para a transformação da natureza em Natureza, e de alguns humanos em Natureza, retomemos a divisão tripartida do mundo na filosofia aristotélica. Em sua elaboração, podemos entender o mundo em termos de: i) natureza intelectual (exclusiva dos humanos, mas não *todos* os humanos); alma (característica dos seres animados e o princípio da alma humana característico de *alguns* homens); e iii) o resto da natureza inanimada. Novamente, destaca-se aqui que o intelecto não é uma característica meramente distintiva, mas *superior*, o que justifica colocar os humanos no topo da ordem do cosmos (PLUMWOOD, 2003). Ademais, para o filósofo grego, *todas* as funções humanas existem para dar suporte à razão. No entanto, e isso é bastante importante destacar, Aristóteles não rompeu com a visão organicista de um cosmos unificado. O filósofo preservava o entendimento de que havia uma ordem racional correspondente na natureza, sendo essa uma fusão de forma e matéria. A metáfora central à filosofia organicista que une o eu, a sociedade e o cosmos era a de um organismo vivo, um todo interconectado. A teoria organísmica enfatizava a interdependência entre as partes do corpo humano, a subordinação do indivíduo a propósitos comunitários na família, comunidade e estado e a vida vital permeando o cosmos até a menor das rochas (MERCHANT, 1989). Por estar atrelado a essa visão de alguma forma holística, Aristóteles não concebia os humanos como um grupo unificado compartilhando uma natureza em comum e em oposição à natureza não humana igualmente unificada. Em Aristóteles, a natureza existia como um todo orgânico, uma razão própria de ser e existir e com suas próprias qualidades, ainda que inferiores às qualidades do genuíno ser humano. Importante para o filósofo grego era o poder da mente (alma) de controlar a própria natureza *interna*, colocando a parte irracional da alma sob a racional, enquanto o domínio dos homens superiores aos

---

<sup>80</sup> É possível identificar três teorias organicistas: hierárquica, comunitária e revolucionária. Essas três variações serviam tanto como ideologias para as estruturas sociais existentes ou como ideias para transformação dessas estruturas (MERCHANT, 1989, p. 69-70).

grupos inferiores (mulheres, escravos e animais) não passava de um fato natural dada a superioridade de alguns homens.

Essas concepções vão aparecer, no período medieval, nos pensadores neoplatônicos, como Santo Agostinho (354 d.C. a 430 d.C.), que identificaram o mundo da natureza e do corpo como inferior e perecível, a ser tratado como instrumento para obter a salvação no mundo imaculado e imutável do céu, identificado com as Ideias, ou seja, a razão (MERCHANT, 1989). O *domínio* da mente sobre o corpo, presente em Aristóteles e na visão dominante do cristianismo, aparece aqui como *caminho para redenção* da matéria. Essa visão do mundo natural (e do corpo) como mau, irracional e subordinado, são precursoras da visão mecanicista posterior, onde a redenção da natureza acontece pela Ciência e a natureza passará a estar em acentuado contraste com o Mestre (PLUMWOOD, 2003). No entanto, a teoria da sociedade medieval ainda retinha "o todo antes das partes, enquanto enfatizava o valor inerente de cada parte particular [...] A conexão entre as partes era integrada por meio de uma harmonia universal permeando o todo." (MERCHANT, 1989, p. 71, tradução nossa).

Retendo o imaginário herdado dos períodos anteriores, a literatura popular da Renascença também era repleta de imagens associando natureza, matéria e a terra ao sexo feminino. É possível considerar que essa associação, responsável por enxergar a natureza como mãe natureza, é remanescente das visões religiosas anteriores, ou seja, do poder de criar a vida representado na fertilidade feminina e na figura da Deusa-Mãe, ainda que em sua forma passiva. Na literatura renascentista, o sexo feminino já havia sido pacificado, e há muito perdido sua concepção original de potência geradora, o que condiz com as imagens abundantes de uma Mãe Terra viva, benevolente, receptiva e nutridora. Para Merchant (1989), de forma parecida com as visões de muitos povos nativos ameríndios, essa percepção de Mãe Terra amplamente aceita na Renascença servia como uma ética restritiva à exploração. Essa restrição pode ser encontrada nos debates sobre mineração nos textos de *Natural History* compilado pelo filósofo Gaius Plinius Secundus (23/24 d.C. a 79 d.C.) bem como na obra *Metamorfoses*, do poeta romano Publio Ovídio Naso (43 a.C. a 18 d.C.) e em *Natural Questions*, do filósofo estoico Sêneca (4 a.C. a 65 d.C.). Plinius argumentava que a extração do ouro, além de perturbar a Mãe Terra, levava à

corrupção e à avareza, enquanto a extração do ferro era fonte de crueldade humana na forma de guerra, roubo e assassinato. A resposta da Mãe Terra à indignação de ser *violada* para busca de ouro e outros metais, para o filósofo, podia ser observada nos terremotos. Merchant (1989) encontra nos escritos de Ovídio e Sêneca, questionamentos semelhantes. Antes da era do ouro, segundo Ovídio, as pessoas não eram agressivas nem ansiosas. Ainda, a violação da Mãe Terra resultava em “novas formas de monstros, filhos do sangue do seu assassinato”. Já Sêneca acreditava que a mineração era um vício antigo, vindo de tempos anteriores e apontava para o problema da poluição das reservas d’água como resultado da prática.

Essas restrições morais seriam removidas pela filosofia mercantilista, mas não sem, novamente, uma guerra ideológica que perdurou centenas de anos. Em um conto alegórico que data mais ou menos de 1490-1495<sup>81</sup>, a Mãe Terra deixa de ser uma Mãe sábia que protege os humanos da maldade e dos problemas trazidos pelos metais ao escondê-los nas profundezas de seu ventre, e se torna a madrasta, que esconde os metais dos humanos em suas partes internas como uma madrasta esconde a recompensa de crianças necessitadas. Em nítida oposição àqueles argumentando contra a mineração, Georg Agricola (1494 d.C. a 1555 d.C.) escreveu o primeiro tratado moderno sobre o tema. Em *On Metals*, de 1556, ele argumenta que sem os metais, o ser humano retornaria a coletar frutas na floresta. Seu principal esforço era de liberar as restrições à mineração impostas pela visão organicista e criar um conjunto de valores que ligava a mineração ao desenvolvimento e ao progresso. Ainda assim, as disputas perduraram. Em 1595, o tratado de Edmund Spenser *Mother Earth* apresentava a mineração não só associada à avareza como à luxúria. Dessa forma, "cavar as matrizes e bolsos da terra em busca de metais era como minerar a carne feminina por prazer." (MERCHANT, 1989, p. 39, tradução nossa). John Donne (1573 d.C. - 1631 d.C.) que, em um primeiro momento fez a mesma associação entre sexo por prazer, luxúria e mineração irá transformar a metáfora de forma a demonstrar que "a busca por pedras e metais preciosos, como a exploração da natureza e das mulheres, pode beneficiar um reinado ou um homem." (MERCHANT, 1989, p. 41). O que podemos reter desta análise fornecida por Merchant é que a dualidade da mulher

---

<sup>81</sup> Merchant se refere a um conto alegórico supostamente enviado a Paul Schneevogel, à época professor da Universidade de Leipzig, na Alemanha (MERCHANT, 1989, p. 32).

na figura da virgem e da amante reflete e é refletida na dualidade da Terra como mãe/mulher e madrasta/amante.

A ruptura definitiva com as teorias organicistas que prevaleceram até a Renascença, aconteceu com Descartes (1596 d.C. - 1650 d.C.). Uma das mudanças mais importantes que pode ser observada no pensamento cartesiano é que a racionalidade dá lugar à consciência. Enquanto a racionalidade pode estar presente no mundo de várias formas, inclusive na natureza, a consciência é exclusividade do homem. Não há possibilidade de sobreposição, estando a consciência ou totalmente presente, como nos humanos, ou totalmente ausente, como nos animais. Até Descartes, animais não tinham acesso à razão, mas emoção e sensação estavam presentes. Na elaboração cartesiana, o pensamento cobre todas as operações da alma; sentimento, imaginação e desejo nada mais são do que formas diferentes de pensar que pertencem à alma (Plumwood, 2003). Dessa forma, como animais não podem pensar (são destituídos tanto de razão quanto de alma) deve-lhes faltar as verdadeiras sensações. Para o filósofo francês, a sensação não é corporificada, é pura mente, cindindo de forma inédita o corpo e mente, humano e animal, humanidade e natureza. Na análise de Plumwood (2003, p. 115, tradução nossa),

A principal estratégia de Descartes para alcançar a hiper separação e eliminar a continuidade humano/animal e mente/corpo foi então reinterpretar a noção de 'pensamento' de tal forma que aquelas atividades mentais que envolvem o corpo, como a percepção sensorial, e que parecem interligar a divisão mente/corpo e humano/animal tornam-se, em vez disso, através de sua reinterpretação em termos de 'consciência', operações puramente mentais, 'modos de pensamento'.

Enquanto o racionalismo nascente constituiu um genuíno ser humano em termos polarizados, em oposição e sem as qualidades características das esferas naturais e animais, o mecanicismo posterior interpreta a natureza como totalmente desprovida de qualidades apropriadas aos humanos, desenvolvendo uma visão dualista de Humano/Natureza sem nenhuma característica conectiva, anulando assim qualquer possibilidade de continuidade (e dependência) entre os *relatas*. Dessa forma, o contraste Humano/Natureza aparece como o contraste da consciência *versus* o mecanismo do relógio. Igualmente, como à natureza falta consciência e, portanto, objetivos e propósitos próprios, bem como a capacidade de colocar limites à sua

manipulação e exploração, surge um novo papel previsto para a razão: exercitar poder sobre a natureza. Ao invés de escapar dela, ou elevar-se além dela, como na visão cristã, o papel do Mestre é *controlá-la*. À identidade humana, alienada da natureza por residir na razão (alma), é adicionada a ideia de completa maestria. Como a natureza perde a imanência, e passa a ser entendida como *falta*, qualquer objetivo ou direção pode ser imposto de fora pela consciência humana. Essa falta também passa a embasar uma visão de natureza irracional, desgovernada. O efeito, explica Plumwood (2003, p. 155, tradução nossa), é:

forçar uma estreita e total divisão, não apenas entre atividade mental e corporal, mas entre mente e natureza e entre humano e animal. Uma vez que a mente se torna puro pensamento - pura *res cogitans* ou substância pensante, mental, incorpórea, sem localização nem corpo -, o corpo, como seu outro dualizado, se torna pura matéria, pura *res extensa*, materialidade como falta. Uma vez que mente e natureza se tornam substâncias completamente diferentes em espécie e mutuamente exclusivas, é realizada a divisão dualista de reinos, e a possibilidade de continuidade é destruída nas duas pontas. O nível intencional e psicológico da descrição é, assim, arrancado do corpo e isolado estritamente em um mecanismo separado da mente. O corpo desprovido de tal nível de descrição e, logo, de qualquer capacidade de agência, torna-se um mecanismo vazio que não possui agência ou intencionalidade dentro de si, mas é dirigido de fora pela mente. O corpo e a natureza se tornam o outro dualizado da mente.

Não é coincidência que a visão de uma natureza nulificada, a ser controlada por fora como uma máquina, tenha se desenvolvido em meio à ascensão tecnológica e acompanhado a necessidade crescente do capitalismo por matérias-primas, anexação de novos territórios e mão de obra (MERCHANT, 1989; PLUMWOOD, 2003). Natureza, pessoas e corpos são reduzidos a partes intercambiáveis, possíveis de serem substituídas e realocadas a depender da necessidade do capital. Na filosofia mecanicista, a manipulação da natureza deixa de ser uma questão individual e se torna uma forma de colaboração coletiva para atender interesses sociais comuns, sendo o maior deles a expansão comercial capitalista. Ao mesmo tempo, a metáfora da máquina passa a servir para redefinir a realidade não apenas da natureza, mas do corpo e do eu, ao passo que a estrutura lógica do dualismo possibilita renovadas inflexões a partir da hiper separação e da mobilização desses dualismos com o propósito de inferiorizar a esfera da natureza e dos humanos que podiam ser considerados como Natureza por serem menos humanos, como as mulheres e os povos colonizados.

Para Merchant (1989), podemos considerar a rejeição e remoção das características orgânicas e animistas que garantiam limites morais e éticos para a exploração da natureza, e a substituição por uma concepção de componentes mecanicamente descritos como o efeito mais significativo e de longo alcance das revoluções científicas do período. Ademais, o desejo de controle e a possibilidade de manipulação ganha um objetivo que se torna missão permanente na ciência: rearranjar as partes para conceber novas criaturas, buscando assumir o poder, até então exclusividade do divino, de criação da vida<sup>82</sup>. A obsessão mecanicista pelo controle da ordem natural, por sua vez, pode ser entendida como uma forma de responder ao contexto da época de percepção de desintegração social, promovida pelas novas práticas comerciais competitivas e reforçadas pelas guerras religiosas da Reforma. O medo do caos e da desordem era o pano de fundo da busca pelo controle e "desencantamento" do mundo. Como vimos anteriormente, é nesse momento em que as primeiras consequências da intensa exploração dos chamados recursos naturais começam a ser percebidas, inclusive como limites à exploração. À ideia de controle da natureza como parte da identidade do Mestre soma-se a utopia do humano independente da natureza, onde a "humanização" implica não apenas controle do natural, mas a completa independência dos humanos da natureza (MIES, 2022).

Do ponto de vista histórico que traçamos até aqui, podemos perceber que crises epocais são marcadas por rearranjos de poder e, portanto, disputas sociais intensas. Dessa forma, o mecanicismo não só funcionou como justificativa para

---

<sup>82</sup> A expressão moderna de total controle da natureza pode ser encontrada de forma mais contundente no transumanismo. Para a pesquisadora interdisciplinar de religião, ecologia e bioética Dra Hava Tirosh-Samuelson (2012, p. 729, tradução nossa), podemos entender o transumanismo como "um fenômeno cultural multifacetado que consiste em crenças, normas, literaturas e práticas sociais que abordam não apenas as mudanças científicas e tecnológicas, mas também os medos humanos mais profundos sobre a morte e o profundo anseio humano pela imortalidade. O transumanismo está enraizado na ideologia secularista iluminista do progresso e promove a mudança tecnológica como o motor do progresso humano. Na verdade, o transumanismo pode ser visto como uma ideologia de progresso extremo que espera emancipar os humanos das limitações do corpo biológico e mortal". Dessa forma, o transumanismo é um estágio de transição para o pós-humanismo. Cf. TIROSH-SAMUELSON, Hava. *Transhumanism as a secular faith*. **Zygon**, vol. 47, no. 4, p. 710-734, dezembro, 2012. Disponível em: <https://doi-org.proxy.library.uu.nl/10.1111/j.1467-9744.2012.01288.x>. Acesso em 11/06/2023. Para uma crítica ecofeminista ao transumanismo, ver SESMA, Angélica Velasco. *Progress isn't progress unless it's fair*. **Green European Journal**, abr. 2020. Disponível em: <https://www.greeneuropeanjournal.eu/progress-isnt-progress-unless-its-fair/>. Acesso em: 11/06/2023.

exercer poder e domínio sobre a natureza nas origens do capitalismo, como buscou servir como resposta ao problema da ordem social e cósmica em um período no qual:

a deterioração ecológica da terra, as imagens em transformação do organismo cósmico e o senso de desordem dentro da alma da natureza refletiam uma realização subjacente de que o antigo sistema estava morrendo. (MERCHANT, 1989, p. 126, tradução nossa).

Podemos concluir que a mudança de paradigma fundamental ocorrida durante as revoluções científicas foi o rompimento com a visão de um cosmo orgânico com características animistas colocando no lugar a imagem de um mecanismo de matéria inerte em movimento, a ser ativado por fora, como uma máquina. Das filosofias organicistas que perduraram até a Renascença, "o mecanicismo se apropriou das suposições hierárquicas enquanto renunciou às perspectivas religiosas e políticas mais radicais." (MERCHANT, 1989, p. 125, tradução nossa). Tal mudança só podia acontecer dessa forma, já que as perspectivas religiosas e políticas colocavam certos limites às possibilidades de exploração da natureza, inclusive pelo temor existente até então das possíveis consequências em desafiar as forças da natureza e tentar "arrancar dela todos os seus segredos". Remover os limites morais e as suposições espirituais acerca da natureza era necessário para ampliar as possibilidades de exploração viabilizadas pelo avanço das novas tecnologias e suprir a demanda por recursos naturais do capitalismo nascente. Indo além do dualismo hierárquico, o dualismo cartesiano não só anula qualquer continuidade entre os *relatas*, como conceitua uma "natureza sem mente", desordenada e indisciplinada, que deve ser controlada, inclusive, se necessário, pelo exercício pleno da força. Em última instância, o objetivo de controle é também uma missão de superação de qualquer dependência ao que é *considerado natureza e natural* de forma a transcender a moldura ecológica da Terra e os limiões biológicos do corpo. Mas se no dualismo hierárquico mulheres eram entendidas como pouco diferentes da natureza por faltarem a elas a razão do Mestre, é pertinente entender a nova alteração no *status* das mulheres na ordem nascente, onde a busca pelo controle da natureza para "independência da Natureza" se torna o novo paradigma.

#### 4.2.2 Civilizado *versus* selvagem: donadecaseficação e colonização

No início do capítulo, partimos da formação da Grande Fronteira rumo às origens da divisão sexual do trabalho. Voltamos ao Paleolítico, onde mostrei a hipótese acerca das primeiras formas de divisão do trabalho entre os sexos até chegarmos à civilização grega, onde não só a divisão sexual do trabalho está totalmente estabelecida como mulheres eram legalmente tratadas como menores durante toda a sua vida justamente por serem percebidas na religião, na filosofia e nas ciências como não muito diferentes dos animais e da natureza, assim como eram os escravos. Dessa forma, ficou demonstrado que:

O desenvolvimento histórico da divisão do trabalho em geral e da divisão sexual do trabalho em particular não foi um processo evolutivo e pacífico, baseado no desenvolvimento sempre progressivo das forças produtivas e na especialização, mas um processo violento por meio do qual determinados homens e, depois, certos povos foram capazes de estabelecer uma relação de exploração entre eles e as mulheres, entre eles e outros povos e entre as classes. (MIES, 2022, p. 157).

Também busquei demonstrar a característica notadamente sexual da exploração das mulheres desde o roubo de mulheres até a complexa "burocracia matrimonial" organizada para fins de acumulação de bens, propriedades e riqueza, sobretudo no Antigo Oriente Próximo, demarcando os diversos níveis de falta de liberdade entre as mulheres como grupo. No entanto, embora controlada de forma a servir aos desejos e aspirações masculinos, inclusive utilizando do estupro quando necessário, a sexualidade feminina não era percebida essencialmente como uma ameaça e uma correlação entre a capacidade das mulheres de gerar a vida com o divino e a Deusa permanece por centenas de anos, até a criação do livro de Gênesis e do Antigo Testamento. Com o mito da Queda, a sexualidade feminina passa a ser relacionada ao pecado, ao mundano e à luxúria, e passa a ter fins exclusivamente reprodutivos. Com Aristóteles e sua teoria da reprodução, a mulher se torna pura matéria, puro corpo sem mente, sendo os homens os responsáveis pelo caráter divino da criação. Ainda assim, como os animais e os escravos, as mulheres faziam parte do todo e não eram entendidas como estando fora, ou à parte, do *oikos* (o universo social hierarquicamente estruturado visto como um organismo vivo e unificado). A guerra ideológica que acontece nas sociedades pré-capitalistas é justamente um longo

processo de rompimento com as ideias organicistas e hierárquicas do mundo antigo. Analisando a percepção dos poetas e filósofos acerca da mineração, vimos que as restrições éticas e morais para exploração dos chamados recursos naturais precisavam ser removidas, ao passo que o medo subjacente a um mundo em transformação encontrou no mecanicismo um caminho para a ordem e controle sociais, uma batalha ideológica que perdurou até o século XVIII. Mas a Mãe Terra nutridora e viva acabará dando lugar à natureza desordenada, que deve ser transformada em partes manipuláveis para fins de controle com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento e progresso humanos sob a nova lógica mercantilista.

Simbolicamente atrelado a essa natureza caótica e imprevisível estava o lado sombrio da mulher, comumente relacionado à sua sexualidade. Merchant (1989) observa que no Renascimento mulheres passaram a ser cada vez mais retratadas como insolentes e desordeiras, com desejos sexuais incontroláveis que precisavam ser contidos, perpetuando o mito da Queda de várias formas. Essa suposta luxúria sexual feminina se tornou uma das bases da caça às bruxas: as mulheres acusadas de bruxaria eram despidas e revistadas em busca de marcas no corpo, especificamente na vulva, que pudessem provar que elas haviam feito sexo com o demônio. Para alguns dos defensores das bruxas na época, mulheres eram mais fracas de mente e incapazes de pensar com clareza, e, portanto, mais suscetíveis a serem enganadas pelo diabo. As pesquisas sobre a caça às bruxas na Idade Média revelaram que parte considerável das mulheres acusadas pertenciam às classes médias e baixas da sociedade (MERCHANT, 1989; MIES, 2022; FEDERICI, 2017). Ao mesmo tempo, as acusações giravam em torno da própria visão do cosmo orgânico presente na chamada bruxaria. Árvores, animais e outros organismos naturais eram, na visão animística que prevaleceu entre as "bruxas", detentores de espíritos que podiam colaborar diretamente com os seres humanos. Dessa forma, as "bruxas" desafiavam as próprias hierarquias impostas para se conectar com o divino ou sobrenatural, o que se tornou, como vimos, uma possibilidade exclusiva para os homens. O próprio Sabá pode ser entendido "como um símbolo da alienação das bruxas de um mundo que oferecia a elas pouco conforto ou salvação." (MERCHANT, 1989, p. 140, tradução nossa). As mulheres que resistiram às novas hierarquias religiosas o fizeram de diversas formas, adentrando em igrejas e seitas heterodoxas

e movimentos separatistas que apresentavam resistência organizada à subordinação religiosa e tinham mulheres proeminentes, incluindo eruditas, muitas das quais foram queimadas como hereges (MIES, 2022).

A caça às bruxas na Europa foi parte e parcela do processo de acumulação primitiva que aconteceu de forma preponderante entre os séculos XIV e XVII<sup>83</sup> com o auxílio da ciência moderna nascente e do Estado. O centro ideológico da nova economia e ciência modernas são os conceitos de produtividade e controle na esfera da produção e da reprodução. Antes do Renascimento, embora mulheres não compartilhassem da autonomia sexual dos homens e já fossem percebidas como seres inferiores a eles pelo seu sexo, na esfera socioeconômica seu *status* estava mais atrelado à classe da sua família de origem ou marido do que ao seu sexo propriamente dito (LERNER, 2021; MERCHANT, 1989; PATOU-MATHIS, 2022). Até a Idade Média, ainda encontraremos na Europa mulheres participando ativamente da vida econômica. Para as mulheres de classe baixa ou camponesas, seu trabalho era essencial na unidade produtiva familiar, com as mulheres casadas fazendo uma enorme quantidade de trabalho para cuidar das crianças, da casa, cozinhar e produzir alimentos, tecer, fiar, curar etc. As mulheres solteiras trabalhavam como serventes em outras casas como mão-de-obra não qualificada. Nas cidades europeias dos séculos XII e XIII, as mulheres não eram excluídas de nenhum ofício. Isso porque, não só a taxa de mortalidade masculina era alta, como a mão-de-obra feminina era necessária para suprir a demanda ascendente por trabalho nas cidades. Mulheres também podiam ser comerciantes, trabalhar como ambulantes e mascates e fazer parte de guildas. No século XIV, em Colônia, chegou a haver guildas exclusivas de mulheres (MIES, 2022). Mulheres nobres, por sua vez, podiam ter e administrar propriedades e manter contas. No entanto, assim como a natureza desordenada e caótica, percebida como feminina, iria se submeter ao controle do método experimental e ao avanço tecnológico, mulheres de classe média e baixa iriam gradualmente perder seus papéis como parcerias econômicas ativas para se tornarem passivas na esfera produtiva e reprodutiva como donas de casa, um processo que Maria Mies (1984) chamou de donadecaseficação. A grande donadecaseficação das mulheres, como veremos, era

---

<sup>83</sup> A caça às bruxas aconteceu na Europa entre os séculos XII e XVII, mas teve seu ápice entre 1550 a.C. e 1650 a.C. (FEDERICI, 2017; MIES, 2021).

parte integrante da grande proletarização, que transformou os despossuídos em trabalhadores "livres".

A liberdade econômica das mulheres na Idade Média não era ilimitada, sendo melhor entendida como uma concessão dada pelos homens da elite de acordo com as próprias necessidades e demandas na esfera do trabalho. No entanto, a produtividade feminina para além da reprodução não só era possível como existia entre as mulheres das diversas classes sociais. Isso mudará totalmente com a ascensão do modo de produção capitalista. Para mulheres da classe alta, conforme os negócios dos maridos se tornaram dependentes da mão de obra assalariada, as esposas se retiraram dos negócios. Ao mesmo tempo, a educação das mulheres nobres, antes mais parecida com a de seus irmãos, começou a ser focada em castidade e afazeres domésticos. Para as mulheres de classes baixas, camponesas ou artesãs, a domesticação acontecerá em um momento posterior. Como vimos no capítulo três, a Revolução dos Preços que atingiu a Europa no século XVI, desencadeou uma crise da dívida responsável por expropriar milhares de pessoas de seus meios de subsistência e habilidades, entre elas mulheres. Muitas dessas pessoas expropriadas, antes de adentrar às fileiras de trabalho remunerado, eram andarilhos que viviam de forma precária e formavam o grupo de pessoas criminalizadas como "vagabundas". Para Mies (2022), a fúria desencadeada pela caça às bruxas no período não foi apenas resultado do confronto do velho regime com o novo, tampouco uma manifestação pura de sadismo masculino, mas uma reação contra a rebelião das mulheres que, uma vez expropriadas de suas condições de subsistência e habilidades, lutaram contra seus expropriadores. Uma rebelião contra os novos homens dominantes. Dessa forma, a caça às bruxas foi um dos mecanismos utilizados para subordinar mulheres cuja independência nas esferas sociais, econômicas, religiosas e até mesmo de saúde, como parteiras e curandeiras, representavam uma ameaça à burguesia ascendente. Essas mulheres também serviram como bode expiatório para todos os males, desviando a atenção dos problemas sociais com os novos pobres, miseráveis e famintos.

Ao mesmo tempo, a caça às bruxas serviu ao saque e à pilhagem, uma vez que o processo de julgamento das bruxas forneceu emprego e dinheiro para advogados, defensores, juízes, conselheiros etc. Não só as vítimas eram

responsáveis por pagar todos os custos do processo de julgamento, desde o álcool consumido pelos soldados que as perseguiram até o provimento de seu carrasco, como seus bens e propriedades eram confiscados, ficando pelo menos 50% da totalidade das arrecadações com o governo (FEDERICI, 2017; MIES, 2022). A "economia política" da caça às bruxas servia tanto para levantar dinheiro para principados arruinados da classe feudal como para financiar guerras europeias, particularmente a Guerra dos Trinta Anos, de 1618 a 1648. Nas cidades, os *pogroms*<sup>84</sup> eram igualmente utilizados como política econômica e serviam como fonte de renda até para monges pedintes que vendiam imagens de santos para proteger as pessoas de serem atingidas por bruxaria. Quanto maior a quantidade de bruxas capturadas, maior o rendimento financeiro para uma série de sujeitos que lucravam direta ou indiretamente com os processos. Embora seja difícil estimar quantas pessoas foram enforcadas ou queimadas durante a caça às bruxas, pesquisadores a definem como "a maior matança de seres humanos não motivada pela guerra." (MIES, 2022, p. 172).

Entre os defensores da caça às bruxas, Jean Bodin (1530 d.C. a 1596 d.C.) foi um dos mais vociferantes. Bodin era um teórico francês defensor do racionalismo moderno e do mercantilismo. Para ele, o estado tinha a função de garantir trabalhadores para a nova economia ascendente com uma política forte, que combatesse sobretudo as bruxas e as parteiras, responsáveis, segundo ele, por muitos casos de aborto, infertilidade ou relações sexuais não reprodutivas. De forma similar aos persecutores alemães, Bodin estabeleceu uma proporção de 50 mulheres para cada homem para as perseguições francesas, pois eram as mulheres as supostas responsáveis por impedir a reprodução de pessoas necessárias à economia. Até o século XVII, a obstetrícia era uma ocupação exclusivamente feminina, sobretudo de mulheres de classe média, e era considerado impróprio ao homem estar presente quando a mulher estava dando à luz (MERCHANT, 1989; MIES, 2022). No entanto, em Londres, a partir de 1634, por exemplo, a prática da obstetrícia começou a ser tomada pelos homens e, com a introdução do uso do fórceps, uma tecnologia exclusiva para profissionais treinados, médicos homens começaram a tomar o lugar das mulheres sobretudo porque mulheres não podiam acessar os estudos médicos

---

<sup>84</sup> *Pogrom*, no contexto da presente pesquisa, se refere à perseguição deliberada de um determinado grupo social de forma aprovada ou tolerada pelo Estado. É um ataque violento e massivo não só às pessoas, mas ao seu ambiente de vida.

formais. Até o final do século, a prática passaria às mãos dos homens. A "tomada da reprodução" das mãos das mulheres, por sua vez, era condizente com o pensamento ascendente do corpo como máquina a ser operada por uma mente externa capaz de manipulá-la. Dessa forma, a ascensão da própria prática que originou a ginecologia moderna foi possibilitada e fomentada pela caça às bruxas. Nesse processo, mulheres perderam grande parte do seu conhecimento acerca do próprio corpo e da sua capacidade reprodutiva. Como falamos anteriormente, mulheres tinham mais conhecimento e controle do seu ciclo reprodutivo antes da caça às bruxas na Idade Média do que as mulheres modernas viriam a ter na modernidade.

Ademais, a caça às bruxas foi uma prática incorporada ao próprio desenvolvimento do pensamento científico que até hoje influencia as diversas áreas de pesquisa científica. Francis Bacon, conhecido como formulador do método indutivo, era filho de um pai de classe média a serviço da rainha e de uma mãe calvinista protestante. Assim como Bodin, Bacon não só era defensor da caça às bruxas como suas metáforas científicas eram repletas de alusões aos interrogatórios e aos instrumentos mecânicos utilizados para torturar e arrancar confissões das bruxas. Em uma passagem de *De Dignitate et Augmentis Scientiarum*, escrito em 1623, essa relação fica nítida, inclusive em sua conotação sexual:

*Pois você só tem que seguir e como se perseguir a natureza em suas andanças, e você poderá, quando quiser, conduzi-la e dirigi-la depois para o mesmo lugar novamente. Também não sou de opinião nesta história de maravilhas que narrativas supersticiosas de feitiçarias, magias, encantos, sonhos, adivinhações e afins, onde há uma certeza e evidência clara do fato, devam ser totalmente excluídas... o uso e a prática de tais artes devem ser condenados, mas a partir da especulação e consideração delas... uma luz útil pode ser obtida, não apenas para um verdadeiro julgamento das ofensas de pessoas acusadas de tais práticas, mas também para a divulgação dos segredos da natureza.. Tampouco um homem deve ter escrúpulos em entrar e penetrar nesses buracos e cantos, quando a inquisição da verdade é todo o seu objetivo - como Vossa Majestade mostrou em seu próprio exemplo (BACON, 1870, p. 296 apud MERCHANT, 1989, p. 168 - grifo da autora).*

Da mesma forma que "entrar e penetrar" os "buracos" da natureza era necessário para descobrir todos os seus segredos, as torturas das mulheres permitiram o acesso ao corpo feminino para que a anatomia, resistência e fisiologia do corpo feminino fossem descobertas e dissecadas (MIES, 2022). A violência era a

principal forma do homem estabelecer seu domínio sobre as mulheres e a natureza. Para Merchant (1989, p. 172, tradução nossa),

O interrogatório de bruxas como símbolo para o interrogatório da natureza, o tribunal como modelo para sua inquisição e a tortura por meio de dispositivos mecânicos como ferramenta para subjugar a desordem foram fundamentais para o método científico como poder. [...] a política sexual ajudou a estruturar a natureza do método empírico que produziria uma nova forma de conhecimento e uma nova ideologia de objetividade aparentemente desprovida de pressupostos culturais e políticos.

Com o desenvolvimento do dualismo cartesiano, elemento integral do programa baconiano, o domínio sobre a natureza, será alcançado com os experimentos capazes de "revelar os segredos da natureza". No "Discurso do Método", de 1636, Descartes reforçou que por meio do conhecimento dos ofícios dos artesãos e das forças dos corpos, os humanos poderiam se tornar "senhores e possesores da natureza." (DESCARTES, 2001, p. 69). A esse programa de pesquisa, as indústrias fármaco-médicas capitalistas, por meio da biotecnologia, adicionaram novos elementos, focados sobretudo na manipulação genética de plantas, animais e seres humanos com o objetivo de criar organismos mais resistentes, como as sementes geneticamente modificadas, vida em úteros artificiais, clonagem e vislumbrar o transumanismo<sup>85</sup>.

Concomitantemente, a questão da passividade da função feminina na reprodução alinhada ao pensamento aristotélico ganhou novos desenvolvimentos e se consolidou totalmente no século XVI. Em seu trabalho *On Generation*, de 1651, William Harvey, médico e admirador de Francis Bacon, afirmava que o esperma masculino tinha uma característica superior e concedia "razão" ao óvulo enquanto a contribuição feminina era nutrir e oferecer calor ao embrião, similar à função técnica de uma incubadora. O útero é o cérebro que produz apenas por meio da ação e superioridade masculina (MERCHANT, 1989). Em Descartes, o óvulo era impregnado pelo sêmen masculino que continha a alma. As reiteradas inflexões que se pretendiam científicas e livres de viés condiz, portanto, com um período de intensa luta política e ideológica para retirar as mulheres da esfera econômica produtiva e ativa, inclusive por meio da subordinação do seu próprio controle reprodutivo. As características

---

<sup>85</sup> Cf. nota de rodapé 83 na presente pesquisa.

reprodutivas das mulheres (hormônios, menstruação e gravidez) passam a ser usadas para justificar a dependência feminina provocada na transição do modo de produção de subsistência para o modo de produção capitalista ao passo que sua sexualidade “insolente” e “descontrolada” exige que mulheres sejam controladas, assim como a natureza, inclusive pelo uso da força quando necessário. Ou seja, sua própria condição como ser humano em um corpo sexuado feminino é utilizada como justificativa para violência e dominação. A ideia de “sexo frágil” foi, em grande medida, fruto desse intenso processo desumanizador.

Mies (2022) demonstra que ao longo do período colonial compreendendo os séculos XVI e XVII, enquanto as mulheres europeias das classes mais altas foram domesticadas pela nova elite para que se tornassem reprodutoras monogâmicas de herdeiros, sem acesso às esferas produtivas e ao direito de ter e gerir propriedades, de forma a depender totalmente do “marido provedor” no modelo de família nuclear burguês, as mulheres escravizadas nas colônias não podiam ter filhos, pois o custo de reproduzir escravos era maior do que o de comprar escravos. Nas colônias caribenhas sob domínio francês ou protestante, essa política prevaleceu entre cerca de 1760 e 1800, quando os colonizadores perceberam que a África Ocidental não poderia mais ser considerada uma fonte inesgotável de escravos e começaram a transformar as políticas de forma a incentivar a reprodução das mulheres escravizadas. No entanto, as mulheres se recusaram a produzir filhos, e entraram em uma espécie de “guerra dos ventres” que durou mais de cem anos. A motivação principal da proibição de filhos era a perda econômica que se teria com uma escrava grávida e, portanto, uma questão de puro cálculo capitalista. Da mesma forma, a tentativa de introduzir o modelo de família burguês entre os ex-escravos caribenhos buscava a continuação do processo de acumulação, agora pela via oposta. A rejeição dos escravizados à nova política foi justificada pelos colonizadores pelo caráter “atrasado” da população africana, pelos desejos sexuais “incontroláveis” e pela relação de igualdade entre os sexos, que era vista como um impeditivo para o desenvolvimento e o progresso desses povos.

A escravidão como um processo de transformar pessoas em “selvagens”, de forma que o exercício do poder e da força fossem justificados como um Projeto Civilizador, expandindo os constructos mentais possibilitados pelos dualismos de

poder desenvolvidos a partir das diferenças entre homens e mulheres, homem e natureza e mente e corpo, aconteceu de forma progressiva. A partir do trabalho de George Brooks sobre as *signares*, mulheres negociantes no Senegal do século XVIII<sup>86</sup>, particularmente as mulheres do povo Wolf, Mies (2022) afirma que os primeiros mercadores portugueses e franceses que chegaram à região dependiam totalmente da boa vontade e da colaboração dessas mulheres. Além de possuidoras de grandes riquezas acumuladas pelo comércio, eram consideradas extremamente bonitas e elegantes. As alianças com as *signares* eram comerciais e sexuais, e muitos europeus se casavam com elas e adotavam os modos africanos. Suas filhas se tornavam *signares* e seus filhos costumeiramente trabalhavam na administração colonial. Com a chegada dos britânicos protestantes, os mercadores, soldados e administradores não estabeleceram a mesma relação de cooperação ou matrimoniais com as mulheres senegalesas, mas as transformaram em prostitutas. Para a autora, este parece ser o momento na história onde o racismo (científico) propriamente dito passa a ditar as regras. Primeiro, a mulher é degradada e transformada em prostituta, depois passam a ser propagadas teorias sobre a superioridade racial dos homens brancos e a "bestialidade" das mulheres africanas. De forma progressiva, o colonialismo rebaixa as mulheres das regiões colonizadas em um tipo de "natureza" degradada, uma "naturalização" que pode ser compreendida como a contrapartida da "civilização" das mulheres europeias:

A 'definição de que eram parte da natureza' ou a 'naturalização das mulheres africanas que foram levadas como escravas para o Caribe é talvez a maior evidência da hipocrisia e das duas caras da colonização europeia: enquanto as mulheres africanas eram tratadas como 'selvagens', as mulheres dos colonizadores brancos em suas pátrias 'ascenderam' ao *status* de 'damas'. Esses dois processos não aconteceram de forma coordenada, mas não são simples paralelismos históricos, estão vinculados de forma causal e intrínseca ao modo de produção capitalista patriarcal. Essa criação das figuras da mulher 'selvagem' e da mulher 'civilizada' e a polarização entre as duas foi, e ainda é, o princípio estrutural organizativo de outras partes do mundo submetidas ao colonialismo capitalista. (MIES, 2022, p. 191).

Ao forjar uma civilização em oposição ao "selvagem" ou "primitivo", as elites coloniais, e seus novos sacerdotes, os cientistas, levaram adiante a ideologia do

---

<sup>86</sup> Cf. BROOKS, G.E. *The Signares of Saint-Louis and Goore: Women Entrepreneurs in Eighteenth Century Senegal*. Em: HAFKIN, N.J.; BAY, E.B (ed), *Women in Africa*. Stanford: Stanford University Press, 1976.

progresso e da "humanização". Os "nativos" não tinham evoluído ao nível da raça superior branca e o colonialismo ajudaria no desenvolvimento dessas regiões, de modo a contribuir para o desenvolvimento humano. As estruturas mentais e práticas capazes de sustentar uma escravização em larga escala com base em diferenças físicas notáveis já estava pronta após milhares de anos de dominação dos homens sobre as mulheres com objetivo de acumular poder e riqueza. Não estou sugerindo aqui uma simples continuidade histórica, porque, como vimos no capítulo três, esse não seria o caso, mas seria histórica e sociologicamente incorreto perpetuar a ideia que, sem precedentes, os homens poderiam forjar um processo colonizador de dimensões continentais e um repertório ideológico para tanto em tão curto espaço de tempo. A mudança também foi significativa para as mulheres. Enquanto, de um lado, a subordinação das mulheres europeias foi garantida pela caça às bruxas e das mulheres africanas, asiáticas e latino-americanas pela colonização, do outro, o patriarcado em sua fase capitalista criou dois papéis para as mulheres europeias das classes nobres e trabalhadoras, os de consumidoras e donas de casa (MIES, 2022). Esses papéis seriam posteriormente, como no exemplo do Caribe, levados para as populações das colônias e ex-colônias, sobretudo anglo-saxônicas.

A donadecaseficação implicou o casamento no formato da família burguesa, que não era uma prática entre aqueles que não fizessem parte da classe proprietária. O modelo da família protegido sob as leis do Estado, com um homem-provedor e a dona de casa vivendo em co-residência, não era possível para as mulheres camponesas ou pobres, pois elas eram responsáveis por fazer todo trabalho. Foi apenas no século XIX, quando reformas legais impulsionadas pelo estado, começaram a promover o formato moderno de família para todas as classes. Até então, não se esperava que pessoas sem propriedade tivessem uma família. Afinal, como vimos ao longo do presente capítulo, a família patriarcal foi criada justamente para manter e estabelecer relações de propriedade. Nem mesmo a família aristocrática pressupunha uma co-residência com todos os seus membros. Dessa forma, o capitalismo cria a família nuclear e, por sua vez, a dona de casa como categoria social (MIES, 2022). Forja-se, aqui, o Femitariado. Em um primeiro momento, a burguesia apartou as próprias mulheres da esfera pública em um "lar" de onde elas não poderiam interferir em seus negócios. Depois, como forma de atenuar

a domesticação e transformá-la em algo desejável, a burguesia, sobretudo inglesa, cria a ideologia do amor romântico, na qual o "amor" se expressa em manter um lar aconchegante para o qual o homem trabalhador chefe-de-família possa voltar após um longo dia de trabalho. Em outras palavras, *a dona de casa enquanto categoria social precisou ser criada* porque é ela quem precisa fazer o trabalho não remunerado necessário para a existência e reprodução do trabalhador assalariado (MIES, 2022).

Houve um grande esforço para fazer com que mulheres fossem, e depois permanecessem, apartadas da vida política e econômica. O primeiro proletariado industrial foi construído com mulheres e crianças já que esses dois grupos proporcionaram uma força de trabalho mais suscetível a qualquer condição de trabalho. As mulheres acabavam se sujeitando ao que fosse oferecido para manter a si mesma e a seus filhos (MELLOR, 1997a; MIES, 2022). Ao mesmo tempo, as mulheres não tinham organizações políticas fortes nem associações de jornaleiros, diferente dos homens cujas práticas organizativas remontavam às guildas. Por volta de 1830, com o declínio do capitalismo mercantil e a ascensão do capitalismo industrial, a necessidade por mais trabalhadores e soldados não podia ser suprida por mulheres com a saúde debilitada por condições de trabalho extenuantes vivendo em condições de vida precárias. Muitas dessas mulheres não eram casadas ou eram separadas, e viviam, viajavam e trabalhavam em grupos de mulheres, crianças e jovens, de forma a contrariar e apresentar uma ameaça à nova moralidade burguesa e seu ideal de mulher domesticada. Por meio de legislações, policiamento e das campanhas ideológicas da Igreja, passou-se a promover de forma intensa o matrimônio e o modelo de família burguesa agora para os trabalhadores sem propriedade. Em 1868, na Alemanha, criou-se uma lei que aboliu a proibição do casamento entre os pobres e criminalizou a relação sexual antes do matrimônio. Após a guerra prussiana entre 1870 e 1871, o aborto foi criminalizado. A Igreja, por sua vez, postulava tais "crimes" como pecado e a partir de 1840, o casamento se torna uma demanda da própria classe trabalhadora, um tema que aparece, inclusive, na Primeira Internacional<sup>87</sup>, com a donadecaseficação das mulheres atingindo todos os países

---

<sup>87</sup> Entre as reivindicações da delegação alemã na Primeira Internacional de 1864 estava o direito dos trabalhadores de constituir família. Algumas organizações operárias alemãs lutavam menos contra o celibato forçado (a proibição do sexo antes do casamento) e mais a favor dos trabalhadores terem

industrializados e sendo propagandeada como uma forma de "progresso" tanto pela classe capitalista quanto proletária (MIES, 2022). Ao final do processo, o cuidado com a casa e com os filhos no papel da dona de casa se tornou a principal função das mulheres. Para mulheres de classes mais baixas, isso significava fazer todo o trabalho doméstico e reproduzir trabalhadores, enquanto para as mulheres de classes altas que mantinham escravos e/ou empregados, significava gestão doméstica e reprodução de herdeiros. Para todas essas mulheres, isso significou a impossibilidade de acessar meios para prover para si e para os seus filhos, tornando-as completamente dependentes dos seus maridos, sobretudo aquelas sem bens e das classes baixas.

Mas a donadecaseficação que acontece no final do século XIX e início do XX não tinha apenas o objetivo de garantir soldados e trabalhadores. A dona de casa foi mobilizada para diminuir o custo da força de trabalho por meio da apropriação do trabalho (re)produtivo das mulheres, criar necessidades e demandas de consumo com uma infinidade de produtos domésticos, com destaque para os produtos de higiene e limpeza<sup>88</sup>, bem como reduzir o custo do salário ao ser responsável pela gestão doméstica de forma econômica (MIES, 2022). Assim como as colônias e com o colonialismo, a donadecaseficação significou a externalização, ou a exterritorialização, dos custos da produção capitalista que, de outras formas, teriam que ser assumidos pelos capitalistas. Aqui, andamos o círculo completo. Ao posicionar ideologicamente mulheres e escravos fora do *oikos*, com os escravos nas colônias e as mulheres na esfera doméstica, o trabalho "invisível" de ambos se tornou um recurso

---

direito de casamento. À época, o casamento foi considerado "progressista" e o acesso da classe trabalhadora aos padrões familiares da nova burguesia foi considerado avanço por parte da classe operária. Ao mesmo tempo, se desenvolveu entre aqueles do Partido Social-Democrata um "anti-feminismo proletário", que se preocupava basicamente com os efeitos para os homens operários com a entrada das mulheres no mercado de trabalho. Entre os nomes mais conhecidos por defenderem a donadecaseficação e apresentarem uma atitude antifeminista em relação à questão das mulheres estão Clara Zetkin e August Bebel (MIES, 2022, p. 211-212).

<sup>88</sup> Adentrar no papel da publicidade neste processo de donadecaseficação exigiria uma pesquisa à parte. No entanto, é válido notar que a casta de publicitários em ascensão no início do capitalismo industrial foi, e continua sendo, essencial ao processo de acumulação capitalista. Por meio de uma série de propagandas direcionadas às mulheres no geral, e às donas de casa em particular, não só foi possibilitada a vazão de uma superprodução atingida pela mecanização como também a criação de novas necessidades, novos produtos e novos mercados. Stuart Ewen foi um dos primeiros historiadores e sociólogos da cultura do consumo norte-americana a investigar o papel da publicidade nos EUA e nos fornecer uma visão marxista convincente sobre o nascimento da cultura do consumo. Ver EWEN, Stuart. ***Captains of Consciousness: Advertising and the social roots of the consumer culture***. Nova Iorque: Basic Books, 2001.

natural disponível para apropriação, assim como ar, água e minérios; foi a criação da Natureza Barata e da Grande Fronteira. Esse processo também garantiu a atomização e desorganização das mulheres enquanto trabalhadoras. No entanto, não foram só os capitalistas que se beneficiaram do processo. O homem trabalhador também tinha interesse material na domesticação das mulheres, pois:

Como a dona de casa está vinculada ao provedor do salário, o proletário 'livre', como uma trabalhadora 'não livre', conseqüentemente a 'liberdade' do proletário para vender sua força de trabalho está baseada na não liberdade da dona de casa. A proletarização dos homens está baseada na não liberdade da dona de casa. A proletarização dos homens está baseada na donadecaseficação das mulheres.

Graças a isso, o 'homem pequeno branco' também ganhou sua 'colônia', ou seja, a família e a dona de casa domesticada. Isso era um sinal de que, ao final, o proletariado despossuído havia alcançado o *status* de cidadão 'civilizado', tornando-se assim membro pleno da 'nação-cultural'. Essa ascensão, entretanto, foi paga com a subordinação e donadecaseficação das mulheres de sua própria classe. (MIES, 2022, p. 213-214).

Quando recuperamos a história das mulheres ao longo do desenvolvimento da chamada civilização, é possível afirmar que "a história da perda de liberdade é ao mesmo tempo a história de como as mulheres perderam sua posição e desapareceram da história." (ÖCALAN, 2017, p. 58, tradução nossa). No presente capítulo procurei demonstrar como se deu o desenvolvimento desta falta de liberdade e a relação da mesma com o processo de superexploração do trabalho (re)produtivo das mulheres, possibilitado pela subordinação feminina por meio da violência, sobretudo sexual, da privação econômica, da exclusão política e cultural. Vimos que "homens e mulheres sofreram exclusão e discriminação por razões de classe, mas nenhum homem foi excluído do registro histórico por causa do seu sexo, embora todas as mulheres o tenham sido." (LERNER, 2021, p. 29). O patriarcado se estabeleceu muito antes do Estado moderno e as raízes da hierarquia entre mulheres e homens já estavam profundas antes mesmo do término do Antigo Testamento, na Bíblia Hebraica. Na Grécia, a segunda raiz de pensamento do mundo ocidental, o papel das mulheres como seres inferiores aos homens, assim como eram a natureza e os animais, forneceu as bases para a terceira raiz de pensamento da civilização moderna, a ciência. Com a ascensão do capitalismo e da ciência moderna, o *status* das mulheres como inferiores rompe as barreiras de classe remanescentes. Por sua

capacidade (re)produtiva, ainda mais necessária à continuidade do processo de acumulação em sua fase capitalista, as mulheres foram domesticadas e removidas da esfera pública enquanto grupo, primeiro pela caça às bruxas e depois pela grande donadecaseficação. Nas colônias, mulheres e homens foram "naturalizados" e transformados em "selvagens", mas logo depois o modelo de dona de casa foi exportado para esses territórios como uma forma de "civilização" e "progresso".

Ao mesmo tempo, a análise histórica revela que os momentos de transição de modos de produção (as viradas epocais) são marcados por um maior cerceamento e violência contra as mulheres justamente porque os processos de acumulação são baseados, exponencialmente, na "destruição da autossuficiência das mulheres sobre suas vidas e sobre seus corpos" (MIES, 2022, p. 43) e, quando estes se intensificam, se intensifica a falta de liberdade das mulheres enquanto grupo. Vimos que "a questão da mulher" não pode ser simplesmente adicionada a uma teoria ou prática, pois ela é uma questão estrutural necessária para a manutenção do modo de produção baseado no desenvolvimento e no progresso. No próximo capítulo, veremos por que essa análise permanece válida no atual momento histórico e por que as mulheres enquanto classe são as menos interessadas e têm pouco a ganhar com a manutenção do modelo de exploração de si, da natureza e de outros povos engendrando extremos climáticos e diminuindo as possibilidades de (re)produção da vida.

## 5 NATUREZA-MULHER-TRABALHO: A CONTRADIÇÃO FUNDAMENTAL

No capítulo anterior, vimos que a divisão internacional do trabalho e a divisão sexual do trabalho estão intrinsecamente relacionadas no patriarcado capitalista, com a relação homem-mulher sendo parte e parcela das divisões de classe e raça que se formaram com o capitalismo e com a colonização. Busquei demonstrar que antes do desenvolvimento capitalista, mulheres e homens já estavam socialmente cindidos e hierarquizados pelo desenvolvimento histórico do patriarcado. No entanto, as mulheres e os escravos ainda eram percebidos como parte do *oikos* e os diversos níveis de falta de liberdade das mulheres estavam, em grande medida, em relação direta à sua classe social. Essa afirmação não significa ausência da violência histórica parcialmente justificada contra as mulheres tampouco total independência e autonomia destas, mas sim que a estigmatização como “sexo frágil” não estava estabelecida. A partir do século XVI, o processo de donadecaseficação removerá completamente as mulheres da esfera pública, transformando mulheres em seres totalmente dependentes dos homens, cerceando-as na esfera privada. Dessa forma, uma renovada e profundamente demarcada divisão sexual do trabalho se tornou a realidade para as mulheres de todas as classes.

Paralelamente, o processo de colonização possibilitou uma divisão internacional do trabalho onde diferentes formas de relações de produção foram mantidas com o objetivo de suprir as necessidades dos colonizadores. Tanto mulheres quanto colônias e suas populações foram colocadas como fora do *oikos*, de modo que *parecessem* insignificantes para o modo de produção capitalista do Norte, embora estruturalmente necessárias a ele. Forjou-se aqui a Grande Fronteira, o primeiro *fix* para a primeira grande crise da modernidade. A partir da união entre Ciência, Capital e Império, a Grande Fronteira possibilitou a globalização do modo de produção não produtivo dos homens baseado na violência, no roubo e na pilhagem (uma verdadeira economia de guerra). Como vimos no capítulo três, é sobre essa base que a acumulação de capital não só começa, como se renova e se perpetua.

Após os anos 1970, a divisão internacional do trabalho e a divisão sexual do trabalho são modificadas, mas não transformadas fundamentalmente. Até os anos 1970, a divisão internacional do trabalho significou produção de matérias-primas por

parte das colônias e das ex-colônias a serem exportadas sobretudo para os países Europeus ocidentais e para os Estados Unidos, ou seja, para os países industrializados do Norte global, que também eram os principais consumidores desses produtos. A DIT também dividia os trabalhadores melhor remunerados alocados nos então chamados países do Primeiro Mundo, enquanto a mão de obra barata, com baixa ou nenhuma garantia legal, era feita majoritariamente nos países do Terceiro Mundo. No neoliberalismo, a necessidade de expandir os limites da Grande Fronteira para criação de Trabalho Barato exigiu um reajuste da DIT, mas não a transformou fundamentalmente. Vimos que a estratégia para reduzir o custo da produtividade do trabalho teve cinco dimensões fundamentais: a repressão dos salários; a migração capitalista para países do Sul global, o que significou a industrialização das "colônias" e a desindustrialização do Norte; os acordos gerais para agricultura; a expansão do proletariado feminino; e o subconsumo forçado. Todas as cinco dimensões tiveram impactos significativos e particulares para as mulheres enquanto grupo. Ademais, essas dimensões, não raro, se relacionam de forma transversal. Por exemplo, a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho foi facilitada pela repressão dos salários e pela desindustrialização do Norte. Como muitas análises sobre os impactos das políticas neoliberais nas mulheres foram feitas por outras feministas<sup>89</sup> e, nos falta espaço para reproduzi-las aqui, me limitarei a dar uma visão geral de como a DIT se alterou em relação às mulheres após os anos 1970, mantendo visível a conexão da exploração do trabalho das mulheres do Norte e Sul global.

Na primeira dimensão, a repressão dos salários significou uma menor possibilidade para as mulheres do Norte global serem simplesmente donas da casa dada a realidade de precarização do proletariado masculino. A figura ideológica do homem-provedor, ou do chefe-de-família, embora ainda presente como modelo ideal, se tornou impossível em uma realidade de desemprego crescente, repressão salarial

---

<sup>89</sup> Por exemplo, FALQUET, Jules. **Pax Neoliberalia**: Mulheres e reorganização global da violência. São Paulo: Sobinfluência, 2022; FEDERICI, **Reencantando o mundo**: Feminismo e a política dos comuns. São Paulo: Elefante, 2022; MIES, Maria. **Patriarcado e Acumulação em Escala Mundial**. São Paulo: Timo, 2022; MIES, Maria e SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo**. São Paulo: Luas, 2021. Também é possível ver os materiais produzidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre trabalho e mulheres, entre eles a publicação elaborada para a Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher e a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social, intitulada *More and better jobs for women* ("Mais e melhores trabalhos para as mulheres", em tradução livre) de 1996. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/195545>. Acesso em: 05/06/2023.

e onde o casamento não significa garantia vitalícia de sustento econômico. As mulheres foram realocadas em sua maioria para trabalhos precários ou mal remunerados sem deixarem de realizar o trabalho doméstico, de forma que este passa a ser ainda mais balizado como sua "verdadeira vocação" (MIES, 2022). O fim do Estado de bem-estar social significou maior privatização do trabalho de reprodução social (como educação, saúde e cuidado com doentes e idosos), o que Silvia Federici (2022, p. 118) chamou de "financeirização da reprodução", transformando os serviços antes subsidiados pelo Estado em novos nichos de acumulação de capital deixando às mulheres a alternativa de se endividarem para acessarem tais serviços ou fazerem o trabalho elas mesmas. Ao mesmo tempo, os países do Norte global sofreram uma reestruturação das economias internas aos moldes dos países chamados subdesenvolvidos: a divisão do trabalho do processo produtivo em setor formal na indústria e nos serviços, com profissionais qualificados e em sua maioria do sexo masculino, e o setor informal ou não organizado, com uma série de relações de produção, que vão desde o trabalho de meio período, trabalho autônomo, trabalho em casa chegando ao trabalho doméstico; uma divisão entre trabalho visível e trabalho invisível (BENNHOLDT-THOMSEN *et al.*, 1988; MIES, 2022). Esse grupo de trabalhadores invisíveis é normalmente composto por mulheres, trabalhadores de subsistência, migrantes e pessoas em contextos racializados. Assim como o trabalho da dona de casa, o trabalho no setor informal, além de invisível, é não sindicalizado e não conta com nenhum benefício de seguridade social. Muitas vezes, por ser exercido em casa, também mantém os trabalhadores atomizados e desarticulados enquanto classe. Para reduzir o custo da produtividade do trabalho, as condições aplicáveis à grande maioria das pessoas nos países chamados subdesenvolvidos se voltaram ao centro do capitalismo. Como resultado, já no final da década de 1980, as mulheres formaram o maior grupo entre os 'novos pobres' nos países ocidentais (MIES, 2022).

Enquanto os processos de desindustrialização do Norte realocaram muitas mulheres para o setor informal e para exercerem sua "verdadeira vocação" na esfera do trabalho doméstico, os processos de industrialização do Sul, sobretudo por meio de zonas francas ou de fábricas para a exportação, fizeram uso de uma quantidade massiva de trabalhadores mal remunerados, normalmente migrantes de áreas rurais, sob condições precárias, com remunerações abaixo do que seria considerado o

mínimo necessário para viver e onde mais da metade das fileiras das linhas de produção mais precarizadas, como as fábricas de roupas clandestinas (*sweatshops*), eram formadas por mulheres, sobretudo jovens (KLEIN, 2000; MIES, 2022). Para além de serem empregadas como trabalhadoras de baixo custo na indústria manufatureira de grande escala, Mies (2022) aponta que as mulheres do Sul global também foram realocadas pela nova DIT em outras três áreas. Primeira, a manufatura em pequena escala de uma variedade de produtos, desde artesanato tradicional ao artesanato com resíduos que seriam descartados pela grande indústria, até processamento de alimentos e confecção de roupas. Não raro, a produção que antes era feita para o consumo da família ou comunidade é reorientada para venda ou exportação no mercado. Segunda, na agricultura orientada para o mercado, normalmente como "mão de obra familiar", não remunerada, inclusive dentro de cooperativas. Na verdade, trabalhadores tanto da manufatura artesanal quanto da agricultura encontram no modelo cooperativo uma forma de atenuar a influência e exploração por parte dos intermediários, que costumam comercializar esses produtos de forma a ficar com a maior parte do lucro gerado. No entanto, sobretudo na agricultura, mulheres têm pouco espaço para atuar nas cooperativas mistas de forma equânime, com a liderança política e as tomadas de decisão geralmente ficando a cargo dos homens<sup>90</sup>. Por fim, a terceira, na indústria do sexo. Essa indústria do sexo e comércio sexual compreende

---

<sup>90</sup> O modelo cooperativo exclusivamente feminino pode ser notado na indústria têxtil e de confecção, sobretudo entre trabalhadoras artesanais manuais como rendeiras, trancistas de palha, bordadeiras e crocheteiras. Durante os anos de 2015 e 2022 como jornalista, pude conhecer uma série de cooperativas formadas por artesãs, tanto nas periferias das cidades como em áreas rurais, inseridas no mercado por meio dessa pequena produção de mercadorias. No entanto, embora formalmente organizadas, a renda produzida era insuficiente e, portanto, "renda complementar". Por sua vez, elas ou se mantinham dependentes do marido ou tinham outros trabalhos, muitas vezes como faxineiras ou costureiras. Dada a dificuldade de garantir independência financeira dessas cooperativas, organizações da sociedade civil surgiram para tentar alinhar oferta, demanda e lucro. Um exemplo de iniciativa é o Instituto Ecotece. Cf. <https://ecotece.org.br/>. Na agricultura, por sua vez, embora as cooperativas se mostrem mais lucrativas, ainda há uma predominância masculina nos espaços de decisão como consequência do machismo e sexismo. Em Ingá, interior de João Pessoa (PA), onde estive em setembro de 2022, produtores sem terra foram incentivados por meio de uma iniciativa público-privada a retomarem a produção de algodão em modelo agroecológico em terras privadas improdutivas. Embora algumas mulheres tenham participação na agricultura com seus próprios lotes destinados ao cultivo e tenham controle sobre a renda oriunda da colheita, a maior parte das mulheres é tida como apêndice masculino e dona de casa e são os homens os responsáveis por participar ativamente como lideranças. Algumas das mulheres com as quais conversei mencionaram o machismo do próprio marido como justificativa para não terem seus próprios lotes. As filhas das agricultoras com as quais conversei ou são mães jovens ou migraram para as cidades em busca de empregos. Um problema persistente entre o grupo dos agricultores em Ingá é o analfabetismo, o que dificulta ainda mais a independência feminina no campo.

desde o mercado de óvulos, venda de leite materno e barriga de aluguel até a ascensão da pornografia digital por meio de plataformas como OnlyFans e Pornhub, chegando às formas tradicionais de prostituição e turismo sexual.

Em consonância com o período de desenvolvimento e aplicação das políticas neoliberais que reorganizaram a DIT, Mies (1994, 2022) demonstra como a ONU, o Banco Mundial, FMI e organizações da sociedade civil passaram a debater acerca das ações necessárias para "incluir mulheres no desenvolvimento" e, posteriormente, "investir nas mulheres". Segundo a autora, a necessidade havia aparecido após os relatórios preparados para a Conferência Mundial sobre a Mulher, da ONU, de 1975 terem demonstrado que a situação das mulheres, tanto no Primeiro Mundo quanto no Terceiro havia se deteriorado em termos políticos, educacionais, trabalhistas, de direitos e de saúde. No entanto, "integrar as mulheres no desenvolvimento" não significou necessariamente contratá-las como trabalhadoras assalariadas, tampouco garantir que pudessem expandir sua produção de subsistência, mas mobilizá-las para a produção orientada para o mercado com o menor custo possível. Ao definir essas mulheres como donas de casa, e não como trabalhadoras, seu trabalho se torna "trabalho suplementar" e sua renda, "renda suplementar"<sup>91</sup>. Mesmo quando essas mulheres não têm maridos e são o pilar econômico da família, o que é a realidade de 45% dos lares no Brasil<sup>92</sup> e em áreas rurais da América Latina, África e Ásia, a mistificação da mulher na figura da dona de casa atrelada ao marido chefe-de-família é útil para manter e justificar as baixas remunerações, impedir mulheres de se organizarem, manter mulheres atomizadas na esfera doméstica e orientar sua realidade para a visão idealizada da dona de casa. "Incluir as mulheres no desenvolvimento" passou também a integrar uma estratégia mais ampla usada para responder aos movimentos sociais camponeses dos anos 1960 e 1970 que acabaram por demandar uma nova resposta neoliberal que fosse capaz de garantir a governança sem renunciar ao discurso "pró-crescimento", concedendo uma "face humana" ao

---

<sup>91</sup> Segundo o relatório Gênero, Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Mercosul, do Ministério do Desenvolvimento Agrário de 2006, "o trabalho não remunerado e de autoconsumo ocupa 74.9% das mulheres no mundo rural [...] 2/3 das mulheres ainda continuam trabalhando para 'ajudar' a família".

<sup>92</sup> Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o percentual de domicílios brasileiros comandados por mulheres saltou de 25%, em 1995, para 45% em 2018. Entre os 20,65 milhões de lares de baixa renda no país, 81,6% são chefiados por mulheres. Cf.

[https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores\\_chefia\\_familia.html](https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_chefia_familia.html) Acesso em: 07/06/2023.

segundo momento de ajustes estruturais promovidos entre 1980 e 1990 (VELTMEYER; PETRAS, 2008, p. 10). O objetivo era conectar as mulheres ao mercado, as distanciando da produção de subsistência (MIES, 2022). Ao fomentar o “investimento nas mulheres”, sobretudo por meio de microcréditos para que essas mulheres produzindo para si e para seus filhos se tornassem “empreendedoras”, constrói-se uma mensagem de que as mulheres são pobres por não estarem devidamente conectadas à economia financeira e ao sistema de mercado (Bennholdt-Thomsen *et al.*, 1988).

A meu ver, não deve ser visto como coincidência que o conceito de “gênero” passa a ser amplamente adotado nesse momento de reestruturação neoliberal, suavizando a narrativa feminista de combate à violência e desigualdades *entre homens e mulheres*, substituindo “violência sexual” e “violência contra mulheres” por “violência de gênero”, questões de “gênero” e “desigualdade de gênero” de forma a colocar a questão em “um nível de discussão acadêmica e neutralizar e atenuar o movimento social para abolição do patriarcado capitalista como um sistema”. (MIES, 1994, p. 110, tradução nossa).

De forma similar às políticas climáticas analisadas no segundo capítulo, as políticas globais para “integrar as mulheres no desenvolvimento” e “investir nas mulheres” serviu como estratégia para reduzir o custo da produtividade do trabalho necessário à acumulação de capital por meio de uma narrativa responsável por distorcer os fatos e invisibilizar a própria divisão sexual do trabalho. O resultado foi a reorganização das mulheres no Norte e Sul global de forma a atender as demandas da nova DIT. Mas essas mulheres seguiram conectadas por meio das mercadorias, das políticas de austeridade econômica e da violência. Como vimos, as mulheres do Norte haviam sido mandadas embora das fábricas, realocadas no setor informal e/ou como donas de casa. No entanto, elas continuaram sendo mobilizadas como consumidoras, “reprodutoras” e objetos sexuais, de forma a garantir vazão às mercadorias produzidas no Sul. Em oposição, as mulheres no Sul global enfrentaram uma política austera de controle de natalidade, que objetivava mantê-las exclusivamente como produtoras de mercadorias. A “explosão populacional” passou a ser um problema para o “desenvolvimento” e, com a ascensão do debate climático e dos limites do crescimento *a posteriori*, para o “desenvolvimento sustentável”.

As primeiras políticas de planejamento familiar foram elaboradas por meio de mecanismos como ONU, Banco Mundial e até mesmo OIT, que até então havia se preocupado exclusivamente com a "força de trabalho" na "esfera produtiva". Entre 1970 e 1979, as despesas anuais da OIT para atividades populacionais aumentaram de cerca de 60 mil dólares ao ano para mais de 4 milhões ao ano (MIES, 2022, p. 233). Como forma de garantir a eficácia das políticas de controle populacional no Sul global, o Banco Mundial exigia aos governos solicitando empréstimos que realizassem ações sociais e econômicas para reduzir a fertilidade das mulheres. É amplamente conhecido que as mulheres dos países pobres foram utilizadas como cobaias para a indústria farmacêutica testar novos métodos contraceptivos sem nenhum tipo de custo ou risco (MIES, 2022; MIES; SHIVA, 2014; FEDERICI, 2022). Ao mesmo tempo, a amniocentese foi testada em mulheres indianas e utilizadas como forma de determinar o sexo do bebê com objetivo de abortar fetos femininos. Inclusive, a seleção do sexo como forma de controle populacional foi defendida por cientistas, entre eles William McElroy e Postgate sob a alegação de que na maior parte da sociedade os bebês do sexo masculino são mais desejáveis portanto, se o primeiro filho for homem, menor a motivação para reproduzir mais descendentes (MIES, 2022). Um estudo de 2021 demonstrou que durante 1970 e 2017, 45 milhões de nascimentos femininos foram interrompidos por aborto seletivo pelo sexo. A maioria desses nascimentos femininos perdidos estão na China, com 23,1 milhões, e na Índia, com 20,7 milhões (CHAO *et al.*, 2019). Dessa forma, não só temos uma DIT responsável por dividir o mundo entre produtores e consumidores, como por dividir as mulheres internacionalmente, em termos de classe, entre produtoras e consumidoras. Assim, "a escravidão e a exploração de um grupo de mulheres é a base de um tipo qualitativamente diferente de escravidão de outro grupo de mulheres." (MIES, 2022, p. 231).

A "dona de casa" é a força de trabalho ideal para a realização do mais valor, não o "proletário livre", por isso mulheres do Norte e Sul global precisam assumir uma carga exponencial de trabalho não remunerado para diminuir os custos de realização do capital<sup>93</sup>, garantindo a quantidade desproporcional de trabalho não remunerado na

---

<sup>93</sup> Mulheres e meninas acumulam, a nível global, no mínimo 380 bilhões de horas por mês em atividades de cuidado não remuneradas. Por ano, o total chega a 4,6 trilhões. Cerca de 65% das horas de trabalho das mulheres são não remuneradas semanalmente. Em 2020, o trabalho não

Lei da Natureza Barata (MIES, 2022; MOORE, 2014; ÖCALAN, 2017). A mobilização da imagem da "dona de casa" é necessária para condicionar o trabalho das mulheres como "renda suplementar" porque seu trabalho é "trabalho suplementar" ao trabalho doméstico não remunerado. Dessa forma, as mulheres ganham menos e trabalham mais de forma que manter a si mesmas e a seus filhos de forma independente de qualquer homem é uma tarefa árdua, fazendo com que o casamento seja uma saída para escapar da vulnerabilidade econômica. Mães independentes, mulheres solteiras e idosas estão mais vulneráveis à pobreza e acumulam menos patrimônio líquido do que os homens nas mesmas condições<sup>94</sup>. Sob essa perspectiva, a "flexibilização do trabalho" no neoliberalismo, inclusive sob a atual retórica do empreendedorismo, é, para as ecofeministas, a ampliação da "donadecaseficação do trabalho" (BENNHOLDT-THOMSEN *et al.*, 1988), funcionando como um *fix neoliberal* para o esgotamento das possibilidades de acumulação dos Grandes Homens. Nesse contexto, todos os homens e algumas mulheres funcionam como verdadeiros agentes do capital, mas esses papéis devem ser diferenciados:

de acordo com a classe, assim como com a raça e a localização na divisão internacional do trabalho. Não apenas os Grandes Homens Brancos ou o Sr. Capital lucram com a exploração de suas próprias mulheres e das mulheres do Terceiro Mundo, mas também os homens pequenos brancos, os trabalhadores. Não só os Homens Grandes Marrons ou Negros lucram com a exploração de 'suas' mulheres, mas também os homens pequenos marrons ou negros. E as mulheres brancas grandes e pequenas também participam

---

remunerado foi valorado em mais de USD 10 trilhões ao ano. Cf. BUTT A.P.; BERKHOUT, E.; ZAGHBOUR, C.M.; Bush, A.; VERMA, R.; PHEKO, L.L. **Alternativas radicais ao PIB: a urgência de buscar alternativas feministas e decoloniais**, Londres: Oxfam, 2023.

<sup>94</sup> Segundo IBGE, 63% das famílias chefiadas por mulheres com filhos vivem abaixo da linha da pobreza. Se falarmos apenas de mulheres negras, esse número era 7,5% maior em 2018. A realidade não é muito mais positiva para mulheres do Norte global. A pesquisa de Seiichi Inagaki (2018) revelou que a taxa de pobreza das mulheres japonesas solteiras e idosas pode dobrar em 50% nos próximos 40 anos. Nos EUA, as mulheres que nunca se casaram acumulam 29% menos patrimônio líquido médio do que um homem que nunca se casou. Cf. CALDAS, Ana Carolina. Desemprego, medo e sobrecarga: a realidade de mães solo na pandemia. **Brasil de Fato**, Curitiba, 1 mai. 2020. Geral. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/05/01/desemprego-medo-e-sobrecarga-a-realidade-de-maes-solo-na-pandemia>. Acesso em: 25/06/2023; DAMASCENO, Vitória. Mulher, solo e pobre: por que a maioria das mães solo brasileira vive abaixo da linha da pobreza? **Az Mina**, São Paulo, 18 dez. 2018. Dinheiro. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/por-que-a-maioria-das-maes-solo-brasileiras-vive-abaixo-da-pobreza>. Acesso em: 25/06/2023; INAGAKI, Seiichi. *Dynamic Microsimulation Model of Impoverishment Among Elderly Women in Japan*. **Frontiers in Physics**, vol. 6, número 22, 14 mar. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fphy.2018.00022>. Acesso em: 25/06/2023; ECONOMICS GROUP OF WELLS FARGO BANK. **Party of One: How Single Women Stack Up in the U.S. Economy**. San Francisco: WFBNA, 8 mar. 2023. Disponível em: <https://wellsfargo.bluematrix.com/links2/html/d0f1547d-0864-4f9f-a630-32f147eabd95>. Acesso em: 25/06/2023.

do lucro da exploração dos pequenos homens e mulheres negros e marrons nas colônias. O mesmo acontece com as mulheres grandes negras ou marrons, que aspiram ao *status* de verdadeira dona de casa ocidental como um símbolo de progresso e que foram descobertas como promotoras do capitalismo no Terceiro Mundo. (MIES, 2022, p. 266).

Porém, são as mulheres os sujeitos exponencialmente obrigados a terem seus corpos e seus trabalhos superexplorados como objetos sexuais e como donas de casa de forma a manter o fluxo de acumulação de capital. Exclusivamente das mulheres é exigido um trabalho (re)produtivo o qual demanda que elas trabalhem com seu corpo como um todo: não só sua força de trabalho é apropriada, mas junto com ela seu caráter corporal, sua sensibilidade e sua sexualidade<sup>95</sup>. Mas manter as mulheres posicionadas como menos humanos de forma a não serem respeitadas como sujeitos completos, tendo seu trabalho superexplorado e as suas fronteiras pessoais violadas (especialmente, verbalmente e fisicamente), exige o emprego da violência e da coerção de forma que "o preço pago para manter o sistema de civilização é a existência prejudicada, empobrecida, decadente e derrotada das mulheres em um estado constante de guerra de baixa intensidade." (ÖCALAN, 2020, p. 107, grifo nosso). Essa guerra, que é perpetrada pelos Grandes e pequenos homens, é expressa de múltiplas formas, mas pode ser quantificada nos atuais dados de violência contra mulheres e meninas. A guerra de baixa intensidade também garante

---

<sup>95</sup> No capítulo anterior, argumentei que o patriarcado se mantém por meio de relações paternalistas, ou seja, relações entre o grupo dominante, considerado superior (os homens) com o grupo dominado, considerado inferior (as mulheres), onde mulheres trocam proteção por submissão e trabalho não remunerado por sustento, mitigando a dominância por meio de obrigações mútuas que não são distribuídas igualmente entre os grupos. Nas palavras de Lerner, "a base do paternalismo é um contrato verbal de troca: sustento econômico e proteção do homem em troca de subordinação em todos os aspectos, servidão sexual e trabalho doméstico não remunerado." (LERNER, 2021, p. 291). Sob o sistema patriarcal, mulheres não tinham acesso à propriedade e se tornaram propriedade. Como uma mercadoria, mulheres precisam estar disponíveis *como um todo* (não só sua força de trabalho precisa estar disponível, mas seu corpo e sua sexualidade). Ao mesmo tempo, sendo propriedade, a única forma para as mulheres acessarem meios de subsistência era por meio de trocas sexuais (seja na figura da esposa, da concubina ou da prostituta), uma situação de dependência disseminada a *posteriori* por meio da donadecaseificação. Nas sociedades modernas, a sexualidade das mulheres segue sendo um objeto de troca para muito além do casamento e da prostituição comercial. Como argumenta a antropóloga Paola Tabet (2012), para obter comida, roupas, bens e prestígio mulheres precisam se manter num contínuo de troca econômico-sexual, onde oferecem serviços e prazeres sexuais aos homens por meio da objetificação da própria sexualidade de múltiplas formas, tanto na esfera privada como pública. Cf. TABEL, Paola. *Through the looking-glass: sexual-economic exchange*. In: OMOKARO, Françoise Grange e REYSOO, Fenneke (dir.). **Chic, chèque, choc: Transactions autour des corps et stratégies amoureuses contemporaines**. Genève: Graduate Institute Publications, 2012. Capítulo 3, p. 39-51. Disponível em: <https://books.openedition.org/iheid/6326>. Acesso em: 29/06/2023.

que nem todas as mulheres precisem ser submetidas à violência direta, pois a encenação e reencenação da violência e da subordinação contra algumas mulheres nas diferentes esferas sociais serve "de exemplo" para demonstrar a *todas* as mulheres seu lugar na hierarquia sexual<sup>96</sup>. Conforme a Grande Fronteira se fecha e a possibilidade de gerar lucro a partir da apropriação do Femitariado é reduzida, essa incisiva violenta e desumanizadora aumenta, e é ainda exponenciada pelas consequências da crise climática, ganhando novos contornos políticos, econômicos e sociais. Em consequência, há pouco ganho para cada vez um número maior de mulheres em manter esse sistema integrado de superexploração e dominação.

### 5.1 O esgotamento da Natureza Barata e a violência contra as mulheres

Segundo as estimativas globais de prevalência de violência contra a mulher de 2018, da Organização Mundial da Saúde (OMS)<sup>97</sup>, em média, 736 milhões, podendo chegar a 852 milhões, de mulheres com 15 anos ou mais sofreram violência física e sexual. Isso significa quase 1 a cada 3 mulheres. Mais de um quarto das mulheres de 15 a 49 anos que estiveram em um relacionamento foram vítimas de violência física e/ou sexual por parte de seus parceiros íntimos pelo menos uma vez na vida (desde os 15 anos). As estimativas de prevalência de violência por parceiro íntimo ao longo da vida variam de 20% no Pacífico Ocidental, 22% em países de alta renda e Europa e 25% nas regiões da OMS nas Américas para 33% na região africana da OMS, 31% na região da OMS região do Mediterrâneo Oriental e 33% na região do Sudeste Asiático da OMS. Globalmente, até 38% de todos os assassinatos de mulheres são

---

<sup>96</sup> O conceito de "guerra de baixa intensidade" pode ser analisado a partir do trabalho da feminista materialista francesa Jules Falquet, elaborado pela primeira vez no final dos anos 1990. No caso da guerra de baixa intensidade, Falquet elabora sua análise a partir do trabalho do sociólogo hispano-salvadorenho Ignacio Martín-Baró (1983; 1990) acerca da psicologia social da tortura e demonstra como a violência contra as mulheres é estrutural e transversal na sociedade patriarcal, tendo um caráter de *continuum*. Ao mesmo tempo, essa guerra de baixa intensidade serve como instrumento para manter mulheres subordinadas por meio do medo e da coerção indireta. Para Falquet, a guerra de baixa intensidade "pode ser lida como uma prática estrutural – que visa a polarização de uma totalidade social, dividindo-a em duas partes inimigas, mutuamente excludentes e assimétricas (aqui, de acordo com o sexo), de modo a produzir a desmoralização e a desorganização durável do grupo alvejado pela violência". Cf. FALQUET, Jules. **Pax neoliberalia: mulheres e reorganização global da violência**. São Paulo: Sobinfluência, 2022, p. 13-14.

<sup>97</sup> ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Violence against women prevalence estimates, 2018 – Global fact sheet**. Geneva: OMS, 5 mar. 2021. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/WHO-SRH-21.6>. Acesso em 09/06/2023.

cometidos por parceiros íntimos. Além da violência praticada pelo parceiro íntimo, globalmente 6% das mulheres relatam ter sido agredidas sexualmente por alguém que não seja o parceiro, embora os dados para violência sexual não praticada pelo parceiro sejam mais limitados e subnotificados.

Ainda em termos globais, segundo relatório da OIT<sup>98</sup> de 2022, mulheres e meninas são quase metade das vítimas de escravidão moderna, que compreende trabalho e casamento forçados. As estimativas globais de 2021 indicam que 49,6 milhões de pessoas estão em situação de escravidão moderna. O trabalho forçado é responsável por 27,6 milhões de pessoas em escravidão moderna e o casamento forçado por 22 milhões. Esse número se traduz em quase uma em cada 150 pessoas no mundo. Das 27,6 milhões de pessoas em situação de trabalho forçado, 11,8 milhões são mulheres e meninas. Estima-se que 6,3 milhões de pessoas estejam em situação de exploração sexual comercial forçada a qualquer momento, e mulheres e meninas são quase 4 em cada 5 dos casos de exploração sexual comercial. Das 22 milhões de pessoas em situação de casamento forçado, mais de dois terços são mulheres e meninas. Embora três em cada cinco pessoas em um casamento forçado estejam em países de renda média-baixa, 26% dos casamentos forçados acontecem em países de renda alta ou média-alta. Esses números representam um aumento de 6,6 milhões no número de pessoas que vivem em casamento forçado entre 2016 e 2021, o que se traduz num aumento da prevalência de 2,1 para 2,8 por mil pessoas.

No Brasil, um estudo do Ipea, de 2022<sup>99</sup>, mostrou que o número de estupros reais no país deve se situar entre os limites inferior e superior de 822 mil e 2,2 milhões, tomando como referência o ano de 2019. No limite inferior, 822 mil, estamos lidando com dois estupros por minuto, sendo mulheres e meninas com menos de 18 anos a maior parte das vítimas (69,9%). No Anuário de Segurança Pública de 2022<sup>100</sup>, a partir

---

<sup>98</sup> ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Global Estimates of Modern Slavery: Forced Labour and Forced Marriage*. Genebra: OIT, set de 2022. Disponível em:

[https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_norm/---ipec/documents/publication/wcms\\_854733.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---ipec/documents/publication/wcms_854733.pdf). Acesso em: 09/06/2023.

<sup>99</sup> FERREIRA, Helder *et al.* **Elucidando a Prevalência de Estupro no Brasil a Partir de Diferentes Bases de Dados**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2023. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11814/1/Publicacao\\_preliminar\\_TD\\_Elucidando\\_a\\_prev\\_alencia\\_de\\_estupro.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11814/1/Publicacao_preliminar_TD_Elucidando_a_prev_alencia_de_estupro.pdf). Acesso em: 06/06/2023.

<sup>100</sup> FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário de Segurança Pública 2022**. Brasília: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 16, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em: 09/06/2023.

dos registros policiais, conclui-se que praticamente todos os indicadores relativos à violência contra mulheres apresentaram crescimento no último ano, com os registros de crimes de assédio sexual e importunação sexual crescendo 6,6% e 17,8%, respectivamente. Como os dados correspondem ao total de vítimas que denunciaram o caso em uma delegacia de polícia é necessário considerar a subnotificação significativa quando comparados às estimativas de casos reais do IPEA. Segundo dados do anuário, ao longo de 2012 e 2021, 583.156 pessoas foram vítimas de estupro e estupro de vulnerável (vítimas menores de 14 anos e/ou adultos incapazes de consentir ou resistir). Em 2021, 66.020 boletins de ocorrência de estupro e estupro de vulnerável foram registrados no Brasil, taxa de 30,9 por 100 mil e crescimento de 4,2% em relação ao ano anterior. Mulheres representam 88,2% das vítimas, sendo a maioria em todas as faixas etárias. Já as vítimas do sexo masculino são sobretudo crianças. Sobre o perfil étnico racial, 52,2% das vítimas eram negras, 46,9% brancas, e amarelos e indígenas somaram pouco menos de 1%. Em se tratando de feminicídio, nos últimos dois anos, 2.695 mulheres foram mortas pela condição de serem mulheres (1.354 em 2020 e 1.341 em 2021). A diferença racial nas vítimas de feminicídio é menor do que a diferença nas demais mortes violentas intencionais: 37,5% das vítimas de feminicídio são brancas e 62% negras<sup>101</sup>. Os dados indicam que uma mulher é vítima de feminicídio a cada sete horas, o que significa dizer que, ao menos três mulheres morrem por dia no Brasil *por serem mulheres* na nossa sociedade.

Nos Estados Unidos, o relatório de 2022 do *Centers of Disease Control and Prevention* ("Centros de Controle e Prevenção de Doenças", em tradução livre) afirmou haver uma "onda avassaladora de violência e trauma" e níveis nunca vistos de desesperança e pensamentos suicidas entre meninas estudantes do ensino médio. Entre 2011 e 2021, quase todos os indicadores de saúde e bem-estar, incluindo comportamentos sexuais protetores (ou seja, uso de preservativo, teste de doenças sexualmente transmissíveis (DST) e teste de HIV), experiências de violência, saúde mental e pensamentos e comportamentos suicidas viu uma piora significativa com quase 3 em cada 5 meninas adolescentes (57%) se sentindo "persistentemente tristes

---

<sup>101</sup> Para os autores da pesquisa, os motivos para essa diferença ainda não estão claros e são especulativos. Podem representar uma possível subnotificação das mulheres negras enquanto vítimas de feminicídio ou, ainda, é possível considerar que as autoridades policiais enquadram menos os homicídios de mulheres negras como feminicídio.

ou sem esperança". É a taxa mais alta em uma década. Ao mesmo tempo, 30% disseram que consideraram seriamente morrer por suicídio – uma porcentagem que aumentou quase 60% nos últimos 10 anos<sup>102</sup>. É possível considerar que o aumento da violência contra mulheres e meninas tenha alguma relação com a objetificação feminina e com a pornografia violenta disseminadas (ROSTAD *et al.*, 2019; WRIGHT *et al.*, 2023). Um dos mais relevantes estudos de análise da pornografia digital feito no Reino Unido, descobriu que um em cada oito títulos exibidos para usuários iniciantes na primeira página dos principais sites pornográficos descrevem atividade sexual que constitui violência sexual contra mulheres (VERA-GRAY *et al.*, 2021). Um relatório da Comissária das Crianças, Rachel de Souza, também do Reino Unido, demonstrou que a maioria, 79%, dos jovens de 18 a 21 anos já havia visto conteúdo envolvendo violência sexual antes de completar 18 anos, sendo significativamente mais propensos a verem violência perpetrada contra uma mulher (65%) do que contra um homem (29%) na pornografia. Entre todos os entrevistados, 47% afirmaram que as meninas “esperam” que o sexo envolva agressão física, como obstrução das vias aéreas ou tapas, outros 42% afirmaram que a maioria das meninas “gosta” de atos de agressão sexual. Uma proporção maior de jovens afirmou que as meninas “esperam” ou “gostam” de sexo agressivo do que os meninos<sup>103</sup>. Já em 2010, um estudo analisando 304 cenas de vídeos pornográficos descobriu que 88,2% continham agressão física, principalmente surras, engargalos e tapas, enquanto 48,7% das cenas continham agressão verbal, principalmente xingamentos. Os perpetradores de agressão eram geralmente homens, enquanto os alvos de agressão eram predominantemente mulheres (BRIDGES *et al.*, 2010). É notável que sites pornográficos receberam mais visitas em 2020 do que Twitter, Instagram, Netflix, Zoom, Pinterest e LinkedIn combinados<sup>104</sup>. É possível dedicar uma pesquisa inteira

---

<sup>102</sup> ESTADOS UNIDOS. Centers for Disease Control and Prevention. **Youth Risk Behavior Survey: Data summary and trend reports, 2011-2021**. WASHINGTON: Centers for Disease Control and Prevention, 2023. Disponível em: [https://www.cdc.gov/healthyouth/data/yrbs/pdf/YRBS\\_Data-Summary-Trends\\_Report2023\\_508.pdf](https://www.cdc.gov/healthyouth/data/yrbs/pdf/YRBS_Data-Summary-Trends_Report2023_508.pdf). Acesso em: 09/06/2023.

<sup>103</sup> REINO UNIDO. Children's Commissioner. **A lot of it is actually just abuse: Young people and pornography**. Londres: Children 's Commissioner, 2023. Relatório técnico. <https://assets.childrenscommissioner.gov.uk/wpuploads/2023/05/CCO-Pornography-and-Young-People.pdf>. Acesso em: 09/06/2023.

<sup>104</sup> CENTRE TO END ALL SEXUAL EXPLOITATION. **Expose Big Porn**. Londres: CEASE, 2021. Relatório técnico. Disponível em: [https://cease.org.uk/wp-content/uploads/2021/07/210607\\_CEASE\\_Expose\\_Big\\_Porn\\_Report.pdf](https://cease.org.uk/wp-content/uploads/2021/07/210607_CEASE_Expose_Big_Porn_Report.pdf). Acesso em: 09/06/2023.

ao tema, mas para fins da presente análise basta entendermos que o aumento da produção, consumo e disseminação da pornografia violenta é um contexto inédito que precisa ser considerado como parte e parcela do contexto de violência neoliberal contra meninas e mulheres ao reforçarem o papel social destas como objetos sexuais e, portanto, desumanizados e suscetíveis a todo e qualquer tipo de violência não só objetivamente, considerando as atrizes reais, como também subjetivamente, como refletido nas pesquisadas norte-americanas e inglesas. Ademais, a pornografia, o tráfico de mulheres para exploração sexual e a prostituição estão intrinsecamente conectados (FARLEY, 2022).

Décadas depois das primeiras políticas globais voltadas para as mulheres, os dados disponíveis sobre violência contra mulher no mundo demonstram que a misoginia, tanto em antigas como novas formas, segue como elemento integrante da vida das mulheres e meninas. Embora as estatísticas disponibilizadas acima estejam longe de serem exaustivas e há muitas outras esferas que poderiam ser consideradas, como a perda de direitos legais<sup>105</sup> e o próprio apagamento jurídico das mulheres promovido no neoliberalismo (SÁNCHEZ, 2022), é possível concluir que a violência e a coerção parecem ser o principal denominador comum sintetizando a exploração e subordinação femininas de forma transversal. No entanto, veremos a seguir que não é possível considerar essa violência e desigualdade como um resquício cultural histórico ou como uma mera expressão da desigualdade econômica e sim como uma condição estrutural na sociedade patriarcal, inclusive em sua forma capitalista. Mas, antes, é pertinente ao contexto da presente pesquisa olhar para como as alterações climáticas estão exponenciando o cenário existente de violência e desumanização.

## 5.2. A realidade da crise climática para meninas e mulheres

Somado aos ajustes neoliberais, o atual contexto ambiental e climático da presente virada epocal tem colaborado para aumentar a violência contra as mulheres

---

<sup>105</sup> Segundo dados do Banco Mundial, globalmente, as mulheres desfrutam de apenas 77% dos direitos legais dos homens. Enquanto isso, em 2022, o ritmo global de reformas em direção à igualdade de tratamento das mulheres perante a lei caiu para o menor nível em 20 anos. Cf. BANCO MUNDIAL. *Women, Business, and the Law*. Washington, 2023. <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/b60c615b-09e7-46e4-84c1-bd5f4ab88903/content/>. Acesso em: 09/06/2023.

e a privação econômica de múltiplas formas. Como veremos, por um lado, as próprias consequências das alterações do clima acabam por exponenciar contextos de vulnerabilidade existentes ou engendrar novos e, por outro, as próprias políticas climáticas acabam por ter consequências específicas para as meninas e mulheres. Para a relatora da ONU sobre violência contra meninas e mulheres, Reem Alsalem (2022), ainda são amplamente desconhecidas as formas pelas quais a crise do clima afeta meninas e mulheres embora haja um consenso que as consequências das alterações do clima afetam de forma desproporcional grupos vulneráveis da sociedade, incluindo meninas e mulheres. No entanto, a maior parte dos países não coleta dados desagregados que possibilitem uma melhor compreensão desses efeitos. Ainda assim, com as informações disponibilizadas, já é possível comprovar algumas manifestações de violência contra mulheres e meninas no contexto da crise climática sendo: violência física e sexual; violência psicológica e cultural; violência doméstica e cometida por parceiro íntimo, violência econômica e outras violências específicas. Acompanhando os estudos pós-desastre existentes, a violência física e sexual contra as mulheres foi identificada pela autora em contextos tão variados como o furacão Katrina (2005), o terremoto no Haiti (2010), o terremoto em Christchurch, Nova Zelândia (2011), ciclones tropicais em Vanuatu (2011), ondas de calor na Espanha (2008–2016) e incêndios florestais na Austrália (2019–2020).

Entre as conclusões, Alsalem (2022) afirmou que a probabilidade de violência é multiplicada em caso de deslocamento forçado e/ou quando meninas e mulheres são colocadas em abrigos emergenciais. Em muitos dos casos analisados, o acesso limitado a abrigos seguros dissuadiu mulheres e meninas de evacuarem o local, o que acabou por aumentar a quantidade de vítimas mortais do sexo feminino nos contextos de desastre. Ao mesmo tempo, mulheres deslocadas em abrigos relataram angústia devido ao assédio sexual sofrido nesses espaços mistos e que carecem de separação efetiva entre pessoas do sexo masculino e feminino. Ademais, o risco de tráfico de mulheres e meninas pode aumentar para cerca de 20% a 30% em locais de deslocamento e durante um desastre devido ao colapso da aplicação da lei e de medidas de proteção local, e como consequência da diminuição dos meios de subsistência. Nesse último ponto, destaca-se a busca por água e outros recursos naturais essenciais, uma realidade que impacta sobretudo mulheres rurais e

indígenas. Em situação de desastre e deslocamento, mulheres e meninas podem ser traficadas para trabalho doméstico, exploração sexual ou outras formas de crime organizado, e as crianças podem ser expostas a outras formas de violência além do abuso sexual, com a separação familiar e a orfandade como fatores de risco adicionais para meninas. Ademais, a impossibilidade de acessar meios de subsistência prévios e o próprio desemprego empurram mulheres para os setores da economia informal em trabalhos precários ou degradantes, como a prostituição. Ainda em termos de divisão sexual do trabalho, evidências anedóticas sugerem que quando as meninas e mulheres não conseguem cumprir os papéis designados a elas pela divisão sexual do trabalho, por exemplo cozinhar ou prover para seus familiares por falta de água, elas ficam mais suscetíveis à punição e violência doméstica. O problema é ampliado se considerarmos que mulheres e meninas expostas à violência têm seu acesso a mecanismos eficazes de assistência, incluindo proteção social, serviços psicológicos e de saúde sexual e reprodutiva, severamente impedidos.

Também é possível citar entre a miríade de impactos da crise do clima os impactos específicos para meninas, como a queda no acesso à educação. A primeira escolha das famílias no contexto das consequências da crise climática é retirar as meninas da escola. Dada à divisão sexual do trabalho, elas são percebidas como mais úteis em casa, para ajudar no peso extra do trabalho doméstico, como encontrar água potável ou cuidar dos irmãos. Após desastres e deslocamento, as meninas são menos propensas a retomarem os estudos do que os meninos. Estimativas com as tendências atuais afirmam que até 2025 a mudança climática será um fator que contribuirá para que, por ano, pelo menos 12,5 milhões de meninas não concluam sua educação (PLAN INTERNACIONAL, 2022, p. 13). O casamento infantil é outra forma pela qual famílias fazem uso das meninas para cooperar com as dificuldades impostas pelas alterações do clima, pois pode significar uma boca a menos para alimentar ou, ainda, onde há o dote, reverter dinheiro à família. Vale notar que o Brasil está entre os dez países que mais casam meninas (UNICEF, 2023). As principais motivações para o casamento infantil são econômicas e culturais. Do ponto de vista econômico, estresses climáticos e ambientais que tragam consequências econômicas podem resultar em aumento dos casamentos infantis (ALSALEM, 2022; PLAN INTERNACIONAL, 2022).

Tais relatórios e pareceres acerca das relações entre crise climática e aumento das violências sofridas por meninas e mulheres destacam, ainda, que o fato de meninas e mulheres serem subrepresentadas politicamente, inclusive nos espaços onde se desenvolvem e são decididas as políticas climáticas para contenção e mitigação de danos, impede o desenvolvimento de soluções climáticas capazes de atender as necessidades específicas desse grupo de sujeitos:

Mulheres e organizações lideradas por mulheres costumam ser as primeiras a responderem durante uma crise, com fortes redes locais que podem ajudar a identificar os mais vulneráveis que precisam de assistência. Meninas e mulheres jovens também são ativas no combate às mudanças climáticas. No entanto, mulheres e meninas estão ausentes dos espaços de formulação de políticas e tomadas de decisão, o que tem sido um problema persistente desde a adoção da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim em 1995. Da mesma forma, uma extensa consulta com meninas e mulheres jovens em 90 países descobriu que 6 em cada 10 meninas e mulheres jovens nunca foram consultadas pelo Governo sobre políticas relacionadas ao meio ambiente. (ALSALEM, 2022, p. 18, tradução nossa).

Nesse sentido, o caso da implementação do mercado de carbono na Costa Rica analisado por Ana Isla (2006) é emblemático. A extrema desigualdade no acesso à terra no país foi agravada após as políticas para o desenvolvimento sustentável serem implementadas. Como vimos no capítulo dois, o enclausuramento de florestas, bosques e áreas naturais comuns para inserção desses "ativos" ambientais no mercado foi uma das estratégias utilizadas para promover a preservação dos "serviços ecossistêmicos" e o "desenvolvimento sustentável". Desde o Protocolo de Kyoto, de 1992, as políticas climáticas globais seguiram essa lógica de gerenciamento e financeirização como estratégia para reduzir ou frear as emissões dos gases de efeito estufa. Na Costa Rica, os enclausuramentos dividiram o país em onze áreas de conservação, abarcando cerca de 24,8% do território nacional. O modelo de cerceamento utilizado seguiu o modelo norte-americano, onde se nega o acesso das populações locais às áreas "preservadas" e constroem-se limites internos, separando residentes e transformando ambientes naturais comuns em "centros de mineração, Biopirataria, Ecoturismo e venda de oxigênio." (ISLA, 2006, p. 60, tradução nossa).

Com a introdução dos mecanismos de compensação via mercado de carbono as florestas tropicais globais passaram a ser valorizadas pelo quanto podem fixar de CO<sub>2</sub> no solo e, portanto, gerar mais créditos pelo carbono retido. Dessa forma, o

manejo florestal e o reflorestamento de áreas degradadas passam a ser feito de acordo com as melhores práticas para retenção de CO<sub>2</sub>, o que não necessariamente significa práticas ecológicas e socialmente justas. Na Costa Rica, os incentivos fiscais para o reflorestamento priorizam espécies florestais exóticas de alto rendimento e ampla aceitação no mercado internacional de pisos e papel, como a melina, o eucalipto e a teca. Embora nenhuma dessas espécies sejam nativas de florestas tropicais da Costa Rica, são as espécies mais utilizadas na região para reflorestamento em plantações homogêneas sumidoras de carbono. Segundo Isla (2006), entre 1996 e 2001, foram plantados cerca de 121.000 a 147.000 hectares de árvores exóticas no país, que podem ser cortadas após um período de dez anos para exportação da madeira. Esses projetos florestais de carbono são controlados por empresas de papel, celulose e latifundiários. Se os proprietários da área quiserem fazer o plantio de monocultura rotativo, é preciso primeiro limpar a vegetação nativa. A devastação da vegetação nativa e a introdução dos monocultivos florestais destas espécies exóticas, por sua vez, demanda o uso massivo de fertilizantes químicos e engendra uma série de efeitos negativos na fertilidade do solo, retenção de água e diversidade biológica, o que prejudica comunidades ao entorno das plantações que dependem diretamente do funcionamento ecossistêmico. Ao mesmo tempo, os próprios enclausuramentos expropriaram milhares de famílias, que perderam terras, pastos, casas e estradas de acesso, muitas das quais não foram financeiramente ressarcidas pelo governo, o que acabou por transformar os camponeses e pequenos agricultores em arrendatários de lotes de fazendas ou moradores de favelas.

Para meninas e mulheres, a desintegração do ecossistema de subsistência as empurrou para a prostituição nas cidades e em áreas turísticas, o que acabou por estabelecer a Costa Rica como um dos principais destinos de turismo sexual e difundir o comércio sexual no país. Meninos e homens jovens em situação de vulnerabilidade social também foram integrados nesse comércio de corpos, inclusive nas indústrias da pedofilia e pornografia, onde a maior parte dos consumidores são homens dos Estados Unidos e Canadá. A indiferença frente ao cenário de exploração por parte dos governantes da Costa Rica é justificada por essa ser uma forma de garantir recursos financeiros para o país pagar sua dívida externa com os agentes internacionais como o Banco Mundial e FMI, o que, por sua vez, significa que todos

esses atores lucram com a exploração sexual de mulheres e crianças na Costa Rica (ISLA, 2006). O turismo sexual pode ser entendido como uma combinação da nova DIT com a divisão sexista do trabalho, uma realidade que atinge América Latina, Ásia e África (MIES, 2022). Por exemplo, entre 1960 e 1979, após uma onda de incentivo do Banco Mundial, FMI e Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, o turismo no Sudeste Asiático arrecadou mais de quatro bilhões de dólares em 1979 (MIES, 2022, p. 258). Em muitas propagandas governamentais para atrair turistas nessas regiões, as mulheres eram retratadas como "exóticas e eróticas", bem como a fauna e flora em reservas e parques nacionais (ISLA, 2006; MIES, 2022). Na Tailândia, dos dois milhões de turistas que entraram no país entre 1970 e 1980, 71,1% eram homens (MIES, 2022, p. 260). Os turistas são Grandes ou pequenos homens, normalmente vindos do Canadá, Estados Unidos, Europa e Japão.

Analisando as conexões entre extração de recursos, crise climática, pobreza, prostituição e direitos humanos, Melissa Farley (2022) explica que, no curto prazo, novas plantas de extração de recursos levam ao aumento do comércio sexual enquanto, no longo prazo, essa disrupção ecossistêmica leva a alterações climáticas como secas extremas, perda de safras e inundações severas. Colhendo casos empíricos que vão de Dakota, nos EUA, à Andhra Pradesh, na Índia, Farley afirma que as catástrofes climáticas resultam em incapacidade de as mulheres provarem para si mesmas e para seus filhos, empurrando-as para o tráfico sexual. Como há desigualdades na habilidade das pessoas para se adaptarem à crise climática, muitas mulheres precisam entrar numa "troca desesperada" para sobreviver. Um estudo com as prostitutas holandesas descobriu que quanto mais empobrecidas, mais suscetíveis elas se tornam em tolerar abusos e violência na prostituição. Uma série de estudos demonstraram que cerca de 89% a 90% das pessoas em situação de prostituição estão nela por falta de alternativas econômicas ou porque não veem formas de sair dessa condição enquanto mais de 80% das vezes essas mulheres não são "trabalhadoras autônomas", estando sob controle de um cafetão (FARLEY, 2022, p. 1037-1039). Na Indonésia, um dos principais destinos do turismo sexual no Sudeste Asiático (MIES, 2022), 96% das mulheres em situação de prostituição gostariam de escapar dessa condição (FARLEY, 2022, p. 1037).

Nesse cenário, a atual incisiva para legalizar a prostituição como "trabalho sexual", apesar de sobreviventes falarem ativamente contra tal incisiva<sup>106</sup> e a despeito das pesquisas demonstrarem que a legalização da prostituição, onde ela aconteceu não melhorou a condição das mulheres (FARLEY, 2022, p. 1054-1055), pode ser melhor compreendida como uma estratégia para lidar com a inabilidade dos governos sob o patriarcado neoliberal em garantir condições mínimas de vida para uma população feminina exponencialmente empobrecida e deslocada, ao passo que permite aos Grandes Homens disporem de novos nichos de acumulação durante a Grande Estagnação (ISLA, 2006; MIES, 2022). De forma concomitante, o acesso de baixo custo ao corpo das mulheres dá aos pequenos homens a garantia de que até o homem mais pobre possa comprar uma prostituída para exercer seu poder e domínio; nas palavras de um comprador sexual escocês, "a prostituição é onde o homem tem liberdade para fazer qualquer coisa que quiser em um ambiente livre de consequências." (FARLEY, 2022, p. 1038). As tentativas de tratar a prostituição e o comércio sexual como um trabalho como outro qualquer no atual contexto de estagnação secular dos lucros são dignas de um estudo à parte, mas para fins de compreensão dentro do contexto da presente pesquisa acredito que dois exemplos são suficientes para justificar essa afirmação. No dia 8 de março de 2023, considerado o Dia Internacional da Mulher, a *International Commission of Jurists* (ICJ) ("Comissão Internacional de Juristas, em tradução livre), uma organização da sociedade civil com atuação global e composta por mais de sessenta juristas e advogados, publicou o relatório *The 8 March Principles for a Human Rights-Based Approach to Criminal Law Proscribing Conduct Associated with Sex, Reproduction, Drug Use, HIV, Homelessness and Poverty* ("Os princípios de 8 de março para uma abordagem baseada em direitos humanos para a lei criminal que proíbe condutas associadas a sexo, reprodução, uso de drogas, HIV, falta de moradia e pobreza", em tradução livre). No princípio 17, o relatório afirma (2023, p. 23, tradução nossa):

---

<sup>106</sup> No Brasil, podemos citar o trabalho da feminista Cleone Santos (1957-2023), que ficou durante 18 anos em situação de prostituição e, sobretudo por meio da organização Mulheres da Luz, trabalhou ativamente para auxiliar mulheres saírem da prostituição. Cleone se opunha abertamente à legalização da prostituição e ao tratamento da prostituição como "trabalho sexual" análogo a qualquer outro tipo de trabalho. Melanie Thompson, vendida para o tráfico sexual em Nova Iorque aos 12 anos, é Coordenadora de Divulgação e Defesa da Coalizão Contra o Tráfico de Mulheres e, separadamente, é palestrante, ativista e líder na luta global para acabar com a prostituição e a exploração sexual comercial.

A troca de serviços sexuais consentidos entre adultos por dinheiro, bens ou serviços e a comunicação com outro sobre anunciar uma oferta ou compartilhar instalações com outro para fins de troca de serviços sexuais entre adultos consentidos por dinheiro, bens ou serviços, seja em um público ou privado, não pode ser criminalizado, ausente de coação, força, abuso de autoridade ou fraude.

A lei penal não pode proibir a conduta de terceiros que, direta ou indiretamente, para recebimento de benefício financeiro ou material, em condições justas – sem coação, força, abuso de autoridade ou fraude – facilitem, gerenciem, organizem, comuniquem com outrem, anunciar, fornecer informações, fornecer ou alugar instalações para fins de troca de serviços sexuais entre adultos por dinheiro, bens ou serviços.

Embora os fatos empíricos e as pesquisas acerca do tema demonstrarem não existir realmente consentimento para as mulheres na prostituição porque essas mulheres entram e permanecem no comércio sexual justamente por falta de opções (FERLEY, 2022), o corpo de juristas não oferece informações e dados para justificar a própria recomendação ao passo que recomenda aos Estados que o intermediário (o cafetão) não seja penalizado por promover e garantir a transação. No entanto, o relatório da ICJ não é o primeiro a apoiar a legalização da prostituição a despeito das evidências não corroborarem para a afirmação de que a legalização é sinônimo de garantia de direitos humanos e condições dignas de trabalho para estas mulheres. A organização de filantropia internacional Open Society Foundation (OSF), fundada pelo bilionário George Soros em 1993, tem sido um ator importante para financiar narrativas de apoio ao "trabalho sexual" com dados parciais ou sem nenhum dado por meio de um corpo diverso de atores compreendendo desde organizações como Anistia Internacional e Human Rights Watch até organizações menores como a Sex Worker Advocacy Project (RAPHAEL, 2018). Em uma pesquisa sobre o papel da fundação de Soros nesse tema, Jody Raphael (2018) demonstrou como a OSF tem financiado uma série de organizações da sociedade civil, majoritariamente de grande porte, para oferecer uma narrativa parcial e convincente nas aparências acerca da legalização da prostituição, inclusive por meio de apoio a jornalistas e veículos de mídia. A organização também posicionou um artigo pró-legalização em um dos periódicos científicos mais respeitados do mundo, o *The Lancet*, amplamente utilizado para apoiar os argumentos pró legalização, ainda que sem fontes contundentes para respaldar as alegações. Na análise de Raphael (2018, p. 5, tradução nossa):

A OSF e, portanto, seus beneficiários, valorizam um artigo na prestigiada revista *The Lancet* (Shannon, et. al., 2015) para a proposição de que a descriminalização total reduz as infecções por HIV, alegando que após a descriminalização as mulheres prostituídas 'têm o poder de insistir em uso de preservativos pelos clientes', embora seja difícil entender por que os clientes estariam mais dispostos a usar preservativos se a atividade fosse descriminalizada. O trabalho faz parte de um simpósio no *The Lancet* sobre 'trabalho sexual' e HIV, financiado pela Fundação Bill & Melinda Gates, que parece ter se juntado ao esforço de descriminalização.

Raphael segue sua análise destrinchando as várias afirmações infundadas feitas no artigo, mas para nós basta notar que entre os 20 conceitos mais importantes para serem financiados pela OSF (os 20 perfazendo um total de \$ 45,8 milhões em 2017) estava o “reconhecimento legal do trabalho sexual e identidade de gênero”, administrado por meio de seu Programa de Saúde Pública. Com o financiamento sendo concedido a organizações de proteção de direitos humanos consideradas sérias, a grupos seletos de mulheres que defendem a ideia de trabalho sexual, jornalistas e academia, "a OSF produz campanhas que funcionam muito como as cruzadas de negação da mudança climática das grandes petrolíferas<sup>107</sup>." (FARLEY, 2022, p. 1042, tradução nossa). E o faz em um momento no qual um número cada vez maior de eventos climáticos extremos e rupturas ecossistêmicas responsáveis por ampliar ou causar vulnerabilidades econômicas e sociais afeta um número desproporcional de meninas e mulheres.

### 5.3 Mulher, natureza, trabalho: uma questão de classe

Para submeter as mulheres às necessidades das diferentes formas de acumulação é preciso contar com "a violência inerente às relações patriarcais homens-mulheres – assim como pelas relações de classe existentes." (MIES, 2022, p. 272). Sendo uma demanda estrutural do sistema de acumulação, a violência contra a mulher por parte dos Grandes e pequenos homens não só é permitida bem como é

---

<sup>107</sup> As campanhas para negar as alterações climáticas por parte das grandes petrolíferas como ExxonMobil ficaram amplamente conhecidas como estratégias de negacionismo climático e objetivavam oferecer ao público informações parciais ou infundadas, negando que as alterações do clima eram causadas pela queima de combustíveis fósseis. Cf. SUPRAN, G et al. *Assessing ExxonMobil's global warming projections*. *Science*, vol. 379, número 6628. 13 jan. 2023. Disponível em: <https://doi-org.proxy.library.uu.nl/10.1126/science.abk0063>. Acesso em 18/06/2023.

encenada e reencenada, podendo ser tal violência física, sexual, emocional, econômica e ideológica. Mesmo quando não estão inseridas dentro do modelo tradicional de família em um casamento e até mesmo quando são economicamente independentes dos homens, mulheres sofrem violência por serem mulheres e estão sob os aparatos de coerção da sociedade patriarcal. As explicações que privilegiam o determinismo econômico afirmam que as mulheres não são economicamente iguais aos homens e, portanto, estão sujeitas à violência masculina (MIES, 2022). Essa resposta é insatisfatória para explicar grande parte dos dados apresentados anteriormente, sobretudo aqueles acerca da violência digital e psicológica e da perda de direitos na esfera legal. O determinismo econômico é igualmente incapaz de oferecer uma explicação satisfatória à história da dominação masculina pré-capitalista ao passo que ignora a psicologia patriarcal da guerra de baixa intensidade contra *toda* a classe sexual feminina.

As explicações economicistas são baseadas no conceito de trabalho produtivo que exclui o trabalho doméstico, a gestação, o parto, a criação das crianças e o trabalho de subsistência diário, ou seja, o trabalho (re)produtivo das mulheres, invisibilizando a relação entre o trabalho que acontece na lógica do dinheiro e o trabalho que acontece fora dessa lógica sendo, portanto, incapaz de enxergar como a geração de mais-valor na esfera produtiva é dependente de apropriação desse "não"-trabalho exercido pelas mulheres (MIES, 2022; MOORE, 2014). A lei da troca capitalista, válida entre capitalistas e trabalhadores "livres" não é, e não pode ser, válida para as mulheres. A invisibilização para apropriação do trabalho (re)produtivo das mulheres é pré-condição para o "progresso" (MIES, 2022). No capítulo anterior, pudemos ver que mulheres eram propriedade e nunca foram sujeitos históricos livres no sentido burguês. Sendo elas mesmas a propriedade, não podiam ser proprietárias da sua força de trabalho e dos seus corpos, não sendo, portanto, possível estabelecer um contrato de troca entre equivalentes, como acontece entre capitalistas e trabalhadores, de forma que "as mulheres não são nem sujeitos políticos plenos, nem trabalhadoras por completo." (SALLEH, 2006, p. 12, tradução nossa - grifo da autora). Ainda assim, mulheres têm suas próprias vontades e, portanto, subordiná-las aos sujeitos "livres" demanda violência. Essa subordinação para fins de acúmulo de bens e propriedades data desde a Idade Antiga e alcançou dimensões inéditas na virada

epocal do feudalismo para o capitalismo com a caça às bruxas e a donadecaseficação, quando a produtividade do trabalho passa a ser mais importante do que a produtividade da terra, como vimos no capítulo dois.

Porém, enquanto o conceito de capitalismo e, por consequência, o de trabalho produtivo, permanecer intocado, não é possível encontrar uma explicação não biologizante para a violência masculina (MIES, 2022) e para a construção do "macho dominante", que "está tão interessado em construir seu domínio social sobre a mulher que transforma qualquer contato com ela em uma demonstração de domínio." (ÖCALAN, 2017, p. 58, tradução nossa). Em outras palavras, o conceito estreito de "trabalho produtivo" não é capaz de explicar a encenação e reencenação da violência masculina de forma a submeter objetiva e subjetivamente as mulheres ao patriarcado, inclusive psicológico, desde sua mais tenra infância, criando e mantendo estereótipos de feminilidade e de masculinidade de modo a perpetuar a dominação masculina. Uma perspectiva materialista histórica nos revela que a definição de masculinidade e feminilidade são definidas de maneiras diferentes em cada época histórica. Em sociedades matricêntricas, a feminilidade foi valorizada como poderosa e criativa enquanto nas sociedades comerciais patriarcais, destinadas à acumulação por meio da apropriação, a feminilidade passou a ser cada vez mais estabelecida, pela violência e pela força, como equivalente à subordinação, auto objetificação e auto sacrifício, e a masculinidade foi definida como poder e dominação. Essa ideologia criada e mantida por homens e mulheres é resultado de milhares de anos de violência direta e estrutural praticada pelos homens contra as mulheres, exercida nas primeiras sociedades patriarcais e universalizadas pelo capitalismo (MIES, 2022; ÖCALAN, 2017, 2020).

Do ponto de vista econômico, essa violência é necessária para cessar o acesso aos meios de produção. Para as mulheres, seus corpos são "o primeiro e último 'meio de produção' e a violência contra as mulheres está em grande medida concentrada nesse 'território'" (MIES, 2022, p. 313), ou seja, seu corpo; um território sobre o qual os homens não conseguiram estabelecer completamente seu domínio<sup>108</sup>. Porém, como esse domínio não se baseia em considerações econômicas estritamente

---

<sup>108</sup> A perspectiva do corpo como território também é levada adiante por mulheres latino-americanas, especialmente indígenas. Ao barrar projetos de mineração, hidrelétricas e agropecuária, essas mulheres colocam o próprio corpo na luta contra a expansão do capital. Essa práxis permitiu a elas construir uma síntese semelhante à das ecofeministas socialistas: "os corpos são os primeiros territórios a serem defendidos." (NOBRE e MORENO, 2020, p. 42).

definidas, e está entrelaçado com motivações políticas e de poder e controle, é necessário violência. Dessa forma,

Nas economias de mercado capitalistas, a violência contra as mulheres pode, portanto, ser explicada pela necessidade de uma *'acumulação primitiva permanente'* [...] *o capitalismo tem de usar, fortalecer e mesmo inventar as relações patriarcais homem-mulher se quiser manter seu modelo de acumulação.* Se todas as mulheres do mundo tivessem se tornado assalariadas 'livres', sujeitos 'livres', a extração de excedente seria, para dizer o mínimo, severamente prejudicada. É isso que as donas de casa, as trabalhadoras, as camponesas e as prostitutas de países do Terceiro e do Primeiro Mundo têm em comum. (MIES, 2022, p. 314 - grifo nosso).

A violência e a coerção são a outra face do crescimento econômico e do progresso. Os próprios homens só podem comprar o progresso sob o patriarcado capitalista por meio da superexploração das mulheres. Como vimos, homens trabalhadores e em contextos racializados e empobrecidos são abusados e explorados sob o capitalismo enquanto mulheres negras e pessoas em contextos racializados e empobrecidas são submetidas a uma carga desproporcional de violência e coerção. No entanto, essa razão não é suficiente para negligenciarmos a realidade específica das mulheres enquanto classe. "O corpo das mulheres é tratado como se fosse um 'recurso natural', o útero como órgão do trabalho de parto sendo a origem material do 'trabalho formal' como tal." (SALLEH, 2017, p. 143, tradução nossa - grifo da autora). Dessa forma, o nexa *natureza-mulher-trabalho* desafia todas as estratificações racistas e classistas, significando para *todas* as mulheres no patriarcado globalizado o máximo de responsabilidade com o mínimo de direitos, sem liberdade para construir a própria subjetividade. Não deve ser visto como uma coincidência que no momento no qual as mulheres começam a retomar o controle sobre seu corpo e seus produtos os homens aparecem com novas tecnologias reprodutivas de forma a garantir a manutenção do seu poder sobre tal "recurso" (SALLEH, 2017). Essa incisiva da biotecnologia sobre "sementes e útero" (MIES; SHIVA, 2014) também pode ser lida dentro do contexto da Grande Estagnação, onde as possibilidades de extrair lucro a partir do Femitariado se encolhem e é necessário movimentar as fronteiras da superexploração. Do ponto de vista ideológico, tal fenômeno repousa no projeto iluminista de Humanidade *versus* Natureza, onde a humanização acontece por meio da superação dos limites da natureza e dos limiares

metabólicos da biologia ao custo da própria natureza e das mulheres (MIES, 2022; MORENO; NOBRE, 2020; SALLEH, 2017).

Partindo do materialismo histórico, vimos que a relação das mulheres com a natureza, bem como a relação entre a apropriação do trabalho (re)produtivo das mulheres e a exploração da natureza, se mostram estruturais no patriarcado capitalista, não sendo uma mera coincidência, mas uma *necessidade material histórica*. Sendo assim, a divisão sexual do trabalho não pode ser entendida, portanto, como puramente social ou puramente biológica; sociedade e natureza não devem ser entendidas como, aos moldes da Ciência moderna, duas esferas distintas com limites visíveis, mas existindo em relação dialética, não sendo possível traçar uma linha clara onde o biológico termina e o social começa. Os seres humanos são animais materiais vivendo em uma moldura ecológica da qual são inteiramente dependentes (MELLOR, 1997a); ou seja, *humanos-na-natureza*, nem fora e nem acima do ecossistema terrestre, o responsável por sustentar as variadas formas de vida na Terra e, portanto, garantir o que é necessário para qualquer modo de produção humano. Embora possam interferir em grande medida no ecossistema, os humanos não podem transcendê-lo e são incapazes de mensurar as consequências precisas das tentativas de transcendência (MELLOR; 1997b, 2000). Dessa forma, a crise climática pode ser lida como uma das consequências da sociedade patriarcal capitalista em ignorar a realidade material e ecológica da própria existência corporificada e encarnada. Ainda que os cientistas possam ter alguma previsibilidade das consequências das alterações do clima por meio de modelagens climáticas, é impossível dimensionar os danos reais, sobretudo os danos acumulados das emissões de gases de efeito estufa e da destruição ambiental, dada a própria complexidade das interações ecossistêmicas existentes na natureza (IPCC, 2023).

Ao longo do seu desenvolvimento, a civilização central criou a si mesma em oposição à natureza e o poder pôde ser definido como "a habilidade de certos indivíduos ou grupos de se liberarem (temporariamente) da corporificação e encarnação, do tempo ecológico e biológico." (MELLOR, 1997a, p. 189, tradução nossa). O tempo ecológico é o ritmo da sustentabilidade ecológica da natureza extra-humana, o tempo necessário para a regeneração dos ciclos reprodutivos da própria natureza. A tentativa de transcender esses limites é, ainda que de forma limitada,

apontada pelo "Dia de Sobrecarga da Terra". Calculado anualmente desde 1970, esse dia marca a data exata em que os recursos naturais produzidos pelo planeta não são mais suficientes para suprir o consumo da humanidade e absorver os resíduos do fluxo de extração, produção e descarte do atual sistema hegemônico de produção. A cada ano, esse dia chega mais cedo: há dez anos, o dia da sobrecarga da Terra foi em 18 de agosto; vinte anos atrás, em 29 de setembro. Em 2022, foi 28 de agosto e em 2023 espera-se que seja em torno de 02 de agosto (GLOBAL FOOTPRINT NETWORK, 2023). Por sua vez, o tempo biológico representa o ciclo de vida e o ritmo de reposição corporal dos seres humanos, por exemplo gerar, nutrir, cuidar e socializar uma criança ou manter, cuidar, alimentar um idoso (MELLOR; 1997a). Historicamente, foram as mulheres as responsáveis por carregar as obrigações humanas inerentes ao tempo biológico, com os homens se tornando "livres" para operarem no tempo social e linear do relógio, desatrelado da realidade material e ecológica. Esse tempo "livre" foi ocupado pelas práticas de política, guerra, comércio e manutenção da dominação masculina em todas as esferas da vida. Devemos lembrar mais uma vez que o objetivo último dos Grandes Homens para a Humanidade é "autonomia" da natureza em termos ecológicos e biológicos (MELLOR, 1997a, MIES, 2022; SALLEH, 2017).

As consequências dessa pretensa autonomia são colocadas de lado como "externalidades", que recaem sobretudo nas vidas e nos corpos da grande maioria das mulheres não só na forma da violência necessária para manter a apropriação do trabalho (re)produtivo, como também nas consequências materiais da destruição ambiental justamente porque a maior parte das mulheres está posicionada na esfera que medeia a relação entre o capital e o trabalho<sup>109</sup>. Essa mediação envolve "exclusão

---

<sup>109</sup> Nota-se que, embora vivam mais anos, mulheres adoecem mais e com maior frequência quando comparado aos homens. No Brasil, indicadores epidemiológicos apontam o cenário crescente de doenças crônicas não transmissíveis, além de alta taxa de mortalidade materna. Cf. [https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/5432/5/Géssica\\_Teixeira\\_2021.pdf](https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/5432/5/Géssica_Teixeira_2021.pdf). Também é pertinente destacar que, por exercer seu papel como dona de casa e/ou objeto sexual, mulheres estão expostas de formas específicas a determinados danos. Por exemplo, o corpo das mulheres está mais suscetível à poluição por plásticos e as toxinas têm efeitos diferentes nos corpos de homens e mulheres. Por um lado, as diferenças no tamanho do corpo e na proporção de tecido adiposo tornam o plástico, microplásticos e componentes químicos presentes no plástico mais nocivos para mulheres. Por outro, mulheres são mais expostas do que homens a esses componentes

e exploração; significa garantir tempo, espaço, ou recursos para outra pessoa." (MELLOR, 1997a, p. 189, tradução nossa). Para algumas mulheres (normalmente de classe alta), só é possível se deslocar da realidade do tempo biológico e ecológico adotando uma postura de individualidade, independência e autonomia da esfera privada, normalmente alcançada às custas de outras mulheres por meio do pagamento, reproduzindo a imagem individualista e as estruturas econômicas idealizadas no patriarcado capitalista e na imagem do "homem econômico". Em outras palavras, a necessidade da corporificação humana é uma realidade de toda a humanidade, mas é desproporcionalmente suportada no corpo e na vida das mulheres (MELLOR, 1997, 2000; MORENO; NOBRE, 2020); são as mulheres que carregam o fardo de fazer a conexão entre os sistemas econômicos dominados por homens e a inserção e a corporificação humana no ecossistema (SALLEH, 1992, 2006).

Embora haja quem incorra no erro de chamar tal análise de essencialista, tal argumento, como vimos nos capítulos anteriores, não significa que as mulheres estão "naturalmente" mais afinadas com o mundo natural, mas que essa é a *experiência material das mulheres em um mundo dominado por homens* há milhares de anos, "pois diferente dos homens dominantes que afirmam estar acima da natureza (transcendência), as mulheres *são vistas como* mergulhadas no mundo natural do corpo (imaneente)." (MELLOR, 2000, p. 111, tradução nossa – grifo nosso). Em outras palavras, "as mulheres são essencializadas, naturalizadas e condenadas por sua associação com o corpo" (MELLOR, 2000, p. 110, tradução nossa) e essa relação é expressa no fato que, diferente dos homens, não é só o trabalho das mulheres que é apropriado, mas seu corpo, sua sexualidade e até mesmo suas habilidades emocionais. Para aqueles que possam entender tal afirmação como determinismo biológico, basta dizer que:

O que existe é a realidade biológica da personificação da humanidade. Esta é a base material da vida humana que Marx identificou; a humanidade faz parte da natureza e a natureza faz parte da humanidade. A biologia não determina o desenvolvimento humano, mas a humanidade também não pode transcender sua própria estrutura biológica e ecológica. Mulheres e homens são naturais e socialmente construídos; é impossível separar os dois. Um debate essencialista sobre as diferenças fundamentais entre homens e

---

sobretudo por meio de produtos de higiene, beleza e limpeza. Cf. FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL STIFTUNG, Atlas do Plástico. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2020.

mulheres é redesenhado de maneira mais útil em termos de uma análise materialista do envolvimento da humanidade com sua própria corporificação e sua natureza generificada. (MELLOR, 1997a, p. 136).

Para as ecofeministas, “a consciência humana desenvolve-se de forma dialética através da interação corporal sensual com o ambiente natural” de forma que a dispensa ao ecofeminismo tendo como base seu suposto essencialismo mais parece “uma expressão de elitismo em nome da ‘pureza’ intelectual.” (GODFREY, 2006, p. 54, tradução nossa). Ademais, como veremos, as mulheres não são as únicas fazendo o trabalho de mediação; trabalhadores de subsistência, cuidadores, trabalhadoras domésticas podem ser citadas como alguns dos grupos por meio dos quais a maior parte dos homens e algumas mulheres garantem a própria mediação com sua própria natureza e com a natureza externa. *Transcender* a realidade imanente da existência humana só pode acontecer por meio da *mediação* e para que uma pequena minoria possa viver como se não houvesse limites, esses limites precisam ser suportados por outros, incluindo a própria Terra (MELLOR, 1997a).

#### **5.4 As respostas socialistas prévias**

A falha em endereçar a contradição fundamental natureza-mulher-trabalho, fez a exploração das mulheres subsistir para além do trabalhador "livre" e para além do capitalismo, tendo as experiências do chamado "socialismo real" significado pouco progresso em desfazer a divisão sexual do trabalho e liberar as mulheres da violência e subordinação patriarcal (MIES, 2022; SALLEH, 2017). Algumas feministas se dedicaram a pesquisar a questão da mulher no chamado "socialismo real" e embora detalhar seus achados não caberia no contexto da presente análise, é válido trazer alguns exemplos para embasar a afirmação. A etnógrafa e professora de Estudos Russos e do Leste Europeu, Kristen Ghodsee (2021), demonstrou que a condição geral das mulheres de fato melhorou na União Soviética (URSS) sobretudo porque as mulheres tinham mais liberdade e autonomia sobre o seu sexo durante o governo socialista, principalmente quando este não estava sob o comando de Stalin. Porém, como a pesquisadora conclui, em grande medida, a divisão sexual do trabalho foi mantida e o esforço do Estado socialista em "emancipar" as mulheres, sobretudo no âmbito da educação, tinha como estímulo principal a necessidade de mão de obra

para seguir os planos socialistas de desenvolvimento e progresso. A ideologia das mulheres como donas de casa e objetos sexuais não foi superada. Tal realidade é expressa no *samizdat*<sup>110</sup> *Women and Russia*, de 1980, produzido por um grupo de mulheres feministas na União Soviética. Os escritos provam a permanência das relações patriarcais homem-mulher e a brutalidade como tais relações tomaram forma sob o patriarcado socialista. Em um trecho da introdução do *samizdat* é possível ler que a ideologia dominante, sobretudo após os anos 1930, está em grande medida apoiada na divisão sexual do trabalho:

Mulheres são vistas primeiro como mães; mulheres têm trabalhos e homens têm carreiras. Desde a época em que estão na escola, as meninas são encorajadas a cumprir o papel de mãe. Eles são considerados uma influência estabilizadora porque internalizam os valores da sociedade e os usam para exercer uma boa influência sobre os meninos mais indisciplinados, mas criativos e independentes. Tanto meninas quanto meninos vão para o ensino superior, mas a maioria estuda humanidades, deixando a ciência para os alunos do sexo masculino. As profissões em que predominam as mulheres, como magistério e medicina, não são muito valorizadas. Entre as mulheres soviéticas, existe a expectativa de que irão trabalhar e os motivos apresentados não são muito diferentes dos que se ouvem no Ocidente - dinheiro extra, companheirismo, *status*. Mas há uma competição acirrada pelo número limitado de bons empregos e muita frustração por trabalhar em empregos indesejados e chatos.

O envolvimento político de homens e mulheres tende a ser paralelo às diferenças de papéis sexuais aprendidas na família. As mulheres tendem a fazer tarefas rotineiras de secretariado, enquanto os homens tomam decisões. As mulheres são ativas nas bancadas partidárias locais, mas ausentes nos níveis provincial e nacional. [...] Essencialmente, a mulher deve sempre colocar a família em primeiro lugar. Se elas se atrevem a sair de seus papéis atribuídos, elas sabem que terão que pagar por isso. (WOMEN AND RUSSIA, 1980, p. 4-5, tradução nossa).

Ao longo da publicação, as autoras abordam outros temas como alcoolismo dos homens, violência e assédio, pobreza, excesso de trabalho, o anti-feminismo proletário, a manutenção da ideologia patriarcal de mulheres como seres humanos de segunda classe, as políticas sexistas adotadas com o objetivo de fazer as mulheres "reproduzirem os futuros homens soviéticos" entre outras questões de forma a demonstrar não só a flutuação do posicionamento frente à mulher por parte do Estado soviético a depender dos seus objetivos políticos e econômicos, como a

---

<sup>110</sup> *Samizdat* são auto publicações clandestinas utilizadas por dissidentes da União Soviética para escapar da censura.

resistência da maior parte dos homens em reconhecer, ainda mais endereçar, a hierarquia sexual existente entre homens e mulheres.

Sob uma perspectiva anarquista e libertária, ao analisar a Guerra Civil Espanhola a partir da organização do grupo Mulheres Livres (*Mujeres Libres*), formado por um grupo de mulheres envolvidas nos movimentos anarco-sindicalistas e libertários, a autora Martha A. Ackelsberg demonstra que muitas mulheres e alguns homens contrariavam a ideia de que o fim do Estado, da família burguesa e da exploração de classe seriam suficientes para a liberação feminina já que os homens revolucionários não estavam dispostos a desafiar fundamentalmente a relação patriarcal homem-mulher. Anarquistas como Javierre e Soledad Gustavo entendiam a questão cultural e psicológica por trás da dominação masculina como algo muito mais amplo e arraigado em todos os espectros políticos. Em seu texto para o jornal *Solidaridad Obrera*, de 15 de outubro de 1935, Javierre afirma que "a política sozinha não torna os homens moralmente prontos para a vida em comum [...] [Eles] não aprendem a ser homens por um batismo marxista nem por batismo cristão." (JAVIERRE, 1935, p. 8 *apud* ACKELSBURG, 2019, p. 82). Por sua vez, Soledad Gustavo alertava que "um homem pode gostar da ideia da emancipação da mulher, mas não tanto de que ela a pratique." (ACKELSBURG, 2019, p. 92). A organização Mulheres Livres surgiu justamente do reconhecimento das mulheres espanholas acerca da pouca disposição dos seus companheiros anarquistas em respeitarem as mulheres tanto no espaço privado como público. Em grande parte, os homens eram contra a organização independente das mulheres e estavam mais aptos a aceitar as mulheres *apoiando* suas ações e decisões do que sendo agentes ativas nas suas próprias decisões. Após ouvir uma série de relatos das mulheres envolvidas nos movimentos libertários da época, Ackelsberg (2019, p. 224-225) afirma que "alguns, provavelmente refletindo a maioria dentro do movimento, negavam que as mulheres eram oprimidas de maneira particular e que isso necessitasse atenção especial".

Como veremos no capítulo seis, apesar da forte tradição revolucionária entre os integrantes do Partido dos Trabalhadores do Curdistão, com uma ideologia arraigada na autodeterminação do povo curdo e com a presença de mulheres na linha de frente do partido existindo desde sua fundação, as mulheres curdas precisaram, e ainda precisam, resistir e combater de muitas formas a ideologia patriarcal e sexista

existente entre os *hevals* (camaradas, em kurmanjî) para garantir o desenvolvimento de uma práxis anti-patriarcal em Rojava e no movimento de libertação curdo.

### **5.5 A resposta ecofeminista socialista: imanência, corporificação e subsistência**

A análise anterior demonstrou que não é possível confiar nas elites intelectuais, econômicas e políticas para a liberação das mulheres e, portanto, da vida. Tanto em se tratando da questão climática como em se tratando das mulheres, não só essas questões se sobrepõem, como as soluções propostas pelos Grandes Homens acabaram por garantir a continuidade do processo de acumulação. Ao mesmo tempo, uma resposta socialista que não rejeita a divisão sexual do trabalho e a ideologia do progresso se distancia das propostas ecológicas e feministas. Uma proposta de liberação das mulheres sob uma perspectiva ecofeminista socialista têm como base três reconhecimentos fundamentais: o argumento ecofeminista que existe uma relação entre a subordinação das mulheres e a exploração da natureza, a necessidade levantada pela ecologia profunda de uma cosmologia e ontologia não antropocêntricas e a análise marxista das relações dialéticas entre humanos e vida material (MELLOR, 2000). Sob uma perspectiva ecofeminista, a relação entre a subordinação das mulheres e a exploração da natureza acontece porque, a despeito das possibilidades de avanço tecnológico de qualquer modo de produção, a materialidade física nunca é perdida e as consequências das tentativas transcendentais de superar os limites materiais, tanto biológicos como ecológicos, recaem desproporcionalmente sobre as mulheres. A mediação deveria ser uma responsabilidade de todos os humanos, mas, por meio da violência e coerção que mantêm, recriam e aprofundam a divisão sexual do trabalho, as mulheres foram compulsoriamente alocadas como responsáveis por tal processo ao longo do processo histórico. Aqui deixamos de lado a preocupação, que passa a ser puramente escolástica quando confrontada com a realidade material acerca dos problemas da universalização da categoria "mulher". As ecofeministas socialistas reconhecem as múltiplas diferenças entre as mulheres, mas, como aponta Salleh (1992, p. 209), "olhando para o mundo real, pode alguém nomear uma única sociedade moderna não governada por homens ou por uma mulher *token* operando

dentro dos valores patriarcais?". A universalidade da subordinação feminina não está numa suposta filiação "natural" com a natureza, mas na própria conexão da humanidade com a natureza e na localização das mulheres *entre* a natureza e o trabalho. Nas palavras de Mellor (1997a, p. 184, tradução nossa):

O ecofeminismo, ao reunir a dominação das mulheres com a dominação da natureza, colocou em foco o dilema central do feminismo: como afirmar a associação das mulheres com a natureza sem cair em uma armadilha essencialista e naturalista? A resposta está em não ver a opressão das mulheres como uma representação de sua filiação 'natural' com o mundo natural, mas a conexão de toda a humanidade com a natureza. As mulheres têm corpos específicos que fazem coisas específicas, mas o que importa é como a sociedade leva em conta as diferenças sexuais e toda a questão da materialidade da existência humana. [...] A mulher não está mais próxima da natureza por alguma afinidade elementar fisiológica ou espiritual, mas sim pelas circunstâncias sociais em que se encontra, ou seja, suas condições materiais em relação à materialidade da existência humana.

A apropriação histórica da capacidade (re)produtiva das mulheres e, portanto, o nexos natureza-mulher-trabalho, precisa ser reconhecida e endereçada em qualquer proposta de sociedade alternativa. As formas pelas quais os homens e algumas mulheres conseguem transcender a realidade corporificada e encarnada dos humanos-na-natureza não são passíveis de serem transferidas a todos os seres humanos por meio do desenvolvimento e do progresso. Primeiro porque, como vimos, o próprio desenvolvimento e progresso têm como outra face a destruição ambiental e alterações climáticas. Segundo porque a promessa do ciborgue tecnológico, descorporificado e desencarnado, e, portanto, transcendente, não é a realidade para a maior parte das meninas e mulheres no planeta hoje (SALLEH, 2018). Ao mesmo tempo, uma resposta ecológica e feminista recusa a artificialização da vida (MORENO; NOBRE, 2020) e a busca iluminista da "humanização" por meio da utopia de completa independência da natureza e do mundo natural por meio da Ciência e da Tecnologia. Isso, por sua vez, não significa que a tecnologia e a ciência devem ser negadas, mas sim disputadas e, mais importante, fundamentalmente repensadas.

Nesse sentido, uma perspectiva ecofeminista reclama à imanência e vai de encontro às demandas transcendentais dos Grandes Homens. Para Mellor (1997a, 2000), ao reconhecer que a humanidade é imanente e que a transcendência é socialmente criada, todas as teologias, filosofias e teorias sociais que colocam o ser humano como ontológica e epistemologicamente superior permanecem condenadas

pela própria tradição dualista cartesiana da Ciência. O mundo natural não é pura matéria amorfa ou simples produto da mente humana. É material, real, dinâmico e existe para além dos humanos e do próprio conhecimento humano de forma que, do ponto de vista ecológico, a própria humanidade existe em uma condição de incerteza radical. Mas, ao contrário da noção pós-moderna que prioriza ontologicamente a humanidade e deixa toda a agência nas mãos da linguagem/cultura humanas, uma perspectiva ecofeminista vê tal incerteza como uma forma de *aterramento* para o reconhecimento humano acerca de suas próprias limitações/potencialidades biológicas e ecológicas. Assim,

é a transcendência que cria padrões de exploração, opressão e degradação ecológica. Esses padrões negativos são criados por padrões de dependência que não são reconhecidos. Abraçar a imanência significa assumir responsabilidade política pelas consequências sociais e ecológicas da existência corporal. (MELLOR, 1997a, p. 190, tradução nossa).

Por outro lado, a imanência da humanidade indica que qualquer conhecimento acerca da natureza e do mundo natural é, e sempre será, parcial. Esse reconhecimento remonta às visões organicistas de um cosmo orgânico, onde os componentes podem até ser analisados e compreendidos individualmente, mas não revelar a dinâmica do todo de forma que as consequências de um ato em particular nunca podem ser totalmente compreendidas (a exemplo das consequências da crise climática previamente mencionadas). Uma resposta ecológica e feminista, assim como grande parte das respostas do movimento ecologista para a presente crise, exige reconhecer os limites ecológicos e os limiares biológicos da corporificação e encarnação humana ao passo que reconhece a independência ontológica da natureza e busca uma ação política de reflexão e humildade frente à realidade terrena (MELLOR, 1997a). Mas as ecofeministas também não visam recuperar uma harmonia com a natureza supostamente perdida. A humanidade sempre interferiu na natureza e a própria humanidade está em conflito com a natureza por ter uma consciência capaz de criar para si um nicho especial dentro do todo orgânico (MELLOR, 1997; SALLEH, 1992). Acreditar que existe um motivo particular para que a natureza exista de forma a melhor suprir as necessidades humanas é uma perspectiva antropocêntrica e incapaz de considerar que uma série de outros animais mamíferos surgiram e desapareceram ao longo do período histórico e que não há nada

particularmente especial em relação aos seres humanos. Dessa forma, qualquer conclusão política buscando endereçar tais contradições precisa partir do reconhecimento da moldura ecológica na qual se encontra enquadrada as atividades humanas ao mesmo tempo em que:

Uma conexão sustentável para a humanidade precisaria ser criada por meio da *razão humana e da ação política* - em suma, uma política de relações humano-natureza. Tal política partiria de uma análise das estruturas que criaram o atual padrão de desconexão entre as estruturas dominantes dentro dos humanos e a natureza não-humana. Para o ecofeminismo, a subordinação das mulheres, particularmente conforme representada nas estruturas sociais e padrões de pensamento dualistas ocidentais, é central para entender a destrutividade das atuais relações homem-natureza. (MELLOR, 1997a, p. 188, tradução nossa - grifo nosso).

Transformar as palavras, retomar significados e preconizar oportunidades iguais não são ações suficientes porque estas não são capazes de endereçar a contradição da corporificação humana e da necessidade da apropriação irrestrita do trabalho (re)produtivo das mulheres e da própria natureza (SALLEH, 2017). É preciso desatar os nós que mantêm firmes as relações de valor forjadas para a máxima produção do lucro por meio do Femitariado-Biotariado-Proletariado. O primeiro passo é a própria superação do pensamento dualista hierárquico e o exercício do pensamento dialético de forma a evitar as armadilhas do reducionismo naturalista, ou da versão da realidade como totalmente criada por humanos, uma realidade hiper socializada que apaga a natureza objetiva a transformando em um constructo humano - o que, por sua vez, abre portas para todo tipo de experimentação por parte da indústria da biotecnologia e leva adiante o projeto iluminista de domínio e controle sobre a natureza objetiva (MORENO; NOBRE, 2020; SALLEH, 2017; MIES; SHIVA, 2014). Dessa forma, o primeiro princípio básico de uma perspectiva ecofeminista é a rejeição e abolição do que Mies (2022) chama de divisões colonizadoras e Moore (2014) denomina como abstrações dominantes, as divisões dualísticas entre homens e mulheres, entre diferentes povos e classes, entre ser humano e natureza, entre espírito e matéria, entre corpo e mente. Para Mies (2022), essa rejeição implica necessariamente na criação de relações não exploradoras entre os humanos e entre os humanos e a natureza de forma que a autonomia sobre nossos corpos e nossas vidas seja recuperada. Essa autonomia não deve ser entendida de forma

individualista, idealista ou liberal, pois nenhuma mulher atomizada é capaz de preservar sua autonomia. Sob essa perspectiva, deve ser outro princípio básico o reconhecimento que a autonomia não pode ser individualmente comprada (ou vendida, sobretudo quando estamos falando de autonomia sexual das mulheres) no mercado, mas implica necessariamente na abolição coletiva das condições de exploração e superexploração: "a autonomia, entendida como liberdade de agir sem coerção e chantagem sobre nossas vidas e corpos, só pode ser alcançada pelo esforço coletivo de forma descentralizada e não hierárquica." (MIES, 2022, p. 374).

As ecofeministas também rejeitam a ideologia do progresso infinito e do desenvolvimento progressivo das forças produtivas. O pensamento dialético nos permite entender a relação inerente entre humanos e natureza extra-humana como materialmente condicionada. A afirmação do movimento ecológico que seres humanos são natureza e que o esgotamento da natureza é o esgotamento humano não é apenas retórica. Esse reconhecimento é o reconhecimento da própria corporificação e encarnação humanas e, portanto, da aceitação da própria finitude e do fato que tanto a terra como o universo são finitos. Para liberar a vida, a ideologia do progresso do patriarcado capitalista encarnada no Homem Branco precisa ser descartada (MIES, 2022). Essa perspectiva materialista corporificada pode "reaterrar o pensamento e ação da esquerda ao lembrar nossa origem humana como natureza" (SALLEH, 2017, p. 98, tradução nossa).

Quando o objetivo do trabalho deixa de ser o progresso e o desenvolvimento, que toma forma na expansão infinita de riquezas e mercadorias, e passa a ser a felicidade humana, ou a *produção da vida*, o "trabalho necessário" deixa de ser um fardo que deve ser passado adiante para ser realizado pela tecnologia. Dessa forma, as ecofeministas rejeitam tanto a utopia socialista quanto a capitalista na qual as máquinas fazem todo o trabalho "necessário" e as pessoas podem se entregar a atividades criativas e consumistas (MIES, 2022; SALLEH, 2017). Essa recusa acontece tanto porque reconhece-se que tal utopia demandaria continuar operando sob a lógica produtivista que está levando a humanidade a cenários ambientais e climáticos cada vez mais desfavoráveis e que não poderão ser recuperados pelas máquinas e pela tecnologia, como porque os seres humanos têm corpos materiais que precisam ser cuidados, alimentados e assistidos de forma que a utopia das

máquinas só pode acontecer por meio da exploração permanente e mundial das mulheres, da natureza e das colônias (WERLHOF, 1988).

Para as ecofeministas, a separação do trabalho socialmente necessário e do tempo de lazer e criativo, como na visão marxista, onde o "reino da liberdade" só pode acontecer fora da esfera da necessidade e do trabalho "necessário", e pela redução ou abolição deste, não é possível. Se pegarmos as mães, ou os trabalhadores rurais e artesãos na economia de subsistência, veremos que seu trabalho é tanto um fardo como fonte de prazer, autorrealização e felicidade (MIES, 2022; SALLEH, 2017), tempos de trabalho e lazer são entremeados, não podendo ser cindidos. Para tanto, o fardo pode ser compartilhado por meio do trabalho coletivo. Por sua vez, rejeitar a separação do tempo de trabalho do tempo de lazer implica um conceito diferente de tempo capaz de contemplar os tempos biológicos e ecológicos de produção e regeneração da vida, tanto dos humanos quanto da natureza extra-humana. "Descompartmentalizar" o tempo não deve ser entendido como redução da jornada de trabalho, pois toda a redução da jornada de trabalho não fez com que homens compartilhassem das responsabilidades implicadas na (re)produção da vida. Significa, especificamente, o compartilhamento da responsabilidade pela imanência humana (MIES, 2022; MELLOR, 1997).

Por fim, na atual fase do patriarcado capitalista, onde cada vez mais a vida é mediada pela tecnologia e por componentes artificiais, reorientar o trabalho para uma "interação direta e sensual com a natureza, a matéria orgânica e os organismos vivos" (MIES, 2022, p. 383) é uma tarefa hercúlea, no entanto necessária para reaterrar o humano-na-natureza e alterar nosso conceito de tempo para que este possa estar de acordo com os tempos ecológicos e biológicos. Plantar, fazer crescer, colher, cozinhar, cuidar, compostar são formas de recuperar o prazer corporal e a sensualidade. Como aponta Mies (2022, p. 383):

Como nosso corpo sempre será a base para nosso prazer e felicidade, a destruição da felicidade resultante da interação com as máquinas e não com organismos vivos só resultará em uma busca patológica por uma 'natureza' idealizada. Em um esforço desesperado para restaurar essa sensualidade perdida do corpo (masculino), o corpo feminino é mistificado tanto como 'natureza pura' quanto como objetivo de satisfação de todos os desejos.

Para Salleh (2017), as tarefas de produção da vida por meio dessa interação direta são *trabalho-em-reciprocidade* no qual sujeito/objeto não estão em oposição, mas profundamente integrados por meio do trabalho capaz de sustentar o tempo material. Em uma concepção ecológica e feminista de trabalho, esse trabalho-em-reciprocidade só é possível quando se mantém o senso de propósito e de utilidade do trabalho. Na atual lógica do modo de produção patriarcal capitalista, o trabalho de manter e garantir a vida é desvalorizado enquanto cada vez mais o trabalho valorizado e bem remunerado é voltado para criar e atender necessidades artificiais, não raro de destruição da vida e distanciado da realidade material e da matéria orgânica, com objetivo único de acumulação de capital (HERRERO, 2020). Muitas dessas necessidades artificiais são possibilitadas às custas de projetos extrativistas que atingem diretamente os territórios e corpos das mulheres indígenas, camponesas e ribeirinhas, engendrando pobreza e exploração sexual. Entre as necessidades artificiais, é possível considerar também aquelas que são desenvolvidas e pensadas para atender as demandas do marketing e do capitalismo "verde", como a própria geoengenharia e os sistemas de compensação de carbono.

Desenvolver um conceito feminista e ecológico de trabalho significa, portanto, desenvolver uma economia baseada em princípios de suficiência, reciprocidade, mutualidade e responsabilidade compartilhada sobre o todo, onde produção e consumo sejam novamente reunidos. As produções globalizadas onde produtores e consumidores estão separados por uma enorme cadeia de fornecimento dispersa em vários países devem ser retomadas ao nível local de forma que cada vez mais as pessoas possam produzir o que consomem e consumir o que produzem e terem a dimensão do processo produtivo como um todo. Os processos de produção sobre o que produzir, como e quando, bem como todas as decisões que interferem na vida das pessoas não devem ser ditadas pelo Capital, pela Ciência e pelo Estado, mas sim pela democracia de base, onde a esfera pessoal e política não esteja cindida. Uma economia orientada para produção da vida é, portanto, uma economia onde homens compartilham do trabalho de mediação e podem experimentar a imanência, desenvolvendo habilidades que historicamente ficaram a cargo apenas das mulheres. Dessa forma, os homens teriam menos tempo para desenvolver suas produções não produtivas visando a transcendência, incluindo suas máquinas de guerra. Em uma

economia e trabalhos voltados para produção da vida, as divisões hierárquicas de trabalho intelectual/corporal, material/imaterial são superadas de forma que os sujeitos possam exercer o trabalho como um todo integrado, ou seja, como *mente-no-corpo* e, portanto, como seres humanos completos. Ao mesmo tempo, essa reorientação teórica e prática implicaria superar as divisões sexual e internacional do trabalho, bem como as divisões internas, e amplamente racistas, entre trabalho formal/informal e trabalho visível/invisível.

Essa práxis ecofeminista com objetivo de transformar radicalmente o trabalho e o modo de produção facilitaria a construção de novas concepções acerca da masculinidade e feminilidade. Ao superar o modelo de produção não produtivo dos homens, baseado na destruição da vida, o macho dominante e sua contraparte, a fêmea subordinada (ÖCALAN, 2017, 2020) perdem sua base de sustentação material. É possível reconhecer a dificuldade acerca de construir novas concepções de feminilidade e masculinidade que não se apoie na lógica da dominação/subordinação, na beleza objetificadora e objetificante das mulheres enquanto mercadoria idealizada para suprir os desejos dos homens. No entanto, é por meio da própria práxis de liberação que novas concepções podem ser elaboradas. A concepção de beleza e, por sua vez, de feminilidade, é construída como sinônimo de luta, liberdade e ética, e não como forma de suprir as necessidades patriarcais por meio de auto sacrifício, autodepreciação e auto objetificação (JINEOLOJÍ, 2017).

#### 5.5.1. A classe meta-industrial

Não raro, as perspectivas ecofeministas acerca de um trabalho e economia orientados para a produção da vida sob uma lógica de subsistência são recebidas com ceticismo, como se a própria sugestão fosse um tipo de heresia ou utopia. Mas conforme as possibilidades forjadas pela Grande Fronteira se encolhem e isso se reflete em desemprego, precarização, esgotamento das condições básicas de vida e violência, mais essa proposta se torna uma necessidade. Essa visão relutante acerca da economia de subsistência é resultado da ideologia do desenvolvimento e progresso infinitos, que fomentou uma visão do modelo de subsistência como equivalente à pobreza. Mas a pobreza culturalmente percebida não é necessariamente pobreza

material (SHIVA, 2014); os exemplos de expropriação das comunidades indianas baseadas na agricultura de subsistência expostos anteriormente revelaram que orientar as produções para o mercado engendrou mais pobreza e deficiência nutricional para as comunidades, e não o contrário.

Ao mesmo tempo, a economia de subsistência ou orientada para a produção da vida já é uma realidade para muitas mulheres mães, agricultoras e que fazem o trabalho de cuidado. O ecofeminismo adota a perspectiva do ponto de vista na busca por identificar pontos de inflexão na luta política ao reconhecer que é apenas por meio da perspectiva daqueles que são subjugados, explorados e excluídos que uma figura completa acerca do atual contexto social e ambiental pode surgir. A teoria do ponto de vista recebeu uma série de críticas, sobretudo dos teóricos pós-modernos. No entanto, sob uma perspectiva ecofeminista, a teoria do ponto de vista não alega que todas as mulheres têm um ponto de vista privilegiado *por serem* mulheres, mas que sua posição no sistema patriarcal as coloca em um lugar particular e, portanto, "*experiências das mulheres*" se torna um conceito analítico útil no atual estágio de desenvolvimento do patriarcado capitalista. Dessa forma, a agência política emerge da combinação da análise estrutural e das experiências particulares (MELLOR, 1997). Aqui, fica evidente o porquê uma análise sobre a *mulher-na-natureza*, ou seja, uma análise que parte da especificidade do trabalho feito pela classe sexual feminina ao longo da história, é necessária para uma compreensão acerca da agência política desse grupo de sujeitos. A experiência e a existência das mulheres são historicamente corporificadas, de forma que não importa muita se as diferenças sexuais são ontológicas ou algum tipo de acidente histórico porque a agência política compartilhada pela maioria das mulheres "não se relaciona com uma essência universal, mas como a maior parte das mulheres trabalha aqui e agora." (SALLEH, 2017, p. 24, tradução nossa).

Por sua vez, como aponta Godfrey (2006, p. 54, tradução nossa), como as mulheres foram alocadas no mundo de forma a terem "mais experiências práticas com corpos materiais e natureza" é compreensível o fato de mulheres serem maioria em movimentos ecológicos de base. Ao analisarmos múltiplos movimentos contra megaprojetos de extração de recursos, movimentos antinuclear, antipoluição, contra as sementes transgênicas e agrotóxicos, contra tecnologias reprodutivas, movimentos

conservacionistas, entre outros, a agência das mulheres é incontestável (SALLEH, 2017). Entre mulheres amplamente conhecidas por tal agência, podemos citar, de forma absolutamente não exaustiva, Rachel Carson, que enfrentou a indústria agroquímica ao publicar a sua pesquisa “Primavera Silenciosa” (1962) sobre os perigos do uso de agroquímicos, especialmente o DDT; Vandana Shiva que além de teórica ecofeminista ficou amplamente conhecida por atuar pela agricultura de subsistência na Índia, denunciando as políticas neoliberais que deixaram o país com altos índices de deficiência nutricional e agricultores empobrecidos, como vimos anteriormente; Maria Primavesi, que lutou para ampliar conhecimentos sobre práticas agroecológicas e de agricultura sustentável. Seu livro, “Manejo Ecológico do Solo: a Agricultura em Regiões Tropicais” (1984), é considerado um marco na agricultura tropical mundial; Dorothy Stang, conhecida popularmente como Irmã Dorothy, que lutou ao lado do ambientalista Chico Mendes pelos povos da floresta e pela preservação da Amazônia, assassinada em 2005; Bertha Cáceres, líder indígena e ambientalista hondurenha assassinada em 2014; Wangari Maathai, uma professora e ativista política do Quênia, foi a primeira mulher africana a receber o Prêmio Nobel da Paz sobretudo por seu trabalho como fundadora do Green Belt Movement, uma organização dedicada à plantação de árvores, conservação ambiental e direitos das mulheres; Isatou Ceesay, ativista ambiental dedicada há mais de 15 anos à combater a poluição por plástico e Charlene Spretnak, autora do livro *Green Politics* (1984), um dos principais catalizadores para criação do Partido Verde nos EUA. Ao mesmo tempo, mulheres são mais preocupadas com questões ambientais do que homens, o que pode ser explicado pela maior avaliação das mulheres sobre os perigos pessoais e familiares em relação às ameaças ambientais justamente pelo trabalho que fazem (NAWROTZKI, 2012).

Mas como falamos anteriormente, as mulheres não são as únicas mediadoras entre natureza-trabalho, embora sua capacidade de gerar a vida as coloque em um lugar particular. Por exemplo, Salleh (2019, p. 36-37, tradução nossa) se dedica a mostrar que da mesma forma que mães enquanto trabalhadoras são quem “sustentam ciclos biológicos nos corpos de que cuidam”, agricultores ecológicos, coletores e indígenas sintonizam e regeneram ciclos da terra. Moreno e Nobre (2020) dão o exemplo da Terra Preta de Índio, um solo extremamente fértil na região Amazônica,

que é resultado da decomposição orgânica de carvão vegetal, cerâmica e matéria orgânica, um tipo de manejo de solo realizado por comunidades indígenas há centenas de anos, responsável por garantir a integridade do processo metabólico de regeneração. É o trabalho-em-reciprocidade, que exige a essas pessoas estarem em contato com todas as suas capacidades sensoriais, sendo capazes de construir modelos mais precisos e ressonantes com a produção da vida. Esses trabalhadores em grande parte não remunerados ou sub-remunerados são invisibilizados na economia global ao mesmo tempo em que não são adequadamente reconhecidos na sociologia, nem teorizados no marxismo. Mas, como Salleh (2017) argumenta, esses três grupos de trabalhadores – mães, camponeses e coletores – formam uma classe meta-industrial que, em razão de suas habilidades materiais de possibilitar o fluxo metabólico da terra, é um agente histórico cujos conhecimentos são necessários no nosso tempo presente. São habilidades práticas de manter e sustentar os ciclos ecológicos e biológicos de nascimento e morte, produção e consumo, regeneração e restauração. Ao ser excluída em grande medida da lógica industrial do patriarcado capitalista e, muitas vezes, ser diretamente atingida pelas "externalidades" desse modo de produção do qual pouco se beneficiam, a classe meta-industrial não tem um interesse particular em manter o excesso e o desperdício do patriarcado capitalista.

Tal reconhecimento não significa que esses grupos detêm a resposta para sustentabilidade ecológica ou são mais ecologicamente benignos do que outros grupos, mas que suas chances são, em maior ou menor medida, social e ecologicamente limitadas e isso é capaz de garantir um chão comum a todos eles. Em outras palavras, "a agência política que todos esses grupos têm é desvantagem em termos de padrões de transcendência." (MELLOR, 1997a, p. 192, tradução nossa). Dessa forma, mais uma vez andamos o círculo completo, e a análise ecofeminista acerca dos agentes históricos se encontra com a estrutura do Femitariado e do Biotariado enquanto classes de Moore (2014). Sob uma perspectiva ecofeminista, a revolta do Femitariado contempla quatro revoluções em uma:

A política ecofeminista é um feminismo na medida em que oferece uma crítica intransigente da cultura patriarcal capitalista a partir de uma perspectiva mulherista; é socialismo porque beneficia os miseráveis da terra; é ecologia porque reintegra a humanidade com a natureza, é pós-colonial porque se concentra na desconstrução da dominação eurocêntrica. (SALLEH, 2017, p. 282-283, tradução nossa).

Ao analisar o nexos natureza-mulher-trabalho é possível encontrar uma resposta não biologizante e não economicista para os atuais níveis de violência contra as mulheres – e a relação dessa violência com a degradação ambiental em larga escala. Ao mesmo tempo, o aumento dos níveis de violência contra meninas e mulheres, e a nova incisiva patriarcal sobre os corpos de mulheres e meninas por meio da indústria do sexo e tecno-fármaco-médica pode ser lida como um processo de acumulação primitiva no momento de crise epocal onde as possibilidades de extrair mais-valor do Femitariado estão diminuindo. A partir do reconhecimento das sobreposições ideológicas e práticas entre mulheres e natureza, bem como das interconexões entre a exploração das mulheres, natureza e “colônias” a partir do conceito de trabalho mais amplo de Marx, as ecofeministas afirmam que a liberação das mulheres deve ser considerada parte e parcela de qualquer luta ecológica e decolonial. Apesar das diferenças entre as mulheres, vimos que mulheres enquanto grupo formam uma classe superexplorada, justificando uma “revolta do Femitariado”, ou seja, uma recusa das mulheres enquanto grupo à subordinação aos homens enquanto grupo, sejam eles Grandes ou pequenos homens. A proposta ecofeminista para uma economia ecológica de subsistência centrada na (re)produção da vida exige, portanto, a abolição da divisão sexual do trabalho e da própria ideologia patriarcal e cientificista de transcendência e “humanização” por meio da superação de todos os limites biológicos e ecológicos.

Na última parte da presente pesquisa, me dedicarei a analisar o movimento de mulheres curdas como uma verdadeira “revolta do Femitariado”, cuja práxis pode ser considerada uma práxis ecofeminista, responsável por entender a exploração das mulheres e da natureza de forma interconectada, reconhecer o patriarcado capitalista como uma realidade histórica e buscar uma economia ecológica centrada na produção da vida.

## 6. A REVOLTA DO FEMITARIADO EM ROJAVA

Ao ir à raiz das estruturas responsáveis por sustentar o sistema patriarcal capitalista, construídas sobre a lógica da produtividade não produtiva do homem-caçador, o ecofeminismo socialista revela a enorme tarefa de ação e reflexão necessária para formular e colocar em prática uma ecologia-mundo ecológica e feminista orientada para produção da vida. Aprender com a história das mulheres é um dos passos, mas a liberação das mulheres exige não só uma teoria, como um programa, organização e mecanismos de implementação (ÖCALAN, 2020). Como conclusão da presente análise, irei demonstrar o nexos natureza-mulher-trabalho na teoria do Confederalismo Democrático e do Movimento de Mulheres Curdas bem como as perspectivas ecofeministas na práxis do movimento por meio de *Jineolojî*. Objetiva-se demonstrar como uma série de fatores, incluindo a crise climática, possibilitou uma "revolta do Femitariado" na Síria capaz de ampliar as contradições do patriarcado capitalista e desestabilizar o fluxo de acumulação ao passo que se tenta construir uma sociedade alternativa formada por comunidades autárquicas e baseada na liberação das mulheres, na democracia radical e na ecologia.

Embora seja possível encontrar práxis ecofeministas em outros movimentos sociais, a escolha pelo Movimento das Mulheres Curdas e *Jineolojî* se dá por dois motivos: o primeiro, no projeto do Confederalismo Democrático elaborado por Abdullah Öcalan em seu *Manifesto of the Democratic Civilization*<sup>111</sup>, para o qual *Jineolojî* é um conhecimento fundante, é possível encontrar uma multiplicidade de pontos convergentes com a perspectiva ecofeminista socialista (PICCARDI, 2021). O segundo motivo diz respeito ao fato de *Jineolojî* se propor a ser uma nova proposta de ciência, que busca superar as estruturas dualistas e positivistas da Ciência. Nesse sentido, *Jineolojî* é uma resposta possível para a afirmação de Mies

---

<sup>111</sup> Em tradução livre, "Manifesto de uma Civilização Democrática" é uma série de cinco livros escritos por Abdullah Öcalan após seu encarceramento em 1999 dos quais três já foram publicados sob os títulos, em inglês: *The Age of Masked Gods and Disguised Kings* (vol. 1), *The Age of Unmasked Gods and Naked Kings* (vol. 2) e *The Sociology of Freedom* (vol. 3).

(2014, p. 51-52, tradução nossa) sobre a necessidade de um novo paradigma de ciência, o qual:

deve vir de uma visão de mundo diferente, uma visão diferente sobre a relação entre seres humanos e nosso ambiente natural, uma visão diferente sobre a relação mulher e homem, sobre a relação entre pessoas, raças e culturas diferentes [...] Ideias sobre uma ciência diferente devem ser baseadas em princípios éticos e metodológicos diferentes.

Reconhecer essas sobreposições não se baseia na ideia de que é possível reduzir o pensamento de Öcalan e *Jineoloji* à influência de autores individuais, sobretudo ocidentais. *Jineoloji* tem como raiz a própria práxis do movimento de libertação curdo, caracterizada por uma dialética constante própria do PKK. Ao invés disso, buscarei demonstrar as perspectivas ecofeministas presentes na concepção do Confederalismo Democrático e de *Jineoloji*, e investigar como essa está sendo implementada pelo movimento de mulheres curdas nas regiões autônomas do Curdistão. Cabe igualmente salientar que a análise proposta a seguir não é exaustiva. O movimento por libertação na região, e por libertação das mulheres em particular, é um movimento complexo, não homogêneo e com contradições próprias. Reconhece-se a existência de conflitos ideológicos, étnicos, políticos, econômicos e entre homens e mulheres não só dentro do Curdistão como do próprio PKK. A presente demonstração contará com um breve resumo da história da chamada "questão curda", da formação do PKK e do processo organizativo desenvolvido ao longo dos últimos 40 anos para possibilitar maior compreensão acerca do contexto no qual *Jineoloji* se desenvolve e é implementada. A análise se baseia nos materiais escritos, gravados e disponibilizados *online* pelas mulheres que estiveram ou estão ativamente envolvidas na construção do projeto autonomista e de libertação de mulheres que se desenvolve na região, nas mídias digitais das organizações mencionadas curdas, nos materiais digitais elaborados pelas organizações autônomas e comunas em Rojava, nos livros de Abdullah Öcalan, na literatura de acadêmicos envolvidos com a temática e em trocas à distância com militantes e apoiistas do PKK e do movimento curdo mantidas ao longo de 2021 e 2022.

### **6.1 Breve contexto histórico e político da questão curda**

O povo curdo está entre as etnias mais antigas do Oriente Médio. Frequentemente retratados como nômades mulçumanos, os curdos possuem organizações sociais complexas e variadas, indo desde comunidades tribais nômades até formações sociais urbanas não agrárias (RIBEIRO e GUGLIANO, 2021). A população curda está distribuída sobretudo entre as fronteiras da Turquia, Irã, Iraque e Síria<sup>112</sup>. Atualmente, o território curdo abriga de 25 a 35 milhões de pessoas, entre curdos e outras etnias (PANIZ, 2018). Os persas (da antiga Pérsia, atual Estado do Irã) foram a primeira das três forças regionais a combater os curdos, fomentando uma forte irrupção árabe contra a cultura curda para imposição do islã. Por sua vez, no séc. XI, os turcos otomanos chegaram ao Oriente Médio, vindo a se estabelecer no oeste do Curdistão. Os conflitos entre persas, árabes e turcos se intensificaram no fim da Primeira Guerra Mundial, com a derrota do Império, aliado aos perdedores. Após o colapso do Império Otomano, França, Grã-Bretanha e outras potências, se organizaram para administrar o Oriente Médio. O Acordo Sykes-Picot (1916), o Tratado de Sèvres (1920) e o Tratado de Lausanne (1923) foram consequências dessas diversas tentativas (BIBLIOTECA TERRA LIVRE, 2016; PANIZ, 2018).

O Sykes-Picot foi um acordo secreto firmado em 1916 para desmembramento do Império Otomano com uma possível derrota na Primeira Guerra Mundial. Com a queda do Império, o Reino Unido recebeu o controle dos territórios correspondentes, entre eles o Iraque. A França ganhou o controle do sudeste da atual Turquia, Síria, Líbano e norte do Iraque. As duas potências ficaram livres para definir as fronteiras dentro daquelas áreas. A Palestina seria colocada sob administração internacional, aguardando consultas com a Rússia e outras potências. O acordo secreto não foi sustentado devido às instabilidades regionais, mas estabeleceu limites que ainda permanecem na maior parte da fronteira comum entre a Síria e o Iraque. O acordo Sykes-Picot foi substituído pelo Tratado de Sèvres, assinado em 10 de agosto de 1920 como um sinal do colapso do Império Otomano. O Tratado compartilhava o Império Otomano entre o Reino da Grécia, o Reino de Itália, o Império Britânico e a República Francesa, além de estender o território da Armênia, e contemplar a criação do Curdistão. No Tratado de Sèvres, a Turquia perderia o controle da Palestina, Síria,

---

<sup>112</sup> Em Kurmanjî, as quatro partes do Curdistão são: Bakur (que significa "Norte", dentro da Turquia), Başûr ("Sul", dentro do Iraque), Rojava ("Oeste", dentro da Síria) e Rojhilat ("Leste", dentro do Irã).

Líbano, Mesopotâmia e de praticamente todos os territórios otomanos na Europa. Além disso, os estreitos de Bósforo e dos Dardanelos, assim como o mar de Mármara, seriam transformados em zonas neutras desmilitarizadas (internacionalizadas), onde haveria acesso livre de todos os navios estrangeiros, mercantes ou de guerra. Recusado pelo movimento nacionalista chefiado por Mustafá Kemal Atatürk, em seguida à vitória desse sobre as forças de ocupação estrangeiras ao fim da guerra de independência turca (1919-1922), o Tratado de Sèvres foi substituído pelo Tratado de Lausanne e assinado em 24 de julho de 1923 entre o Império Otomano e as forças aliadas. O tratado, com validade de 100 anos, reconheceu a legitimidade do regime de Atatürk e definiu as fronteiras da Turquia moderna. Para renunciar às antigas províncias árabes, à ilha de Chipre e ao Dodecaneso, a Turquia se opôs à independência ou autonomia do Curdistão e da Armênia, previstas no tratado de Sèvres, uma demanda acatada pelos Aliados europeus que acabou por findar as possibilidades de um território curdo independente. O Tratado de Lausanne pode ser considerado o ponto de partida da chamada "questão curda", um conflito que se desenvolve até os dias de hoje (A REVOLUÇÃO IGNORADA, 2017; BIBLIOTECA TERRA LIVRE, 2016; DIRIK, 2022; PANIZ, 2018; RIBEIRO e GUGLIANO, 2021).

#### 6.1.1 PPK e o movimento das mulheres curdas

Foi no contexto dos movimentos por libertação e liberdade a partir da década de 1960, sobretudo após o golpe militar de 1971 na Turquia, responsável por impor uma forte repressão à esquerda revolucionária e às forças da sociedade civil, no qual Abdullah Öcalan, também chamado de Rêber Apo, iniciou um movimento de libertação curdo chamado "O Curdistão é uma colônia" (INSTITUTO ANDREA WOLF, 2020; JONGERDEN, 2017). Em 1978, junto com estudantes curdos e turcos, Öcalan fundou o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (*Partîya Karkêren Kurdistan*, PKK na sigla original) inspirado pelas teorias marxistas-leninistas e maoístas, visando a autodeterminação do povo curdo, e um Curdistão independente, unido e socialista (DIRIK, 2022). O envolvimento das mulheres na luta de libertação nacional do PKK data desde a fundação do partido. Sakine Cansiz, assassinada em 2013 durante uma

viagem diplomática a Paris, foi uma das co-fundadoras do PKK e se tornou um símbolo de luta para as mulheres revolucionárias da região.

O PKK começa a luta armada contra o genocídio e assimilação étnica promovida pelo estado turco contra os curdos e por um Curdistão independente com a primeira ação armada em 15 de agosto de 1984 com o ataque à estação militar turca de Eruh, em Bakur (INSTITUTO ANDREA WOLF, 2020). Nesses primeiros anos, as mulheres, sobretudo jovens, passam a adentrar exponencialmente as unidades de guerrilha. A inclusão das mulheres incentivou a resistência ao patriarcalismo desde o início da luta por libertação nacional no século XX, o que, por sua vez, possibilitou a formação de espaços exclusivos de mulheres. O envolvimento precoce das mulheres na luta armada e uma mobilização anti-patriarcal dentro da luta política são dois aspectos que distinguem a luta do PKK de outras experiências políticas na região (RIBEIRO e GUGLIANO, 2021). Já em 1987, na Alemanha, foi fundada a União das Mulheres Patrióticas (*Yekitiya Jinên Wêlatparêz a Kurdistan*, YJWK na sigla original), uma organização de mulheres focada em questionar a hierarquia sexual na organização política, onde a participação das mulheres encontrava forte resistência por parte dos homens. A YJWK logo desenvolveu uma articulação com militantes no Oriente Médio e na diáspora na Europa. Poucos anos depois,

As mulheres provaram seu valor na Guerra do Sul em 1992. Houve *heval Bêrîtan* e *heval Azîme*. Elas eram grandes comandantes. As bases do exército feminino foram lançadas. Dissemos a nós mesmas: 'temos que transformar isso em uma organização grande e forte. Um exército de mulheres seria, em dimensão global, um passo radical e queremos fazê-lo'. Em todo o mundo, tudo pertence aos homens. Os exércitos estão nas mãos dos homens, a política está nas mãos dos homens. Todas as mulheres pertencem aos homens. Elas não pertencem a si mesmas. Este mundo é feito de homens para homens. Por isso, Rêber Apo disse: 'vamos fazer um exército de mulheres'. (INSTITUTO ANDREA WOLF, 2020, p. 210, tradução nossa).

Composta por unidades combatentes exclusivamente femininas, a União de Mulheres Livres do Curdistão (*Yekîtiya Azadiya Jinên Kurdistan*, YAJK, na sigla original) foi fundada em 1993. Desde 2004, a organização mudou de nome para YJA-Star (*Yekîtiyên Jinên Azad-Star*), uma homenagem à deusa mesopotâmica Ishtar. Por um lado, a criação da YAJK garantiu às mulheres a possibilidade de levar adiante uma luta sem influência dos homens do partido. Por outro, tal independência possibilitaria às participantes enfrentarem as influências da corrupção, do pensamento e das

práticas autoritárias dentro do partido bem como combater a subordinação ao pensamento e práticas patriarcais dos companheiros, de forma que as mulheres e suas organizações autônomas são consideradas "as protetoras da linha revolucionária." (INSTITUTO ANDREA WOLF, 2020, p. 231, tradução nossa). A criação de unidades combatentes autônomas foi igualmente uma expressão crítica à ideologia violenta e patriarcal característica dos exércitos dos Estados-nação, de forma que as combatentes não enxergam a guerra como um fim em si mesma, mas uma ferramenta de autodefesa frente aos ataques dos inimigos. Para as mulheres, a adesão à luta armada também foi uma forma de contestar a dominação patriarcal de suas vidas, havendo uma série de relatos em textos e vídeos de mulheres que aderiram às guerrilhas para fugir de casamentos forçados, violência doméstica e isolamento social. A participação e atuação das mulheres curdas na guerrilha as conferiu uma identidade demarcada de resistência e luta e abriu caminhos para que passassem a reivindicar a transformação em todos os aspectos de suas vidas (RIBEIRO e GUGLIANO, 2021). Localizadas sobretudo nas montanhas do Curdistão, para além da autodefesa armada, a YJA-Star tem entre suas responsabilidades o desenvolvimento de uma sociedade democrática por meio da democracia de base, organização autônoma feminina e combate a tradições misóginas, como crimes de honra e casamentos arranjados, e atua sobretudo nas aldeias e comunidades isoladas, nas montanhas e zona rural. Na região de Rojava, os grupos de mulheres:

passaram por todas as cidades e vilas, uma a uma, criando grupos de trabalho e comitês de mulheres para combater a mentalidade feudal. Embora anteriormente existissem grupos de mulheres, eles foram reforçados e multiplicados. Os objetivos desses grupos eram diversos, mas o principal era criar uma identidade de gênero e nacional que superasse a posição de vitimização e promovesse uma auto-organização que pudesse ser fonte de rebeldia e solidariedade entre as mulheres da região. O trabalho prático de YAJK fortaleceu a posição do partido entre a população de Rojava e fortaleceu especialmente a ideia de que o papel das mulheres era essencial para a libertação. (INSTITUTO ANDREA WOLF, 2020, p. 233, tradução nossa).

Após a prisão de Öcalan, em 1999, a organização das mulheres encontrou múltiplos obstáculos no PKK. Em 8 de março de 1999, foi criado o Partido das Mulheres Trabalhadoras do Curdistão (*Partiya Jinên Karkerên Kurdistan*, PJKK, no original) como estratégia de organização das mulheres, baseada em quatro pilares

programáticos: desenvolver uma "mulher livre"; aprofundar e colocar em prática a "Teoria da Separação"<sup>113</sup>, desenvolver e aplicar a "teoria de matar o macho dominante"<sup>114</sup>, e a "aliança com a sociedade". A resistência à criação de um partido exclusivo de mulheres por parte do Conselho e Comitê Central do PKK foi demonstrada quando os documentos feitos durante o congresso no qual aconteceu a fundação do PJKK foram apreendidos e a criação do partido interdita, sendo liberada posteriormente após pressão por parte das mulheres (INSTITUTO ANDREA WOLF, 2020). Em 2002, o partido passa a se chamar Partido da Libertação da Mulher (*Partiya Jina Azad*, PJA na sigla original) e, com base em um novo programa político, assume a responsabilidade de articular a luta das mulheres curdas com outras movimentações por mulheres e feministas em diferentes partes do mundo, expandindo o horizonte internacionalista da luta das mulheres curdas (RIBEIRO e GUGLIANO, 2021). Para Dirik (2022, p. 58, tradução nossa), na atual perspectiva para construção de alianças entre diferentes povos, esse internacionalismo pode ser melhor entendido como uma "diplomacia dos povos", capaz de superar as barreiras geopolíticas das nações. Como forma de aprofundar a democracia direta e horizontalidade, as transformações visaram a criação de quadros femininos para trabalhar na esfera ideológica, política e cultural, ampliando o diálogo social e fomentando atividades de promoção de direitos humanos, paz e democracia participativa. Ao longo do tempo, mulheres foram adentrando todas as esferas políticas e passaram a participar nas tomadas de decisão de operações ideológicas, políticas e de mobilização. Em 2005, criou-se o Alto Conselho das Mulheres (*Koma Jinên Bilind*, KJB, na sigla original), uma espécie de organização guarda-chuva para formação de uma unidade confederada das diversas organizações de mulheres do PKK. Desde 2014, de forma a unificar os diferentes grupos e articulações femininas

---

<sup>113</sup> A Teoria da Separação foi proposta por Abdullah Öcalan em 1996 acerca da necessidade da construção de espaços exclusivos de mulheres, de forma autônoma e independente dos homens. A Teoria da Separação também busca uma ruptura com a mentalidade patriarcal para vislumbrar alternativas viáveis para a transformações dos indivíduos e da sociedade. Dessa forma, a Teoria da Separação considera que é necessária uma transformação de mentalidade tanto das mulheres quanto dos homens. (INSTITUTO ANDREA WOLF, 2020).

<sup>114</sup> "Matar o macho dominante" significa "matar" a masculinidade como expressão de dominação e poder por meio da análise histórica da construção da masculinidade juntamente com a construção de uma nova identidade masculina. (ÖCALAN, 2017).

no Curdistão, o KJB passou a compor a Comunidade das Mulheres Curdas (*Komalên Jinên Kurdistan*, KJK, na sigla original).

### 6.1.2 Confederalismo Democrático

A declaração do Confederalismo Democrático, estratégia emancipatória elaborada por Abdullah Öcalan e registrada em seus escritos de cárcere, publicada em 2005, é considerada uma "mudança de paradigma" na luta do PKK, uma mudança nos princípios organizativos responsável por distanciar a ideologia do partido da práxis marxista-leninista para uma práxis autonomista e libertária baseada nos pilares de liberação das mulheres, democracia radical e ecologia (PICCARDI, 2021). No decorrer da década de 1980, e particularmente na década de 1990, em diálogo com a teoria de Marie Mies (1996, 1988) e Veronica Bennholdt-Thomsen (1988), Abdullah Öcalan passa a entender a dominação das mulheres como a base fundante da sociedade hierárquica (JONGERDEN, 2017; PICCARDI, 2021), a "primeira colônia" a partir da qual "todos os tipos de escravidão, opressão e colonização são realizados" e na qual "capitalismo e Estado nacional significam o mais institucionalizado macho dominante". (ÖCALAN, 2017, p. 82, tradução nossa).

Essa mudança de paradigma pode ser considerada reflexo de um processo de "aprendizagem pelas derrotas" (JONGERDEN, 2017). A primeira delas, ainda na década de 1970, quando o grupo da esquerda revolucionária entrou em confronto com a Turquia enquanto ainda eram fracos e não totalmente organizados, o que acabou por engendrar a formação oficial do PKK em 1978. Depois, com as grandes perdas de integrantes do partido assassinados e presos ao longo da década de 1990, inclusive de mulheres que estavam entrando em grande quantidade nas guerrilhas durante o período. Por fim, a captura de Abdullah Öcalan em 1999 e sua prisão inesperada na Turquia. A recriação das bases teóricas e práticas do partido aconteceu em um período em que se presenciava a dissolução da URSS, o que, por sua vez, também influenciou o processo de transformação. Embora o PKK tenha perdido um número considerável de apoiadores após a mudança de paradigma, a transformação conferiu ímpeto renovado ao movimento, permitindo-lhe "liderar o novo

desenvolvimento e a realização política da democracia no Oriente Médio.” (JONGERDEN, 2017, p. 254, tradução nossa).

Podemos compreender o Confederalismo Democrático como um paradigma social não estatal, baseado em cinco princípios básicos: 1) a autodeterminação dos povos; 2) a participação popular ativa onde os processos de tomada de decisão acontecem a nível local (níveis geograficamente mais abrangentes devem servir apenas para a coordenação e execução das decisões tomadas nas comunidades locais); 3) a democracia popular de base, entendida como a única abordagem capaz de lidar com os diversos grupos étnicos, religiões e diferenças de classe; 4) governança coletiva e autônoma das comunidades; e 5) o antinacionalismo que se opõe à criação de um exército nacional centralizado, objetivando o direito à autodefesa dos povos por meio do avanço de práticas democráticas (ÖCALAN, 2017). Na prática, a organização se dá por meio de assembleias locais responsáveis por eleger delegados para as assembleias municipais e regionais, sempre em paridade entre homens e mulheres (PICCARDI, 2021). Embora a publicação da declaração do Confederalismo Democrático tenha como marco do estabelecimento do novo paradigma o ano de 2005, o mais correto é entender tal mudança como um processo que se desenvolveu sobretudo ao longo da década de 1990, com dois momentos prévios importantes: a adoção da perspectiva centrada na liberação das mulheres e a desistência da formação de um Estado nacional curdo (JONGERDEN, 2017), de forma que a "mudança de paradigma" é melhor compreendida como um processo ao invés de um ruptura inesperada.

## **6.2 O contexto político-ecológico da revolução de Rojava**

Foi em Rojava onde a organização de base e as assembleias como no modelo pensado dentro da perspectiva do Confederalismo Democrático realmente passou a funcionar de forma mais organizada e coordenada após uma série de tentativas e erros em Bakur e no Campo de Refugiados de Mexmûr, localizado no Curdistão iraquiano. *Rojavayê Kurdistanê* (leste do Curdistão, em tradução livre), ou

simplesmente Rojava<sup>115</sup>, é uma experiência organizativa em prática desde 19 de julho de 2012, quando foi declarada a Revolução de Rojava. Apesar de um projeto teórico com um programa bem definido, nas palavras de Dirik (2022), nada poderia ter preparado os apoiadores e militantes do PKK para a imensa tarefa de organizar uma sociedade composta por milhões de pessoas em um contexto de guerra. Rojava se tornou um campo para colocar em prática as ideias do PKK em larga escala, onde já havia apoiadores do partido e, portanto, uma trajetória consistente de luta política, embora não isento de inúmeros desafios.

A declaração da Revolução de Rojava acontece pouco mais de um ano após o início da insurreição síria contra o regime Assad, que acabou por se tornar um conflito disseminado responsável por uma das piores crises humanitárias após a Segunda Guerra Mundial. Cerca de 11 milhões de sírios foram deslocados interna e externamente. O levante acontece no contexto do que ficou conhecido como Primavera Árabe, quando uma série de manifestações tomaram os países do Oriente Médio e do norte da África. Na Síria, o conflito entre governo e sociedade civil escalou para uma série de conflitos civis e entre milícias, bem como presenciou o fortalecimento de grupos fundamentalistas no país, como o Estado Islâmico. Não é possível apontar uma causa única para a insurreição síria dada a própria complexidade étnica e religiosa da região, bem como por causa do próprio histórico de disputas geopolíticas não só entre os Estados e povos do Oriente Médio como entre as potências orientais e ocidentais, entre elas EUA e Rússia. Ademais, a disputa por recursos naturais, incluindo abundantes fontes de gás natural descobertas em território sírio, bem como sua posição estratégica nas rotas energéticas do Oriente Médio, atraem atenção de atores regionais como Arabia Saudita, Qatar, Israel e Turquia que objetivam desestabilizar a Síria para implementar oleodutos e gasodutos e conter a influência regional xiita do Irã (GÜRGAN, 2018).

No entanto, a análise de Gürçan (2018) acerca do contexto político-ecológico do conflito sírio é pertinente quando consideramos os limites do projeto neoliberal, e a crise climática como uma forma de ativação do valor negativo capitalista na presente virada epocal, argumento central do terceiro capítulo. Para o autor, parte da insatisfação civil

---

<sup>115</sup> Formalmente, Rojava se estabeleceu sob o nome de Administração Autônoma do Norte e Leste da Síria (AANES) e consiste em sub-regiões autônomas nas áreas de Afrin, Jazira, Eufrates, Raqqa, Tabqa, Manbij e Deir Ez-Zor.

que originou a rebelião na Síria tem suas origens nas consequências combinadas i) do modelo extrativista de desenvolvimento centrado no petróleo adotado desde os anos 1970, cujo legado se reflete na inabilidade do governo em garantir condições de vida adequadas à população; ii) no programa neoliberal que aprofundou as desigualdades e quebrou a agricultura local síria; e iii) no projeto político-econômico cego às questões ecológicas e ambientais, responsável por negar a severidade da seca, incentivar a produção de *commodities* intensivas em uso de água e não endereçar a necessidade de modernização da infraestrutura de irrigação. Em resumo, o autor demonstra que, com o golpe militar em 1970 responsável por levar Hafez al-Assad ao poder, o projeto político baathista<sup>116</sup> moderado adotou um modelo de desenvolvimento estatal com grandes obras de infraestrutura pública, investimentos em educação e saúde e forte apoio à agricultura por meio de subsídios, isenção fiscal e compras públicas garantidas. Grande parte do apoio ao projeto baathista estava centrada na zona rural, responsável por concentrar quase metade da população. Antes do conflito Sírio, mais de 46% da população vivia em áreas rurais e 15% a 20% da força de trabalho estava centrada na agricultura. Por sua vez, a gestão Assad não conseguiu alavancar um projeto de industrialização sírio, com a maior parte do financiamento desse modelo de desenvolvimento amparado no extrativismo de combustíveis fósseis. Em 1998, cerca de 70% das exportações sírias estavam centradas no petróleo e mineração, enquanto, em 2004, a renda do petróleo representava mais de 20% do PIB sírio. Com uma das menores reservas de petróleo entre os países do Oriente Médio, já na década de 1990, muitas delas estavam esgotadas e as exportações, bem como seus rendimentos, estavam em considerável declínio. Com o colapso da URSS, a falência do projeto baathista na Síria foi exacerbada pela pressão ocidental para a neoliberalização da economia. Desde o final da década de 1990, e com mais intensidade após 2005, já no governo de Bashar al-Assad, filho de Hafez, a Síria implementou uma série de políticas neoliberais: liberalizou os preços, incluindo de combustíveis e energia, eliminou o monopólio do Estado sobre as importações, desregulamentou o setor imobiliário, licenciou bancos privados, instituiu o mercado de ações e consolidou regulamentações em favor da propriedade privada. Para o setor agrário, o aumento nos preços de combustíveis e energia, o fim dos subsídios e a liberalização do setor rural, sem oferecer

---

<sup>116</sup> O Baathismo é uma ideologia política descrita como uma forma de socialismo nacionalista árabe.

alternativas ou desenvolver políticas de transição, impôs uma crise econômica aos agricultores, o que, por sua vez, engendrou um êxodo rural massivo e migração para áreas urbanas, pouco preparadas para receber a população migrante.

Somado ao contexto político-econômico, as secas severas, parcialmente descritas como consequências da crise do clima na Síria, amplificaram a crise agrária. Desde os anos 1990 até o conflito, a Síria sofreu com seis grandes secas. Enquanto as cinco primeiras duraram uma estação, a seca de 2006 a 2011 foi uma seca de múltiplas estações, sendo considerada a pior seca da história moderna do país, levando a grandes perdas de safra e rebanhos e deslocamento forçado. Em uma pesquisa com refugiados sírios no Líbano, a maior parte agricultores, Amary (2019) concluiu que o clima se mostrava um empecilho para repatriar os imigrantes, muitos dos quais não viam possibilidade de viver mais da agricultura dada a realidade de intensificação das secas e falta de infraestrutura pública para garantir acesso à água. A região nordeste da Síria, em particular, perdeu cerca de três quartos das safras durante a seca de 2006 a 2011, enquanto as perdas de rebanho chegaram a 85% (GÜRÇAN, 2018). Mais da metade da população vivendo na região nordeste da Síria depende da agricultura, uma área composta por uma população majoritariamente pobre e sem educação formal, com altas taxas de analfabetismo.

Ainda é preciso considerar o controle turco e do Estado Islâmico das fontes de água, o que pode ter colaborado para a crise agrária e para a intensificação do conflito. A Turquia e a Síria são estados ribeirinhos da bacia do Tigre-Eufrates e a disputa pelo recurso entre os dois países é antiga. No entanto, a Síria está geograficamente em desvantagem, a jusante do rio, com alta dependência de fontes externas de água, enquanto a Turquia, localizada no montante do rio, tem controle sobre a maior parte do fluxo de água. Entre 1980 e 1990, sobretudo por conta do apoio sírio ao PKK, a cooperação para o uso da água encontrava vários obstáculos. Após a decisão do governo Assad de expulsar Öcalan da Síria, em 1998, a Turquia adotou a política "zero problemas com os países vizinhos" com objetivo de aumentar a influência turca por meio da diplomacia e mediação, evitando entrar em conflitos diretos (GÜRÇAN, 2018). No entanto, o uso intensivo da água do Tigres-Eufrates pela Turquia impacta diretamente na redução das águas a jusante para a população Síria. Por sua vez, o Estado Islâmico seguiu uma política de capturar barragens e reservatórios do Tigres-

Eufrates e do rio Orontes. O controle da água pelo EI é utilizado para punir o regime sírio e civis, ao passo que a agricultura se tornou uma fonte de financiamento para as atividades do grupo, de forma que, com o passar do tempo, este passou a controlar não só as fontes d'água, mas áreas centrais para produção de grãos. Um relatório de 2023 do Conselho Norueguês para Refugiados<sup>117</sup> apontou que a escassez de água na Síria tem levado agricultores que não podem comprar água ou arcar com os custos de poços artesianos profundos a usarem água de esgoto para irrigar as plantações, o que desencadeou uma série de doenças, incluindo surtos de cólera.

De acordo com um relatório do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, de 2006<sup>118</sup>, as mulheres representavam 58.1% da força de trabalho agrícola em 2002. Dado uma série de fatores, sobretudo a mecanização do campo e migração masculina, esse número chegou a 60.7% em 2010 (ABDELALI-MARTINI; PRYCK, 2014). Ao mesmo tempo, além do trabalho das mulheres na agricultura, geralmente nas tarefas tradicionalmente consideradas femininas e intensivas em mão de obra, mulheres trabalham na produção de subsistência, tanto como mão de obra remunerada quanto não remunerada, desempenhando atividades como semear, capinar, colher, cuidar dos animais, limpar, buscar água e lenha, assar, cozinhar, costurar e criar os filhos, sendo, portanto, responsáveis por grande parte do trabalho rural não-mecanizado. Por sua vez, o conservadorismo somado à escassez econômica ascendente aumentou a pressão para as meninas deixarem a escola e se casarem jovens (ABDELALI-MARTINI; PRYCK, 2014; DIRIK, 2022). Dada a intensa "feminização da agricultura" na Síria, podemos considerar que essa miríade de fatores (as políticas de liberalização da agricultura somadas às consequências do modelo de irrigação insustentável, da crise climática, da inação política para lidar com a questão e do controle do fluxo do rio pela Turquia e Estado Islâmico) afetaram as mulheres de forma significativa no país.

### **6.3 *Jin, jyan, azadi*: uma revolução das mulheres**

O PKK chega à Síria em 1979, um ano após a formação do partido na Turquia. Para as mulheres, a chegada do PKK possibilitou participação política ativa pela

---

<sup>117</sup> Cf. <https://reliefweb.int/report/syrian-arab-republic/inside-syrias-water-crisis-cholera-outbreak-making>

<sup>118</sup> Cf. [http://www.napcsyr.gov.sy/dwnld-files/working\\_papers/en/18\\_womenrole\\_ss\\_en.pdf](http://www.napcsyr.gov.sy/dwnld-files/working_papers/en/18_womenrole_ss_en.pdf)

primeira vez. A presença de mulheres no movimento de liberação curdo, por meio das guerrilhas, do envolvimento partidário e organização de atividades de apoio, é descrita como uma mudança radical que transformou as mulheres em *sujeitos*. Por sua vez, a violência doméstica se tornou menos aceita tanto no âmbito individual quanto coletivo, mostrando uma mudança de atitude dos homens perante as mulheres (DIRIK, 2022). Após a prisão de Öcalan, em 1999, a tentativa de pacificar as regiões com forte presença do PKK nas cidades turcas e sírias resultou em uma série de prisões e mortes não só de militantes e guerrilheiros como de apoiadores civis do partido, levando a articulação das mulheres à clandestinidade até 2011. Em 2005, com a declaração do Confederalismo Democrático e a crescente movimentação política de mulheres na região, é fundada em Rojava a União Estrela das Mulheres Livres (*Yekîtiya Star*, no original). Após sair da clandestinidade, a União Estrela passou a organizar uma série de conselhos das mulheres nas cidades sírias de Damasco, Aleppo, Rakka e Haseki com objetivo de promover formação política e combater o patriarcalismo sobretudo por meio da atuação dentro da própria União e no envolvimento com o autogoverno. No mesmo ano, foi criada a primeira *mal a jin*, a "casa das mulheres". Nesses locais, mulheres voluntárias residentes na região, sobretudo mais velhas, trabalham para auxiliar e receber mulheres em situações de violência doméstica, poligamia, casamento forçado de meninas, divórcio e falta de acesso à educação.

Após a declaração da Revolução de Rojava, a União Estrela estendeu sua área de atuação para todos os cantões de Rojava<sup>119</sup> e tornou-se referência na despatriarcalização da sociedade por meio da atuação em assembleias, organização de oficinas e criação de uma série de academias para o estudo de *Jineoloji*. Em 2016, com objetivo de fomentar a diversidade étnica, religiosa e linguística presente na região, a União Estrela foi renomeada como Kongra Star e passou a organizar uma rede horizontal de comunas, assembleias, cooperativas e espaços de ação direta (RIBEIRO; GUGLIANO, 2021). As mulheres também se apropriaram de antigos prédios públicos para desenvolver as próprias atividades, a exemplo da Academia de Mulheres Ishtar, antiga casa de visitas do governo baathista, agora um espaço

---

<sup>119</sup> Cantões são divisões de áreas administrativas em Rojava. São elas: Cizerê (no leste), Afrin (no oeste) e Kobanî (no centro).

dedicado ao desenvolvimento político e militar das mulheres. Em 2013, na data de aniversário de Öcalan, em 04 de abril, foi formada oficialmente a Unidade Feminina de Proteção (*Yekîneyên Parastina Jin*, YPJ no original)<sup>120</sup>, apoiada nas experiências prévias e nas atividades das mulheres do YJA-Star, porém com atuação centrada nas cidades. O YPJ foi uma força fundamental para a derrota do Estado Islâmico em Rojava e para conter a disseminação da brutalidade e misoginia das milícias fundamentalistas, muitas das quais apoiadas pelo governo turco, que sequestraram, mataram e estupraram centenas de milhares de meninas e mulheres na região, sobretudo as yazidis. (DIRIK, 2022).

O Movimento de Mulheres tem como principais tarefas: i) iluminar a história da mulher; ii) realizar a liberdade das mulheres ou implementar a revolução das mulheres; e iii) alcançar um Contrato Social para mulheres. Ao definir "revolução" como uma transformação social profunda, a revolução das mulheres em Rojava supõe uma transformação radical de pensamento e prática, por meio da qual objetiva-se construir a identidade da Mulher Livre e a transformação dos homens (INSTITUTO ANDREA WOLF, 2020). A "revolução radical das mulheres" é, para Öcalan (2017, p. 95, tradução nossa), "a revolução dentro da revolução" e a centralidade das mulheres na revolução de Rojava é evidenciada na expressão *jin, jîyan, azadî* (vida, mulher, liberdade em curdo). Ao reconhecer a necessidade de liberação do primeiro sujeito oprimido para conduzir toda a sociedade e a natureza a uma vida livre, acredita-se que uma revolução onde a libertação da mulher não seja tomada como base e essência acabará por se tornar uma ferramenta de oposição à vida livre (INSTITUTO ANDREA WOLF, 2020). Do ponto de vista histórico, como vimos no capítulo anterior, embora as mulheres tenham colaborado ativamente em todos os movimentos de revolução social, elas foram rapidamente dispensadas e "mandadas de volta para casa" quando seu envolvimento não era mais interessante para os homens, uma lembrança que permanece viva no Movimento de Mulheres Curdas.

Em sentido amplo, os objetivos revolucionários resumidos sob os dizeres "mulher, vida, liberdade" podem ser compreendidos como uma ação e prática contra

---

<sup>120</sup> O YPJ é uma guerrilha armada exclusivamente feminina, enquanto as Unidades Populares de Proteção (*Yekîneyên Parastina Gel*, YPG na sigla original) é uma guerrilha armada formada por homens e mulheres. YPJ/YPG são a principal força de combate no Curdistão. Estima-se que aproximadamente 60 mil guerrilheiros e guerrilheiras componham ambas as milícias (BIBLIOTECA TERRA LIVRE, 2016).

a ideologia patriarcal capitalista que resultou no enfraquecimento das relações comunitárias e de solidariedade e no aprofundamento de estruturas hierárquicas não só entre homens e mulheres como entre seres humanos e natureza (AGUILAR SILVA, 2019). Dessa forma,

Tendo em conta a forte ligação que existe entre as mulheres-sociedade-natureza, a revolução das mulheres não fica apenas na teoria, mas busca diferentes mecanismos para colocar as ideias em prática, unindo sentir e fazer por meio da ética e da estética. Rompe com as estruturas de poder e promove novas formas de organizar a vida em relação às necessidades da sociedade, construindo relações de *livre convivência* entre os seres humanos, bem como destes com a natureza, da qual fazemos parte. (INSTITUTO ANDREA WOLF, 2020, p. 455-456, tradução nossa, grifo da autora).

A estrutura organizativa autônoma das mulheres, parcialmente exposta acima, é o meio pelo qual as mulheres garantem o desenvolvimento do processo revolucionário. Por um lado, tal estrutura garante a independência do movimento de mulheres para que este não seja cooptado por ideias patriarcais nem possa ser manipulado pelos homens. Por outro, assegura a atuação política das mulheres em todas as áreas da sociedade, política, econômica, social, cultural e de autodefesa, de forma articulada com o movimento de libertação mais amplo. Para que o militarismo (e, por consequência, o monopólio da violência pelos homens) seja superado, e as conquistas da revolução feminina sejam preservadas, a autodefesa das mulheres é enfatizada como uma pedra angular do movimento de mulheres em Rojava e busca a legítima defesa tanto ideológica quanto física do sistema de dominação (INSTITUTO ANDREA WOLF, 2020). Dessa forma, embora a autodefesa inclua a defesa física das mulheres por meio das guerrilhas armadas, a autodefesa das mulheres não se reduz à luta armada, se opondo à "colonização das mulheres como um todo" e garantindo "proteção da *capacidade da vida de se desenvolver*." (DIRIK, 2022, p. 237, tradução nossa - grifo nosso).

#### **6.4 Perspectivas ecofeministas em Abdullah Öcalan e Rojava**

Como mencionado anteriormente, a mudança de paradigma do PKK rumo ao Confederalismo Democrático foi um processo de transformação que resultou no distanciamento das ideologias marxistas-leninistas fundantes do partido e cuja

primeira “mudança de paradigma” pode ser identificada a partir da perspectiva centrada na liberação das mulheres. Para Öcalan (2017, 2020), a civilização hierárquica tem suas raízes nas primeiras sociedades patriarcais estatais e pôde se estabelecer primeiro por meio da escravização das mulheres e apropriação do trabalho das mulheres, e depois da escravização de outros povos e culturas. Para Piccardi (2021), a forma como o líder curdo reflete sobre a relação entre a economia política/ecologia do capitalismo e do trabalho das mulheres, é onde a conexão entre o pensamento de Maria Mies e a perspectiva ecofeminista no movimento curdo é mais evidenciada. Assim como Maria Mies, ao retornar às origens da civilização ocidental ainda no Neolítico, Öcalan (2017, 2020) enfatiza o papel das mulheres como primeiras produtoras da vida e como criadoras da primeira economia, sendo pioneiras no desenvolvimento da agricultura e de conhecimentos correlatos. Como vimos no capítulo três, o modo de produção não produtivo dos homens, baseado na apropriação da capacidade (re)produtiva das mulheres e na coerção e violência, se torna o paradigma dominante do desenvolvimento da civilização central. Com a ascensão do modo de produção capitalista, o completo enclausuramento da mulher acontece com a donadecaseficação. Öcalan interpreta esse processo de subordinação das mulheres como uma série de rupturas sexuais ao longo do processo histórico, onde a donadecaseficação (conceito que Öcalan adota de Mies), é a forma mais violenta e efetiva de dominação estabelecida sobre as mulheres. Para Öcalan (2017), todo o trabalho executado pelas mulheres é desmerecido e denominado como “trabalho feminino”, embora seja o trabalho mais demandante, enquanto a presença das mulheres na esfera pública e política é exponencialmente restringida, institucionalizando a ideia de “sexo frágil”.

Baseado nas sociedades matricêntricas e matrísticas de caçadores-coletores do Neolítico, Öcalan (2017, p. 61, tradução nossa) entende o “socialismo primordial” como aquele onde a divisão sexual do trabalho não era baseada em “propriedade e relações de poder”. Nessas sociedades, nenhum homem ou mulher era propriedade de ninguém. Ao mesmo tempo, a natureza era percebida como viva e animada, não diferente dos humanos. O início da “guerra cultural”, o que Öcalan (2017, p. 64, tradução nossa) chama de primeira grande ruptura sexual, é a apropriação do trabalho (re)produtivo das mulheres, primeiro no Neolítico, com o roubo de mulheres e da

produção de seus excedentes, o que, por sua vez, constituiu “a primeira organização séria de violência”. Depois com as primeiras formações estatais e a donadecaseficação, essa última responsável por moldar todas as formas de escravização. De forma análoga à Mies, Öcalan (2017, p. 70-71, tradução nossa) entende que “a donadecaseficação é um processo intrinsecamente social e visa toda a sociedade. [...] Para que o sistema funcione, a sociedade em sua totalidade deve ser submetida à donadecaseficação”. Sem a devida compreensão desse processo, não é possível entender a forma como a masculinidade foi moldada e analisar corretamente a ideologia sexista sobre a qual a cultura do poder e da guerra subjacente ao Estado-nação está fundamentada. Dessa forma, podemos perceber que Öcalan (2017, p. 72, tradução nossa) chega à mesma conclusão de Mies acerca do modo de produção destrutivo dos homens quando afirma:

As campanhas para excluir as mulheres e para fabricar reverência à estrutura de autoridade masculina guerreira e conquistadora estavam fortemente entrelaçadas. O Estado como instituição foi inventado pelos homens e as guerras de saque e pilhagem foram quase seu único modo de produção. A influência social das mulheres, baseada na produção, foi substituída pela influência social dos homens, baseada na guerra e na pilhagem.

A segunda grande ruptura sexual analisada por Öcalan é o desenvolvimento das religiões monoteístas e o estabelecimento da família aos moldes do Estado, onde a família é o “pequeno Estado” do homem na figura do patriarca. Tratar as mulheres como inferiores aos homens se tornou um mandamento sagrado de Deus ao passo que à mulher não foi deixada nenhuma função social para além da função doméstica, sobretudo de reproduzir filhos, preferencialmente homens. Além de garantir o trabalho gratuito ilimitado das mulheres, a família patriarcal se tornou fonte de “escravos, servos, trabalhadores, soldados e provedores para todos os tipos de serviços necessários para as elites dominantes e capitalistas”, de forma que a família se tornou “a seguradora do sistema.” (ÖCALAN, 2017, p. 79, tradução nossa). Ao retomar às origens da civilização capitalista e à caça às bruxas na Europa, Öcalan (2017, p. 86, tradução nossa) entende a transição do feudalismo para o capitalismo como um momento no qual “toda a população feminina foi deixada 'desempregada'” apesar de todo o trabalho doméstico realizado, foi a Grande Donadecaseficação, o que ele entende como o “mais impressionante e profundo paradoxo social”. Dessa forma,

Além de ser uma máquina de procriação e criação de filhos desempregada, barata de comprar e que pode funcionar sem custos, as mulheres podem ser usadas como bodes expiatórios, carregando a culpa por tudo o que está errado. Ao longo da história da civilização, ela foi colocada no andar térreo da sociedade, onde faz o trabalho doméstico não remunerado, cria os filhos e mantém a família unida; deveres que formam as bases reais da acumulação capitalista. [...] Além disso, o poder da sociedade machista foi implementado com tanta intensidade e profundidade que a mulher foi transformada em objeto e sujeito da indústria do sexo. A sociedade de dominância masculina atingiu seu ápice na civilização capitalista. (ÖCALAN, 2017, p. 86, tradução nossa - grifo do autor).

A terceira ruptura sexual, por sua vez, deverá ser contra o “macho dominante”, que ganhou poder com a ascensão da sociedade de classes e transformou a masculinidade, responsável por engendrar um gênero dominante, uma classe e um Estado dominantes, na cultura dominante. Dessa forma, a transformação dos homens é um princípio fundamental do socialismo de Öcalan (2017, p. 89, tradução nossa), para o qual “liberar a vida é impossível sem uma revolução radical das mulheres capaz de transformar a mentalidade e a vida dos homens”. Nesse sentido, Öcalan (2017) critica o pensamento de algumas vertentes do marxismo e do anarquismo nas quais a “questão da mulher” será resolvida *depois* da revolução de classes e/ou *depois* do fim do Estado. Assim como as ecofeministas, entende que é preciso olhar para cada problema social integrado em um todo, de forma que os fenômenos sociais devem ser analisados, e superados, em relação uns com os outros. No entanto, sustentando a posição das mulheres como agente histórico central do processo de democratização da sociedade, Öcalan (2017, p. 90, tradução nossa) afirma:

a mulher, que antes era propriedade e que hoje é mercadoria; completamente, de corpo e alma. O papel que a classe trabalhadora já desempenhou deve agora ser assumido pela irmandade das mulheres.

Assim como Mies conclui que a libertação nacional e o socialismo *per se* não levam à libertação das mulheres, Öcalan (2017) entende que as mulheres não devem esperar que uma maior democratização e igualdade gerais levem à liberdade das mulheres, sendo necessário uma organização distinta e separada para que possam determinar seu próprio projeto democrático e seus meios de realizá-lo.

#### 6.4.1 Liberar as mulheres, liberar a vida

Ao reconhecer o nexos mulher-natureza-trabalho como a contradição fundamental da civilização capitalista, a liberação das mulheres na perspectiva de Öcalan, assim como de Mies, passa pela libertação da mulher da donadecaseficação. Como afirma Piccardi (2021, p. 10, tradução nossa), trata de “restaurar o papel político, social, mas principalmente econômico das mulheres”. Nesse sentido, Öcalan (2017, p. 86, tradução nossa) entende que “o problema econômico começa quando a mulher é retirada da economia”, cuja “essência está relacionada à nutrição”, ao sustento e, a despeito de todas “as tentativas de colonizar e superar as mulheres”, elas continuam sendo “as verdadeiras criadoras da economia”. Assim como as ecofeministas socialistas, ele vê não só as mulheres, como também a classe meta-industrial, formada pelos “escravos, servos e trabalhadores”, responsáveis por produzir valores de uso, como agentes históricos capazes de levar adiante a tarefa de uma economia ecológica. Como na análise das ecofeministas socialistas, o trabalho, em particular o trabalho não ou mal remunerado responsável por garantir o funcionamento do capitalismo, é central à perspectiva comunalista de Öcalan. Uma nova sociedade demanda, portanto, a “transição gradual de uma sociedade baseada na mercadoria para uma sociedade que produz valores de uso, de uma produção orientada para o lucro, para uma produção orientada para o compartilhamento.” (ÖCALAN, 2023, p. 478, tradução nossa), sendo “a ecologia [...] o guia fundamental para a ação das áreas rurais, comunidades de aldeias agrárias, todos os nômades, os desempregados, e mulheres.” (ÖCALAN, 2020, p. 302, tradução nossa). Uma perspectiva que Öcalan entende ser útil tanto para o movimento feminista como para o movimento ecologista para além do Curdistão.

Assim, a perspectiva de subsistência de Mies, com a produção orientada para valores de uso, em comunidades autárquicas e independentes do Estado, é similar à proposta comunalista anti-hierárquica e antiestatal do líder curdo, na qual a produção não é destinada ao lucro e o trabalho (re)produtivo das mulheres é entendido como fundamental. De forma análoga às ecofeministas socialistas, Öcalan (2020, p. 108, tradução nossa) reconhece a centralidade da mulher para reprodução do sistema de dominação capitalista quando compreende o patriarcado em toda a sua totalidade, não sendo a questão da mulher uma questão meramente econômica, mas também

cultural, social e psicológica; sendo a mulher “a primeira e a última colônia”, ela é “tanto uma ferramenta para prazer ilimitado como a escrava mais lucrativa”. Endereçando os efeitos psicológicos da dominação milenar das mulheres, Öcalan (2017, p. 85, tradução nossa) insiste na luta contra a hegemonia cultural do patriarcado, uma luta que ele considera a “mais árdua de todas as lutas”, de forma a ser possível a criação de identidades não-patriarcais e não-capitalistas para homens e mulheres. Portanto, por um lado, a liberação das mulheres extrapola a questão de igualdade entre os sexos, sendo “a essência substancial da democracia, direitos humanos, ambientalismo e equidade social.” (ÖCALAN, 2023, p. 273, tradução nossa). Por outro, a luta das mulheres deve ser antiestatal e anti-hierárquica, de forma a criar formações políticas para uma sociedade democrática e ecológica, garantindo a autonomia e autodeterminação das mulheres como elementos centrais. De fato, a insistência para as mulheres se organizarem de forma autônoma em todos os aspectos sociais e culturais, incluindo a autodefesa, como vimos, é uma das características distintivas do PKK e do próprio pensamento de Öcalan.

Assim como as perspectivas ecofeministas, a elaboração de Öcalan acerca da liberação das mulheres e do papel central da mulher na luta revolucionária recebeu uma série de críticas. Entre as mais pertinentes para o contexto da presente análise estão: o entendimento de Öcalan acerca do capitalismo ser a forma mais recente do patriarcado, uma análise que coincide com a elaboração ecofeminista socialista, e um suposto essencialismo na teoria de Öcalan, similar às críticas endereçadas à Mies e às ecofeministas no geral. Por exemplo, no prefácio de *The Sociology of Freedom* (2020) (“A sociologia da liberdade”, em tradução livre), o terceiro volume do Manifesto para uma Civilização Democrática, John Holloway afirma que tratar o capitalismo como a fase mais recente do patriarcado é perder de vista as especificidades do sistema de dominação capitalista, o que seria, por sua vez, perder a centralidade do valor na análise do sistema mundo e, ainda, reproduzir uma idealização a-histórica de resistência baseada nas comunidades do Sul global. Embora considere as críticas parcialmente pertinentes, sob uma perspectiva ecofeminista:

o teste final de uma teoria são seus resultados, porque toda teoria é uma forma de prática e toda prática incorpora uma forma de teoria. É quando a conexão fica desarticulada e surge um processo de privilegiar um lado sobre o outro que

a crítica construtiva se torna contraproducente. (GODFREY, 2006, p. 38, tradução nossa).

Nesse sentido, destaca-se que tanto as elaborações de Öcalan quanto de Maria Mies e outras ecofeministas estão entre as principais influências de *Jineolojî*, uma nova práxis no centro do movimento confederalista curdo (PICCARDI, 2021).

#### 6.4.1 Jineolojî, a ciência da mulher e da vida

Como aponta Dirik (2022), é difícil definir um movimento tão dinâmico e coletivo como *Jineolojî*. Portanto, o objetivo da presente análise é investigar suas bases teóricas e demonstrar sua organização prática, bem como apontar conexões entre *Jinolojî* e práxis ecofeministas. A palavra "*jineolojî*" tem raiz nas palavras *jin* (mulher) e *jîyan* (vida); *Jineolojî* (*jin* em curdo e *logos*, ciência, em grego), *Jineolojî*, é a ciência da mulher e da vida. A palavra aparece pela primeira vez no terceiro volume do Manifesto para uma Civilização Democrática, publicado originalmente em 2009, no qual Öcalan (2020, p. 295, tradução nossa) faz uma crítica à inexistência de uma ciência da mulher dentro das Ciências Sociais, algo que só pode ser explicado pelo "discurso dominado pelos homens" subjacente à própria ciência moderna. Apesar do papel de Abdullah Öcalan na concepção de *Jineolojî*, ela é apresentada como resultado dos mais de quarenta anos do Movimento das Mulheres Curdas na guerrilha e na sociedade. De forma concreta, em 2011, é constituído o primeiro Comitê de *Jineolojî* dentro do PAJK, sendo uma das primeiras atividades do comitê co-escrever uma das primeiras publicações sobre o tema, *Jineolojîye giris* ("Introdução à *Jineolojî*", em tradução livre). Em 2012, acontece uma conferência sobre *Jineolojî* em Başûr, outra em 2014 em Colônia (Alemanha) e, em 2015, a I Conferência de *Jineolojî* acontece nas montanhas do Curdistão agrupando mais de uma centena de guerrilhas (INSTITUTO ANDREA WOLF, 2020). Desde então, *Jineolojî* se expandiu para além do PAJK, e o trabalho de pesquisa acontece em paralelo com a abertura de centros para educação de mulheres, academias, escolas e projetos de base, sobretudo em Rojava, mas também em outras partes do Curdistão e na Europa. Em Rojava e em Mêxmur, *Jineolojî* faz parte da grade curricular do ensino médio e superior. Também em Rojava, há uma faculdade de *Jineolojî* dentro da Universidade de Rojava, uma

base do Instituto Internacional de *Jineoloji* Andrea Wolf e a Academia de *Jineoloji*, que coopera com o sistema de ensino e outras estruturas organizativas como as “casas de mulheres” (*mal a jin*), mencionadas previamente. Na Europa, há mais de uma dezena de comitês de *Jineoloji* em diversos países (DIRIK, 2022).

*Jineoloji* pode ser entendida como um projeto metodológico, ontológico e epistemológico para produção e recriação de conhecimento, tendo como principal missão ser a ciência da Modernidade Democrática (DIRIK, 2022; INSTITUTO ANDREA WOLF, 2020). Sendo uma ciência em si mesma, *Jineoloji* abrange o feminismo, não sendo, portanto, nem uma *vertente* do movimento feminista nem antagônica a ele (DIRIK, 2022). Na análise de *Jineoloji*, a ciência moderna é responsável por tratar tanto as mulheres como a natureza como domesticadas e inferiores aos homens, à cultura e à própria Ciência, de forma que a tarefa fundamental de *Jineoloji* é a "crítica radical e avaliação das ciências sociais." (COMITÉ DE JINEOLOJÍ EUROPA, 2017, p. 23, tradução nossa). Por meio da análise dialética, um meio para superar o modo de pensamento em oposição e hierárquico característico do dualismo cartesiano,

*Jineoloji* quer investigar as relações sobrepostas entre mulher-vida, mulher-natureza e mulher-natureza social, para compreender as maneiras pelas quais a cultura criada pelas mulheres se refletiu na sociedade histórica. Ela quer observar de forma holística as razões, fontes e resultados das rupturas nas definições históricas de mulher e as transformações das instituições, estruturas e conceitos que as cercam. (COMITÉ DE JINEOLOJÍ EUROPA, 2017, p. 47, tradução nossa).

Assim como as ecofeministas socialistas, *Jineoloji* propõe uma visão holística e não fragmentada para a prática científica de forma que seja possível dar respostas mais assertivas aos problemas existentes. Por um lado, essa visão holística implica na impossibilidade de compartimentalizar a "questão da mulher" em uma única disciplina, de forma que a transversalidade dos estudos de mulheres é enfatizada. Por outro, significa que "*Jineoloji* busca uma unidade entre mulheres, vida, natureza e sociedade baseada em uma definição e uma existência própria." (INSTITUTO ANDREA WOLF, 2020, p. 426-427, tradução nossa). Surge dessa visão holística de *Jineoloji* tanto a impossibilidade de separar a existência biológica e social de qualquer ser vivo, especialmente da mulher, quanto a recusa à suposta alienação e imparcialidade entre sujeito/objeto na investigação científica. Essa suposta

imparcialidade e objetividade alcançadas por meio da alienação entre sujeito/objeto, torna o conhecimento científico “impossível de refutar”. Igualmente, para *Jineoloji*, a ciência pós-moderna e seus processos de subjetivação, para a qual o sujeito individual é a base de todo o conhecimento, constrói uma verdade individual, exclusiva e irrefutável. Portanto, *Jineoloji* entende que “ambas as formas de conhecimento e análise estabelecem as bases sobre as quais a ciência é usada como uma ferramenta de dominação e controle.” (INSTITUTO ANDREA WOLF, 2020, p. 436-437, tradução nossa). Ao mesmo tempo, embora reconheça a particularidade dos sujeitos e as formas individuais que os problemas sociais afetam as mulheres, de forma a impulsionar que as mulheres locais investiguem e gerem suas próprias análises, para dar suas próprias explicações e conclusões, considerando que ninguém melhor do que o sujeito que vive e se desenvolve em um lugar para saber quais são suas necessidades e sua realidade, *Jineoloji* critica a fragmentação do movimento feminista, responsável por fazer perder de vista o “chão comum” compartilhado por todas as mulheres ao afirmar que:

As mulheres precisam melhorar sua compreensão de uma história comum, valores comuns e resistência comum contra os problemas e opressões que compartilham globalmente. Porque a revolução das mulheres não deve ser dividida, mas deve ser tratada, analisada e praticada como um todo, sem deixar de respeitar e promover a variedade de identidades que as mulheres têm em todo o mundo. (INSTITUTO ANDREA WOLF, 2020, p. 450, tradução nossa).

*Jineoloji* também é um esforço de escrita da história a partir de baixo, reconhecendo conhecimentos tradicionais e as experiências dos sujeitos excluídos da escrita da história, bem como suas práticas e sentimentos, incorporando assim as narrativas tribais, histórias orais, canções locais antigas, contos mitológicos e a prática diária de reprodução da vida (PICCARDI, 2021). Esse engajamento com o conhecimento informal é tido como uma fonte de sabedoria social e resistência às tentativas de assimilação na modernidade capitalista (DIRIK, 2022). Dessa forma, para além de compartilhar alguns postulados da epistemologia ecofeminista socialista, é possível identificar os pressupostos de Maria Mies (1994, 2022) para uma metodologia de pesquisa feminista<sup>121</sup> em *Jineoloji*. Segundo Piccardi (2021), as

---

<sup>121</sup> Os pressupostos elencados por Maria Mies estão na introdução da presente pesquisa.

elaborações de Mies de fato informam a perspectiva dos Comitês de *Jineolojî* e, como Mies, *Jineolojî* impõe não só a crítica ao dualismo cartesiano e à fragmentação do pensamento da ciência, como ao distanciamento da pesquisa feminista e de mulheres da prática política pela liberação das mulheres, o que acabou por engendrar uma “academização” dos estudos feministas e de mulheres, bem como uma ciência distanciada da realidade social.

A elaboração coletiva dos dois livros intitulados *Tezên Azadi* ("Teses da Liberdade", em tradução livre) ao longo de 2010, uma base importante sob a qual se criou *Jineolojî*, pode ser considerada um exemplo prático da metodologia dialética entre pesquisa e ação proposta por Mies. Os livros foram elaborados pelas próprias mulheres organizadas no Movimento de Mulheres e retratam tanto a história geral, como a história da luta das mulheres no Curdistão, passando por todos os momentos desde a criação do primeiro exército de mulheres, os problemas encontrados, as reflexões coletivas elaboradas acerca dos problemas e soluções, e as formas pelas quais os obstáculos foram superados (INSTITUTO ANDREA WOLF, 2020). Em 2015, durante a I Conferência de *Jineolojî*, a construção coletiva de *Jineolojî* ganhou novas dimensões, com as mulheres podendo opinar, debater e construir acerca tanto do conteúdo geral de *Jineolojî* quanto de suas áreas de pesquisa (demografia, economia, política, ecologia, ética e estética). Depois da Conferência de *Jineolojî* em Paris, em 2016, foi acordada a necessidade de *Jineolojî* elaborar uma melhor investigação do sistema capitalista em relação à destruição da natureza e ao feminicídio e a criação de instituições autônomas para desenvolver a ciência e o pensamento da mulher bem como expandir o alcance de *Jineolojî* para além da sociedade curda.

É possível encontrar no processo de pesquisa e ação de *Jineolojî* a parcialidade consciente, a visão a partir de baixo, que por sua vez demanda o envolvimento com o próprio movimento que se pesquisa, de forma que, do ponto de vista metodológico, os processos históricos são analisados e documentados, demonstrando uma verdadeira apropriação da história pelas mulheres, tanto para recuperar a história quanto para documentar o processo histórico de mudança sob uma perspectiva da liberação das mulheres. Ao mesmo tempo, busca-se a transformação dos sujeitos no processo de pesquisa e a coletivização dos resultados, experiências e ferramentas deste. Dessa forma, para *Jineolojî*, as críticas devem levar à ação para a solução, o

que, por sua vez, significa criar estruturas organizativas em todos os níveis da sociedade, garantindo que a teoria de liberação se torne práxis de liberação (INSTITUTO ANDREA WOLF, 2020).

#### 6.4.2 Práxis ecofeministas em Jinwar

Como vimos, a região de Rojava, parte do Crescente Fértil, foi esgotada por práticas extrativistas e monocultivos intensivos em uso de água e agroquímicos, como fertilizantes e pesticidas. Como resultado de décadas de práticas insustentáveis, as fontes subterrâneas de água foram em grande medida esgotadas e a fertilidade do solo foi altamente prejudicada. Além das consequências do projeto agrário baathista, a população local lida com as consequências ecológicas da guerra: excesso de detritos, poluição do ar e água, destruição de infraestruturas remanescentes e o controle da água como arma de guerra por parte da Turquia e do Estado Islâmico enquanto as redes de esgotos são inexistentes ou deficitárias. A degradação ecológica é intensificada pelo desmatamento, sobretudo por parte de empresas turcas ligadas ao governo turco. Em 2019, incêndios provocados queimaram mais de 40 mil hectares de plantações, o que as comunidades locais chamaram de "terrorismo ecológico" por parte dos governos turco e sírio. Ademais, toda a região sofre embargo, o que significa que tanto pessoas como insumos e produtos não podem cruzar as fronteiras (AGUILAR SILVA, 2017, 2019; ROJAVA PLAN, 2016). A questão energética é outro desafio para o projeto ecológico de Rojava, dada a dependência do diesel e a ausência de fontes renováveis para geração de energia. Soma-se ao contexto a intensificação dos períodos de seca, consideradas parcialmente como efeitos diretos da crise climática. Portanto, o cenário de escassez de recursos e de guerra armada se soma ao contexto político-ecológico mais amplo, impondo enormes desafios para o desenvolvimento de uma economia ecológica e local.

Em busca de encontrar formas de superar tal cenário e garantir a autarquia das comunidades, desde o início dos anos 2000, o Movimento de Mulheres começou a organizar comunas e cooperativas autônomas de mulheres com o principal objetivo de contribuir com o desenvolvimento econômico, autonomia alimentar e ampliar a inserção das mulheres em atividades as quais antes sua participação de forma

independente dos homens era nula ou restringida, como nos processos de gestão. Com a Revolução de Rojava, muitas terras foram socializadas e, com o apoio dos Comitês de Economia da Kongra Star, a formação de cooperativas agrícolas, pecuárias, de processamento de alimentos e têxtil foram ampliadas visando o aumento da produção local para subsistência (AGUILAR SILVA, 2017). Com dados de 2019, das 69 cooperativas existentes levantadas em oito cidades (Qamishli, Derik, Triberspiye, Derbisiyê, Hasaka, Til Temir, Raqqa e Tabqa) por Aguilar Silva (2019), 17 eram cooperativas de mulheres. De forma complementar à formação das comunas e cooperativas, o trabalho de educação é uma maneira de envolver mais mulheres no projeto econômico/ecológico de Rojava. Em 2015, no cantão de Cizerê, foi inaugurada a primeira Academia Ecológica e, em junho de 2017, na cidade de Qamishli, foi organizada a Primeira Conferência de Economia de Mulheres do Norte da Síria, onde os objetivos de alcançar autossuficiência econômica por meio da ampliação do número de cooperativas e fortalecimento das cooperativas existentes foram reforçados. Nesse sentido, é possível entender a abordagem proposta pelo movimento com base nos preceitos do Confederalismo Democrático como uma busca para “desenvolver oportunidades diretas para as comunidades sustentarem a si mesmas por meio da soberania e tomada de decisão política ativa em todas as esferas da vida.” (DIRIK, 2022, p. 154, tradução nossa).

As cooperativas devem se desenvolver de acordo com o Artigo 11, do Contrato Social<sup>122</sup> de Rojava, o qual estabelece o “princípio da coletivização da terra, da água e dos recursos energéticos”, bem como “adota os princípios da economia social e indústria ecológica”. O desenvolvimento de práticas ecológicas acontece de múltiplas formas, sobretudo por meio da produção consorciada de cultivos e técnicas de produção agroflorestais. Nos últimos anos, vários alimentos passaram a ser novamente produzidos como lentilhas, grão-de-bico, tomate, espinafre, azeitona, cebola, amendoim, couve-flor, berinjela, pimentão, abóbora etc. Para que a multicultura possa ser fortalecida e expandida, as mulheres construíram usinas de compostagem no cantão de Cizerê para garantir fertilizantes orgânicos capazes de substituir os antigos fertilizantes petroquímicos.

---

<sup>122</sup>Cf. Contrato social de la Federación Democrática del Norte de Siria (2016). Disponível em: <https://rojavaazadimadrid.files.wordpress.com/2018/03/contrato-social-de-la-federacion-democratica-del-norte-de-siria.pdf>. Acesso em: 12/07/2023.

*Jinwar Women's Village*, a ecovila das mulheres livres pode ser considerada a conquista mais significativa da participação das mulheres na construção do Confederalismo Democrático e do projeto econômico/ecológico de Rojava. Jinwar é o projeto prático do Comitê de *Jineoloji* em Rojava e um exemplo paradigmático da conexão entre *Jineoloji* e práxis ecofeministas (AGUILAR SILVA, 2019; PICCARDI, 2021). Formada por 50 edifícios, dentre eles trinta casas, uma escola, a Academia de Mulheres, uma biblioteca, uma padaria e cozinha comunais, uma pequena loja, o centro de cura Şîfajin, além dos espaços para agricultura ecológica e dos pomares, Jinwar abriga mulheres e crianças de religiões e etnias diferentes, sobretudo curdas, armênias, yazidis e árabes. As mulheres que vivem na aldeia são viúvas de guerra, ou escaparam de maridos e famílias abusivas. Outras estão lá para viver uma vida comunitária e livre do domínio masculino<sup>123</sup>. Todas as residentes podem participar do conselho comunal e se envolver nas decisões sobre Jinwar. Homens podem visitar e ajudar nos trabalhos, mas não podem participar do conselho nem passar a noite. As mulheres da vila também se organizam para fazer a autodefesa do local e receber visitas de estudantes, jornalistas e pesquisadores. Para ampliar a independência econômica e autonomia de Jinwar, atualmente há dedicação para desenvolver atividades de costura para produção de roupas e um jardim para ervas medicinais naturais que são processadas em óleo e, futuramente, pomadas (JINWAR, 2023).

A construção da vila começou em março de 2017, depois das comemorações do Dia Internacional da Mulher e foi inaugurada em 25 novembro de 2018, no Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres. As construções utilizam material típico da Mesopotâmia: um tijolo de barro, palha e gesso da terra (tijolo adobe) capaz de oferecer conforto térmico em verões secos e invernos frios. Dessa forma, o material é condizente com o local, não exige transporte e não está sujeito ao embargo sofrido por toda Rojava. Também foi possível viabilizar o uso de energia solar por meio de placas fotovoltaicas com principal objetivo de reduzir a dependência energética do diesel e do sistema hidrelétrico. Atualmente, objetiva-se

---

<sup>123</sup>Na página do Facebook <<https://www.facebook.com/jinwarwomensvillage/>> e do YouTube <<https://www.youtube.com/@jinwar-freewomensvillagero9598>> de Jinwar, ambas administradas pelas mulheres da vila, é possível acessar uma série de vídeos onde as mulheres relatam suas histórias e as motivações para morarem em Jinwar. O mesmo é possível em reportagens de jornalistas que visitaram a vila. Cf. <https://www.youtube.com/watch?v=dRh-tNllrYI> e [https://www.youtube.com/watch?v=rVC4QJUo\\_uA](https://www.youtube.com/watch?v=rVC4QJUo_uA). Acesso em: 12/07/2023.

ampliar o número de placas fotovoltaicas para atender toda a vila (JINWAR, 2023). Embora seja pouco mencionado nos materiais disponíveis sobre o tema, a disposição das construções forma um triângulo, que têm um forte valor simbólico na cultura da Mesopotâmia por fazer menção à Deusa Mãe<sup>124</sup>. As casas são todas voltadas para o centro, servindo de proteção ao espaço coletivo. Em um dos vértices do triângulo fica o portão de entrada com o nome da vila e no outro eixo está a escola e a Academia das Mulheres. Do lado de fora do triângulo, as plantações, pomares e jardins servem como espaço de refúgio entre Jinwar e o exterior. Em sua totalidade, Jinwar é um projeto modelo que pode ser replicado não só em Rojava, mas em outras localidades com objetivo de criar um espaço de convivência seguro, ecológico e autárquico.

Jinwar está localizada há poucos quilômetros de distância dos territórios curdos ocupados pelo exército turco desde 2019 após a retirada repentina das tropas norte-americanas sob ordem do governo de Donald Trump. Na época das ocupações turcas, Jinwar precisou ser evacuada. Da aldeia de mulheres é possível ouvir os ataques diários à cidade de Til Temir feitos por parte dos grupos terroristas e milícias ligadas à Turquia e pelo exército turco (DIRIKI, 2022; SINI, 2022). Para além do contexto de guerra existente, todo o cenário geopolítico é de instabilidade e incerteza frente a acontecimentos recentes. Em 2022, Suécia e Finlândia firmaram um acordo trilateral com a Turquia objetivando o apoio turco para ambos os países ingressarem na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Entre as demandas turcas para concessão de membresia aos Estados nórdicos estavam apoiar a Turquia no combate ao PKK, cessar o fornecimento de apoio e armas ao YPG/YPJ, coibir grupos de apoio a práticas “terroristas” em seus próprios territórios, facilitar a extradição para a Turquia de pessoas ligadas a “grupos terroristas” e contribuir para expansão da força bélica turca. Embora Suécia e Finlândia já considerassem o PKK como um grupo terrorista, ambos os países fornecem armas ao YPG/YPJ para combate ao Estado Islâmico e,

---

<sup>124</sup> Segundo Gimbutas (1987, p. 14, tradução nossa), "o losango e o triângulo com um ou mais pontos são encontrados em paredes de santuários, vasos, selos e, normalmente, na barriga grávida ou em outras partes da Deusa Grávida, começando no 7º milênio a.C. Na origem, ambos os glifos provavelmente são configurações esquematizadas da vulva e do triângulo púbico e se relacionam com a fonte de vida". Cf. GIMBUTAS, Marija. The earth fertility goddess of old europe. **Dialogues d'histoire ancienne**, [online] vol. 13, pp. 11-69, 1987. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/dha\\_0755-7256\\_1987\\_num\\_13\\_1\\_1750](https://www.persee.fr/doc/dha_0755-7256_1987_num_13_1_1750). Acesso em: 12/07/2023.

em 2019, junto com vários outros membros da União Europeia, suspenderam a exportação de armamentos para a Turquia após essa fazer incursões militares na Síria para empurrar o YPG/YPJ para longe das regiões fronteiriças (COLERATO, 2022). A reeleição de Recep Tayyip Erdoğan (Partido da Justiça e Desenvolvimento – AKP), em 2023, mesmo ano no qual expira o Tratado de Lausanne amplia o estado de tensão na região.

Para além das limitações geopolíticas e político-ecológicas, para as mulheres, os desafios para o avanço dessa "revolta do Femitariado" se encontram no seio da própria sociedade. Apesar do trabalho de "porta em porta" para dialogar com mulheres e incentivá-las a se envolverem com o autogoverno, há ainda muitas mulheres que não acreditam ser capazes, acham as tarefas muito demandantes, têm responsabilidade na criação de muitos filhos, não têm interesse em se envolver por motivos ideológicos ou ainda porque são ridicularizadas por fazerem "trabalhos de homens" (AGUILAR SILVA, 2019). Essa realidade revela o trabalho lento e complexo necessário à superação não só das estruturas, mas da mentalidade patriarcal tanto em homens como mulheres. Do ponto de vista teórico e ideológico, além de uma vigilância constante para garantir a manutenção dos processos horizontais nas tomadas de decisão e na resolução de conflitos políticos, étnicos e religiosos, para que estes permaneçam livres de corrupção, coerção, abuso de poder e intolerância, o PKK tem o desafio de aumentar o número de simpatizantes e de pessoas envolvidas com o autogoverno, superando a desconfiança de muitos grupos e comunidades, sobretudo árabes, que veem o projeto do Confederalismo Democrático como um "projeto curdo" (DIRIK, 2022).

A despeito das diversas dificuldades e desafios, é possível concluir que as mulheres de Rojava como um todo, e Jinwar em particular, estão construindo o projeto do Confederalismo Democrático de baixo para cima de forma avançar nos esforços de liberação da vida por meio de uma constante de ação e reflexão que considera a liberação das mulheres e da natureza como uma questão interconecta. Por mais que o futuro de Rojava seja incerto, o alcance de uma "vitória parcial" para as mulheres e crianças diretamente beneficiadas pelas transformações ocorridas desde a chegada do PKK à Síria e a declaração da Revolução de Rojava é inegável. Como aponta Piccardi (2021), *Jineoloji*, por meio de sua estrutura organizativa com academias,

campanhas, ações de educação e envolvimento direto com o autogoverno local é uma prática estratégica para uma transformação radical rumo a formas de produção e reprodução da vida não-capitalistas, não-patriarcais e ecológicas, transformando a utopia ecofeminista de uma comunidade de mulheres livres em realidade concreta.

A meu ver, o comprometimento com uma teoria, projeto, programa e ações de implementação é um exemplo de como as mulheres podem aproveitar as oportunidades da ativação de valor negativo da presente crise epocal para ampliar as fragilidades do sistema de acumulação patriarcal capitalista desde a raiz. Igualmente, a estrutura organizativa das mulheres de forma independente dos homens, porém integradas à estrutura organizativa geral, tem se mostrado central no avanço da luta anti-patriarcal dentro da própria luta revolucionária há quatro décadas, o que pode ser considerado um forte indicativo da importância acerca da autonomia política e organizativa de mulheres e feministas em outras partes do mundo por meio de partidos, coletivos e comunidades só de mulheres. Por fim, por meio da diplomacia dos povos, mulheres podem fortalecer a própria atuação ao aprender com erros e acertos do processo organizativo, bem como antecipar as "voltas falsas" (teóricas, epistemológicas e práticas) que acabam por aprofundar a dominação patriarcal capitalista sobre os corpos e mentes das mulheres. Essa antecipação e aprendizagem pelos erros se mostram ainda mais importantes no atual momento de crise epocal marcada pela Grande Estagnação e exponenciada pela crise climática, onde o Capital, a Ciência e o Estado e Império, por meio de suas Tecnologias e Leis, se voltam de forma violenta para o Femitariado em busca de conter as conquistas feministas das últimas décadas e garantir a continuidade do fluxo de acumulação primitiva sobre os corpos-territórios das mulheres.

## 7 CONCLUSÃO

A agenda global de adaptação e mitigação da crise climática foi estruturada de forma a promover a ampliação de mercados e a financeirização da natureza, sobretudo após a crise de 2008 de forma que o aquecimento global possibilitou uma nova onda de acumulação primitiva necessária para renovar o fôlego do capital, funcionando como uma "correção" neoliberal para renovar as possibilidades do fluxo de acumulação. Por meio da narrativa pós-política do Antropoceno popular, as contradições de classe desaparecem para dar lugar a soluções tecnicistas e gerenciais, responsáveis por tratar a crise do clima como uma "externalidade" passível de ser administrada e que não requer a transformação das estruturas sociais, políticas e econômicas, o que deixa pouco espaço para políticas efetivas para justiça climática e ecológica. Dessa forma, o tecnicismo e o gerenciamento planetário se apresentam como autolimitantes frente à realidade complexa da crise climática, melhor compreendida como sendo uma das expressões do atual contexto da Grande Estagnação, no qual presenciamos o esgotamento das relações de valor forjadas entre humanos e entre humanos e natureza para possibilitar a acumulação infinita de capital no início do século XVI, e não sua principal causa ou uma mera "externalidade".

Ao colocar no centro da análise a relação dialética entre mais-valor/não-valor, expliquei a formação da estrutura de classes tripartida que sustenta o processo de acumulação insustentável e responsável pelo esgotamento das possibilidades de (re)produção da vida, na qual as mulheres, ou seja, o Femitariado, tem um papel central. A compreensão acerca das origens da classe sexual feminina a partir das origens e desenvolvimento da divisão sexual do trabalho demonstrou que o processo infinito de acumulação em escala mundial não é possível sem que as relações patriarcais entre homem-mulher sejam mantidas e recriadas. A própria divisão sexual é o paradigma social sobre o qual se constrói a divisão internacional do trabalho (MIES, 2022). As mulheres, por mediar os processos entre natureza e trabalho para geração de mais-valor, não são vistas nem como trabalhadores plenos nem como sujeitos políticos completos, sendo tratadas como "recurso natural" necessário ao projeto de desenvolvimento, de forma que a própria violência e a coerção são a outra face do crescimento econômico e do progresso (SALLEH, 2017). Para as

ecofeministas, a crise climática pode ser lida como uma das consequências da sociedade patriarcal capitalista em ignorar a realidade material e ecológica da própria existência corporificada e encarnada dos humanos (MELLOR, 1997).

Apoiada em uma proposta de liberação das mulheres que tem como base o argumento ecofeminista que existe uma relação entre a subordinação das mulheres e a exploração da natureza; a necessidade levantada pela ecologia profunda de uma cosmologia e ontologia não antropocêntricas; e a análise marxista das relações dialéticas entre humanos e vida material, as práxis ecofeministas em busca de uma sociedade ecológica e autárquica, e portanto anti-patriarcal, foram observadas no contexto do movimento de liberação curdo e no movimento de mulheres em Rojava. Por meio de *Jineolojî*, com sua teoria, programa, prática organizativa e mecanismos de implementação, "a revolta do Femitariado" em Rojava se centra na produção da vida ainda que dentro de um contexto de guerra e escassez; como Jinwar, a ecovila de mulheres e crianças em Rojava. Tal conclusão refuta críticas prévias ao ecofeminismo, as quais afirmavam que este não poderia ser considerado um movimento social promissor (GODFREY, 2015).

Tais resultados abrem espaço para algumas discussões. Primeiro, é possível inferir que juntamente com o aumento das consequências da crise climática, a intensificação da violência contra as mulheres, até mesmo seu apagamento material e histórico por meio do construcionismo social radical, pode ser entendida como uma expressão da presente crise epocal em que os Grandes e pequenos homens se voltam de forma ainda mais violenta e usando novas Tecnologias e Leis contra o Femitariado, pois a apropriação do trabalho (re)produtivo das mulheres e a exploração da natureza não é uma coincidência, mas uma *necessidade material histórica*. No entanto, aprofunda-se a exploração para garantir a extração de mais-valor de todas as classes (Proletariado, Femitariado e Biotariado). Para a classe sexual feminina, a violência é, de forma notável e particular, marcada pela exploração sexual em múltiplas formas e exponenciada pela própria crise do clima.

Segundo, para além de avançar no projeto de liberação em um contexto geopolítico extremamente instável, o Movimento de Mulheres Curdas também precisará superar as tentativas de colonização teóricas e práticas que podem ameaçar fundamentalmente a percepção e atuação política das mulheres enquanto classe,

justamente o que garante força, união e eficácia ao movimento de mulheres. Reconhecendo as particularidades, desafios e contradições presentes no Movimento das Mulheres Curdas, e não inferindo que ele nos concede todas as respostas e soluções para despatriarcalização da sociedade e para a construção de economias e sociedades ecológicas, o compromisso teórico e prático, assim como a estrutura organizativa das mulheres curdas são um caso exemplar de organização feminina e feminista cuja “vitória parcial” é incontestável. Tal movimento, combinado ao movimento de outras mulheres em países do Norte e Sul global oferece renovadas possibilidades para a luta anti-patriarcal e ecológica no século XXI.

## REFERÊNCIAS

ABDELALI-MARTINI, Malika; PRYCK, Jennie Dey de. *Does the feminisation of agricultural labour empower women? Insights from female labour contractors and workers in Northwest Syria*. **Journal of International Development**, [online], vol. 27, número 7, p. 898-916, 21 mai. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/jid.3007>. Acesso em: 05/07/2023.

ACKELSBURG, Martha. **Mulheres Livres**: a luta pela emancipação feminina e a guerra civil espanhola. São Paulo: Elefante, 2019.

AGUILAR SILVA, Erika. *Ecofeminismo en Rojava: hacia la construcción de un modelo alternativo de desarrollo económico en el territorio sirio del Kurdistan*. **Ecología Política**, [online], ISSN: 1130-6378, número 54, p. 70-75, 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6292626>. Acesso em: 15/07/2023.

AGUILAR SILVA, Erika. *Mujer-vida-libertad. Participación de las mujeres en el proyecto económico/ecológico de la Federación Democrática del norte de Siria-Rojava*. **Revista de Estudios Internacionales Mediterráneos**, [online], número 27 p. 150–169, 19 dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.15366/reim2019.27.010>. Acesso em: 08/07/2023.

ALDUNATE, Victoria. **Cuerpo de mujer, riesgo de muerte: Violencia estructural y las trampas del género- “generismo”**. Santiago: Ediciones Sarri-Sarri Distro & Records, 2012.

ALSALEM, Reem. **Report of the Special Rapporteur on violence against women and girls, its causes, and consequences (A/77/136)**. Genebra: UN, 2022. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/world/report-special-rapporteur-violence-against-women-and-girls-its-causes-and-consequences-reem-alsalem-a77136-enaruzh>. Acesso em: 01/07/2023.

ALTVATER, Elmar. O Capitaloceno, ou a geoengenharia contra as fronteiras planetárias do capitalismo. *In: Antropoceno e Capitaloceno: natureza, história e a crise do capitalismo*. São Paulo: Elefante, 2022. Capítulo 5, p. 224-246.

AMERY, Hussein A. *Climate, not conflict, drove many Syrian refugees to Lebanon*. **The Conversation**, 2019. Disponível em: <https://theconversation.com/climate-not-conflict-drove-many-syrian-refugees-to-lebanon-127681>. Acesso em: 05/07/2023.

ANDEREGG, William R. L.; PRALL, James W.; HAROLD, Jacob, *et al.* Expert credibility in climate change. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, [online], vol. 107, número 27, p. 12107-12109, 9 abr. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1073/pnas.1003187107>. Acesso em: 28/06/2023.

BANCO MUNDIAL. **Urgent Climate Action Crucial for Bangladesh to Sustain Strong Growth**. World Bank, 2022. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/10/31/urgent-climate-action-crucial-for-bangladesh-to-sustain-strong-growth>. Acesso em: 12/04/2023.

BECKET, Sven; BOSMA, Ulbe. *Ever more land and labour: centuries of capitalism saw the global countryside ruthlessly converted into cheap commodities. But at what cost?* **Aeon**, 6 out. 2022. Disponível em: <https://aeon.co/essays/the-capitalist-transformations-of-the-countryside>. Acesso em: 12/04/2023.

BENNHOLDT-THOMSEN, Veronika; MIES, Maria; WERLHOF, Claudia von. **Women, the last colony**. London: Zed Books, 1988.

BENNHOLDT-THOMSEN, Veronika. *A Subsistence Perspective for the Transition to a New Civilization: An Ecofeminist Contribution to Degrowth*. **Canadian Women Studies/Les Cahiers de la Femme**, [online], vol. 31, número 1,2, p. 20-26, 2016. Disponível em: <https://core.ac.uk/display/230899822>. Acesso em: 26/09/2023.

BIBLIOTECA TERRA LIVRE; COMITÊ DE SOLIDARIEDADE À RESISTÊNCIA CURDA DE SÃO PAULO. **Şoreşa Rojavayê: revolução, uma palavra feminina**. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2016.

BRIDGES, Ana J *et al.* *Aggression and sexual behavior in best-selling pornography videos: a content analysis update*. **Violence against women**, [online], vol. 16, p. 1065-1085, 10 out. 2010, DOI: 10.1177/1077801210382866. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/20980228/>. Acesso em: 09/06/2023.

CÂMARA DE COMÉRCIO INTERNACIONAL. **Ten conditions for a transition toward a "Green Economy"**. Paris, 2011. Disponível em: <https://cdn.iccwbo.org/content/uploads/sites/3/2012/07/ICC-Ten-Conditions-for-a-transition-towards-a-Green-Economy-.pdf>. Acesso em: 12/04/2023.

CASSELOT, Marie-Anne. *Ecofeminist Echoes in New Materialism?* **PhænEx**, [online], vol. 11, número 1, p. 73-96, 5 jun. 2016, ISSN: 1911-1576. Disponível em: <https://doi.org/10.22329/p.v11i1.4394>. Acesso em: 04/07/2023.

CHAO, Fengqing *et al.* *Systematic assessment of the sex ratio at birth for all countries and estimation of national imbalances and regional reference levels*. **PNAS**, [online], vol. 116, número 19, p. 9303–9311, abr. 2019, DOI: 10.1073/pnas.1812593116. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6511063/>. Acesso em: 11/06/2023.

CHESTNEY, Nina. *Global carbon markets value surged to record \$851 bln last year*. **Reuters**, 31 jan. 2022. Disponível em: <https://www.reuters.com/business/energy/global-carbon-markets-value-surged-record-851-bln-last-year-refinitiv-2022-01-31/>. Acesso em: 12/04/2023.

COLERATO, Marina. As consequências do acordo trilateral entre Turquia, Finlândia e Suécia na guerra turca contra os curdos. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 4 ago. 2022. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/as-consequencias-do-acordo-trilateral-entre-turquia-finlandia-e-suecia-na-guerra-turca-contra-os-curdos/>. Acesso em: 20/07/2023.

CONSELHO NORUEGUÊS PARA REFUGIADOS. *Inside Syria's water crisis: a cholera outbreak in the making*. Noruega: Conselho Norueguês Para Refugiados, 2023.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DIRIK, Dilar. *The Kurdish women's movement: history, theory, practice*. Londres: Pluto Press, 2022.

FARLEY, Melissa. *Making the connections: resource extraction, prostitution, poverty, climate change, and human rights*. **The International Journal of Human Rights**, [online], vol. 26, número 6, p. 1032-1055, 16 nov. 2021. DOI: 10.1080/13642987.2021.1997999. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13642987.2021.1997999>. Acesso em: 25/06/2023.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **Reencantando o mundo**: feminismo e a política dos comuns. São Paulo: Editora Elefante, 2022.

FUNK, McKenzie. **Caiu do céu**: o promissor negócio do aquecimento global. São Paulo: Três Estrelas, 2016.

GHODSEE, Kristen. **Porque as mulheres têm melhor sexo sob o socialismo e outros argumentos para a independência econômica feminina**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

GLOBAL FOOTPRINT NETWORK. *Earth Overshoot Day*. Geneva, 2023. Disponível em: [https://www.overshootday.org/newsroom/press-release-june-2023-english/?\\_hstc=104736159.23ec502b05c6dc9c81c4222c2cb02f34.1689443513337.1689443513337.1689443513337.1&\\_hssc=104736159.2.1689443513338&\\_hsfp=10887036](https://www.overshootday.org/newsroom/press-release-june-2023-english/?_hstc=104736159.23ec502b05c6dc9c81c4222c2cb02f34.1689443513337.1689443513337.1689443513337.1&_hssc=104736159.2.1689443513338&_hsfp=10887036). Acesso em: 15/07/2023.

GODFREY, Phoebe. *Diane Wilson vs. Union Carbide: Ecofeminism and the Elitist Charge of "Essentialism"*, **Capitalism Nature Socialism**, [online], vol. 16, número 4, p. 37-56, 2015, DOI: 10.1080/10455750500376008. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10455750500376008>. Acesso em: 16/07/2023.

GOUGH, Annette e WHITEHOUSE, Hillary. *Challenging amnesias: re-collecting feminist new materialism/ecofeminism/climate/education*. **Environmental Education Research**, [online], vol. 26, número 9-10: New materialisms and environmental

education, 10 mar. 2020, DOI: 10.1080/13504622.2020.1727858. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13504622.2020.1727858>. Acesso em: 12/06/2023.

GRAEBER, David. **Dívida**: os primeiros 5.000 anos. São Paulo: Três Estrelas, 2016.

GREEN ECONOMY COALITION. Road to Rio. Geneva: ONU. Disponível em: [https://unctad.org/system/files/official-document/ditcted2011d6\\_en.pdf](https://unctad.org/system/files/official-document/ditcted2011d6_en.pdf). Acesso em: 15/07/2023.

GÜRCAN, Efe Can. Extractivism, neoliberalism, and the environment: revisiting the Syrian conflict from an ecological justice perspective. **Capitalism Nature Socialism**, [online], DOI: 10.1080/10455752.2018.1516794, vol. 30, número 03, p. 91-109, 4 set. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10455752.2018.1516794>. Acesso em: 12/04/2023.

HANSEN, James; *et al.* *Ice melt, sea level rise and superstorms: evidence from paleoclimate data, climate modeling, and modern observations that 2 °C global warming could be dangerous.* **Atmospheric Chemistry and Physics**, [online], vol. 16, número 6, p. 3761-8812, 22 mar. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5194/acp-16-3761-2016>. Acesso em: 12/04/2023.

HARTLEY, Daniel. Antropoceno, Capitaloceno e o problema da cultura. In: MOORE, Jason (org.). **Antropoceno e Capitaloceno**: natureza, história e a crise do capitalismo. São Paulo: Elefante, 2022. Capítulo 6, p. 250-270.

HAYES, Graeme; MACGREGOR, Sherilyn. *Taking political time: thinking past the emergency timescapes of the new climate movements.* **The South Atlantic Quarterly**, [online], vol. 122, número 01, p. 181-191, 1 jan. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1215/00382876-10242756>. Acesso em: 12/04/2023.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**: ou matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. **Global warming of 1.5°C: summary for policymakers**. Genebra, 2018. Disponível em: [https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/2/2018/07/SR15\\_SPM\\_version\\_stand\\_alone\\_LR.pdf](https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/2/2018/07/SR15_SPM_version_stand_alone_LR.pdf). Acesso em: 12/04/2023.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. **Synthesis Report of the IPCC Sixth Assessment Report (AR6)**. Genebra, 2023. Disponível em: [https://ipcc.ch/report/ar6/syr/downloads/report/IPCC\\_AR6\\_SYR\\_LongerReport.pdf](https://ipcc.ch/report/ar6/syr/downloads/report/IPCC_AR6_SYR_LongerReport.pdf). Acesso em: 12/04/2023.

INSTITUTO ANDREA WOLF. **Mujer, vida, libertad**: Desde el corazón del movimiento de las mujeres libres de Kurdistán. Barcelona: Descontrol Editorial, 2020.

ISLA, Ana. *La tragedia de los enclaustramientos: una perspectiva eco-feminista de la venta de oxígeno y la prostitución.* **Revista de Ciencias Sociales**, San José,

número 111-112, p. 57-69, 2006. Disponível em:  
<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=15311205>. Acesso: 12/04/2023.

JINWAR. *Newsletter Jinwar*, mai. 2023. Publicado na página: Jinwar – Free Women’s Village Rojava. Disponível em:  
<https://web.facebook.com/photo/?fbid=554656696825333&set=pcb.554656800158656>. Acesso em: 12/07/2023.

JONGERDEN, Joost. *Gender equality and radical democracy: contractions and conflicts in relation to the “new paradigm” within the Kurdistan Workers’ Party (PKK)*. **Anatoli** [online], vol. 8, 22 mar. 2018. Disponível em:  
<https://doi.org/10.4000/anatoli.618>. Acesso em: 29/06/2023.

KAMERI-MBOTE, Patricia; KABIRA, Nkatha. *Gender equality and climate change in plural legal contexts: A critical analysis of Kenya’s law and policy framework*. In: ALBERTYN, Cathi; CAMPBELL, Meghan; GARCIA, Helena Alviar; FREDMAN, Sandra; MACHADO, Marta Rodriguez de Assis (ed.). **Feminist Frontiers in Climate Justice: Gender Equality, Climate Change and Rights**. Cheltenham: Edward Elgar, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.4337/9781803923796>. Acesso: 12/04/2023.

KLEIN, Naomi. **No logo: Taking aim at the brand bullies**. New York: Picador, 2000.

KLEIN, Naomi. **This changes everything: capitalism vs the climate**. New York: Simon & Schuster Paperbacks, 2014.

KREPS, Bart Hawkins. *The rising costs of fossil-fuel extraction: an energy crisis that will not go away*. **American Journal of Economics and Sociology**, [online], vol. 79, número 3, p. 695-717, mai. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/ajes.12336>. Acesso em: 12/04/2023.

LAZZARATO, Maurizio. **O intolerável do presente, a urgência da revolução: minorias e classes**. São Paulo: N1 Edições, 2022.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da dominação das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

MACGREAGOR, Sherilyn. *Making matter great again? Ecofeminism, new materialism, and the everyday turn in environmental politics*. **Environmental Politics**, [online], vol. 30, número 1-2, p. 41-60, 22 nov. 2021. Disponível em:  
<https://doi.org/10.1080/09644016.2020.1846954>. Acesso em: 28/06/2023.

MACGREAGOR, Sherilyn. *Only resist: Feminist ecological citizenship and the post-politics of climate change*. **Hypatia**, [online], vol. 29, número 3, p. 618-633, 2014. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24542020>. Acesso em: 28/06/2023.

MACHADO, Marta Rodriguez de Assis; VITALE, Denise e RACHED, Hanna Danielle. *Indigenous women against Bolsonaro's government in Brazil: Resisting right-wing authoritarianism and demanding climate justice*. In: ALBERTYN, Cathi; CAMPBELL, Meghan; GARCIA, Helena Alviar; FREDMAN, Sandra; e MACHADO, Marta Rodriguez de Assis (ed.). **Feminist Frontiers in Climate Justice: Gender Equality, Climate Change and Rights**. Cheltenham: Edward Elgar, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.4337/9781803923796>. Acesso em: 12/04/2023.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O Capital** - Volume I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELLOR, Mary. **Feminism and Ecology**. New York: New York University Press, 1997a.

MELLOR, Mary. *Women, nature, and the social construction of 'economic man'*. **Ethics and The Environment**, [online], vol. 20, número 2, p.129-140, fev. 1997b, ISSN 0921-8009. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0921-8009\(95\)00100-X](https://doi.org/10.1016/S0921-8009(95)00100-X). Acesso em: 12/04/2023.

MELLOR, Mary. *Feminist and environmental ethics: a materialist perspective*. **Ecological Economics**, [online], vol. 5, número 1, p. 107-123, 2000. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/27766058>. Acesso em: 12/04/2023.

MERCHANT, Carolyn. **The death of nature: women, ecology, and the scientific revolution**. New York: Harper One, 1989.

MIES, Maria. "Gender" and global capitalism. In: SKLAIR, Leslie (ed.). **Capitalism and development**. London: Routledge, 1994. Disponível em: <https://doi-org.proxy.library.uu.nl/10.4324/9780203201961>. Acesso em: 18/07/2023.

MIES, MARIA. *Liberating women, liberating knowledge: reflections on two decades of feminist action research*, **Atlantis**, Special Issue: Connecting Practices Doing Theory, [online], vol. 21, número 1, p. 10-24, out. 1996. Disponível em: <https://journals.msvu.ca/index.php/atlantis/article/view/4120>. Acesso em: 15/06/2023.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminism**. London: Zed Books, 2014.

MIES, Maria. **Patriarcado e acumulação em escala mundial: mulheres na divisão internacional do trabalho**. São Paulo: Ema Livros: Editora Timo, 2022.

MODEFICA. **Jornalismo e Engajamento Climático**. São Paulo, 2022. Disponível em: [https://researchgate.net/publication/367073040\\_JORNALISMO\\_E\\_ENGAJAMENTO\\_CLIMATICO](https://researchgate.net/publication/367073040_JORNALISMO_E_ENGAJAMENTO_CLIMATICO). Acesso em: 12/04/2023.

MOORE, Jason. *The end of Cheap Nature, or, how I learned to stop worrying about 'the' environment and love the crisis of capitalism*. In: SUTER, Christian; CHASE-

DUNN, Christopher (ed.). **Structures of the World Political Economy and the Future of Global Conflict and Cooperation**, Berlin: LIT Verlag, 2014. Capítulo 13, p. 285-314

MOORE, Jason. *World accumulation and planetary life, or, why capitalism will not survive until the 'last tree is cut'*. **IPPR Progressive Review**, [online], vol. 24, número 3, p. 175-202, dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/newe.12055>. Acesso em: 12/04/2023.

MOORE, Jason. *Capitalocene and planetary justice: Who is responsible for climate change?* **Maize**, número 6, p. 49-53, 2019.

MOORE, Jason. *Climate, Class & the Great Frontier: From Primitive Accumulation to the Great Implosion, unpublished paper*, **World-Ecology Research Group**, Binghamton University, 2021a. Disponível em: <https://jasonwmoore.com/wp-content/uploads/2021/09/Moore-Class-Climate-and-the-Great-Frontier-circulating-September-2021.pdf>. Acesso em 28/03/2023.

MOORE, Jason. *Opiates of the environmentalists? Anthropocene illusions, planetary management and the Capitalocene alternative*. **Abstrakt**, 2021b. Disponível em: <http://www.abstraktdergi.net/opiates-of-the-environmentalists-anthropocene-illusions-planetary-management-the-capitalocene-alternative/>. Acesso em: 15/07/2023.

MOORE, Jason (org.). **Antropoceno e Capitaloceno**: natureza, história e a crise do capitalismo. São Paulo: Elefante, 2022a.

MOORE, Jason. *How to read "Capitalism in the Web of Life": towards a world-historical materialism in the Web of Life*. **Journal of World-Systems Research**, [online], vol. 21, número 1, p. 153-168, mar. 2022b. Disponível em: <https://doi.org/10.5195/jwsr.2022.1127>, Acesso em: 30/03/2023.

MOORE, Jason. *Imperialism, with and without cheap nature: climate crisis, world wars and the ecology of liberation*. Working Paper in World-Ecology, **World-Ecology Research Group**, Binghamton University, mar. 2022d. Disponível em: <https://jasonwmoore.com/wp-content/uploads/2023/01/Moore-Imperialism-With-and-Without-Cheap-Nature-revised-January-2023-WP-3.pdf>. Acesso em: 30/03/2023.

MOORE, Jason. *There is no such thing as a technological accident*. In: BROWER, Joke; TUINEN Sjoerd van. (ed.). **Technological Accidents**. Leiden: V2 Publishing, 2023.

MORENO, Camila. As roupas verdes do rei: economia verde, uma nova forma de acumulação primitiva. In: **Descolonizar o imaginário**: Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; FILHO, Jorge Pereira (org.). São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. Capítulo 7, p. 256-293.

MORENO, Renata; NOBRE, Miriam. Natureza, corpo e trabalho: percursos feministas e pistas para a ação. In: **SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA**

(coord.). **Economia feminista e ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios**. São Paulo: SOF - Sempreviva Organização Feminista, 2020. Capítulo 3, p. 33-51

NAWROTZKI, Raphael J. *The politics of environmental concern: A cross-national analysis*. **Organ Environ**, [online], vol. 25, número 3, p. 286-307, set. 2012, DOI: 10.1177/1086026612456535. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5017589/>. Acesso em: 15/07/2023.

ÖCALAN, Abdullah. *The political thought of Abdullah Öcalan: Kurdistan Women's Revolution and Democratic Confederalism*. London: Pluto Press, 2017.

ÖCALAN, Abdullah. *The sociology of freedom: Manifesto of the Democratic Civilization, volume III*. Oakland: PM Press, 2020.

ÖCALAN, Abdullah. *Beyond state, power, and violence*. Oakland: PM Press, 2023.

OECD. *Towards Green Growth*. Paris: OECD Publishing, 2011. Disponível em: <https://www.oecd.org/greengrowth/48012345.pdf>. Acesso em: 15/07/2023.

OECD. *Environmental outlook to 2050: the consequences of inaction*. Paris: OECD Publishing, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/9789264122246-en>. Acesso em: 12/04/2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **The Future We Want**. Rio de Janeiro: ONU, 2012.

ORTIZ-BOBEA, Ariel, 2021. *Anthropogenic climate change has slowed global agricultural productivity growth (1h13min27s)*. Publicado pelo canal Cornell Atkinson Center for Sustainability. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OV1XU25z9sQ>. Acesso em: 15/07/2023.

OSAKA, Shannon. *Why climate 'doomers' are replacing climate 'deniers'*. **The Washington Post**, 24 mar. 2023. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/climate-environment/2023/03/24/climate-doomers-ipcc-un-report/?ref=drilledpodcast.com>. Acesso em: 12/04/2023.

PANIZ, Flávia Xavier Merlotti. *Mulher, vida e liberdade: gênero, etnicidade e ecologia no movimento de mulheres curdas em Rojava*. **Campos**, [online], vol. 9, número 2, p. 14-30, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/cra.v19i2.62051>. Acesso em: 11/07/2023.

PAREDES, Julieta. *Las trampas do patriarcado*. In: CONEXIÓN FONDO DE EMANCIPACIÓN (coord.). **Pensando los Feminismos en Bolivia**. La Paz: Conexión Fondo de Emancipación, 2012. Capítulo 3, p. 90-111.

PATOU-MATHIS, Mary Lène. **O homem pré-histórico também é mulher**: uma história da invisibilidade das mulheres. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

PERRY, Keston K. *(Un)Just transitions and black dispossession: the disposability of Caribbean 'refugees' and the political economy of climate justice*. **Politics**, [online], vol. 43, número 2, p. 169-185, set. 2021.  
<https://doi.org/10.1177/02633957211041441>. Acesso em: 12/04/2023.

PICCARDI, Eleonora Gea. *The challenges of a Kurdish ecofeminist perspective: Maria Mies, Abdullah Öcalan, and the praxis of Jineoloji*. **Capitalism, Nature, Socialism**, [online], vol. 33, número 1, p. 46-65, 25 mar. 2021, DOI: 10.1080/10455752.2021.1905016. Disponível em:  
<https://doi.org/10.1080/10455752.2021.1905016>. Acesso em: 11/07/2023.

PLAN INTERNATIONAL CANADA. **From the frontlines**: youth call for action to address loss and damage caused by climate change. Ontario, 2022. Disponível em:  
[https://plan-international.org/uploads/2022/10/Loss-Damage-Brief\\_Pages-2022-min.pdf](https://plan-international.org/uploads/2022/10/Loss-Damage-Brief_Pages-2022-min.pdf). Acesso em: 01/07/2023.

PLUMWOOD, Val. **Feminism and the mastery of nature**. New York: Routledge, 2003.

POWER, Camila. *The role of egalitarianism and gender ritual in the evolution of symbolic cognition*. In: HENLEY, Tracy B. Henley; ROSSANO, Matt J.; KARDAS, Edward P. **Handbook of Cognitive Archaeology**: Psychology in Prehistory. New York: Routledge, 2019. Capítulo 19, p. 354-374.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, 2005. Disponível em:  
[http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf). Acesso em: 12/04/2023.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad del poder y clasificación social*. In: Org. CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**, Bogotá: Siglo del Hombre, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, vol. VI, número. 2, p. 342-388, 2007. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140506032333/eje1-7.pdf>. Acesso em: 15/07/2023.

RAPHAEL, Jody. *Decriminalization of prostitution: the Soros effect*, **Dignity**, [online], vol. 3, número 1, 1 jan. 2018. Disponível em:  
<https://doi.org/10.23860/dignity.2018.03.01.01>. Acesso em: 28/06/2023.

RIBEIRO, Maria Florencia Guarche; GUGLIANO, Alfredo Alejandro. Resistir é viver: notas sobre a luta política das mulheres curdas por uma sociedade antipatriarcal no

século XXI. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, número 125, set. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/rccs.11960>. Acesso em: 29/06/2023.

Rojava PLAN, 2016. *FeedTheRevolution* (5m02s). Publicado pelo canal Rojava Plan. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WETEME5JQSM>. Acesso em: 15/07/2023.

ROSTAD, Whitney L. *et al.* *The association between exposure to violent pornography and teen dating violence in grade 10 high school students.* **Archives of Sexual Behavior**, [online], vol. 48, p. 2137–2147, 15 jul. 2019. Disponível em: . Acesso em: 25/06/2023

SALLEH, Ariel. The Ecofeminism/Deep Ecology debate: a reply to patriarchal reason. **Environmental Ethics**, [online], vol. 14, número 3, p. 195-216, 1992, DOI: 10.1007/s10508-019-1435-4. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6751001/>. Acesso em: 14/07/2023.

SALLEH, Ariel. *Moving to an embodied materialism, Capitalism Nature Socialism*, [online], vol. 16, número 2, p.9-14, 23 mai. 2006, DOI: 10.1080/10455750500108195. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10455750500108195>. Acesso em: 22/06/2023.

SALLEH, Ariel. *Ecofeminism as sociology.* **Capitalism Nature Socialism**, [online], vol. 14, número 1, p. 61-74, 27 mai. 2008, DOI: 10.1080/10455750308565514. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10455750308565514>. Acesso em: 12/04/2023.

SALLEH, Ariel. *From Metabolic Rift to “Metabolic Value”: reflections on environmental sociology and the alternative globalization movement.* **Organization & Environment**, [online], vol. 23, número 2, p. 205–219, jun. 2010. Disponível em: <https://doi-org.proxy.library.uu.nl/10.1177/1086026610372134>. Acesso em: 12/04/2023.

SALLEH, Ariel. A tecnociência pós-moderna e o trabalho de cuidado. **Cadernos Cemarx**, Campinas, SP, DOI: 10.20396/cemarx.v0i10.10926, número 10, p. 175–196, 2018. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/10926>. Acesso em: 15 jul. 2023.

SALLEH, Ariel; GOODMAN, James. *The 'Green Economy': class hegemony and counter-hegemony.* **Globalizations**, [online], vol. 10, número 03, p. 411-424, 4 jul. 2013, DOI: 10.1080/14747731.2013.787770. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/14747731.2013.787770>. Acesso em: 28/06/2023.

SALLEH, Ariel. *Climate, water, and livelihood skills: a post-development reading of the SDGs.* **Globalizations**, [online], vol. 13, número 06, p. 952-959, mai. 2016, DOI: 10.1080/14747731.2016.1173375. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/14747731.2016.1173375>. Acesso em: 12/04/2023.

SALLEH, Ariel. *Ecofeminism as politics: nature, Marx and the postmodern*. Londres: Zed Books, 2017.

SALLEH, Ariel. *Ecofeminist sociology as a new class analysis*. **Global Dialogue**, [online], vol. 9, número 1, p. 35-37, abr. 2019. Disponível em: <https://globaldialogue.isa-sociology.org/archive/issue-9-1-april-2019>. Acesso em: 23/06/2023.

SALLEH, Ariel. Governança do sistema Terra. In: KOTHARI, Ashish; SALLEH, Ariel; ESCOBAR, Arturo; DEMARIA, Federico; ACOSTA, Alberto (org.). **Pluriverso: Um dicionário do pós-desenvolvimento**. São Paulo: Elefante, 2021.

SÁNCHEZ, Tasia A. *Las tres fases del borrado jurídico de las mujeres*. **Diálogo Filosófico**, ISSN 0213-1196, vol. 38, número 113, p. 219-244, 6 jun. 2022.

SAORI, Sheyla. Economia verde e a financeirização da natureza no Vale do Ribeira: As respostas das comunidades e das mulheres para as mudanças climáticas. In: SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA (coord.). **Economia feminista e ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios**. São Paulo: SOF - Sempreviva Organização Feminista, 2020. Capítulo 5, p. 70-91.

SILVA, Luiz Carlos Santos. Às margens do Leviatã: soberania e medo da morte nas bases da filosofia política hobbesiana. **Revista Primordium**, [online], vol. 4, número 8, 15 jul. 2020, DOI: 10.14393/REPRIM-v4n8a2019-53431. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/primordium/article/view/53431>.

SINI, Giacamo. *Jinwar, la aldea ecológica siria donde solo viven mujeres*. **El País**, Síria, 3 ago. 2022. Disponível em: <https://elpais.com/planeta-futuro/2022-08-03/jinwar-la-aldea-ecologica-siria-donde-solo-viven-mujeres.html>. Acesso em: 15/07/2023.

SONG, Lisa; MOURA, Paula. *An even more inconvenient truth. Why carbon credits for forest preservation may be worse than nothing*. **ProPublica**, 22 mai. 2019. Disponível em: <https://features.propublica.org/brazil-carbon-offsets/inconvenient-truth-carbon-credits-dont-work-deforestation-redd-acre-cambodia/>. Acesso em: 12/04/2023.

SULTANA, Farhana. *Critical climate justice*. **The Geographical Journal**, [online], vol. 188, número 01, p. 118–124, mar. 2022, ISSN: 0016-7398. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/geoj.12417>. Acesso em: 12/04/2023.

SWYNGEDOUW, Erik. *Apocalypse forever? Post-political populism and the spectre of climate change*. **Theory, Culture & Society**, [online], vol. 27, número 2-3, p. 213–232, 24 mai. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0263276409358728>. Acesso em: 12/04/2023.

TEEB. *The Economics of Ecosystems and Biodiversity: Mainstreaming the Economics of Nature: A Synthesis of the Approach, Conclusions and*

*Recommendations of TEEB*, [online], 2010. Disponível em: <https://teebweb.org/publications/teeb-for/synthesis>. Acesso em: 15/07/2023.

TOKAR, Brian. ***Toward climate justice: Perspectives on the Climate Crisis and Social Change***. Porsgrunn: New Compass, 2014.

UNICEF. ***Is an end to child marriage within reach? Latest trends and future prospects***. Geneva, 2023. Disponível em: <https://data.unicef.org/resources/is-an-end-to-child-marriage-within-reach/>. Acesso em: 04/07/2023.

VELTMAYER, Henry; PETRAS, James. *Peasants in an Era of Neoliberal Globalization: Latin America on the move*. **Theomai**, [online], número 18, p. 4-2, 2018, ISSN-e: 1515-6443. Disponível em: <http://revista-theomai.unq.edu.ar/NUMERO18/Veltmeyer.pdf>. Acesso em: 17/03/2023.

VERA-GRAY, Fiona *et al.* *Sexual violence as a sexual script in mainstream online pornography*. **The British Journal of Criminology**, [online], vol. 61, número 5, p. 1243–1260, 4 abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/bjc/azab035>. Acesso em: 25/06/2023.

HERRERO, Yayo. Economia ecológica e economia feminista: um diálogo necessário. In: SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA (coord.). **Economia feminista e ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios**. São Paulo: SOF - Sempreviva Organização Feminista, 2020. Capítulo 2, p. 16-31

WESTERVELT, Amy. *Solving the climate problem, one barrel of oil at a time*. **Drilled**, 2023. Disponível em: <https://drilledpodcast.com/addressing-climate-change-one-oil-barrel-at-a-time/>. Acesso em: 12/04/2023.

WOMEN AND RUSSIA: *First feminist zamisdat*. London: Sheba Feminist Publishers, 1980. Disponível em: <https://digitalcollections-baylor.quartexcollections.com/documents/mirador/1047307>. Acesso em: 25/06/2023.

WRIGHT, Paul *et al.* *A meta-analysis of pornography consumption and actual acts of sexual aggression in general population studies*. **Journal of Communication**. [online], vol. 66, número 1, p. 183-205, fev. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/jcom.12201>. Acesso em: 25/06/2023.